

AFRICANIDADES CONFLUENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Clelma Rodrigues Martins Mendes
Fernanda Rodrigues de Figueiredo
(Org.)



AFRICANIDADES CONFLUENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA



**Secretaria de Estado de Educação
de Minas Gerais - SEE/MG**

Igor de Alvarenga Oliveira
Icassatti Rojas
Secretário de Estado de Educação

Fernanda de Siqueira Neves
Secretária de Estado Adjunta de Educação

Ana Costa Rego
Chefe de Gabinete

Kellen Silva Senra
*Subsecretária de Desenvolvimento
da Educação Básica*

Rosely Lúcia de Lima
Superintendente de Políticas Pedagógicas

Fabiana Benchetrit dos Santos
*Diretoria de Modalidades de Ensino e
Temáticas Especiais*

Rosália Aparecida Martins Diniz
*Coordenação de Temáticas Especiais e
Transversalidade Curricular*

Mara Letícia Carvalho de Souza Martins
Haline Cristina Ferreira Santos
Anne Caroline Ferreira Vaz
*Núcleo Gestor do Programa de Iniciação
Científica na Educação Básica (ICEB)*

**Universidade Estadual de
Montes Claros - Unimontes**

Wagner de Paulo Santiago
Reitor

Dalton Caldeira Rocha
Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello
Pró-Reitora de Ensino

Rogério Othon Teixeira Alves
Pró-Reitor de Extensão

Maria das Dores Magalhães Veloso
Pró-Reitora de Pesquisa

Marlon Cristian Toledo Pereira
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Cláudia Luciana Tolentino Santos
*Pró-Reitora de Planejamento, Gestão
e Finanças*

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Editora Chefe

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Ivana Ferrante Rebello
Leandro Luciano Silva Ravnjak
Luiz Henrique Carvalho Penido
Maria da Penha Brandim de Lima
Patrícia Takaki Neves
Tânia Marta Maia Fialho
Vanessa de Andrade Royo

Clelma Rodrigues Martins Mendes
Fernanda Rodrigues de Figueiredo
(Org.)

Mara Letícia Carvalho de Souza Martins
Coordenadora da Coleção ICEB

AFRICANIDADES CONFLUENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA



Montes Claros, 2025



EXPEDIENTE

Projeto gráfico e diagramação

Laura Silveira Fahel

Revisão linguística

Ana Cláudia Dias Rufino

Impressão

Gráfica RB Flexo

Equipe Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Luana Pereira Santos

Simone Rosiane Corrêa Araújo

João Pedro Viveiros Ribeiro

Victor Hugo Alves Almeida

Andressa Suelen Gonçalves Figueiredo

Jônatas Lino Rodrigues

Maria Gabriela de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Africanidades confluentes na educação básica [livro eletrônico] / organização Clelma Rodrigues Martins Mendes, Fernanda Rodrigues de Figueiredo; coordenação Mara Letícia Carvalho de Souza Martins. -- Montes Claros, MG : Fadenor, 2025.
-- (Coleção ICEB ; 1)
PDF

Vários autores.

ISBN 978-65-83446-04-6

1. Africanidade 2. Cultura afro-brasileira 3. Educação básica 4. Estudantes -
Escritos 5. Minas Gerais (Estado) - Aspectos culturais I. Mendes, Clelma Rodrigues
Martins. II. Figueiredo, Fernanda Rodrigues de. III. Martins, Mara Letícia Carvalho de
Souza. IV. Série.

24-240716

CDD-306.08996081

Índices para catálogo sistemático:

1. Cultura afro-brasileira: Sociologia 306.08996081

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

©Editora Unimontes

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

Montes Claros - Minas Gerais - Brasil, CEP 39401-089 - Caixa Postal 126.

www.editora.unimontes.br | editora@unimontes.br

Filiada à



VOLUMES DA COLEÇÃO ICEB

Volume 1: Africanidades confluentes na Educação Básica

Volume 2: Cultura, ancestralidade, tradições rurais e urbanas nas vivências de estudantes da Educação Básica

Volume 3: História e memória: o que as cidades têm a dizer sobre nós

Volume 4: As Minas são muitas: memória, patrimônio e cultura

Volume 5: Educação financeira, economias locais e mercado de trabalho: experiências da Educação Básica para a transformação social

Volume 6: Política e cidadania: vozes, experiências e reflexões das juventudes da Educação Básica mineira

Volume 7: Catalisando pesquisas em direitos humanos e juventudes sob olhares de estudantes da Educação Básica

Volume 8: Um convite para o diálogo: olhares de estudantes-pesquisadores sobre a diversidade

Volume 9: Vamos falar sobre saúde? Um olhar a partir de estudantes-pesquisadores da Educação Básica

Volume 10: Ciência e tecnologia da escola para a vida: caminhos da inovação e criatividade na Educação

Volume 11: Da escola para a vida: ciência e tecnologia em prol das comunidades e da sustentabilidade

Volume 12: Educação ambiental e mudança social: o enfrentamento à degradação do meio ambiente nas comunidades escolares de Minas Gerais

Volume 13: Gotas de mudança: um compromisso das escolas mineiras com o futuro hídrico

Volume 14: Raízes do futuro: experiências de sustentabilidade, conservação e tradição na Educação Básica

Volume 15: Caminhos para a sustentabilidade: experiências na Educação Básica em gestão de resíduos, reciclagem e inovação ambiental

Os textos que compõem os livros desta coleção derivam de ações pedagógicas e de atividades de pesquisas realizadas por estudantes e professores orientadores e tutores de escolas estaduais vinculados ao Programa de Iniciação Científica na Educação Básica do Estado de Minas Gerais. Seu conteúdo foi escrito de forma colaborativa entre os participantes, apresentando os resultados das atividades desenvolvidas sem refletir o ponto de vista do Estado de Minas, dos estudantes, dos professores envolvidos ou da Editora Unimontes, respeitadas as premissas para o desenvolvimento de pesquisas científicas. A reprodução é permitida para fins didáticos e informativos, com a devida indicação de autoria, sendo vedada qualquer utilização comercial ou com fins lucrativos.

o papel do professor é promover a interação dos alunos com os fenômenos, fatos e informações, permitindo que eles investiguem e levantem hipóteses, testando-as, e consigam concluir a investigação, chegando a constatações significativas que os levem a compreender, de forma aprofundada, o tema escolhido. Essa abordagem tira os alunos da passividade das aulas tradicionais e os coloca em busca de solucionar problemas, com auxílio do professor, ou dos professores, quando a abordagem adotada for interdisciplinar.

No ensino por investigação, o professor propõe e discute questões, ajudando seus estudantes no planejamento da pesquisa e na busca de evidências, bem como na elaboração de conexões entre estas e as explicações teóricas plausíveis, por meio de discussões. Para isso, os professores costumam elaborar sequências didáticas, que são atividades articuladas e ordenadas sobre um tema de interesse, ou vários, com a participação ativa dos alunos. Para ter sucesso, essa abordagem de ensino deve ter a participação ativa de todos os envolvidos, incluindo a escola e a família, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos, entendendo suas dúvidas e utilizando conteúdos dinâmicos e interativos relacionados ao cotidiano.

O Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, tem como objetivo intensificar o estudo e a reflexão sobre os Temas Contemporâneos Transversais, por meio da aplicação de metodologias científicas, possibilitando aos estudantes identificar e propor soluções para os problemas do seu contexto social, incentivando, apoiando, valorizando e dando visibilidade à produção e compartilhamento de conhecimentos e saberes, a partir da aplicação de metodologias que são empregadas na pesquisa científica. O ICEB busca levar para as escolas públicas uma experiência com a Iniciação Científica que já é desenvolvida nas universidades e centros de pesquisa do Brasil e do mundo, promovendo, dessa maneira, a formação científica de estudantes que ainda se encontram no Ensino Fundamental e Médio, desenvolvendo aptidões que eles poderão aplicar em diversas esferas da vida, incentivando, inclusive, a formação em nível superior.

Esta coleção de livros do ICEB é o exemplo do sucesso do Programa, que demonstra como o ensino por investigação pode trazer

vários resultados de extrema relevância para os estudantes, como o desenvolvimento de competências e habilidades de reflexão, resolução de problemas e construção de conhecimento; desenvolvimento de autonomia, senso crítico, questionamentos; desenvolvimento de responsabilidade, respeito às diferentes visões de mundo e cooperação. Além disso, nos livros, fica claro que o aluno aprende sobre ciência e como fazer ciência em todas as suas áreas. Com certeza, para os professores envolvidos, o Programa resultou em reflexões críticas sobre a sua própria prática pedagógica, estimulando o seu aprimoramento, proporcionando, ademais, novas experiências que estimulam sua continuidade com dedicação na docência, apesar dos desafios que se apresentam na atualidade.

O ICEB, aplicando o ensino investigativo em sala de aula, certamente atinge o resultado esperado e essencial do ensino para estudantes e professores, que é o de formar cidadãos informados e críticos, por meio do diálogo e da exposição de ideias entre toda a comunidade escolar, com impacto positivo para toda a sociedade, no que se refere ao desenvolvimento do respeito pelo pensamento divergente.

Esta coleção de livros reúne relatos de experiências bem-sucedidas que promovem a formação de indivíduos mais questionadores, reflexivos e com capacidade de enfrentamento de problemas do cotidiano. Estudantes, professores e toda a comunidade escolar envolvida nesses projetos tornam-se, por meio do ICEB, mais aptos a confrontar informações imprecisas amplamente difundidas e, ainda, se tornam agentes multiplicadores de conhecimento — construtores de uma sociedade brasileira mais consciente da importância do saber científico e dos saberes locais na tomada de decisões em diversas esferas da vida em sociedade.

Vida longa a programas como o ICEB, que valorizam o pensamento crítico e a construção de conhecimento em prol de uma sociedade mais justa e humana.

Viviane Alves Gouveia

ICB/UFMG



APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO ICEB

Esta coleção reúne um conjunto de 15 livros organizados a partir dos relatos de experiência produzidos no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica, conhecido como ICEB, uma iniciativa da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), que, desde 2017, integra a pesquisa científica no cotidiano escolar da educação básica.

O ICEB estimula a investigação científica nas escolas estaduais de Minas Gerais, envolvendo estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, sob a orientação de professores, formando Núcleos de Pesquisa. Esses núcleos exploram um dos dois eixos temáticos do programa: “Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora” (NUPEAAS) e “Territórios de Iniciação Científica” (TIC). O primeiro se constitui de espaços de fomento à educação para as relações étnico-raciais, abordando a história, cultura, produção científica e trajetória dos povos tradicionais, africanos e afro-brasileiros; o segundo, por sua vez, se relaciona a temas de interesse local e regional, correlacionados às diferentes áreas do conhecimento.

Ainda, os Núcleos de Pesquisa contam com o suporte e supervisão de professores tutores, professores efetivos da rede pública estadual

com formação *Stricto Sensu* que acompanham o desenvolvimento dos projetos, principalmente no aspecto da pesquisa e metodologia científica, oferecendo apoio aos professores orientadores, na condução e estruturação das pesquisas. De maneira indireta, os núcleos de pesquisa também contam com o apoio de professores curadores, também professores efetivos com formação *Stricto Sensu* que são responsáveis por organizar cursos de formação para os professores orientadores, assim como analisar os projetos sob o ponto de vista dos cuidados ao cumprimento das resoluções de Ética e Segurança em Pesquisa, indicando sugestões de melhorias e aprimoramento das pesquisas.

Nessa perspectiva, o ICEB busca oferecer um ambiente estimulante para que estudantes e professores possam explorar questões relevantes em seus territórios, criando possibilidades para que eles possam ser protagonistas na investigação e na busca de respostas em um processo crítico-reflexivo de (re)construção de conhecimento. Além de contribuir para o aprendizado acadêmico, o programa promove a valorização da ciência como ferramenta de transformação social, incentivando a inclusão de temas como diversidade cultural, sustentabilidade, direitos humanos e inovação. Assim, o programa fortalece a formação integral dos estudantes, preparando-os para serem cidadãos críticos e ativos, capazes de tomar decisões informadas e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A coleção que ora apresentamos é composta por trabalhos desenvolvidos entre outubro de 2021 e dezembro de 2022, resultado de pesquisas conduzidas por estudantes e professores das 47 Superintendências Regionais de Ensino da SEE/MG. Cada volume explora e fomenta a curiosidade científica, a consciência social e ambiental, e a valorização cultural, oferecendo aos leitores uma rica diversidade de temas relevantes para a formação crítica e cidadã.

Os livros abrangem uma vasta gama de temáticas transversais, que vão desde a valorização das africanidades e a luta contra o racismo até a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. A coleção se inicia com o livro *Africanidades confluentes na Educação Básica*, apresentando a

história afro-brasileira no território mineiro, por meio de relatos científicos que abordam as suas culturas, identidades, resistências, memórias e tradições no processo de formação e identidade do povo brasileiro. Este volume é seguido por *Cultura, Ancestralidade, tradições rurais e urbanas nas vivências de estudantes da Educação Básica*, o qual promove uma imersão nas diversas manifestações culturais, religiosas, artísticas e comunitárias de raízes africanas e quilombolas no Brasil. Ambos os livros destacam a importância da preservação da memória, da identidade e da cultura como formas de resistência e valorização das heranças de nossos ancestrais.

Ainda na perspectiva de valorização da nossa história e identidade, os livros *História e memória: o que as cidades têm a dizer sobre nós* e *As Minas são muitas: memória, patrimônio e cultura* nos convidam a refletir sobre o legado histórico e as produções artísticas que moldam nossas comunidades em diversas localidades de Minas Gerais, destacando a importância da memória, da história e da preservação cultural. Ao mesmo tempo, eles trazem um convite à reflexão sobre como a história local, contada por seus próprios atores, pode enriquecer nossa compreensão crítica sobre o passado e nosso senso de pertencimento, bem como orientar políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural e ao desenvolvimento social.

Na sequência, temas relevantes, como a pobreza, a desigualdade social, os direitos humanos, a diversidade, e a inclusão também são abordados nesta coleção. Em *Educação financeira, economias locais e mercado de trabalho: experiências da Educação Básica para a transformação social*, reúne-se uma série de relatos que exploram as interseções entre educação, mercado de trabalho e desenvolvimento econômico em diferentes contextos de diversas localidades de Minas Gerais, convidando o leitor a uma compreensão prática de conceitos como educação financeira, empreendedorismo e sustentabilidade, oferecendo um panorama dos desafios e potencialidades enfrentados por diferentes regiões mineiras. Enquanto isso, o livro seguinte, *Política e cidadania: vozes, experiências e reflexões das juventudes da Educação Básica mineira*, nos proporciona um conjunto diversificado de experiências vivenciadas por estudantes mineiros da

educação básica voltados para a formação crítica, a cidadania e o direito à cidade, enfatizando o direito de todos ao acesso à cultura, ao lazer e a uma educação integral e de qualidade.

O exemplar *Catalisando pesquisas em direitos humanos e juventudes sob olhares de estudantes da Educação Básica* aborda relatos de experiência relacionados à educação em direitos humanos, ao engajamento social e aos impactos sociais da pandemia de Covid-19 na juventude, oportunizando uma visão ampla dos desafios enfrentados pelas juventudes e da importância de capacitá-las para serem protagonistas de suas próprias histórias e para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Ainda nessa vertente, a obra *Um convite para o diálogo: olhares de estudantes-pesquisadores sobre a diversidade*, nos oferece uma reflexão sobre como a educação pode ser um espaço de inclusão, empoderamento, respeito à diversidade e transformação social, abordando questões fundamentais que impactam diretamente a vida dos estudantes da educação básica e suas comunidades.

Continuando o percurso pela coleção, apresentamos obras que se destacam por abordar temas relacionados à ciência, à tecnologia, à saúde, ao meio ambiente e nossa responsabilidade socioambiental para com o desenvolvimento de nossa sociedade. O volume *Vamos falar de saúde? Um olhar a partir de pesquisadores estudantes da educação básica* reúne uma coleção de relatos que debatem os impactos da pandemia de Covid-19, os saberes científicos e tradicionais no cuidado com a saúde, bem como reflexões importantes sobre saúde mental e pública no ambiente escolar.

Os próximos dois livros são dedicados à ciência e à tecnologia, destacando a importância dessas áreas para o progresso da nossa sociedade e a atuação dos nossos estudantes pesquisadores como inovadores, adaptando-se diante dos desafios do mundo contemporâneo. Assim, o livro *Ciência e tecnologia da escola para a vida: caminhos da inovação e criatividade na Educação* é focado em relatos de experiências nas áreas das tecnologias digitais de informação e comunicação, gamificação e cultura maker. Nele encontramos trabalhos que discutem sobre os impactos educacionais

permeados por plataformas digitais, modelagem matemática e programação, sobre a gamificação como ferramenta pedagógica para o ensino-aprendizagem, sensibilização ambiental e para a redução da evasão escolar e sobre a inserção da cultura maker nas escolas, com criação de Fab Labs, biomateriais e uso da robótica. Já o volume *Da escola para a vida: ciência e tecnologia em prol das comunidades e da sustentabilidade* destaca trabalhos que relacionam ciência, tecnologia, sociedade e ambiente, apresentando relatos inovadores desenvolvidos pelos estudantes que buscam aproximar o conhecimento acadêmico-científico à vida cotidiana da sociedade, buscando contribuir para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social. Além disso, essas pesquisas se debruçam sobre a relação entre a ciência e dilemas éticos e sociais do nosso tempo e iniciativas que buscam investigar e melhorar as experiências de aprendizagem nas escolas, reforçando a importância da iniciação científica na trajetória estudantil.

A coleção avança para os últimos quatro livros, que apresentam relatos de experiência da educação básica versados na temática de meio ambiente e sustentabilidade socioambiental, destacando iniciativas para a preservação e melhoria da qualidade de vida nos ecossistemas.

O volume *Educação ambiental e mudança social: o enfrentamento à degradação do meio ambiente nas comunidades escolares de Minas Gerais* é focado em registros de experiências em ações de sensibilização e preservação ambiental, envolvendo uma variedade de temas relacionados à sustentabilidade e à biologia da conservação, como a Educação Ambiental, a implementação de hortas comunitárias, agricultura sustentável, a preservação e recuperação de áreas degradadas, a mineração responsável, a gestão dos recursos hídricos e os efeitos das atividades humanas no meio ambiente. A obra *Gotas de mudança: um compromisso das escolas mineiras com o futuro hídrico* reúne uma coleção de pesquisas relacionadas a soluções sustentáveis para resolver problemas de consumo e abastecimento de água potável, além de abordar a democratização da energia fotovoltaica e a educação ambiental como formas de preservação dos recursos naturais.

Em *Raízes do futuro: experiências de sustentabilidade, conservação e tradição na Educação Básica*, os relatos exploram experiências sustentáveis de valorização da biodiversidade local de comunidades mineiras e a conexão entre os saberes tradicionais e científicos, oferecendo-nos um rico conhecimento sobre o uso de plantas, a conservação da fauna e flora e a responsabilidade socioambiental. O exemplar é seguido por *Caminhos para a sustentabilidade: experiências na Educação Básica em gestão de resíduos, reciclagem e inovação ambiental*, que aborda uma coletânea estimulante de iniciativas de estudantes da educação básica para gestão de resíduos, reciclagem e inovação na construção de biodigestores para utilização de energias renováveis e o desenvolvimento de jogos e gincanas educativas, visando sensibilizar as comunidades escolares sobre o impacto dos resíduos no meio ambiente.

Assim, finalizamos a apresentação de nossa coleção, que aborda temas relevantes para a formação integral do ser humano, incentivando a reflexão sobre questões contemporâneas e históricas que permeiam nossa sociedade. Cada volume aqui exposto foi cuidadosamente organizado para não apenas apresentar o conhecimento científico de forma acessível, mas também mostrar esse saber contextualizado em realidades diversas, a partir dos olhares dos estudantes da educação básica mineira, proporcionando-nos um panorama crítico do mundo contemporâneo e refletindo a diversidade e a riqueza dos conhecimentos produzidos nas escolas estaduais de Minas Gerais. Esperamos que os trabalhos divulgados possam inspirar você, leitor, a atuar ativamente para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

Boa leitura!

Mara Letícia Carvalho de Souza Martins

Coordenadora da Coleção ICEB



APRESENTAÇÃO DO VOLUME 1

Este primeiro volume da coleção ICEB, intitulado *Africanidades Confluentes na Educação Básica*, é dedicado a explorar a riqueza das culturas afro-brasileiras e a refletir sobre o papel da Educação Básica na promoção do respeito, da diversidade e do combate ao racismo. Dividido em três partes, o livro revela a contribuição de escolas públicas de Minas Gerais na promoção da igualdade racial, do fortalecimento da identidade afro-brasileira e na valorização das tradições culturais de comunidades quilombolas e afrodescendentes.

Na primeira parte do livro, intitulada *Negritudes: construindo conhecimentos para superar preconceitos a partir da Educação*, os capítulos se debruçam sobre a experiência de combate ao racismo dentro das escolas e o papel da educação na construção de um ambiente que estimule a convivência harmoniosa. Cada relato de experiência reflete sobre a importância de desenvolver práticas pedagógicas que incentivem a superação dos preconceitos e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

A segunda parte, *Cultura e tradição afro-brasileira como elementos de resistência e autoafirmação no território mineiro*, explora o patrimônio cultural afro-brasileiro em suas múltiplas manifestações, como as

artes manuais, a literatura e os saberes tradicionais. Os capítulos trazem relatos sobre a presença das heranças afrodescendentes no cotidiano das escolas e nas comunidades, apresentando práticas de resistência e reafirmação de identidades.

Na terceira e última parte, *Origens pretas: reflexões sobre identidade e autorrespeito como passaporte na luta para a democracia racial*, os autores discutem a construção da identidade afrodescendente em diferentes contextos e a importância do autorrespeito e da autoestima para enfrentar o racismo estrutural. Essa seção proporciona uma análise sensível das trajetórias de estudantes e comunidades que trabalham para consolidar sua memória e ancestralidade como valores fundamentais.

Este volume é, portanto, uma leitura indispensável para todos aqueles que acreditam na Educação como ferramenta de transformação social e no poder das africanidades como fonte de conhecimento, resistência e valorização das raízes culturais. Trata-se de um livro que inspira a reflexão crítica e o compromisso com uma educação inclusiva e plural, respeitosa das múltiplas etnias e identidades que formam o Brasil.

Clelma Rodrigues Martins Mendes

Fernanda Rodrigues de Figueiredo

Organizadoras

SUMÁRIO

PARTE 1

NEGRITUDES: CONSTRUINDO
CONHECIMENTOS PARA SUPERAR
PRECONCEITOS A PARTIR DA EDUCAÇÃO

- 26 Reflexões sobre raça e etnia: um olhar crítico sobre o racismo a partir da comunidade escolar da Escola Estadual Professora Marlene Carmo, em Rio Pardo de Minas**

Escola Estadual Professora Marlene Carmo - SRE Janaúba

- 36 O auxílio da escola no estímulo à convivência harmoniosa para combater o preconceito: o caso da Escola Estadual Augusto José Vieira**

Escola Estadual Augusto José Vieira - SRE Conselheiro Lafaiete

- 50 Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**

Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque - SRE Juiz de Fora

- 60 Tijuco, história e memória: conhecer para valorizar**

Escola Estadual Professor Iago Pimentel - SRE São João Del Rei

- 72 Criando raízes: reflexões sobre evasão escolar em comunidades quilombolas**

Escola Estadual Barreira dos Índios - SRE São João Del Rei

PARTE 2

CULTURA E TRADIÇÃO AFRO-BRASILEIRA
COMO ELEMENTOS DE RESISTÊNCIA E
AUTOAFIRMAÇÃO NO TERRITÓRIO MINEIRO

- 84 Saravá, a influência da africanidade no bitelo Barro Mineiro**

Escola Estadual Dona Antônia Valadares - SRE Pará de Minas

- 98 Usos de plantas medicinais nas comunidades quilombolas Tabuleiro e Cruzeiro, no Município de Berilo**

Escola Estadual Ribeirão do Altar - SRE de Araçuaí

- 104 Comunidade quilombola Nova Matrona: seus saberes, suas tradições**

Escola Estadual Manoel Pedro Silva - SRE Araçuaí

- 118 Literatura como mecanismo de combate ao racismo: escritores pretos lidos na educação básica como forma de luta e resistência**

Escola Estadual Floriano Witt - SRE Governador Valadares

- 130 O batuque no território quilombola: herança afrodescendente, valorizar para nunca esquecer**

Escola Estadual Deusania de Brito Sales - SRE Januária

- 138 Artes manuais quilombolas: reconhecendo raízes afrodescendentes na comunidade escolar**

Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena - SRE Sete Lagoas

PARTE 3

ORIGENS PRETAS: REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE
E AUTORRESPEITO COMO PASSAPORTE NA LUTA
PARA A DEMOCRACIA RACIAL

152 **Sou quilombola? Vivo minhas tradições: juventude, cultura e transformação**

*Escola Estadual Monsenhor Florisval
Montalvão - SRE Januária*

168 **Negritude: uma reflexão plural na sociedade chapadense**

*Escola Estadual Moacir Cândido -
SRE Januária*

178 **Vozes das meninas negras: perspectivas, representatividade e lutas**

*Escola Estadual Cinira Carvalho -
SRE Campo Belo*

192 **Identidades afro culturais: memória, corporeidade e ancestralidade no bairro do Congonhal, no município de Cambuquira**

*Escola Estadual Clóvis Salgado -
SRE Varginha*

200 **Negritudes, identidade e cultura: da negação individual à consciência coletiva**

*Escola Estadual João Xavier da Costa -
SRE Manhuaçu*

212 **Porto Agrário: levantamento histórico e cultural para consolidação como comunidade quilombola**

*Escola Estadual Manoel Fernandes da
Silva - SRE Januária*

226 **Africanidades: identidades e valores na Comunidade do Linhares para o combate ao racismo e à discriminação social**

*Escola Estadual Dilermando Costa Cruz
- SRE Juiz de Fora*

238 **Origens apagadas: conhecendo algumas das etnias africanas que compuseram a população da Zona da Mata mineira**

*Escola Estadual Prefeito Jayme Toledo -
SRE Carangola*

250 **Retalhos da história de formação de Ninheira**

*Escola Estadual Professor Marcionilo
Pereira Dutra - SRE Araçuaí*

PARTE 1

NEGRITUDES: CONSTRUINDO
CONHECIMENTOS PARA
SUPERAR PRECONCEITOS A
PARTIR DA EDUCAÇÃO



REFLEXÕES SOBRE RAÇA E ETNIA: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O RACISMO A PARTIR DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARLENE CARMO, EM RIO PARDO DE MINAS

Amanda Alves dos Santos¹, Dhenyfer dos Santos, Izadora Brasil Sacramento¹, Karla Emanuely da Silva Costa¹, Lara Eduarda Cordeiro Pestana¹, Larissa Rodrigues Lopes¹, Lorrany Vitória de Oliveira Barbosa¹, Luís Fernando Teixeira Santos¹, Maria Tereza Gonçalves de Oliveira¹, Sânya Luarla Mendes Brito, Soluar Nogueira Amorim¹, Josilene Santos Silva Sena², Kaio César Goulart Alves³

1 INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência procura analisar o racismo em Rio Pardo de Minas, com destaque para as percepções e as experiências da comunidade escolar da Escola Estadual Professora Marlene Carmo. Justificada pelas nuances e particularidades referentes ao tema, este

1 Escola Estadual Professora Marlene Carmo (Rio Pardo de Minas/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Professora Marlene Carmo, josilene.santos@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Vicente Lopes Perez, kaio.alves@educacao.mg.gov.br.

estudo visa fomentar o debate amplo e contínuo sobre a construção e a consolidação do Brasil como uma nação soberana e inclusiva, sem a presença do racismo nas relações sociais.

É conhecido o fato de que o racismo está enraizado no cotidiano brasileiro, de Norte a Sul, seja por manifestações com palavras, atos, omissões, gestos, seja pela ausência de conhecimento, pela perversidade, ou ainda pelo analfabetismo funcional ou absoluto. Isso relacionado ao fato de que a população africana, escravizada no Brasil, mesmo após a abolição, não foi incorporada efetivamente à cidadania (Fernandes, 1978).

2 DESENVOLVIMENTO

A elaboração deste relato teve início no começo do segundo semestre escolar de 2021, com previsão de término em agosto de 2022. Porém, o núcleo de pesquisa, constituído na versão 2021-2022 do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), teve suas atividades prorrogadas até 31/12/2022. A equipe responsável por este relato é composta por 11 estudantes, uma professora orientadora e um tutor.

Nosso trabalho tem como objetivo propiciar, na comunidade escolar, a consciência de que a história da política educacional no Brasil, sobretudo em Rio Pardo de Minas, e seus graves problemas de qualidade, é marcada profundamente pelo racismo, entendido pela negação do outro. Isso fica evidente quando um ser humano se considera superior ao outro, pautado em estereótipos.

Visando compreender que tal perspectiva, em qualquer ambiente, sobretudo no escolar, atua como um fenômeno que desumaniza pessoas e marca estruturalmente a distribuição desigual de acesso a oportunidades, recursos, informações e poder no cotidiano; escolhemos o tema racismo em virtude das constantes manifestações de preconceito que, atualmente, têm ocorrido dentro e fora do Espaço Escolar que constitui o recorte espacial da presente pesquisa.

O racismo afeta profundamente a qualidade das instituições educacionais, prejudicando a trajetória escolar e comprometendo a garantia do direito humano à educação de milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos de nosso país. Enfrentá-lo é um desafio de toda sociedade brasileira (Abramovay; Castro, 2006).

No primeiro momento, os pesquisadores definiram o problema de pesquisa: “As manifestações do racismo na comunidade escolar da Escola Estadual Professora Marlene Carmo”. Comprometidos com o trabalho, os membros planejaram suas ações, obedecendo ao cronograma para a realização das atividades de pesquisa.

O levantamento de dados para desenvolvimento da presente pesquisa deu-se por meio da realização de questionários eletrônicos entre os meses de dezembro de do ano de 2021 e março de 2022. Os questionários foram estruturados com perguntas de múltipla escolha sobre o tema “racismo nas relações sociais”. Os questionários foram produzidos a partir de propostas e questões que partiram dos alunos-pesquisadores. Ao todo, foi feito um levantamento com 112 pessoas, entre alunos e servidores da Escola Estadual Professora Marlene Carmo, que responderam perguntas sobre “convivência com o racismo”, “autoidentificação racial”, “sofrimento de ofensa racial”, entre outras.

De tal maneira, a equipe pesquisadora desenvolveu seus trabalhos pautando seus objetivos na necessidade de propiciar, para a comunidade escolar, a consciência sobre a importância do combate ao racismo. A relação entre educação e racismo tem ganhado espaço de discussão, sobretudo a partir do estudo da temática do racismo nas instituições de ensino, como prevê a legislação brasileira, entretanto, essa questão ainda se encontra longe de ser superada, e exige um esforço de cada indivíduo e da sociedade, como mencionam os autores abaixo;

Precisamos superar tudo isso, ultrapassar, extinguir preconceitos, proceder a uma desintoxicação semântica, redefinir termos e conceitos. No campo educacional, aprender, ensinar, saber, educar e educar-se. Não obstante, prestar atenção aos meios e as formas com as quais os educandos se relacionam para aprender (Fonseca; Silva; Fernandes, 2011, p. 9).

Em 2022, preparou-se um questionário que foi aplicado com a comunidade escolar. Com 11 perguntas, o instrumento de pesquisa procurou identificar o perfil racial da comunidade escolar, entender como o racismo e a discriminação racial são vividos na cidade, entender como a sociedade se posiciona em relação ao racismo, identificar a proporção de pessoas que já sofreram atos de racismo etc.

As reuniões da equipe pesquisadora foram realizadas na biblioteca da escola. Os estudantes, sob a orientação da professora, organizaram diversas atividades durante o ano de 2022, como leituras, pesquisas, anotações, elaboração de questionários, viagem de campo, vídeos e um “Chá contra o racismo” na escola. Após a coleta das informações, por meio dos questionários, a equipe se reuniu para analisar e interpretar os dados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da tabulação dos dados (Gráfico 1), foi possível constatar que: 61,5% (69) das pessoas que responderam ao questionário se declararam de cor parda, 24% (27) de cor branca, 12,5% (14) de cor preta, e 1,9% (2) de cor amarela. No aspecto da convivência cotidiana (Gráfico 3): 51,9% (58) afirmaram que convivem com pessoas racistas. Além disso, 26% (29) dos que responderam ao questionário, em alguma ocasião, já sofreram alguma discriminação racial. De tal modo, ficou evidente que o racismo é um fenômeno com permanência histórica na comunidade escolar da E. E. Professora Marlene Carmo.

Muito preocupante é o fato de que, na pesquisa, quando questionados se já foram vítimas de racismo, 23,1% afirmaram que sim (26). Os dados do questionário também revelaram que 10% (11) dos pesquisados se consideram racistas, ou seja, assumiram a condição de preconceituosos.

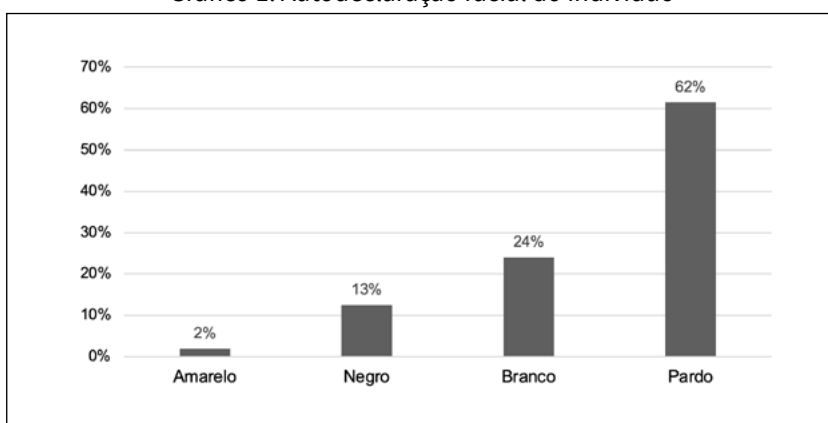
Entre os 112 entrevistados, 9,6% (11) dizem ignorar uma ação racista quando a veem. Ou seja, ao presenciarem um comportamento ou uma manifestação racista, não defendem a vítima, ou não denunciam o agressor (Gráfico 4).

Precisamente, os dados acima são melhor dimensionados quando compreendemos que nossa formação social, de ordem racista,

atribui aos brancos e aos europeus valores de superioridade, conforme salienta Almeida (2019). Entretanto, povos africanos, como os egípcios, representam o nascedouro das filosofias e das ciências, o que se costuma atribuir apenas aos gregos e a outros europeus. Apenas para citar um exemplo que desconstrói essa visão eurocêntrica.

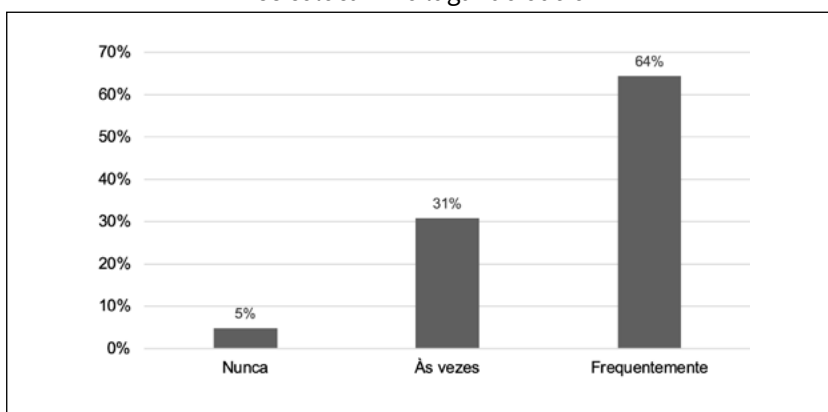
Para melhor compreensão dos dados acima expostos, foram elaborados gráficos pela equipe de pesquisadores.

Gráfico 1: Autodeclaração racial do indivíduo



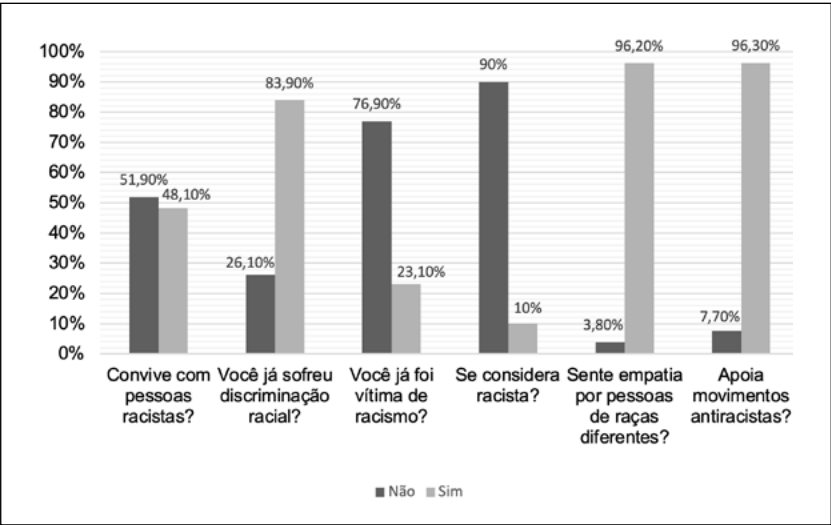
Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 2: Frequência com que os entrevistados se colocam no lugar do outro



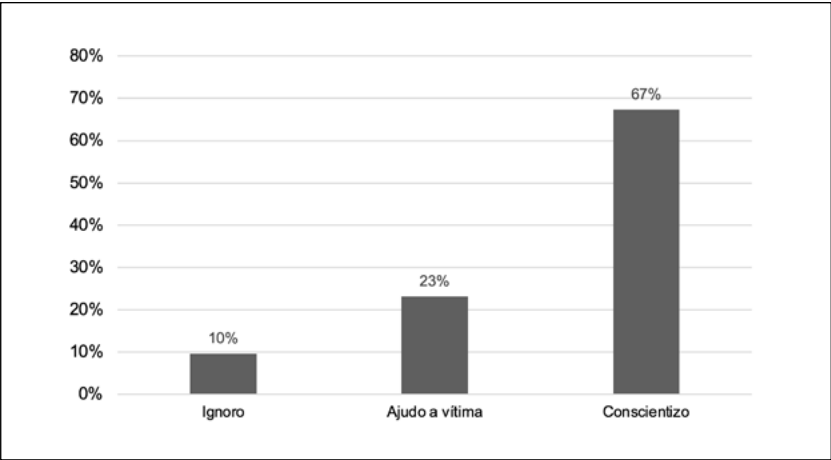
Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 3: Análises de preconceitos sobre raça e etnia: estudo realizado na escola estadual professora Marlene Carmo, de Rio Pardo de Minas/MG



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 4: Comportamento perante a ação racista



Fonte: Elaborado pelos autores.

Além das atividades citadas acima, no dia 28/07/2022, nos turnos matutino e vespertino, toda a comunidade escolar foi convidada a participar do “Chá contra o racismo”, na Escola Estadual Professora Marlene Carmo.

Na ocasião, a equipe teve a oportunidade de realizar a exposição dos trabalhos desenvolvidos, tais como: projetos de pesquisa, resultados obtidos, gráficos quantitativos, exposição de livros relacionados aos temas de raça e etnia, apresentação de notícias e vídeos relacionados ao racismo e à discriminação racial. Os estudantes dos turnos matutino e vespertino da escola tiveram a oportunidade de participar do evento, em que foi organizada uma agenda de visitação para cada turma com um tempo de participação de 30 minutos. A equipe pesquisadora ficou distribuída em pontos estratégicos da quadra da escola, para que pudesse ouvir e ser ouvida pelos visitantes. Na oportunidade, todo o trabalho foi apresentado à comunidade escolar.

Figura 1: Fotos do evento “Chá contra o racismo”



Fonte: Acervo dos autores.

Nesse dia foi preparado um painel com um fundo preto, em que foram colocadas flores brancas, identificadas com nomes fictícios. Cada uma lembrando e homenageando vítimas do racismo no mundo. Nessa oportunidade, foi reproduzido um vídeo sobre “O que é racismo?”. Durante a exibição, foram discutidos exemplos de falas pejorativas que, na maioria das vezes, são atos de injúria racial ou racismo. Falou-se também sobre as penalidades, conforme a legislação pertinente no Brasil. Ainda sobre o “Chá contra o racismo”, também foi preparada a apresentação de um curta-metragem, com o título “O ódio que você semeia”.

Finalmente, foram planejadas ações de conscientização com base nas percepções mais frequentes sobre o racismo na comunidade escolar.

Assim, no evento, foram distribuídas cartilhas educativas com base nos principais problemas relatados no questionário, objetivando entender como a realidade local está relacionada com o racismo e a discriminação racial.

Como parte das etapas da pesquisa, e tendo o objetivo de fortalecer as aprendizagens, foram realizadas duas viagens históricas no âmbito do projeto. No dia 03/08/2022, fizemos uma visita de campo ao Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte. Lá, pudemos observar as diversas profissões, sempre relacionando a questão do trabalho com o período escravista. Também visitamos a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na oportunidade, foi discutida a importância da continuidade dos estudos. Para finalizar a visita de campo, fomos aos estúdios da Rede Minas.

O segundo dia de visitas de campo foi na cidade histórica de Ouro Preto, e ocorreu em 04/08/2022. Visitamos a “Mina do Veloso”, que é um exemplar da genialidade africana nos trabalhos em busca do ouro nos séculos XVIII e XIX. Identificamos e vivenciamos diversos aspectos técnicos e culturais da exploração do ouro no período colonial. Com mais de 400 metros de galerias, interligando câmaras (salões) com pilares de sustentação do teto, o espaço é realmente rico de informações sobre o período escravista em Minas Gerais.

O conhecimento sobre essas sociedades que auxiliaram na construção da sociedade brasileira e de sua identidade é o melhor caminho para vencer os preconceitos e alcançar a igualdade de direitos, importante para uma nação soberana. Nesse sentido, precisamos de uma mudança cultural na humanidade e não apenas de leis que combatam o racismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de todo o exposto acima, sobretudo dos dados dos questionários, consideramos que o racismo está presente na comunidade escolar da Escola Estadual Professora Marlene Carmo. Como bem foi demonstrado, foram identificados casos de pessoas que sofreram discriminação, que presenciaram atos preconceituosos, e outras que dizem ter empatia por aqueles que são oprimidos, mas não interferem para mudar a questão.

O dado ainda mais desafiador, é que alguns indivíduos se auto-declararam racistas, demonstrando o tamanho do desafio que precisa ser enfrentado pela comunidade escolar no sentido de educar para que tais práticas sejam mitigadas de forma progressiva até proporcionar sua total extinção. O que de fato só ocorrerá através de propostas, projetos e programas que tratem diretamente tais questões a nível individual, coletivo, local, regional e nacional. Essa, portanto, é uma das questões mais urgente a ser tratada tanto pela escola em cooperação com toda a comunidade escolar, a rede parceira e a sociedade brasileira.

Por fim consideramos que esta pesquisa contribuiu para descortinar os problemas referentes à questão do racismo existente em nosso território escolar, para que possamos com maior clareza contribuir e superar essa questão. Entretanto, entendemos que esse debate ainda está longe de se esgotar. Por isso acreditamos que novas pesquisas virão para somar a esta, que certamente além de contribuir para o crescimento de toda a equipe de pesquisadores, trouxe perspectivas de um futuro mais humano, empático e justo, com políticas públicas que de fato possam promover a transformação da realidade que ainda se faz presente em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasília: UNESCO; INEP; Observatório de Violência nas Escolas, 2006.

ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Pólen, 2019.

FERNANDES, F. *A Integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N. da; FERNANDES, A. B. *Relações étnico-raciais e educação no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

O ÓDIO QUE VOCÊ SEMEIA. Direção: George Tillman, Jr. Produção: Marty Bowen, Wyck Godfrey, Robert Teitel e George Tillman, Jr. Estados Unidos: Fox 2000 Pictures; Temple Hill Entertainment; State Street Pictures. 2018. (2h13min).

AUXÍLIO DA ESCOLA NO ESTÍMULO À CONVIVÊNCIA HARMONIOSA PARA COMBATER O PRECONCEITO: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO JOSÉ VIEIRA

Cássia Fortes Camargo¹, Fernanda Félix Braga¹, Iasmim Silva da Cruz¹, João Pedro Ferreira Srbek¹, Luísa Carmo Bastos¹, Luís Fernando Martins Gomes¹, Otávio Henrique Ramos Bazílio¹, Thiago Henrique Sírío Teixeira¹, Victor Gabriel Silvério Bastos de Paula¹, Bruna Gabriela de Jesus Cardoso Silva², Pedro Carlos da Costa Pechincha³, Luan Ariel Sigaud Vasconcellos do Santos⁴

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visou primeiramente a coleta de dados sobre quais as informações que a comunidade escolar da Escola Estadual Augusto José Vieira tinha sobre a cultura afro-brasileira. Após a coleta de dados, foram realizados projetos de extensão que ensinavam mais sobre o tema, para que os estudantes tivessem a oportunidade de expandir seus conhecimentos.

1 Escola Estadual Augusto José Vieira (Conselheiro Lafaiete/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Augusto José Vieira, bruna.gabriela@educacao.mg.gov.br.

3 Coorientador, Escola Estadual Augusto José Vieira.

4 Tutor, Escola Estadual Gabriela Ribeiro Andrada, luan.santo@educacao.mg.gov.br.

Nosso trabalho procurou responder à questão: qual é a percepção da comunidade escolar da Escola Estadual Augusto José Vieira, e da comunidade no entorno (bairros São Dimas, Expedicionários, São Lucas e Parque das Acácias), sobre a cultura, a religião e os racismos vividos pelos negros na sociedade atual? Procuramos compreender o problema a partir de ferramentas, como questionário e rodas de conversa, para sanar as dúvidas que alguns estudantes ainda tinham em relação aos temas de cultura africana e afro-brasileira.

O objetivo central desta pesquisa foi buscar dados para analisar o grau de informação de pessoas da comunidade sobre os temas de cultura africana e afro-brasileira, assim como realizar um trabalho de extensão para ampliar os conhecimentos dos estudantes sobre essa temática. Sendo assim, essa pesquisa torna-se de extrema importância para combater o preconceito e o racismo, pois muitas pessoas têm pouco ou nenhum conhecimento sobre o que se refere a cultura negra e, por isso, ignoram a importância do tema. De acordo com Hampâté Bâ:

O patrimônio cultural do povo africano consiste na soma de conhecimentos sobre a natureza e a vida, os valores morais da sociedade, a concepção religiosa do mundo, o domínio das forças ocultas que cercam o homem, o segredo da iniciação nos diversos ofícios, o relato dos eventos passados ou contemporâneos, o canto ritual, a lenda, a poesia, tudo isso é guardado pela memória coletiva, a verdadeira modeladora da alma africana e arquivo de sua história. Por isso já se disse que “cada ancião que morre na África é uma biblioteca que se perde”. Toda história verdadeira da África está na tradição oral, tão digna de fé como qualquer fonte escrita (Hampâté Bâ, 2010, p. 1).

Por esse motivo torna-se tão importante a busca para a divulgação desses relatos de memória coletiva de um povo diverso. Assim como trazer à discussão mais uma vez a luta antirracista, tão necessária e tão atual.

Como salienta Djamilia Ribeiro em seu livro *Pequeno Manual Antirracista*, “é importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade” (Ribeiro, 2019, p. 12), mostrando, dessa forma, os aspectos da cultura negra para que cada vez mais pessoas possam conhecer e, assim, combater o preconceito na

sociedade, começando pelas crianças e adolescentes, e irradiando para toda a coletividade. Dessa forma, apresenta-se a relevância dessa pesquisa, para oportunizar as pessoas da comunidade escolar e entorno um conhecimento científico elaborado por sujeitos integrantes desta comunidade de modo mais acessível e compreensível.

A história dos primeiros encontros entre brancos e negros subsaarianos, relata que a cor negra foi o que mais chamou a atenção dos conquistadores e aventureiros. Surge-se então a negatividade ou o preconceito, já que o simbolismo das cores no ocidente cristão considerava a cor negra como morte, derrota e pecado; já o branco significava pureza, sucesso e sabedoria (Guimarães, 2008). Daí em diante, nasce a estruturação da população humana em “raças”; o primeiro registro foi feito por François Bernier:

Os geógrafos até aqui dividiram a Terra em países ou regiões. O que observei nos homens ao longo de minhas viagens, leva-me a considerar dividi-la de outro modo. Pois ainda que na forma exterior do corpo, e principalmente do rosto, os homens sejam quase todos diferentes uns dos outros, segundo os diferentes cantões da Terra que habitam, de tal sorte que aqueles que muito viajaram podem muitas vezes sem se enganar distinguir pelo rosto cada nação particular; observei ademais que há, sobretudo, quatro ou cinco espécies, ou raças de homens cuja diferença pode servir com fundamento a uma nova divisão da Terra (Bernier *apud* Guimarães, 2008, p. 9).

Adiante, surge-se a classificação da humanidade em cores e traços fisionômicos. Segundo Guimarães (2008), Bernier agrupou os europeus, os Norte-africanos, os habitantes do Oriente Médio, os persas, iranianos e os indianos numa mesma espécie, já que para ele a diferença de cor seria algo superficial devido à exposição ao sol. Entretanto, mesmo a polaridade de branco-negro está nitidamente notável em suas definições de raça, Bernier diz que a cor da pele, o formato do nariz, altura, cor de cabelo, não podem ser usados como traços classificatórios de raça, já que essas características obtinham diversas distinções de indivíduo para indivíduo (Bernier *apud* Guimarães, 2008).

Tais citações mostram que a definição de cor e raça marca a cultura brasileira e o modo de enxergar o negro, inserido na sociedade sob

um prisma preconceituoso. Segundo Guimarães (2008), o termo “raça negra” é utilizado pejorativamente de forma insultuosa e designação de inferioridade, que lhe foi dada em sentido biológico no século XIX.

O leitor deve saber calcular o pesadelo que tem na palavra “despreso” é esta que acabrunha e persegue o infeliz negro, ou pessoa equivalente à classe; nós sabemos que a palavra negro é empregada como um pouco caso, ao passo que as pessoas educadas uzam da expressão “morena” o que admitto que seja pronunciada. O preto é desprezado em todos os pontos de vista, mesmo em algumas sociedades em que alguns escuros pensam ser claros; igualmente em muitos países, especialmente na terra da civilização, nos Estados Unidos; por que procurar ridicularizar o preto, quando ele também é uma criação de Deus? É um vivente como qualquer outro, si há alguns que procedem mal, isso há em todas as cores. Será provável que nesse mundo sem fim, só o negro é um ente desprezível, quase ao abandono dos seus próprios iguaes na raça, como existe ou pretende existir em sociedades desta terra formado pelo conjunto dos homens de cor? Esquecem porventura que todos morremos e teremos um só julgador e este não fará allusão à cor? Deixemos de preconceitos de raças iguaes, antes, procuremos chamar ao caminho da honra e do dever os transviados, para que possamos sahir desta utopia em que vivemos, mormente em um paiz rico e livre como o nosso, onde existe o preconceito é verdade, mas em sua maioria, na própria raça dos azeviches (A Liberdade, 1919 *apud* Guimarães, 2008, p. 15).

No mais, Tomé (2019) argumenta que biologicamente não existe “raça”, e o termo “negro”, “preto” e “afrodescendentes” se referem a um grupo identitários que remetem a um jogo político. Argumenta também que o termo “negro” remete a cor da pele e a origem africana dos afro-brasileiros, como também associado às práticas culturais e aos atributos físicos que remetem a mais da metade da população brasileira.

No livro *Sim à igualdade racial*, de Génot (2018), o autor descreve que o conceito de raça reforça a leitura das cores, indo além da estética e da identidade visual, marcando também espaços sociais e experiências nas quais o negro está inserido na sociedade brasileira, isto é, posições desfavoráveis em relação ao branco. Em uma de suas entrevistas, o entrevistado Theo van der Loo, ex-CEO da Bayer, diz que o racismo e o preconceito existem no mundo inteiro, porém no Brasil é mais velado, o que segundo suas palavras “a maioria da população é negra. Deveria ser

natural a mesma representatividade na empresa. Nos Estados Unidos existe um sistema de cotas para incluir a minoria, e no Brasil os negros são a maioria e continuam excluídos?” (Loo *apud* Génot, 2018, p. 67).

Em síntese, o racismo é uma decorrência da própria estrutura social ou, em outras palavras, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional (Almeida, 2020). Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras podem experimentar o racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Desse modo, pessoas brancas vão experimentar o lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão (Ribeiro, 2020).

No Brasil, a desigualdade racial está presente no cotidiano de várias formas, embora nem sempre sejam reconhecidas, vistas, visibilizadas. Na atualidade, pessoas negras têm menor acesso a universidades e empregos de melhores salários e, na maioria das vezes, estão ocupando funções mais precárias. Por isso, ainda hoje, têm os menores rendimentos da população ocupada (Freitas; Santos; Jacinto, 2022).

Gomes e Fabris (2021) ressaltam que nos últimos anos políticas públicas com o objetivo de enfrentar o racismo e suas consequências na vida da população vêm sendo implementadas no Brasil, mas ainda estão longe de erradicar a prática do racismo nas relações entre pessoas e suas consequências profundas na sociedade brasileira. É preciso visibilizar, reconhecer e enfrentar as desigualdades raciais como uma condição para a igualdade no trabalho e na vida.

O âmbito escolar é justamente o lugar onde se torna mais importante quebrar esse preconceito. Como é evidenciado por Rozário, Silva e Lima:

A escola, [...], enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E, por isso mesmo, também é um importante local onde essas representações podem ser superadas, com o estabelecimento de práticas educacionais que propiciem espaço para o aprendizado e a interculturalidade (Rozário; Silva; Lima, 2021, p. 80).

Desse modo, para haver efetividade, o trabalho de educação antirracista deve perpassar pela escola, pois é o ambiente mais propício para desmistificar o racismo e construir uma sociedade antirracista. Como aponta Gomes:

Articular educação e identidade negra é um processo de reeducação do olhar pedagógico sobre o negro. A escola, como instituição responsável pela socialização do saber e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, possui um papel importante na construção de representações positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão (Gomes, 2002, p. 46).

Assim, compreende-se a questão racial em termos de desigualdades produzidas pelo racismo, isto é, por um sistema social e histórico vigente que modela as trajetórias de vida, as experiências diárias e as identidades de negros(as) e brancos(as), no caso do Brasil. O racismo se expressa cotidianamente em vivências de preconceito e discriminação nas relações interpessoais com as pessoas negras, em diferentes espaços, e em desiguais trajetórias e condições de vida, identificados por diferentes indicadores sociais, como no caso de educação e trabalho (Lima, 2021).

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa iniciou-se com o estudo da base teórica, livros, como *Lugar de Fala* e *Pequeno manual antirracista*, de Djamila Ribeiro (2019); sites, como *Geledés*⁵; documentos, como a Lei nº 10.639 de 2003 (Brasil, 2003); que nos auxiliaram a referenciar a pesquisa. Os estudantes puderam contar com a presença de uma professora orientadora e um professor coorientador do projeto.

Após algumas discussões, decidiu-se o uso do instrumento questionário para coleta de dados. Foi elaborado um questionário para ser aplicado via *Google* Formulários aos estudantes da escola e, dessa forma,

⁵ Conferir: <https://www.geledes.org.br/>.

colher as informações pertinentes sobre quais as noções que os estudantes tinham sobre a cultura afro-brasileira e quais ainda eram necessárias para maiores esclarecimentos. Nesse formulário, havia perguntas fechadas e discursivas para oportunizar maior autonomia nas respostas. As perguntas abordavam aspectos, como: capoeira, congado e religiões de matriz africana. No total foram aplicados 187 formulários.

Verificou-se que a maioria dos respondentes do questionário tinha pouca ou nenhuma percepção sobre a cultura afro-brasileira e a importância dela para a construção da sociedade atual.

Mesmo quando os entrevistados disseram que conheciam razoavelmente o tema, existiram problemas visíveis, como: grande parte deles só respondeu sim e não justificou, não comprovando a veracidade da resposta; algumas pessoas que responderam sim, justificaram o motivo de forma muito rasa ou de forma equivocada, o que mostra baixo conhecimento sobre o tema. Por exemplo, 70% das pessoas responderam não conhecer nenhum fundamento das religiões afro-brasileiras. Conclui-se que a maioria das pessoas desconhece o motivo pelo qual isso ocorre, ou conhecem apenas o básico, mostrando mais uma face do preconceito, que consiste em não saber quase nada a respeito da cultura negro-africana, que inclusive é uma das raízes do Brasil atual. Na pergunta referente à vontade de aprender mais sobre a cultura afro-brasileira, 90% dos entrevistados responderam que queriam sim aprender mais.

A partir das reflexões dos estudantes sobre os questionários, encaminhou-se a seleção e a escolha de atividades formativas sobre o tema, doravante foram escolhidas ações de intervenção temáticas. Um exemplo, foi o convite e a oficina de um grande capoeirista da cidade, Eustáquio Cândido da Silva. O professor de capoeira visitou a escola e fez uma palestra em forma de roda de conversa com os alunos sobre a capoeira e a importância da cultura afro-brasileira.

Na palestra, foram abordados temas, como cultura afro-brasileira, origem dos escravizados que vieram ao Brasil, origens e motivos da capoeira ser uma luta em forma de dança. Os alunos também

presenciaram uma belíssima apresentação de capoeira com o palestrante e seu companheiro de treino. Alguns estudantes, que também eram capoeiristas, participaram de forma voluntária da apresentação que foi muito proveitosa.

Alguns dias após a palestra, foi pedido para que os estudantes escrevessem um pequeno texto relatando sua experiência com a participação e tudo o que haviam aprendido com essa vivência. Esses textos foram analisados pelos pesquisadores. Concluiu-se que, além de obterem mais conhecimento (pois os dados dos questionários nos mostravam um número muito preocupante de alunos e alunas que nunca tinham visto uma apresentação de capoeira sequer), os estudantes sentiram vontade de participar de grupos de capoeira para entender e desenvolver ainda mais.

Para ilustrar melhor esse resultado, seguem alguns trechos dos relatos dos estudantes: *“A capoeira era um tipo de luta usada pelo povo negro para se defender (...) para lutar capoeira, tem que ter muita força. A capoeira tem golpes muito ágeis e um pouco rápidos”*. Outro aluno escreveu:

Na apresentação de capoeira aprendi muito sobre a sua história, como ela surgiu e também aprendi sobre muitos outros elementos, que eram muito interessantes e diferentes (...) que os escravos criaram os movimentos para distrair os guardas e fugir e isso me encantou, e nunca mais esqueci a história da capoeira e a sua cultura (Estudante 1).

Outro relato:

Eu aprendi que a capoeira é a principal na cultura brasileira. A capoeira originou-se na época dos escravos da África para o Brasil para trabalhar. Ela é caracterizada por golpes e movimentos ágeis, e era uma forma de lutar. Normalmente eles iam para a floresta para treinar. Para não serem pegos, faziam barulhos altos para seus superiores não desconfiarem, e sim achar que era uma loucura deles (Estudante 2).

Pode-se perceber, dessa forma, que após a intervenção, aconteceu um aumento do interesse pela capoeira nos alunos.

Figura 1: Apresentação de Capoeira com o professor Eustáquio



Fonte: Acervo dos autores.

Em comemoração ao dia 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino-americana, foi realizada uma palestra com os alunos para a conscientização desse grupo tão vulnerável da sociedade.

Os estudantes ouviram uma doutoranda deste tema e professora de História, Dayene Solange Dalamora. Com essa palestra, foram acrescentadas informações sobre o tema da cultura negra, dessa vez sob a ótica feminina e apresentada por uma mulher. Trazendo, assim, um novo foco para o aprendizado dos estudantes. Também foi realizada uma visita ao Museu do Escravo, na cidade de Belo Vale, onde vários estudantes puderam conhecer sobre o período escravocrata no Brasil e perceberam como é relevante estudar o passado para compreender e fazer melhorar o presente.

Após a chegada, os estudantes também fizeram um texto relatando o que aprenderam e o que sentiram ao experienciar essa visita de forma prática. Nos relatos, apareceram palavras, como: triste, sofrimento, força e coragem. Essa experiência, além de gerar maior aprendizado, gerou também empatia para com os escravizados do passado e seus descendentes do presente.

Nessa visita, foi produzido um vídeo-documentário que foi editado e disponibilizado para a comunidade escolar. Após a exibição do vídeo, foram ouvidos relatos dos estudantes e da comunidade escolar sobre o tema. Variados depoimentos enalteceram a cultura afro-brasileira e mostraram a importância de se conhecer para combater o preconceito e o racismo no corpo social em que vivemos.

Na semana anterior ao dia em que se comemora a Consciência Negra, os alunos realizaram uma visita ao Museu da Inconfidência, localizado na cidade de Ouro Preto/MG. Durante a estadia na cidade, os alunos tiveram a oportunidade de refletir e dialogar sobre perspectivas relacionadas ao período da colonização do Brasil e o ciclo do ouro, onde o vilarejo de Vila Rica foi o maior cenário das explorações desse mineral precioso.

Tanto o museu quanto a própria cidade convidaram os alunos à reflexão de todo o processo que se iniciou no século XVIII, sabendo que nesse período havia muitos negros escravizados por lá, e foram eles que ergueram todo o patrimônio cultural arquitetônico, os casarões e as igrejas barrocas da cidade. Além disso, foram os escravos que dominavam o conhecimento e criavam as ferramentas necessárias para o próprio trabalho durante a extração do ouro nas minas. Nessa visita, também se produziu um vídeo-documentário que foi editado e disponibilizado para a comunidade escolar.

Por fim, os alunos prestigiaram o espetáculo teatral “Maria”, produzido pelo professor coorientador Pedro Costa com três alunas do 2º ano do ensino médio. A produção desse trabalho interdisciplinar foi originada de abordagens que tocam os temas propostos neste projeto, que a professora orientadora Bruna Silva vem trabalhando com todas as turmas durante todo o ano letivo.

O espetáculo trouxe a reflexão sobre assuntos relacionados à Consciência Negra e à valorização da mulher afro, imigrante e empreendedora. Após o espetáculo, houve uma mesa-redonda mediada pela diretora Rosana Vargas, a professora Leda Maria e a professora Núbia Amaro, em que os alunos relataram suas experiências e impressões em relação ao conteúdo do espetáculo teatral e das falas das professoras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos dados apresentados e nas análises qualitativas e quantitativas, ficou notório que os estudantes entrevistados demonstraram possuir poucas informações e conhecimentos acerca dos assuntos relacionados à cultura afro-brasileira.

Após a palestra sobre a Capoeira, a visita ao Museu do Escravo, a visita ao Museu da Inconfidência, o espetáculo teatral e a exibição dos vídeos documentários produzidos pelos alunos, foi pedido que os alunos enviassem um pequeno relatório sobre suas concepções e os conhecimentos adquiridos. A partir desses relatos, foi-se percebido que aumentou o nível de informações que esses alunos adquiriram com essas experiências, gerando, assim, mais conhecimento, e permitindo certa empatia para com os afrodescendentes, promovendo o combate ao racismo na sociedade.

Esses dados estão apresentados neste relato de experiência em forma dissertativa, pois foi um conhecimento muito vasto e de certa forma individual por parte dos estudantes participantes. Gerando, consequentemente, dados qualitativos necessários para esta pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todo o exposto acima nesta pesquisa, consideramos que a equipe de pesquisadores desenvolveu diversas competências e habilidades que lhe permitiu aprender muito. É notório o entendimento da necessidade de partir de um pressuposto e investigá-lo para se obter os resultados esperados.

Os maiores desafios encontrados foram a falta de tempo para aproveitar melhor as discussões e mais tempo para se realizar os projetos de extensão com a comunidade. Foi de suma importância a pesquisa do questionário, que abriu o leque de possibilidades de intervenção, bem como o próprio trabalho de ampliação da bagagem de ideias, pois com ela foi possível averiguar que o conhecimento é construído por meio de

informações, fontes, dados seguros e respaldo teórico. A partir dessas informações e conhecimentos cientificamente construídos que será possível o combate ao preconceito de raça na sociedade. O conhecimento faz com que as pessoas passem a admirar o que antes poderia causar repulsa ou medo.

Consideramos ainda que propostas de trabalho como essa deveriam ser estendidas para outras localidades, com o intuito de aumentar sempre as informações sobre a cultura afro-brasileira. Pois, na Escola Estadual Augusto José Vieira, o trabalho gerou resultados muito positivos na discussão sobre o racismo propriamente dito e sobre as maneiras de combatê-lo.

Após uma roda de conversa sobre o tema, uma aluna escreveu um texto e aqui estão alguns trechos relevantes:

O racismo está muito envolvido em nossa sociedade, pois agora estamos divididos entre brancos e negros, pois os brancos não aceitam se misturar com os negros. (...) Quando você está andando na rua e presencia uma cena de racismo, você deve interferir na briga, pois não devemos aceitar a discriminação (Estudante 03).

Assim, entende-se que as discussões estão surtindo efeito para a vivência social desses estudantes fora da escola também, e é algo que poderão levar para a vida futura. A Iniciação Científica trouxe também o cumprimento da lei 10.639, que estabelece a inclusão da História e da cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Adquirimos, com os recursos do projeto, livros que tratam sobre o tema, e que ficarão como legado na biblioteca da escola para aumentar sempre mais a divulgação do conhecimento científico sobre a cultura afro-brasileira e a propagação de ideias antirracistas para alunos, professores e sociedade em geral.

Desse modo, consideramos que esta pesquisa suscitou e transformou mentes e corações para novas perspectivas. Entretanto, entendemos que existe um longo caminho para se alcançar um entendimento correto e significativo em transformações que promovam a efetiva conscientização, o efetivo combate ao racismo e às violências. Assim, desejamos que novos projetos como este possam surgir, para que se aprofunde as discussões

sobre os vários aspectos culturais de referência negra no Brasil. Dessa forma, com mais informações, mais pessoas poderão obter mais conhecimento e, então, a sociedade poderá caminhar no trajeto do combate ao racismo. Uma nação igualitária, que é o sonho dos brasileiros e o ideal de sociedade civilizada no mundo atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. 5. ed. São Paulo: Sueli Carneiro, 2020.

FREITAS, G.; SANTOS, J.; JACINTO, P. Inserção da mulher negra no mundo do trabalho: uma revisão de literatura. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 9, n. 26, 2022.

GÉNOT, L. *Sim à igualdade racial: raça e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2018.

GOMES, J. C. A.; FABRIS, L. Paradoxos do direito à igualdade: discriminação, diferença e identidade sob uma perspectiva crítica. *Revista Direito Público*, v. 17, n. 97, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5412>. Acesso em: 12 out. 2024.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*. Minas Gerais, n. 21, 2002.

GUIMARÃES, A. S. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. et al. *História Geral da África I; Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010.

LIMA, D. M. S. *Corpos negros, linguagens brancas: o mito da boa-aparência*. Curitiba: Editora Appris, 2021.

RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. 6. ed. São Paulo: Sueli Carneiro, 2020.

RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROZÁRIO, N. da S. L. do; SILVA, G. F.; LIMA, M. da R. A. A reprodução do racismo no contexto escolar: um relato de experiência. *Equidade Racial na educação básica: artigos científicos* [recurso eletrônico]. São Paulo: Itaú Social, 2021.

TOMÉ, M. M. *Empreendedores Negros em Negócios Sociais*: um estudo exploratório. São Paulo, 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) — Centro Universitário FEI, São Paulo, 2019.

ENSINANDO A TRANSGREDIR: A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

Anny Ribeiro Lacerda¹, Adrielly Vitória de Oliveira¹, Lorrainy Stefany Helena da Silva¹, Yuri José Rodrigues¹, Dafine Modesto da Silva¹, Vinícius Rodrigues da Silva¹, Tauany de Oliveira¹, Maysa de Oliveira Silva¹, Pâmela Stefany da Silva Ferreira¹, Rayane Cristina de Oliveira¹, Talita Ramos Pereira¹, Ana Luiza Matias da Silva¹, Ana Clara de Oliveira Santos¹, Nathaly Cristina Paula Carvalho¹, Dheobranio Moreira Ribeiro¹, Andressa Ladiose Lacerda¹, Débora Domingos dos Santos¹, Magda Roliana Neto¹, Estevão Lopes Garcia², Tatiana da Silva Falcão Costa³

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de Iniciação Científica foi desenvolvida na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, no município de Lima Duarte, no interior de Minas Gerais. Dentro da área do conhecimento Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, e do eixo temático Construção e fortalecimento das identidades afrodescendentes na contemporaneidade.

Tem como público-alvo estudantes do ensino médio, a fim de fomentar o protagonismo juvenil para o desenvolvimento de competências

1 Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque (Lima Duarte/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, estevao.garcia@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Batista de Oliveira, tatiana.falcao@educacao.mg.gov.br.

e habilidades inerentes à pesquisa, e intensificar o estudo e a reflexão sobre a temática proposta. É, portanto, necessariamente um debate estrutural, entendendo o lugar social que certos grupos ocupam, restringindo assim as oportunidades a outros grupos historicamente marginalizados. As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, os saberes e as vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem em um lugar silenciado estruturalmente.

O objetivo geral deste trabalho foi construir as identidades raciais através de espaços no interior da escola com bases epistemológicas e práticas sociais para fortalecimento teórico e prático dos estudantes. Nesse sentido, fomentar o cumprimento da Lei nº 10.639 (Brasil, 2003), bem como contribuir para um maior aprendizado e valorização de epistemologias afrocentradas, criando sentidos de unidade e valorização das estudantes negras, através de leituras, palestras, viagens, pesquisa de campo e rodas de conversa.

A pesquisa de campo mostrou uma grande dificuldade de os brancos se identificarem racialmente, bem como os negros se autorreconhecerem pertencentes à negritude. Portanto, o trabalho tem importância central na educação, dentro de qualquer escola que se reivindique democrática, uma vez que a não identificação racial contribui diretamente para a manutenção de processos de exclusão, racismo e não emancipação críticas dos estudantes

A Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, de Lima Duarte/MG, circunscrita dentro da SRE de Juiz de Fora, apresenta uma proposta de projeto de Iniciação Científica com o intuito de fomentar o protagonismo juvenil, para o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à pesquisa e, intensificar o estudo e a reflexão dos Temas Contemporâneos Transversais, por meio da aplicação de metodologias científicas, possibilitando que os estudantes identifiquem problemas no seu contexto social e possam propor e promover soluções.

O tema proposto por nós, estudantes e professores envolvidos na construção desse projeto, foi “Ensinando a transgredir: a educação como

prática da liberdade”, mesmo título do livro de Bell Hooks, publicado em 2013. Nossa escola, a partir de dados do Simave 2020, tem um número total de 782 matrículas, sendo: 408 do ensino fundamental anos finais, 312 do ensino médio e 62 do magistério nível médio.

Assim como o país em que vivemos, a cidade de Lima Duarte também foi forjada com o sangue e o suor da população negra escravizada à época. Os reflexos do período colonial podem ser vistos até hoje nas abissais diferenças sociais e econômicas, que marginalizam grande parte da população negra, dificultando o acesso a oportunidades. O racismo, bem como o sexismo, são promotores e mantenedores das desigualdades no Brasil (Carneiro, 2011), e a voz de grupos historicamente marginalizados nos dá a possibilidade de compreensão da realidade a partir de uma outra ótica, uma outra epistemologia.

O discurso da democracia racial é algo que se faz presente na sociedade brasileira de inúmeras maneiras, em diferentes âmbitos, como no ambiente escolar. Foram constatadas práticas discriminatórias, racistas e de preconceito étnico-cultural, como também práticas de racismo institucional e/ou discriminação racial institucionalizada dentro do âmbito escolar.

Após a identificação dessas práticas, decidiu-se por um trabalho pedagógico com toda a comunidade escolar de maneira mais contundente, criando espaços para reflexões, como rodas de conversa; criação de coletivos; valorização de manifestações artísticas; entre outras; sempre buscando estratégias e ações que objetivam a erradicação de práticas nocivas à construção de uma sociedade inclusiva.

Um exemplo de como a instituição procura combater as práticas racistas e preconceituosas é o de sempre ter a preocupação de vislumbrar cuidadosamente e contemplar toda a comunidade discente. Através da representação democrática, procura-se focar o corpo discente como atores principais de sua própria formação acadêmica, social e cidadã. Para tanto, a escola oferece cursos e incentiva a participação em projetos da escola, do grêmio ou de outras organizações estudantis, bem como da comunidade, como Jovem Cidadão, Parlamento Jovem, Jovem Aprendiz, Estágios, entre

outros. Essas iniciativas visam criar, na comunidade discente, a resiliência, uma identidade própria, uma consciência pessoal e cidadã, tudo com o objetivo de fortalecer as boas práticas da igualdade e da cidadania.

A interferência dessas práticas na aprendizagem é notada por meio do desempenho escolar, o que é relatado pela própria comunidade discente e docente. Outro aspecto do trabalho, nesse sentido, é que a escola, por meio de projetos e aulas direcionadas, desenvolve conteúdos relacionados à história e à cultura africana e afro-brasileira, enriquecendo o aprendizado dos alunos sobre o tema.

Avançar rumo a uma educação de qualidade para todas as pessoas é superar a herança racista e a histórica tolerância para com as desigualdades sociais que ainda marcam a sociedade. Por isso a escola possui a preocupação de criar na comunidade discente a intolerância contra práticas racistas e preconceituosas, e favorecer a construção de um ambiente democrático, igualitário e sensível às diferenças. No intuito de construir uma sociedade justa, plural e inclusiva, em que se respeite a diversidade e combata a desigualdade.

Para além de questões individuais, como alteridade e empatia, ou a falta disso, o racismo estrutural (Almeida, 2018) está no centro das discussões de governos por todo o mundo, mas principalmente nos movimentos sociais progressistas. Ainda que esse debate já venha sendo acumulado pelo movimento negro há muitas décadas. Compreendendo essa realidade socioeconômica, fruto de um processo histórico secular, onde os reflexos têm frutos até os dias atuais, o reconhecimento de um lugar privilegiado de acessar e ocupar determinados espaços sociais e de poder nos fazem perceber que:

Quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências do conhecimento (Ribeiro, 2017, p. 23).

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho foi construir e fortalecer as identidades raciais, e transformar, através de espaços no interior da escola, as bases epistemológicas e as práticas sociais pelo fortalecimento teórico e prático dos estudantes. Realizaremos ainda uma contextualização histórica no que tange às opressões a grupos minoritários, como as mulheres, os negros e a interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Nesse sentido, é imperioso contextualizar como o papel da mulher foi sofrendo modificações ao longo do tempo, em especial em momentos de transformação do processo produtivo.

Nossos objetivos mais específicos foram, portanto, desenvolver a pesquisa de modo a cumprir a Lei nº 10.639, promover o aprendizado e a valorização de epistemologias afrocentradas, produzir o autoconhecimento cultural dos jovens negros, desenvolver reflexões institucionais sobre as relações étnico-raciais, propiciar o apoio mútuo entre os estudantes negros, fomentar a melhoria do rendimento acadêmico dos estudantes negros, viabilizar a produção e o lançamento de vídeos e textos sobre o tema.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este projeto se orientou pela metodologia da pesquisa-ação. A proposta da pesquisa-ação, como estudo de uma situação social com o fim de melhorar a qualidade da ação, é uma atividade empreendida por grupos com objetivo de modificar a realidade; é uma prática reflexiva de ênfase social a qual se investiga e se avalia constantemente. Enquanto método de trabalho, pretendeu sistematizar informações gerais que possibilitem identificar aspectos relevantes e marcos nas histórias dos jovens negros e negras da comunidade escolar.

Para o desenvolvimento metodológico de forma mais qualificada, cada participante recebeu um *notebook* para suas atividades, foi desenvolvida ainda formação teórica com a compra de livros e rodas de conversa com profissionais qualificados, viagens formativas e uma pesquisa de campo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Indiscutivelmente o principal resultado está no pertencimento e unidade criados entre os participantes do projeto. Disso trouxe outros desdobramentos notórios em nossa escola, dos quais: o aumento das denúncias contra o racismo, em especial o racismo recreativo; um forte empoderamento coletivo; maior acesso aos saberes afrocentrados através dos livros; bem como a difusão do hábito da leitura entre estudantes de toda a escola.

Houve formação docente para o trabalho com todos os conteúdos incluídos em uma perspectiva antirracista. Foi realizada uma pesquisa de campo da qual ficou evidenciado que a maior parte dos estudantes são não brancos. Portanto uma profunda reavaliação e reescrita do projeto político pedagógico da escola se faz urgente e, nesse sentido, houve um passo importante no cumprimento por parte da escola da Lei nº 10.639.

Ainda, e não menos importante, alguns estudantes participam do programa “Fala Preta”, da Rádio Serrana, desenvolvendo algumas habilidades e conhecimentos de comunicação, debate, entre outras. Houve ainda a realização de um Podcast com a temática dentro da escola, e todos os envolvidos produziram textos que serão organizados em um livro a ser publicado no fim do ano.

A sistematização dos dados pesquisados e o registro de narrativas orais de pessoas (cujas histórias de vida estejam imbricadas na história pela luta contra o racismo) trouxe à tona a perspectiva da narrativa como metodologia, uma vez que estimulando a reflexão como prática social, proporcionou o diálogo, o apoio e o estímulo mútuo, desenvolvendo as formas de trabalho colaborativo. Esse aspecto é de suma importância, uma vez que a pesquisa buscou uma intervenção que não se restrinja ao espaço escolar, mas que o redefine ou o redimensiona, gerando repercussões abrangentes nas dinâmicas educativas das comunidades e até para além delas.

Ângela Davis (2016) destaca que quando uma mulher negra se movimenta, toda a sociedade se movimenta com ela, uma vez que essas mulheres estão na base da pirâmide social-econômica. O racismo molda a dinâmica das

relações de poder e a maneira de interpretação da realidade; a visão de mundo e os limites da existência são baseados nesse construto que alicerça a sociedade.

Nosso trabalho surgiu então a partir de dois movimentos básicos: da necessidade de revisão das relações sociais vigentes dentro do preceito capitalista, herança do colonialismo, que aparta, fere e mata diuturnamente a população negra e sensível a esse debate; do professor orientador que iniciou os estudos e os debates no interior da escola e paralelamente mobilizando estudantes até então marginalizados física e intelectualmente para contarem suas histórias, registrar suas indignações a afirmar seu direito a existir pela sua presença e pela história de seus antepassados. Durante o transcorrer do ano, o projeto tomou corpo e identidade na escola, se espalhando para todas as turmas, fortalecendo a identidade do grupo e agregando novos estudantes interessados no trabalho.

Há ainda um possível reflexo nas políticas públicas do município e região, visto que foi realizado uma reunião com a prefeita municipal e vereadores para que nosso projeto possa ser usado como base para discussões e ações desse campo político.

Um dos aspectos criativos e ou inovadores foi a possibilidade de os jovens serem protagonistas em seu processo educativo. Isso poderia, ou deveria, ser um princípio pedagógico obrigatório para uma formação verdadeiramente emancipatória. Recuperar ou despertar, entre os estudantes, a capacidade de se indignar e com isso proporcionar que eles se organizem, façam reuniões, elaborem atividades na escola, questionem os professores, auxiliem os colegas com dificuldades, mantenham um programa semanal de rádio e ainda participem brevemente de políticas públicas no município em que moram (e todos seus ancestrais viveram) é sem dúvida um elemento inovador, mas também de transgressão, revolucionário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que a devoção ao estudo, como muito bem diz Bell Hooks (2013), à vida e ao intelecto é um ato contra-hegemônico, um

modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista. Qual é e como a escola pública pode contribuir para um processo de educação fundamentalmente político, que tenha suas raízes bem consolidadas na luta antirracista?

Assim como o país em que vivemos, a cidade de Lima Duarte também foi forjada com o sangue e o suor da população negra escravizada à época. Os reflexos do período colonial podem ser vistos até hoje nas abissais diferenças sociais e econômicas, que marginalizam grande parte da população negra, dificultando o acesso a oportunidades. O racismo, bem como o sexismo, são promotores e mantenedores das desigualdades no Brasil (Carneiro, 2011), e a voz de grupos historicamente marginalizados nos dá a possibilidade de compreensão da realidade a partir de outra ótica, outra epistemologia.

Avançar rumo a uma educação de qualidade para todas as pessoas é superar a herança racista e a histórica tolerância para com as desigualdades sociais que ainda marcam a sociedade. Por isso a escola possui a preocupação de criar na comunidade discente a intolerância contra práticas racistas e preconceituosas. A fim de favorecer a construção de um ambiente democrático, igualitário e sensível às diferenças, tudo no intuito de construir uma sociedade justa, plural e inclusiva, em que se respeite a diversidade e combata a desigualdade. É necessariamente um debate estrutural, entendendo o lugar social que certos grupos ocupam, restringindo, assim, as oportunidades a outros grupos historicamente marginalizados. Portanto, as experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente.

Deste modo, consideramos que o objetivo proposto nesta pesquisa foi alcançado, uma vez que os pesquisadores ultrapassaram as barreiras do desconhecimento e da inércia que os limitavam a condições de inferioridade em relação ao não uso do seu lugar de fala. Romperam espaços, mentes e

preconceitos e, como sol, despertou para um novo tempo que lança luz em seus caminhos e na construção de uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Jandaíra, 2018.

Brasil. *Lei nº 10.639, de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 28 nov. 2024.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Jandaíra, 2017.

TIJUCO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: CONHECER PARA VALORIZAR

Ana Cristiane Oliveira de Paula¹, Ana Júlia Soares da Silva¹, Lívian Guimarães Luciano¹, Luana Maria de Moura Silva¹, Maria Eduarda¹, Maria Clara de Paula¹, Maria Clara Sales Chagas¹, Rayka Karla de Souza Teixeira¹, Thaynara Danúbya Pereira Gouveia¹, Adriana Gomes Tavares², Luciana Mara dos Santos³

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Iniciação Científica procurou pesquisar porque o bairro do Tijuco e região foi desvalorizado histórica e socialmente na formação do território de São João del-Rei, carregando hoje verdadeiro estigma, se a área foi um dos primeiros locais a serem ocupados e a constituir a cidade, estando ali a sua história mais profunda?

Pesquisamos diversas fontes bibliográficas e iconográficas para fazermos um histórico da região, realizamos entrevistas orais e online com os estudantes da escola para conhecermos o que pensam e sabem sobre o bairro. Há um conhecimento, por parte de várias pessoas que participaram da pesquisa, de que o bairro é antigo, mas no geral as pessoas desconhecem a história do bairro e da região.

1 Escola Estadual Professor Iago Pimentel (São João del-Rei/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Professor Iago Pimentel, adriana.gomes.tavares@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, luciana.ms@educacao.mg.gov.br.

A Escola Estadual Professor Iago Pimentel localiza-se na região do Tijuco, periferia de São João del-Rei, próxima a Serra do Lenheiro. A Serra do Lenheiro que “emoldura” o bairro recebeu esse nome devido à exploração de lenha para a população da cidade. Ainda mais remotamente, a região foi um dos primeiros locais de exploração aurífera, e uma das ruas mais antigas da cidade, nele se encontra: a rua Santo Antônio. Há uma antiga e estreita ligação da ocupação do território do município com a Serra do Lenheiro e suas vertentes, desde o período colonial

No processo de abolição gradual da escravatura, no século XIX, a região do Tijuco se tornou a principal área ocupada pelos negros libertos, presença essa que se manteve no decorrer do tempo, apresentando ainda hoje como um elemento definidor do bairro. De acordo com os dados de 2014, produzidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Tijuco possuía então 15.699 habitantes, sendo eles 7.191 brancos; 1.936 pretos; 286 amarelos; 6.267 pardos e 19 indígenas. Se somarmos os números obtidos de indivíduos pretos e pardos juntos, obtêm-se um total de 8.203 habitantes mestiços e negros, sendo, portanto, a maioria no bairro (IBGE, 2010).

A escola existe há 75 anos e atualmente possui cerca de 530 alunos matriculados, atende grande parte das crianças e dos jovens do próprio local e oferece todos os níveis escolares da educação básica. Muitos estudantes da escola passam pelos desafios impostos pela situação de pobreza, abandono e vulnerabilidade social. Realidade tão dura e desafiadora tem retirado dessas crianças e adolescentes a capacidade de sonhar. Consequentemente, os alunos e a comunidade não valorizam o lugar, estigmatizado como local de violência e mazelas sociais. Além de se sentirem inferiores, devido à sua condição social, os alunos pouco conhecem a história do bairro, e identificam de forma negativa a cultura e a identidade negra presente no bairro.

O Edital do Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) permitiu desenvolver essas questões e motivou a formação de um coletivo ainda no período em que enfrentamos a pandemia. O coletivo foi composto por alunos e mestra em torno da disciplina de História para elaborar o presente

projeto. Visamos produzir uma pesquisa histórica colaborativa, buscando reintegrar a comunidade do Tijuco à história da cidade de São João del-Rei.

1.1 O Tijuco e a Serra do Lenheiro: apontamentos históricos

A origem da ocupação da área urbana de São João del-Rei é possivelmente a concentração de mineradores no período logo anterior às datas geralmente reconhecidas como “oficiais” de fundação do arraial. A ocupação pouco anterior teria ocorrido às margens do Rio das Mortes, em Porto Real e adjacências. Registradas uma ocupação gradual de mineradores que seguiram à montante do Ribeirão da Praia e chegaram ao Ribeirão do Tijuco e à Serra do Lenheiro, ainda nos anos anteriores à Guerra dos Emboabas (1707-1708).

A narrativa que se conhece sobre esse conflito já pressupõe a existência do arraial como um conjunto urbano significativo, ainda que composto em grande parte de construções de caráter ainda precário. A memória mais antiga que sobreviveu, constante no Códice Costa Matoso, e que relata a Guerra dos Emboabas, dá notícia de como os fatos se desenvolveram para reorganizar, ao seu fim, a área anteriormente ocupada.

O povoamento principal teria surgido em um primeiro fluxo de gente, que daria origem às tensões da Guerra dos Emboabas e se concentraria nas proximidades da junção do Ribeirão da Praia com o Ribeirão do Lenheiro. O ponto de junção desses para jusante corresponde hoje ao trecho que corta o centro histórico de São João del-Rei. O nome inicial desse povoamento foi “Arraial Novo”, em contraposição ao que surgiu em São José del-Rei, dito “Arraial Velho”, hoje Tiradentes. De Porto Real surgiria o arraial de Matosinhos, mais ligado às areias de aluvião do próprio Rio das Mortes.

O núcleo da área urbana da atual São João del-Rei foi, portanto, o Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, ainda que Porto Real fosse uma ocupação anterior. A diferença entre os dois núcleos foi que, enquanto o Porto Real era um ponto de passagem e ocupação principal, em função desse nó de comunicação, o Arraial Novo visava à fixação, com finalidade de manter a exploração promissora dos ricos aluviões encontrados.

A partir do novo garimpo, a ocupação se estendeu para montante e para jusante do ponto de junção dos ribeirões citados, em busca do ouro que se depositava nas águas que corriam da Serra do Lenheiro. A intensidade do garimpo foi muito grande nessa junção (espaço que hoje corresponde ao centro do bairro do Tijuco), e provavelmente por isso hoje essa área é um compartimento rebaixado, devido a ação de tantos anos de garimpo constante ao longo de quase um século ou mais, que grosso modo corresponde ao século XVIII.

Além dessa característica adquirida pelo bairro do Tijuco (pela ação humana intensiva e que até hoje traz consequências pela fragilidade do espaço às inundações durante os períodos de grandes chuvas), as tensões e as violências constantes entre os exploradores do garimpo determinaram uma forma de ocupação inicial de muita proximidade entre as áreas de exploração e as áreas de habitação. Assim, a ocupação inicial do Arraial Novo se processou em paralelo ao Ribeirão da Praia, legando à cidade a Rua de Santo Antônio, provavelmente surgida da necessidade de vigilância das explorações logo abaixo, de onde podiam acudir os mineradores em defesa de seus minerais e lutar por eles, se necessário, contra possíveis invasores. Essa necessidade inicial dos garimpeiros em luta pela posse das datas minerais, que poderiam ser tomadas ou invadidas a qualquer momento por concorrentes, produziu várias contradições em relação à expansão das áreas mineradoras e de moradia, cujas consequências se estenderam por muito tempo.

É importante lembrar que a primeira ocupação no Tijuco foi provavelmente queimada, ao fim do cerco que os emboabas fizeram aos paulistas, em 1707. Como os emboabas tinham se utilizado de diversos sobrados e capelas para se abrigar e criar postos de tiro sobre os paulistas entrincheirados, esses últimos colocaram fogo em boa parte da cidade em volta da fortificação que fizeram no Alto das Mercês, quando levantaram o cerco e voltaram ao Rio de Janeiro e a São Paulo. O medo dos paulistas de que eles, os emboabas, voltassem com mais tropas e que sua retirada fosse um estratagema para desmobilizar o cerco e se voltarem de surpresa para tomar as fortificações, no entanto, era infundado.

O Tijuco provavelmente renasceu muito parecido com o que era antes, pois as necessidades de ocupar o espaço eram as mesmas. As poucas ruas que o constituem não passariam da Rua de São Francisco e a que lhe era paralela, logo abaixo, com becos entrecortando o espaço entre casas e quintais. E as construções provavelmente continuaram com os seus alicerces de pedras e estrutura de pau a pique; muitas moradias sequer deviam ter telhas, que somente em um momento posterior se tornaram material corrente.

Nesse período, após a Guerra dos Emboabas, em que a riqueza mineral trouxe o crescimento do interesse governamental português, de caráter militar, judicante e religioso, o arraial cresceu gradualmente. As igrejas, a casa do Juiz de Fora, a Cadeia Pública, a Câmara Municipal e outros prédios públicos foram construídos, assim como foi ocupada a região mais abaixo do curso do ribeirão, onde o espaço era mais amplo, livre e seguro frente a enchentes. Em 1708 foi construída a primeira Igreja do Rosário, em plena tensão entre emboabas e paulistas. Ela foi erigida no limite que divide o Tijuco, do centro do Arraial Velho, marcando a divisão espacial que caracterizou a expansão urbana a jusante do Córrego da Praia.

O bairro do Tijuco, portanto, que nasceu e renasceu primeiramente na área de ocupação inicial próxima às primeiras minerações nos córregos que o cortam, não teria se alterado muitos no primeiro século de sua existência, a não ser pela ocupação da vegetação dos pontos abandonados de garimpo. Seus ribeirões e córregos, cuja nomeação não foi coerente durante os séculos, aparece de forma errática nos registros dos viajantes no século XIX. A sua relação com a Serra do Lenheiro é contraditória, pois a riqueza que a serra proporcionou incentivou a própria destruição, com impactos duradouros na paisagem, nas águas e no desmatamento.

Hoje, o Ribeirão do Tijuco é apenas um afluente do Ribeirão da Praia, mas este é correntemente chamado de Tijuco. Ambos continuaram a ser minerados com frequência, mas com os novos descobertos auríferos mais abaixo e na área do atual bairro Senhor dos Montes, o Tijuco foi se tornando, ao longo do século XIX, um lugar de fiação

de mineradores individuais, em geral escravos de ganho ou libertos, o que tem relação com sua história posterior, quando se constituirá como periferia da cidade.

1.2 O Tijuco no século XIX, a partir dos viajantes

Como veremos a seguir, na percepção dos viajantes do século XIX, o bairro do Tijuco e a Serra do Lenheiro foram descritos a partir do caminhar da paisagem, de comparações com o que já conheciam em outros lugares e informações dadas por pessoas com quem travaram contato no local. Os relatos, no entanto, são curtos e apresentam poucos detalhes. Outros viajantes quase nada registraram.

O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire esteve duas vezes em São João del-Rei. Na primeira vez que visitou a cidade, em 1817, chegou por Porto, onde havia uma ponte coberta sobre o Rio das Mortes, que dava acesso ao atual bairro de Matosinhos, descrito pelo francês, como “Aldeia de Bom Jesus do Matosinhos”, a “um quarto de légua de São João del-Rei”, que assim descreveu:

A posição desta vila é muito agradável. Ela foi construída em um vasto vale, ao pé do morro do Lenheiro e do Senhor do Bonfim, estendendo-se em declive suave, formando uma espécie de triângulo cuja ponta começa abaixo das montanhas e cujo lado maior é paralelo ao vale. As colinas que, de um lado acompanham o vale são estéreis, arenosas, cobertas de uma grama rala; são arredondadas e pouco elevadas. As montanhas opostas têm uma altura mais considerável; são escarpadas, e rochedos pardacentos, que tiram à paisagem qualquer coisa de sua beleza, mostram-se por toda parte. Dois riachos, os de Tijuco e Barreiras ou Ribeirão e Córrego Seco, unem-se logo acima de São João, formando um pequeno rio que divide a vila em duas partes muito desiguais, e serpenteando pelo vale vai lançar-se no Rio das Mortes, a pouca distância de Porto Real. Para estabelecer a comunicação entre as duas partes da vila foram construídas duas pontes de pedra, cada qual com três arcos (Saint-Hilaire, 2004, p. 109-110).

Vemos em Saint-Hilaire que o nome de Córrego da Praia não aparece, mas sim, Barreiras. O nome alternativo do Tijuco seria Ribeirão, e do córrego da Praia, córrego Seco.

Em outubro de 1819 ou de 1820, Johann Emanuel Pohl, um naturalista austríaco da Missão Austríaca veio acompanhar a Princesa Leopoldina e passa por São João del-Rei, deixando um pequeno registro ao observar que o Córrego do Tijuco (da Praia) possuía um parapeito de pedras alto e duas pontes igualmente de pedras, tudo preparado para resistir a possíveis enchentes (Pohl, 1951, p. 86-88).

Em 1829, Robert Walsh passa por São João del-Rei fazendo considerações sobre a cidade, dando outro nome ao Ribeirão da Praia (o que é impressionante, já que em tão poucos anos aparece registrado com vários nomes) e a origem do nome da Serra do Lenheiro:

São João fica situada no sopé da Serra do Lenheiro, em cuja superfície escavada os lenhadores, que lhe deram o nome, não deixara um único arbusto, sendo dividida ao meio por um braço do Rio Limpo, que tínhamos acabado de atravessar (Ribeirão da Praia) (Walsh, 1985, p. 72-75).

Em 1835, o inglês Charles James Fox Bunbury passa por São João del-Rei nos dias 20 e 21 de janeiro. Registra laconicamente que vê “uns poucos habitantes mais pobres lavando o cascalho do rio” (Bunbury, 1981, p. 96). Em 1839, um viajante alemão, Ernst Hasenclever, teria realizado gravuras da paisagem são joanina onde podemos ver a Serra do Lenheiro com imponentes montanhas. Entretanto, pelo ponto de referência que tomou, não registrou o bairro Tijuco.

Figura 1: São João del-Rei, 1839



Fonte: Ernst Hasenclever.

A Figura 1 trata-se da controversa gravura com que Ernst Hasenclever pretendeu representar São João del-Rei em 1839. As imprecisões, como a presença de um grande rio com barcas, colocam em xeque a autenticidade da representação. Vista da vila de São João del-Rei e arredores, com detalhes para as igrejas do Carmo, do Rosário e da Matriz.

Em 1867, o aventureiro e diplomata inglês Sir Richard Burton ao passar por São João del-Rei fez observações sobre a Igreja do Rosário que podem ter relação com sua função para a comunidade negra habitante do Tijuco. Com uma linguagem típica da antropologia racista pseudo-científica daquele quarto final do século XIX, Burton diz que a igreja se tratava de um lugar especial de culto do “homo niger”. Cita como complemento que o templo seria “de mau gosto” e diz que “os hamitas” teriam um cemitério melhor que a igreja, assim como cita que o portão do cemitério teria uma “caveira não dolococéfala”, uma situação “bem escolhida” (Burton, 1976).

Para demonstrar sua opinião racista, Burton cita em sentido deslocado o dístico “Eu fui o que tu és, tu serás o que eu sou”, dizendo que, como antropólogo, duvidaria disso, ou seja, desloca a questão do contraste da vida em relação à morte para outra: a de que um negro, tendo um crânio diferente do de um branco, nem após a morte seria um seu igual (Burton, 1976). Horrível e condenável colocação. Apesar disso, há o registro de outra observação interessante, que tem relação com o bairro do Tijuco. Ele comenta que ao atravessar a ponte do Rosário, do lado sul da cidade para o lado norte, vê à sua esquerda as ruínas da Igreja de São Caetano, que teria desmoronado em 1864. Ela teria o altar-mor muito maior que a nave e teria uma “insolente inscrição” que dizia: “O rei depende de nós, e não nós dele”. O curioso é que por ser observável à esquerda da ponte do Rosário, tal ruína coincidiria mais ou menos com a posição da posterior Capela de Santo Antônio, o que poderia ser uma correspondência a ser confirmada (Burton, 1976, p. 122).

Relacionada ou não com a anterior, em 1881, o bairro Tijuco teria ganhado uma capela dedicada a Santo Antônio, na rua de mesmo nome. O ano de sua construção coincide com a de um grande frenesi pela chegada

da ferrovia à cidade e de grandes planos de reativação de lavras e estabelecimento das primeiras fábricas. Há uma tese não confirmada de que o ano estampado no frontão da capela não corresponderia ao seu surgimento, mas à sua reforma em que adquiriu as características que possui até hoje. A data de abertura seria entre 1864 e 1865. Independente disso, sua criação ou reforma em 1881 teria sido patrocinada por contribuições conseguidas em um período que proporcionou muitos lucros a comerciantes e profissionais liberais. A pujança econômica momentânea teria permitido as doações.

1.3 Notas sobre o nome do bairro Tijuco

Um recorrente tema de curiosidade, mas de pouco valor analítico e historiográfico, são as especulações em torno do termo “Tijuco”. Ainda que importante para os geógrafos e memorialistas, para a História esse tipo de elemento é secundário frente à caracterização e ao surgimento das relações sociais no espaço, ou seja, não tem peso na explicação histórica. Feita essa advertência, o nome Tijuco, segundo José Bernardino de Souza, significa “brejo com lama”, em geral escura, sendo usado para designar atoleiros, pântanos e lameiros (Souza, 1961, p. 316).

Para articular com a História, Augusto de Lima Júnior trouxe a questão de a motivação do nome ter sido aplicada ao córrego e ao bairro que em sua volta cresceu, guardando alguma polêmica por contrapor uma explicação geográfica automática por uma articulada com um espaço mais amplo de relações.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A prática do projeto ocorreu em etapas distintas e interconectadas. Primeiramente buscou-se bibliografias e imagens que abordassem a história do bairro e seu passado. Foi construído um histórico desde o período Colonial. Entendemos que a região foi palco de muitas histórias, e que a ocupação do local se deu de forma gradual por mineradores que

habitavam o Tijuco e a Serra do Lenheiro, ainda nos anos anteriores à Guerra dos Emboabas (1707-1708).

Já na percepção dos viajantes do século XIX, o Tijuco e a Serra do Lenheiro foram descritos a partir do caminhar da paisagem e de comparações com o que eles já conheciam de outros lugares percorridos, além de informações dadas por outras pessoas que estiveram no local. Apesar dos relatos serem curtos e apresentarem poucos detalhes, foram importantes para compreendermos o local pesquisado.

Realizamos entrevistas orais com os maestros das bicentenárias Orquestras Ribeiro Bastos e Lira Sanjoanense, essas orquestras convivem na prestação dos serviços musicais em São João del-Rei e região desde o período colonial, suas sedes localizam-se no bairro Tijuco e sua formação inicial era composta majoritariamente por membros negros(as) e pardos. Procuramos saber qual a importância do bairro Tijuco na história e na formação dessas instituições.

As entrevistas orais também foram feitas com Luiz Miranda e com uma líder religiosa de matriz africana e moradora do Tijuco. Por fim, realizamos pesquisa quantitativa e qualitativa online (utilizando o *Google Forms*) com os estudantes da Escola Estadual Iago Pimentel. Através dessa ferramenta, procurou-se conhecer melhor esses jovens e suas experiências relacionadas ao bairro, saber sobre suas vivências, percepções e seus sentimentos de pertencimento ou não sobre o lugar que moram.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa mostram que a maioria das pessoas entrevistadas consideram o Tijuco um bairro extenso, que se divide em várias áreas que têm outros nomes. Sabem que o bairro é um dos mais antigos e mais importantes para a cidade de São João del-Rei, mas 75% dos entrevistados não sabem sobre a história do bairro. Todos consideram que a região é um bom local para morar e criar suas famílias.

Os resultados da pesquisa feita pelo *Google Forms* com os estudantes da escola demonstram que 97% deles moram no bairro Tijuco, a

maioria considera o bairro um dos mais antigos da cidade (90%), mas 79% dos entrevistados desconhecem sobre a história do bairro. 67% responderam que já sofreram preconceito por morar no Tijuco. Para 59% desses jovens, o saneamento básico é um dos problemas enfrentados pelos moradores, seguido pela falta de áreas de lazer (49%) e segurança (46%). Esses estudantes acham que o bairro é um bom local para se morar, mas ainda é mal visto pelos moradores de outros bairros da cidade.

A pesquisa bibliográfica nos mostrou que o bairro do Tijuco foi um dos primeiros a ser habitado na região e que a ação humana intensiva e a exploração da Serra do Lenheiro desde os tempos coloniais trazem hoje consequências ambientais na região, como a seca de nascentes na Serra e as inundações das ruas mais baixas do bairro durante o período de chuvas.

Esta pesquisa procurou estimular o protagonismo juvenil, fazendo com que os estudantes da E. E. Prof. Iago Pimentel investigassem e articulassem seus lugares no mundo através do próprio esforço em interpretar a história do Tijuco. Procuramos destacar a importância do bairro e da comunidade na formação da cidade de São João del-Rei. As entrevistas virtuais mostraram que os estudantes gostam de morar no bairro, mas sabem da falta de infraestrutura que enfrentam no dia a dia, como saneamento básico, iluminação e segurança pública, além da falta de espaços de lazer para crianças e jovens.

Fazer com que a história do bairro seja difundida e explorada é uma das bases para que o local seja mais valorizado pelos moradores da cidade e para que o poder público atue de forma mais incisiva na região. Sabemos que a mudança está nas mãos de toda a comunidade. A união é a força!

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou sobretudo, valorizar a participação da comunidade e as discussões críticas para que, ao pensar sobre o bairro e sua história, os participantes encontrem respostas coletivas, resgatando experiências pessoais e interpessoais.

Essas ações nos permitem olhar para nossos problemas, encará-los de frente para buscar soluções, ajudar a comunidade a resgatar sua história e seus sonhos perdidos, despertando o desejo de uma escola estimulante e realizadora de sonhos pessoais e coletivos. Desejamos fazer que o resultado desta pesquisa seja uma ferramenta que estimule a melhoria da condição social dos alunos e da comunidade tijucana.

REFERÊNCIAS

BUNBURY, C. J. F. *Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Santa Luzia/MG: Itatiaia, 1981.

BURTON, R. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Santa Luzia/MG: Itatiaia, 1976.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tabela 3175: População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e idade*. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado>. Acesso em: 20 ago. 2022.

POHL, E. *Viagem ao interior do Brasil*. Santa Luzia/MG: Itatiaia, 1951.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Santa Luzia/MG: Itatiaia, 2004.

WALSH, R. *Notícias do Brasil*. Santa Luzia/MG: Itatiaia, 1985.

CRIANDO RAÍZES: REFLEXÕES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Stefane Ramos¹, Kaune Rodrigues¹, Adriele Santos¹, Alexadre Ramos¹, Maria Heloisa Rodrigues¹, Grazielle Rodrigues¹, Andrey Henrique Alves¹, Ezequiel Rodrigues¹, Darlan Santos¹, João Manoel Saouza¹, Caroline Rodrigues¹, Luiz Eduardo Barbosa¹, Isabel Cristina Rodrigues do Rosário² Robson de Souza³

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar sempre esteve em pauta nas escolas. As escolas quilombolas enfrentam um desafio maior, talvez pelos aspectos sociais, talvez pelos moradores sentirem necessidade de saírem de suas comunidades em busca de melhores condições de vida. De acordo Queriroz (2006, p. 02), os estudos sobre evasão escolar “revelam uma realidade bastante preocupante e que atinge desde o nível micro (a escola) até o nível macro (o Estado e o país)”.

A presente pesquisa possui como objetivo buscar os motivos que levam à evasão escolar dos alunos da Escola Estadual Barreira dos Índios,

1 Escola Estadual Barreira dos Índios (São Francisco/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Barreira dos Índios, isabel.rosario@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Dom Pedro II, robson.souza79@educacao.mg.gov.br.

desenvolvendo estratégias para evitar a evasão e, conseqüentemente, o abandono do território quilombola, refletindo sobre ações que fortaleçam as identidades afrodescendentes na atualidade.

Para fundamentar o projeto, realizamos entrevistas com ex-alunos da referida escola, para saber sobre os motivos que levaram à evasão escolar. O território quilombola de Bom Jardim da Prata é composto por 12 comunidades, mas essa pesquisa foi realizada apenas em 05 comunidades atendidas pela escola.

A metodologia utilizada partiu da análise bibliográfica sobre a temática estudada, com posterior elaboração de questionários e de roteiro de entrevistas. Após construção e debate, foi promovida a aplicação dessas etapas metodológicas pelo núcleo de pesquisa, com membros da comunidade. Em seguida, partiu-se para a análise dos dados coletados, bem como para a sistematização dos resultados.

Durante o período de realização das entrevistas, foi observada a realidade de vida de alguns moradores, onde a maioria deseja retomar seus estudos para concluir o ensino médio, que há três anos foi implantado na comunidade.

Foram entrevistados homens e mulheres maiores de 18 anos, com renda familiar de até dois salários-mínimos. A maioria relatou que precisam exercer atividade remunerada, o que acabou influenciando na decisão de abandonar o curso. Comentam ainda que não chegaram a conversar com alguém sobre o a saída da escola e tomaram a decisão sozinhos, a partir da realidade familiar e das necessidades individuais.

A evasão escolar torna-se uma problemática quando em busca de novas oportunidades, os alunos acabam deixando seus lares e vão morar em outras regiões, o que quebra o laço de pertencimento, pois não veem a cultura como um instrumento de afirmação de identidade. E, assim, vão desvalorizando as crenças, as danças, as músicas e tantos outros legados deixados por seus ancestrais no seio da comunidade de Bom Jardim da Prata.

Pensando como Stuart Hall (2003), compreende-se que a manutenção das tradições e dos instrumentos de afirmação de identidade são

criados no dia a dia, dentro do território ao qual pertencem. As identidades são forjadas. O que acontece com o sujeito pós-moderno, que o diferencia dos anteriores, é que as mudanças estruturais processadas nas últimas décadas conduziram a uma fragmentação tão grande e a um intenso descentramento do sujeito, que houve um esfacelamento em várias identidades para um mesmo sujeito. Daí, uma crise de identidade: não estamos fechados a um modelo identitário ao qual seremos encaixados rigidamente. A vantagem, segundo o autor, é que podemos ser negros e brasileiros; ou brancos e brasileiros; ou mesmo mestiços brasileiros (Hall, 2003, p. 333-349; grifo nosso)

Compreender a evasão escolar dentro da comunidade quilombola de Bom Jardim da Prata e conseqüentemente o abandono do seu território tem como foco a construção e o fortalecimento das identidades afrodescendentes na contemporaneidade. Tendo em vista que, quando se distanciam da escola e do território quilombola, os jovens alunos vão também, de certo modo, perdendo os costumes e as tradições locais. A interação dos estudantes do projeto com os entrevistados levou a uma reflexão sobre os desafios encontrados para concluir pelo menos a segunda etapa do ensino fundamental.

Foram entrevistadas 23 (vinte e três) pessoas. A maioria relatou ser ex-estudante da Escola Estadual Barreira Dos Índios e outros são da comunidade, mas moram em outro município, por isso não estudaram na escola. As mulheres são as que mais se evadiram, por precisarem sustentar a casa e pela obrigação de cuidar dos filhos. Com os estudos incompletos, perderam várias oportunidades de ter um bom emprego, passando a trabalhar mais de oito horas por dia sem conseguir uma renda familiar acima de dois salários-mínimos.

Nessa etapa da pesquisa, foram feitas as tabulações e as análises de dados, com o objetivo de conhecer os múltiplos determinantes da evasão escolar, interpretar dados coletados para a compreensão dos problemas da evasão escolar e identificar os fatores que afastaram as pessoas da comunidade e da cultura local.

Foram sugeridas algumas ações para erradicar a evasão escolar dentro da comunidade quilombola, favorecendo o resgate das manifestações culturais: (i) cursos de aprimoramento de algumas atividades já executadas, como agropecuária e horta comunitária; (ii) feira de produtos da agricultura familiar; (iii) apresentação de músicas e danças regionais, como a dança do Carneiro, Folias de Reis e São Sebastião, entre outras manifestações e atividades.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram utilizados questionários objetivos e entrevistas semiestruturadas como técnicas de coletas de dados, na tentativa de conhecer os vários fatores determinantes da evasão escolar e o distanciamento das tradições na comunidade quilombola de Bom Jardim da Prata.

Foram destacados os pontos positivos de se permanecer na comunidade, fortalecendo os laços de pertencimento e ensinando aos mais novos o artesanato, a importância da agricultura familiar, o cultivo e a preservação dos frutos do cerrado e de tantas outras atividades desenvolvidas na comunidade.

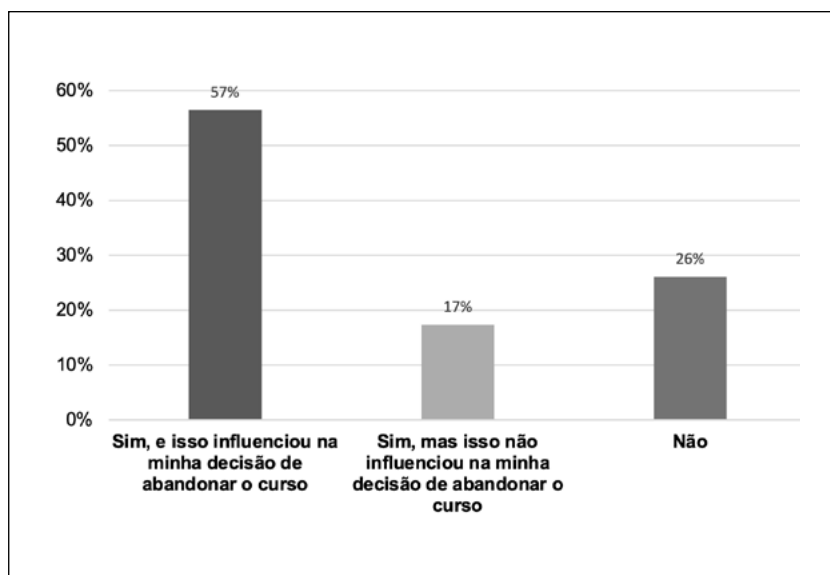
A pesquisa de campo visou conhecer e coletar os dados sobre a escolarização dos entrevistados e assim obter resultados preliminares para aprofundamento, interpretação e apresentação dos trabalhos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentaremos os resultados obtidos a partir de entrevistas com cinco comunidades que pertencem ao território quilombola de Bom Jardim da Prata atendidas pela escola. São elas: Bom Jardim da Prata, Porto Velho, Vila São Francisco de Assis, Pinhãozeiro e Lajedo. O desenvolvimento metodológico contou com um total de 23 pessoas participantes. Na metodologia desenvolvida, destacamos alguns importantes pontos que serão apresentados a seguir.

Ao serem questionados sobre os motivos que levaram à evasão escolar, o mundo do trabalho foi uma resposta recorrente. Percebe-se que, do total de pessoas entrevistadas, 56,5% afirmam que o trabalho influenciou na evasão ou no abandono escolar, sendo fator decisivo nesse quesito.

Gráfico 1: Você precisou exercer alguma atividade remunerada que o atrapalhou durante os estudos?

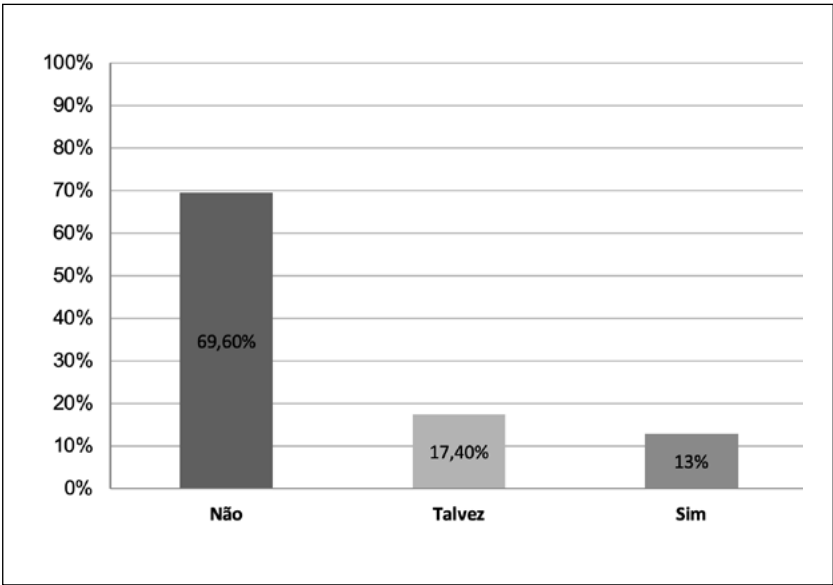


Fonte: Elaborado pelos autores.

Dessa forma, confirmamos que a ausência de postos de trabalho na comunidade é um problema que precisa ser refletido pela comunidade e pelas políticas públicas, dando subsídios para que as pessoas possam permanecer na comunidade e, conseqüentemente, na escola.

A necessidade de contribuir para o sustento familiar e a dificuldade de adaptação na escola fizeram com que essas pessoas desistissem de retornar aos estudos e promovessem, de certo modo, o abandono escolar e, em muitos casos, o abandono também da comunidade. Podemos observar no Gráfico 2 que a ausência de oportunidades de trabalho impacta diretamente na evasão escolar e no abandono da comunidade.

Gráfico 2: Se na comunidade houvesse oportunidade de emprego, você teria abandonado a escola?

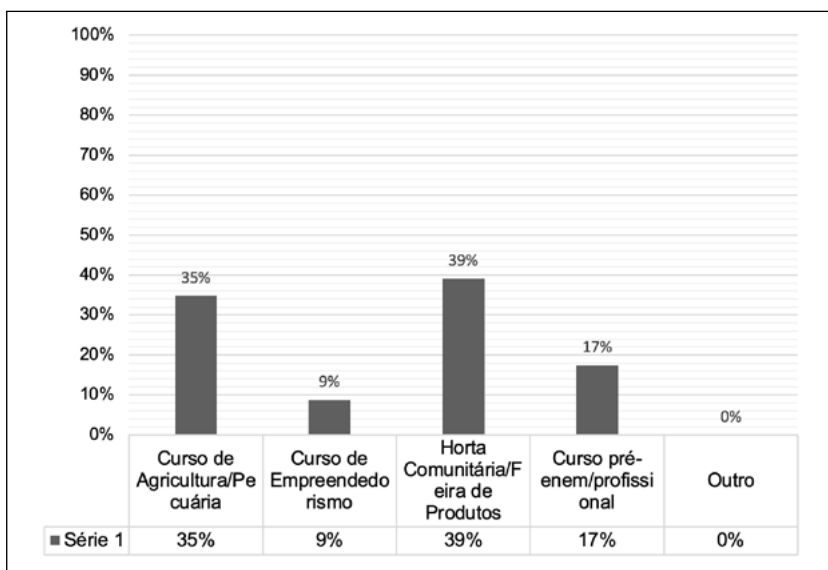


Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao serem questionados sobre as oportunidades de trabalho na comunidade, os participantes da pesquisa indicam que, se tivessem oportunidades, permaneceriam nos estudos e na comunidade. O gráfico 2 nos mostra que 69,6% dos participantes relataram que se houvesse maior oportunidade de emprego, cursos de incentivo ao desenvolvimento pessoal e profissional, permaneceriam na comunidade, preservando assim as manifestações culturais e dando continuidade às trocas geracionais de experiências e culturas locais.

Em busca de solução para o problema identificado na pesquisa, ou seja, para a evasão escolar e o abandono da comunidade, uma das perguntas do questionário focou a questão das oportunidades que os entrevistados achavam interessantes para a comunidade.

Gráfico 3: Quais oportunidades você acredita serem interessantes para a comunidade?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como observado no Gráfico 3, 39,1% optaram pela *horta comunitária/feira de produtos regionais* e 34,8% escolheram *agricultura e pecuária*. Acredita-se que essas duas opções foram bem pontuadas, pois essas comunidades se localizam à margem esquerda do Rio São Francisco, e algumas famílias já cultivam e produzem de maneira informal, sem muito apoio ou incentivo, alimentos, como abóbora, mandioca, feijão, queijo, e colhem frutos do cerrado, como baru, pequi, buriti, além de produzirem artesanatos na confecção de utensílios para pesca e outros.

Acredita-se ainda que a opção ou sugestão da feira seria para a comercialização desses produtos, que poderia contar com o apoio de órgãos governamentais e não governamentais, a fim de fomentar a atividade dos agricultores e artesãos locais, bem como auxiliar no desenvolvimento socioeconômico e cultural da comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi levantar e interpretar dados que visam compreender os motivos determinantes da evasão escolar e identificar sua contribuição para a não preservação da cultura quilombola na comunidade de Bom Jardim da Prata. Consideramos que os objetivos foram alcançados, uma vez que se obteve dados suficientes para promover uma análise, mesmo pouco aprofundada sobre a temática em questão.

As entrevistas trouxeram a perspectiva dos alunos evadidos e aguçaram a busca por aprofundamento do conhecimento pelos alunos que os entrevistaram, o que, de certo modo, apresenta material para futuras pesquisas, já que novos questionamentos e perguntas surgiram ao longo do processo.

Foram encontrados vários desafios durante a realização das atividades, como falta de acesso à internet, troca de tutor e professor orientador ao longo do percurso, troca de alunos-pesquisadores que mudaram de escola, entre outros fatores. No entanto, avalia-se que, por ser um trabalho em equipe, conseguiu-se um bom resultado, sobretudo incentivando a pesquisa na escola e fazendo com os que os alunos, o corpo escolar e toda a comunidade reflitam sobre a evasão escolar e sobre a constante saída das pessoas da comunidade.

Espera-se ainda que pesquisas como essas possam auxiliar na construção de políticas públicas que privilegiem o desenvolvimento sustentável de pequenas comunidades e a manutenção de tradições, costumes e cultura.

REFERÊNCIAS

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; Brasília: Unesco, 2003.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. *Rev Bras Estudos Pedag*, v. 64, n. 147, p. 38-69, 2006.

PARTE 2

CULTURA E TRADIÇÃO AFRO-BRASILEIRA COMO ELEMENTOS DE RESISTÊNCIA E AUTOAFIRMAÇÃO NO TERRITÓRIO MINEIRO



SARAVÁ, A INFLUÊNCIA DA AFRICANIDADE NO BITELO BARROCO MINEIRO

Andrey Gabriel da Silva Rodrigues¹, Cauan Maxsuel Fernandes Souza¹, Helloá Cristina Duarte Silva¹, Henrique Justus Monteiro Oliveira¹, Isadora Rocha Faria¹, Luisa Lemos Cardoso¹, Mateus Lemos de Almeida¹, Nicolly Lacerda Pires¹, Rayssa Júlia dos Santos¹, Tallyny Lorrany Cardoso de Jesus¹, Tayssa Mayra dos Santos¹, Victor Hugo Fernandes¹, Joyce Cristine Silva Ferreira Saturnino², Mariana Zulmira Morais Barbosa³, Rita de Cássia Barbosa³, Adriana Dilon Ferreira⁴

1 INTRODUÇÃO

A primeira vila criada pelos colonizadores portugueses no Brasil foi São Vicente, localizada no litoral Sul de São Paulo. Com o passar do tempo, as bandeiras foram desbravando novas áreas da colônia à procura de riquezas. Esses bandeirantes eram em sua maioria paulistas responsáveis por capturar escravos fugitivos, mapear territórios, e procurar pedras preciosas e outros materiais de importância econômica para a coroa.

A descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, provocou um aumento da migração para essas áreas de extração. A busca

1 Escola Estadual Dona Antônia Valadares (Divinópolis/MG).

2 Orientadora, Escola Estadual Dona Antônia Valadares, Joyce.saturnino@educacao.mg.gov.br.

3 Coorientadoras, Escola Estadual Fernando Lobo.

4Tutor, Escola Estadual Fernando Lobo, adriana.dilon@educacao.mg.gov.br.

pelo enriquecimento também levou ao desenvolvimento de plantações nos arredores das minas, a fim de produzir e comercializar produtos necessários para a subsistência dos que trabalhavam com a mineração. Assim, a extração do ouro foi o motor para o povoamento de diferentes regiões e para uma nova organização administrativa da colônia. De acordo com Costa (2016), foram vários os fatores que influenciaram as condições de povoamento e a economia do Brasil colônia, e esses fatores impactam a médio e longo prazo nos aspectos físicos e ambientais dessas regiões.

Podemos destacar a Vila de Pitangui como um marco inicial da ocupação do sertão Oeste das Minas Gerais, no início do século XVIII. Há quem diga que o ouro “brotava” do chão, e por isso o uso do termo “pita”. À medida que a exploração aurífera aumentou, fez-se necessário o uso da mão de obra escrava negra.

Como consequência dessa exploração aurífera, surgiu o povoamento na região de São José da Varginha, que está localizada a aproximadamente 60 km de Pitangui. Não são encontrados para consulta documentos que retratem e/ou comprovem a história do povoamento dessa região que fica entre Pitangui e Pará de Minas, conforme pode ser visto na Figura 1.

Figura 1: Localização de São José da Varginha, entre Pitangui e Pará de Minas



Fonte: Google Maps⁵.

5 Disponível em: https://www.google.com/maps/@-19.7807972,-44.6407667,11.75z?entry=tту&g_ep=E-goyMDI0MTAyOS4wIjKXMDSoASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 4 nov. 2024.

Figura 2: Posicionamento de Pitangui e Pará de Minas, no trecho conhecido como Estrada Real



Fonte: <https://daquidepitangui.blogspot.com/2011/04/estrada-real-de-pitangui-em-breve.html>.

Sabe-se que conhecer a história de um povo vai além de sanar uma curiosidade local, perpassa o reconhecimento da importância do indivíduo e sua influência na transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza.

Para Viana (2016), o reconhecimento da história local contribui para a construção da identidade e ainda propõe aproximações entre o local, o nacional e o globalizado, por demonstrar que os locais não são isolados, dissociados e imunes aos impactos do mundo. O envolvimento com a tradição oral, além de auxiliar na construção do conhecimento da

história, consolida a construção do orgulho de uma comunidade, fortalecendo a tolerância e o respeito, além de despertar a curiosidade e a reflexão sobre as ações e suas consequências.

A Igreja Católica teve grande influência no período de ocupação do território brasileiro, sendo os primeiros núcleos de povoamento constituídos ao redor das igrejas, favorecendo a difusão da cultura ideológica e da catequização do povo. O estilo arquitetônico das igrejas era inspirado no barroco europeu, que surgiu na Itália e se espalhou pela Europa e a América. Dois fatores que tiveram grande influência nesse contexto foram a Reforma Protestante e a Contrarreforma.

As principais matérias utilizadas no barroco europeu foram o mármore e o bronze. Limitações de materiais e dificuldade de mobilizar as peças trazidas da Europa até o interior de Minas, aliado ao relevo irregular, fizeram com que fosse constituído um movimento bem peculiar que ficou conhecido como Barroco Mineiro. Devido a isso, boa parte do ouro extraído em Minas Gerais encontra-se nos altares e ornamentos das igrejas, com o objetivo de atrair os cristãos e influenciá-los emocionalmente. Reconhecido por sua grandiosidade, o Barroco Mineiro se destaca por sua riqueza em detalhes, cores vivas e tropicais. Ornamentos em ouro e exploração de materiais típicos da região, como o cedro e a pedra-sabão, criaram uma arte carregada de características peculiares.

Nesse sentido, o presente trabalho propôs-se a investigar uma possível relação entre os primeiros núcleos de povoamento na região de São José da Varginha, o ciclo do ouro e sua extração em Pitangui. Por fim, sabendo que esse ouro era extraído por negros e que grande parte do ouro que ficou em Minas Gerais foi aplicada no Barroco Mineiro por esse mesmo grupo, ou seus descendentes, desejamos investigar a influência das tensões vividas pelos escravos, sua cultura e conhecimento tecnológico no diferencial das esplendorosas obras do Barroco Mineiro buscando, a partir de dados e fatos, a desconstrução do preconceito racial e da marginalização da cultura africana.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Toda metodologia do trabalho baseou-se em pesquisa exploratória aplicada do tipo bibliográfica e documental, interligada à pesquisa de campo, com abordagem qualitativa. Foram utilizadas fontes secundárias e fontes primárias, como documentação oficial do período estudado, relatos de moradores e obras históricas referentes à mineração desenvolvida no período colonial brasileiro. A coleta de dados foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental presente no acervo das Prefeituras de São José da Varginha, Pequi e Pitangui; e através de entrevistas e pesquisa de materiais de posse dos moradores mais antigos da cidade e da igreja local.

Foram realizadas visitas nas comunidades locais, Pequi, Ouro Preto, Pitangui, Museu de Artes e Ofícios e Memorial Minas Gerais Vale, a fim de constituir observação e coleta em diário de bordo de relatos de profissionais e moradores. No caso de Ouro Preto, foram coletadas em diário de bordo informações fornecidas pelos guias turísticos locais que apresentaram com base em seus conhecimentos e estudos da história local. Já nos Museus de Artes e Ofícios e Memorial Minas Gerais Vale, os dados foram obtidos a partir da exposição da história pelos monitores da trilha Afro-brasileira.

Para o levantamento de dados históricos, iniciou-se com pesquisas em sites confiáveis na internet que buscassem responder às seguintes perguntas: De onde vieram as pessoas escravizadas? Como era a economia dos reinos africanos no período colonial brasileiro? Como se organizava a política e a cultura africana? Por que os negros foram escolhidos para trabalhar na construção do Barroco Mineiro e nas minas de ouro? Quais as características das pessoas escravizadas que trabalhavam nas minas? De quais regiões africanas os escravizados vieram?

A fim de se chegar a respostas, foram realizadas visitas ao Museu de Artes e Ofícios e ao Memorial Minas Gerais Vale, para coleta de informações sobre a história e a cultura africana, e sua relação com a constituição da história e cultura de Minas Gerais. Participamos ainda de palestras com profissionais que tratam de patrimônio público, para evidenciar fatores que

permitissem reestruturar o conhecimento dos fatos históricos e porventura posicionar a região de São José da Varginha na rota do ouro em Minas Gerais.

As entrevistas com moradores locais e representantes da igreja tiveram como objetivo a coleta de relatos transmitidos oralmente por gerações; através dos registros da igreja católica, tivemos acesso a dados importantes, uma vez que cabia a essa instituição a função de controlar a moral e a religiosidade das populações durante o período colonial brasileiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: IMPORTÂNCIA DO NEGRO NA MINERAÇÃO E NA CONSTITUIÇÃO DO BARROCO MINEIRO

As primeiras pesquisas realizadas demonstraram que os motivos pelos quais os escravizados africanos foram os escolhidos para os trabalhos nas minas estavam diretamente relacionados com a sua maior resistência à exposição ao sol, devido à maior concentração de melanina, por terem bastante resistência muscular para conseguir carregar todos os materiais necessários e a baixa estatura e corpo franzino que permitiam adentrar e permanecer em pequenos espaços.

Aliado às características físicas, encontra-se o conhecimento de engenharia, metalurgia e mineração trazido pelas etnias sudanesas, que foram rotuladas pelos traficantes de escravizados como “negros mina”. Esses escravizados eram originários do antigo reino do Dahomé, também chamado de Costa dos escravos ou Costa da Mina (Centriny, 2017).

Além da vigilância permanente, o trabalho escravo realizado na mineração apresentava péssimas condições. Muitos escravizados não suportavam mais do que cinco anos nessa atividade. Aconteciam mortes prematuras relacionadas à proliferação de doenças devido a péssimas condições de trabalho, carência na alimentação e acidentes de trabalho.

Sob o jugo da escravidão, fez-se necessário aos negros encontrarem meios de pertencer de alguma forma a algum lugar. Assim, o desenvolvimento de laços afetivos e cultos baseados na fé consistiu em uma válvula de escape que foi reconhecida e utilizada pela igreja como forma

de repressão através da imposição de valores, diferente daquela baseada na força e na opressão (Conceição, 2016).

É preciso destacar que os pedidos para edificações, reformas e ampliações de templos religiosos passavam pela aprovação da igreja, que se submetia ao rei. Assim, ocorria o controle da música, das festas e de tudo o mais que permeia as atividades culturais. A parceria entre Igreja e Estado era algo conciliado que trazia benefícios para ambas as partes, mas que não estava isenta de conflitos (Milagre, 2011).

Assim, as irmandades mantinham certos ritos culturais e religiosos africanos como forma de resistência e por isso é possível observar traços da cultura africana mesmo na decoração das igrejas mais pomposas e nas festas como Folias de Reis e Congados. São observados em altares símbolos, como búzios, conchas, lagostas, véu de linsã, tartarugas, chifres de cabra e carneiro, e ainda referências a deuses africanos, como Ifá, Omolu, Mawu e Lissa. Os santos negros apresentados, principalmente na igreja de Santa Efigênia, podem corresponder perfeitamente aos orixás, pertencentes à cultura dos negros mina. Nesse espaço onde o negro encontrava seu refúgio, as religiões tão distintas se encontram, e, em alguns casos, se misturam tão bem que requer muita atenção aos pequenos detalhes para distingui-las.

Os elementos simbólicos não estão presentes em todas as igrejas, mas podem ser percebidos como parte do conjunto barroco. Como apresentado por nosso guia, à disposição desses símbolos acompanha os significados e a intencionalidade do artesão, que marcava assim a presença do território africano em um ambiente onde é possível perceber a mistura dos símbolos negros africanos e brancos portugueses.

Uma vez que a religião constitui a prática simbólica de crenças que expressam a experiência pessoal daqueles que a praticam, seria esperada uma junção dessas práticas religiosas no que hoje constitui a religião afro-brasileira. A história de tal religião inclui um contexto permeado de relações sociais, políticas e econômicas de negros, brancos e indígenas (Conceição, 2016). Nesse sentido, visitar uma igreja, seja ela de brancos, seja de negros, é deparar-se com um universo de informações de um sincretismo religioso.

O barroco reside na imaginação, na exortação das sensações e nos choques de emoções. Articula sacrifício e salvação, dor e êxtase, controvérsias persistentes no âmbito do cenário colonial brasileiro (Conceição, 2016).

Sobre a influência das tensões vividas pelos negros e mulatos a partir das obras, destaca-se as informações coletadas em Ouro Preto por relatos do guia local, sobre a história de Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como “Aleijadinho”. Segundo as biografias escritas por Rodrigo José Ferreira Bretas e Sylvio de Vasconcellos, Aleijadinho era filho de um português com uma escravidada, e tinha quatro irmãos postiços. Era escultor, entalhador e arquiteto, que aprendeu essas atividades quando pequeno, observando seu pai trabalhar.

Aos seus aproximados 36 anos de idade, surgiram sintomas de sífilis e lepra, doenças autodegenerativas que faziam com que ele perdesse membros de seu corpo, dando vida ao seu apelido “Aleijadinho”. Vale ressaltar que em suas obras ele procurava espelhar suas dores e vivências com a doença, chegando a retratar obras com parte do corpo mutilado.

Outro importante artista barroco é Manuel da Costa Ataíde, o “Mestre Ataíde”. Seus pais eram portugueses. Durante sua vida, teve seis filhos com uma mulata alforriada, Maria do Carmo Raimunda da Silva. Traços típicos marcados nos rostos representados por Mestre Ataíde, como nariz mais achatado, pele mais escura e o cabelo crespo, são evidências dessa miscigenação (Figura 3).

Figura 3: Traços característicos de negros e mestiços retratados por mestre Ataíde no quadro *Encontro de Cristo com Verônica*



Fonte: Acervo dos autores.

Entre as evidências da influência de vivências e contribuições de negros, mulatos e mestiços nas obras do Barroco, destaca-se a presença de anjos pretos na Igreja do Pilar, em Ouro Preto (Figura 4). Segundo relato dos guias locais, essas imagens foram alvo de polêmica dentro da irmandade.

Figura 4: Anjos pretos na Igreja do Pilar, em Ouro Preto



Fonte: Acervo dos autores.

O foco de questionamento encontra-se no fato de os anjos terem sido confeccionados em prata, um material tido como mais nobre que o ouro na época devido à baixa disponibilidade. Acredita-se que o autor conhecia as propriedades do metal que, após certo tempo, ao passar por processo de oxidação, apresenta coloração escura.

A irmandade primeiramente ordenou a retirada dos anjos por justificar que poderia causar interpretações erradas entre os africanos. Segundo o guia, os anjos só não teriam sido removidos porque os artesãos argumentaram que a prata era um metal nobre de cor clara, e seu escurecimento seria uma forma de cativar os negros à conversão e ao pagamento do dízimo à irmandade. De uma forma ou de outra, percebe-se a influência da vivência dos negros e de seus descendentes na construção das grandiosas obras de características próprias e marcantes do Barroco Mineiro.

3.1 Núcleo de povoamento na região de São José da Varginha

Após a apresentação da importância do negro na constituição das belíssimas obras do Barroco Mineiro, segue-se a história de São José da Varginha, que ainda não foi estudada com profundidade necessária, razão pela qual a presente pesquisa deparou-se com muitos desafios e contradições sobre o povoamento da região e sua relação com Pitangui.

Segundo dados do IBGE (2023), o núcleo de povoamento surgiu com o Padre Antônio Moreira Barbosa, que construiu a Fazenda São José, próximo ao Rio Paraopeba. Os primeiros habitantes vieram em busca de ouro na região de Pitangui. Para não pagar o imposto do quinto, o bandeirante Domingos Rodrigues do Prado resolveu se estabelecer no local com outros paulistas.

De acordo com Milagre (2011), a existência de uma capela constituiu um local estratégico de paradas, trocas e sociabilidade, permitindo a constituição de relações e de um lugar estratégico. Assim acredita-se que a Capela do Rosário tenha grande significado para a apropriação de um povoamento local, conforme enunciado em entrevista concedida a nós pelo representante da igreja.

De posse dos dados coletados, buscamos relacionar as informações orais com as documentais, através da construção do conhecimento dos eventos, buscando os pontos de interlocução e divergência de dados e fatos, sendo duas vertentes levantadas. A primeira, apresentada por representantes do Patrimônio Histórico de Pequi, configura que os primeiros habitantes da região se estabeleceram como caminho entre Patafufo, atual Pará de Minas e a cidade de Pequi. A segunda, exposta por representantes do Patrimônio Histórico de Pitangui, é de que os primeiros habitantes residiam no local como forma de abster-se do pagamento do quinto, que era alvo de revoltas na região de Pitangui.

Com base na análise e na interpretação das fontes já apresentadas, acreditamos que a segunda proposta seja mais pertinente, tendo em vista as revoltas vivenciadas em Pitangui e a necessidade de fornecimento de meios e materiais para manutenção das minas. Outro ponto que deve ser

levado em consideração é a existência, próximo a São José da Varginha, de um local com características de quilombo. Em visita ao local, os membros da comunidade que foram entrevistados relataram desconhecer o significado de quilombo, por essa razão parte-se do princípio de que eles não se reconhecem como quilombolas. Porém, relataram que o local consistia em núcleos familiares com terras passadas por gerações e ascendência africana.

Milagre (2011) apresenta em seu trabalho que Pitangui não se destacava apenas pelas minas que dispunha, mas também pelas diversas atividades econômicas, como pecuária, cultivo do algodão, produção de açúcar, aguardente e insumos, consumidos por aqueles que seguiam rumo a outros sertões de Minas e de Goiás.

Oralmente foi compartilhado por moradores da região de Conquista que o local detinha engenhos e criação de gado, que poderiam fornecer meios de movimentar o comércio com a vila de Pitangui.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande contribuição da pesquisa consistiu em trazer novos dados, elementos e fatos até então desconhecidos que certamente são de grande relevância para a história local, bem como possibilitou ampliar a ressignificação da importância e da contribuição do povo negro e seus conhecimentos na constituição de obras do Barroco Mineiro, na economia e na cultura do Brasil.

No levantamento de dados e fontes, a pesquisa contou com a contribuição de um profissional experiente no que se refere à história local e patrimônio, que ressaltou a importância das atividades desenvolvidas pela nossa equipe de pesquisadores já que, segundo ele, ao realizar sua pesquisa prévia sobre nossa cidade, deparou-se com uma escassez alarmante de dados históricos. Segundo ele, “um povo sem história é um povo sem direção e reconhecimento” (Palestrante sobre Patrimônio Histórico).

Os maiores desafios para o desenvolvimento desta pesquisa constituíram-se na falta de referenciais teóricos e fontes documentais, o

que levou à necessidade de recorrer à história oral. A pesquisa possibilitou o início de um levantamento do patrimônio histórico relacionado ao Barroco, que terá prosseguimento em projetos futuros.

A análise dos dados, por diversas vezes, exigiu discussões secundárias de diferentes aspectos em Ciências, como genética, metabolismo, constituição química de pele e cabelo; em Geografia, sobre relevo e clima; e assim por diante. Isso permitiu uma consolidação dos conteúdos trabalhados em sala de aula de modo aplicável.

Consideramos assim o quanto o conhecimento trazido pelos povos africanos foi determinante não apenas na extração do ouro, mas na construção do único Barroco que encontramos em Minas Gerais. Um Barroco que carrega consigo as origens das pessoas escravizadas, sua cultura, seu jeito de fazer e de resistir.

Observou-se ainda que o Barroco Mineiro trouxe muito mais indícios de resistência e integração do que sujeição cultural. Por mais que a igreja tenha sido uma forma de repressão, foi também pela religiosidade que os negros reconstituíram seus laços sociais e buscaram forças para suportarem todas as formas de torturas e opressão. Portanto, à sociedade cabe quebrar os preconceitos e lutar pelo reconhecimento, enquanto brasileiros miscigenados que somos. Fortalecer nossas raízes, ancestralidade africanas com orgulho e com braços fortes, resistir assim como nossos antepassados às turbulências que a vida poderá impor, sem jamais permitir dobrar-se às vontades dos outros e ao que a sociedade julga como padrão.

Concluimos na esperança de que você, que agora lê este trabalho, da próxima vez que visitar uma igreja barroca, uma mina ou um museu, sinta o orgulho que sentimos e se atente aos detalhes, que muitas vezes foi executado com o único objetivo de exprimir um sentimento de resistência e pertencimento. Veja uma dança do terreiro, do Congado ou da Festa do Rosário, e consiga enxergar, não apenas ver, a importância dessas festas quando não se tinha mais nada. De uma cultura de um povo retirado de sua terra e de sua família pelo simples fato de não o reconhecerem como igual, como humanos!

Lembre-se que nas danças, a cada passo para frente são dados dois para trás ou para o lado! Que possamos alçar passos para o futuro, mas nunca esquecendo o passado, esquecendo o outro, abandonando o outro no caminho. Reconheçamos que somos um povo, um único povo, o povo brasileiro!

REFERÊNCIAS

CENTRINY, C. Mina não é etnia e, sim, palavra portuguesa. *Revista Calundu*, v. 1, n. 2, 2017.

CONCEIÇÃO, N. N. da. *Religiosidade em Ouro Preto no século XVIII: os signos africanos na igreja de Santa Ifigênia. Entre a norma e o conflito: espaços de negociação*. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

COSTA, I. del N. da. Sobre a integração das Minas Gerais à vida econômica da colônia. *Estudios Históricos*. Uruguai, n. 16, jul. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Prefeitura Municipal de São José da Varginha*, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-jose-da-varginha/historico>. Acesso em: 14 out. 2024.

MILAGRE, M. S. *Entre a bolsa e o púbito: Eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793)*. 2011. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2011.

VIANA, J. Í. B. *História Local*. 1. ed. Sobral: Ed. Inta, 2016.

USOS DE PLANTAS MEDICINAIS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS TABULEIRO E CRUZEIRO, NO MUNICÍPIO DE BERILO

Tawany Victoria Barbosa Oliveira¹, Raissa de Paula Nunes¹, Taiane Ferreira Botelho¹, Igor Meireles Martins¹, Clóvis Henrique de Paula Nunes¹, Adrielhe Verissimo Rodrigues¹, Kaique Barbosa Cirino¹, Iracema Ferreira Victor Oliveira¹, Izaide Alves de Jesus¹, Mateus Barbosa Cardoso¹, Luiz Guilherme Amaral trindade¹, Tiago Goveia Barbosa¹, Juarez Marques de Souza Junior², Jonathan Vinicius Dorini de Moraes³

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa realizada pelos alunos da Escola Estadual Ribeirão do Altar, com iniciativa proposta pelo Programa de Iniciação Científica na Educação Básica da Secretaria de Educação de Minas Gerais. O trabalho traz um estudo das plantas medicinais usadas nas comunidades quilombolas de Tabuleiro e Cruzeiro, nas quais a escola e os alunos estão inseridos como estudantes e moradores.

1 Escola Estadual Ribeirão do Altar (Berilo/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Ribeirão do Altar, juarez.marques@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Márcio Nicolato, jonathan.moraes@educacao.mg.gov.br.

O estudo, além do conhecimento, permitiu a aproximação e o reconhecimento da importância de manter presente os ensinamentos de um povo na formação social dos indivíduos das novas gerações. Particularmente, tratando das plantas medicinais, constatou-se que é uma cultura que não pode ser subtraída, suprimida ou esquecida.

Parte-se da premissa que as comunidades quilombolas carregam, em si, uma cultura tradicional devido ao passado de escravidão, lutas, fugas e constituição de quilombos, em que o convívio e o isolamento influenciaram na construção de uma identidade cultural, permitindo a construção de conhecimentos passados de geração a geração, na tentativa de manter a sobrevivência.

Ainda no assunto de territórios quilombolas, destacamos que a forma de se plantar, colher, buscar os frutos e as plantas medicinais, além da maneira de tratar o território, traz uma relação de vivência que não pode ser alterada, suprimida. Apesar disto, através das nossas experiências cotidianas nas comunidades quilombolas, pudemos vivenciar que “manter vivo” os costumes deixados por nossos antepassados não é tarefa fácil, uma vez que documentar fatos não é mais uma atividade corriqueira das comunidades tradicionais. Acreditamos que isso seja devido ao processo de globalização, o que fez com que os costumes fossem perdidos, uma vez que o interesse das novas gerações pelo passado está acabando com o passar do tempo.

As plantas medicinais têm sido utilizadas com finalidades terapêuticas desde os primórdios da humanidade e continuam tendo o seu valor não apenas nas comunidades tradicionais, como também são objetos de estudos interdisciplinares na busca de novos fármacos (Macedo; Carvalho; Nogueira, 2002).

Nos quilombos, o cultivo de plantas medicinais constitui-se como uma alternativa para os cuidados primários de saúde, fato bastante vinculado às dificuldades encontradas por esse povo ao acesso à saúde básica ao longo do processo de construção social. Segundo Sales, Albuquerque e Cavalcanti (2009), os habitantes das comunidades tradicionais conhecem perfeitamente as ervas que utilizam, sabendo, inclusive, as enfermidades para a qual determinada planta é utilizada. Diante

disso, é sabido que os povos quilombolas ainda praticam os costumes de seus antepassados e, entre esses costumes, encontra-se a prática do uso das plantas medicinais como uma alternativa ao tratamento de enfermidades (Sales, Albuquerque e Cavalcanti, 2009).

O objetivo de nossa pesquisa foi, portanto, catalogar as plantas medicinais mais usadas pelos povos das comunidades quilombolas de Tabuleiro e Cruzeiro, no município de Berilo/MG.

2 DESENVOLVIMENTO

A Escola Estadual Ribeirão do Altar fica situada numa localidade certificada como remanescente quilombola, com sede na comunidade do Tabuleiro, e um segundo endereço na comunidade do Cruzeiro, sendo também frequentada por alunos das comunidades da Estiva e do Brejo. A instituição oferece ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA. O município de Berilo, onde estão localizadas essas comunidades, possui, atualmente, grande concentração de grupos tradicionais e quilombolas de Minas.

Nosso projeto teve início, efetivamente, no mês de fevereiro de 2022, sendo que já havia sido discutido anteriormente com a direção da escola a possibilidade de desenvolver o projeto voltado para o tema de plantas medicinais da nossa cultura local. Nesse período, também foram iniciadas as reuniões em formato híbrido com o professor tutor responsável por acompanhar as atividades do núcleo de pesquisa, apoiando os professores orientadores.

Devido às condições de deslocamento dos nossos alunos participantes do projeto, nossos encontros ocorreram quinzenalmente no formato presencial, sendo também criado um grupo no aplicativo de mensagens *WhatsApp*, como suporte para discutir assuntos do projeto. No mês de março de 2022, após estudo de artigos sobre plantas medicinais, aconteceu a reunião dos envolvidos na pesquisa para definição e concretização da escrita do projeto.

Em encontro presencial, em 6 de abril de 2022, foi definido um modelo de questionário, utilizado como forma de coleta de dados sobre as

plantas medicinais existentes no entorno da Escola Estadual Ribeirão do Altar. As perguntas do questionário foram baseadas no interesse em descobrir mais sobre a utilização dessas plantas no passado e poder compreender melhor nosso presente, a partir da valorização de nossa gente e de nossa terra.

O questionário para entrevistas foi criado através da participação de 12 alunos do ensino médio e do professor orientador. Para a aplicação das entrevistas, foram realizadas visitas a diversos locais nas comunidades, com foco principalmente em residências de moradores mais antigos da comunidade e, conseqüentemente, mais conhecedores do assunto. Nas visitas de campo, foram coletadas informações (relato escrito, fotos, vídeos) para serem usados como instrumentos nos estudos dos resultados da pesquisa.

Importante ressaltar que todos os cuidados éticos foram tomados no andamento do projeto, tais como: assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido para menores de 18 anos, termo de consentimento livre e esclarecido para maiores de 18 anos, e aprovação das ações do projeto nos órgãos éticos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a aplicação dos questionários, identificou-se que as plantas medicinais mais presentes na comunidade são:

Quadro 1: Nome das plantas medicinais utilizadas pela comunidade

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Erva-cidreira	<i>Melissa officinalis</i>
Hortelã	<i>Mentha</i>
Boldo	<i>Peumus boldus</i>
Poejo	<i>Mentha pulegium</i>
Quina	<i>Coutarea hexandra</i>
Arruda	<i>Ruta graveolens</i>
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>
Capim-cidreira	<i>Cymbopogon citratus</i>
Alfazema	<i>Lavandula</i>

Fonte: Elaborado pelos autores

Dos nove moradores entrevistados, todos responderam usar as plantas medicinais para algum tipo de enfermidade, cinco citam para tratamentos de problemas no estômago, resfriado e dores de cabeça, dois usam como anti-inflamatório e dois usam para qualquer tipo de enfermidade, sendo a principal forma de uso os chás. Ainda, seis dos entrevistados afirmaram preferirem as plantas aos fármacos, e nenhum dos entrevistados citou efeitos colaterais devido ao uso das plantas.

Outra atividade desenvolvida foi a construção de um viveiro na escola com mudas das plantas medicinais mais presentes na comunidade e citadas nas entrevistas. Com essa experiência, tivemos a oportunidade de entender como essas plantas medicinais são herança de uma cultura que resiste até os dias atuais, mas também notamos a necessidade de estimular pesquisas a fim de aprofundar o valor medicinal e a cultural dessas plantas dentro da realidade dos territórios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o trabalho, aprendeu-se e vivenciou-se a importância da valorização da cultura local, estando cientes que tal postura é componente fundamental para o processo de continuidade do conhecimento popular, compreendendo que podemos disseminar esse conhecimento com os demais moradores da comunidade. Além disso, aprendemos muito sobre os mecanismos teóricos que envolvem uma pesquisa de campo.

Apesar das dificuldades que surgiram no decorrer do projeto, tem-se a certeza de que o objetivo maior foi alcançado; e, principalmente, que os alunos-pesquisadores compreenderam a importância deste trabalho. Toda a didática que envolveu a pesquisa certamente será crucial na formação futura desses jovens.

REFERÊNCIAS

MACEDO, M.; CARVALHO, J. M. K.; NOGUEIRA, F. L. *Plantas medicinais e ornamentais da área de aproveitamento múltiplo de Manso, Chapada dos Guimarães, Mato Grosso*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2002.

SALES, G. P. S.; ALBUQUERQUE, H. N.; CAVALCANTI, M. L. F. Estudo do uso de plantas medicinais pela comunidade quilombola Senhor do Bonfim, Areia/PB. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, Paraíba, v. 1, 2009.

COMUNIDADE QUILOMBOLA NOVA MATRONA: SEUS SABERES, SUAS TRADIÇÕES

Aryanne Karine Teixeira de Oliveira¹, Bárbara Santos Oliveira¹, Deyse Raquel dos Santos Barbosa¹, Eduarda Rocha Marques¹, Geane Sousa da Silva¹, Izaías Pereira Sarmiento¹, João Paulo Alves de Oliveira¹, Joana Dar’c de Sousa Ferreira¹, Laís Daniely Virginia Santiago¹, Luíza Helena Santos Cruz¹, Rayssa Mendes Cardoso Aguiar¹, Tamires Berto Durães¹, Cristiane Rodrigues Brito², Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos³

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), alterada pela lei nº 10.639 de 2003 estabelece a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Educação Básica, a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. De acordo essas diretrizes:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios

1 Escola Estadual Manoel Pedro Silva (Salinas/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Manoel Pedro Silva, Cristiane.barbosa@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Gabriela Ribeiro Andrada, luan.santo@educacao.mg.gov.br.

que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (Brasil, 2003).

O Ministério da Educação, em 20 de novembro de 2012, homologou a Resolução CNE 08/2012, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. De acordo com essa resolução, a Educação Quilombola organiza principalmente o ensino ministrado nas instituições educacionais, as quais devem fomentar: a memória coletiva; as línguas remanescentes; os marcos civilizatórios; as práticas culturais; as tecnologias e formas de produção do trabalho; os acervos e repertórios orais; os festejos, os usos, as tradições e os demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas (Brasil, 2012).

A proposta do presente trabalho vai de encontro às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, pois versa sobre a importância da preservação e do fortalecimento da cultura e das tradições da Comunidade Quilombola. Nova Matrona reconhecendo assim a diversidade cultural existente na comunidade, em especial suas manifestações culturais que merecem destaque a Folia de Reis e a Festa do Sagrado Coração de Jesus, que se destaca pois tem valor histórico, religioso e cultural.

Segundo Marco Antônio Caldeira Neves (2016), em sua tese de doutorado *A Folia de Reis e Identidade: Um estudo na comunidade quilombola Agreste no Norte de Minas Gerais*, reconhece que nos estudos recentes sobre os aspectos culturais e identitários das comunidades negras rurais brasileiras, também conhecidas como “quilombolas” e “terras de pretos”, os ritos e as sociabilidades festivas têm recebido um papel de destaque. Esses eventos festivos, de acordo o autor, são objeto privilegiado de reflexão antropológica, e a pesquisa etnográfica de seus significados é ponto crucial para a compreensão das diversas formas de vida social.

Ainda de acordo Neves (2016), estudos sobre os rituais realizados pelas populações negras no Norte de Minas são primários, na medida em que passaram a ser estudados em suas especificidades apenas recentemente. Assim, esta pesquisa certamente contribuirá para ampliar a

compreensão sobre os simbolismos que informam, nos rituais festivos, a realidade social, a cultura e a identitária dos quilombolas Norte mineiros.

Como salienta Brandão (1986), a Folia de Reis é um ritual característico do catolicismo popular que se tornou predominantemente rural e se fez em povoados, sítios e fazendas. É considerada como uma forte expressão da cultura e da religiosidade católico-popular brasileira. Com ocorrência em várias regiões do país, principalmente nos estados do Nordeste, em Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros, sendo a viagem ritual mais difundida no Brasil e a mais rica de ritos e crenças próprias.

Conforme menciona Neves (2016), para alguns pesquisadores, a tradição da Folia de Reis teria chegado ao Brasil por intermédio dos portugueses no período da colonização, uma vez que essa manifestação cultural era realizada por toda a Península Ibérica, onde era comum a doação e o recebimento de donativos a partir da entoação de cantos e danças nas residências.

A Folia de Reis, tradicional da Comunidade Quilombola Nova Matrona, foi preservada há muitos anos por uma família tradicional da região, denominada Grupo Viana, fundado pela família de Salviano José Cardoso, falecido no ano de 1994, considerado pelos mais velhos o embaixador da Folia de Reis em Matrona. Após seu falecimento, a liderança foi passada para Gilmar Cotrim, Jonas Pereira David, Albenor, Zé Maria, Deusdete, Lau de Plásio, Osvaldino, entre outros integrantes do Grupo de Jovem Estrela do Amanhã, da Igreja do Sagrado Coração de Jesus (IPAC, Inventário de Proteção do Acervo Cultural, 2010).

Outra manifestação cultural de destaque na comunidade é a Festa do Sagrado Coração de Jesus, uma tradição religiosa que perpassa por décadas na comunidade. No ano de 1950, o padroeiro passa a ser Sagrado Coração de Jesus. Segundo fontes orais, a tradição começou em meados do séc. XX, trazida provavelmente pelas famílias de descendência baiana que fixaram residência no antigo povoado (Inventário de Proteção do Acervo Cultural, 2010).

Para melhor entendimento acerca desse tema, foi utilizado como recurso metodológico entrevistas com antigos moradores da comunidade,

membros do grupo de reisado e organizadores da Festa do Sagrado Coração de Jesus, que muito contribuíram para a preservação e a disseminação da cultura local. Essas entrevistas são importantes pois abordam sobre a memória coletiva.

Neves (2016), citando Oliveira e Candau (2010), esclarece que para considerar o peso da narrativa não se pode basear nas narrativas de um único indivíduo e sim nas narrativas da maior parte dos membros de um grupo, e, se possível, de todos os seus membros. A memória social pode ser compreendida como uma comunidade de memória, pois, sendo coletiva, ela se encontra no conjunto das memórias dos seus membros.

As manifestações culturais que estão presentes na Comunidade Quilombola Matrona, como a Folia de Reis e a Festa do Sagrado Coração de Jesus, contribuem para o fortalecimento da cultura e da preservação dos saberes herdados dos seus ancestrais. De acordo Neves (2016), esses rituais festivos contêm aspectos identitários culturais específicos que permitem a articulação social e simbólica tanto intracomunitária quanto extra comunitária.

Como toda identidade, a quilombola requer exteriorizar os marcadores das diferenças entre os grupos que os circundam. Para marcar as diferenças, as comunidades têm organizado politicamente os seus aspectos culturais para enunciar em suas manifestações a diferenciação frente a outras comunidades. Dessa forma, tais manifestações demarcam as fronteiras simbólicas afirmando a identidade cultural, delimitando a pertença comum e estabelecendo a manutenção de vínculos sociais. Assim, os rituais das festas tradicionais, como a Folia de Reis, são representativos dessas fronteiras simbólicas (Neves, 2016).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O principal objetivo da Iniciação Científica no ensino médio é incentivar, apoiar, valorizar e dar visibilidade à produção e ao compartilhamento de saberes, oportunizando professores e alunos-pesquisadores a identificar problemas, da escola ou da comunidade, e buscar soluções

coletivamente. As atividades realizadas durante esse projeto foram importantes pois conseguiu despertar a curiosidade e o interesse dos alunos pela construção do conhecimento por meio da pesquisa.

A presente pesquisa foi idealizada e desenvolvida pelos integrantes do núcleo de pesquisa da Escola Estadual Manoel Pedro Silva. Entre as tradições da Comunidade Quilombola Nova Matrona, a Festa do Sagrado Coração de Jesus e o Reisado são manifestações culturais muito relevantes para a comunidade e têm sido preservadas há muitos anos pelos seus moradores. Diante disso, o trabalho partiu da seguinte pergunta, que norteou a pesquisa: Como as manifestações culturais, como o Reisado e a Festa do Sagrado Coração de Jesus, realizados na Comunidade quilombola Nova Matrona têm contribuído para a preservação e a difusão da cultura ao longo do tempo?

Nesse sentido, foi feita análise bibliográfico documental, leituras de artigos, rodas de conversa, estudo de textos e dissertações que deram suporte teórico sobre o assunto estudado, e relatos por meio de entrevistas com membros do Grupo de Reisado e organizadores da Festa do Sagrado Coração de Jesus. As entrevistas realizadas pelos pesquisadores foram feitas de forma semi-estruturada e foram importantes para o trabalho.

Além de produzir e registrar a memória através de entrevistas também foi criada uma página no *Instagram* e um *website* com o nome *Grupo de pesquisa Comunidade Quilombola Nova Matrona*, que tiveram como objetivo a disseminação e o registro da memória local. Utilizamos o uso da tecnologia pois ela é uma ferramenta importante para preservação e disseminação da cultura.

Para a criação da página no *Instagram* e o *website*, os integrantes da pesquisa participaram de uma palestra online com o tema “O papel da tecnologia no resgate, preservação e disseminação da cultura afro-brasileira e indígena”, promovido por professores do IFNMG campus Salinas, participantes do NEABI. A palestra foi necessária e importante para que os alunos-pesquisadores pudessem compreender a importância da

tecnologia e utilizá-la no resgate, na preservação e na disseminação da Comunidade Quilombola Nova Matrona.

Além da palestra acima mencionada, os alunos também tiveram a oportunidade de participar de uma roda de conversa, feita de forma *online*, com a participação do professor do IFNMG Leonardo Silva, doutor em Ciências da Computação, sobre metodologia científica e a utilização das ferramentas tecnológicas no trabalho científico. Essa atividade proporcionou o intercâmbio de conhecimento, saberes e prática entre os alunos, professor coordenador e professor colaborador, que muito contribuiu para incentivar e oportunizar os alunos a aprender e aplicar metodologias científicas.

Foram realizadas 02 visitas técnicas em duas fazendas que possuem valor histórico e cultural relevantes para a comunidade: Fazenda Olinda e Fazenda Altamira. Essas duas fazendas possuem um acervo arquitetônico composto por um casarão típico dos grandes senhores de engenho da sociedade escravocrata, construído no início do século XIX por pessoas escravizadas.

Figura 1: Fazenda Altamira



Fonte: Acervo dos autores.

Figura 2: Fazenda Olinda



Fonte: Acervo dos autores.

As fazendas guardam grande valor cultural e histórico, sendo símbolo de tempos de lutas e conflitos políticos, econômicos e sociais, oriundos do período da escravidão, representando assim o resgate da memória de um povo.

Através das análises feitas, a partir dos dados coletados nas entrevistas e nas visitas técnicas, foi possível refletir e discutir sobre a importância da preservação e do fortalecimento da cultura local, construindo práticas de reconhecimento e fortalecimento cultural, e produzindo e registrando a memória da comunidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise bibliográfica e das entrevistas foi possível compreender a história da comunidade quilombola de Nova Matrona e a importância das manifestações culturais, como o Reisado e a Festa do Sagrado Coração de Jesus, e sua contribuição para a preservação e a difusão da cultura ao longo do tempo.

Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de utilizar a História Oral como parâmetro de análise da história vivenciada pela comunidade, na intenção de resgatar a memória coletiva. A História Oral, de acordo com Núbia Braga Ribeiro (2008), não é uma busca pela verdade absoluta, mas a busca coerente de muitas realidades vividas pelos seus atores e expressa pelas falas sobre o modo como viram o acontecimento ou que participaram dele.

Através da pesquisa, foi possível constatar que a Folia de Reis é uma festa tradicional na comunidade há muitos anos e está vinculada a famílias antigas que foram os responsáveis por repassar essa tradição de pais para filhos. Ela é comemorada especificamente no mês de janeiro, onde os foliões saem pela comunidade visitando as casas tocando suas violas, sanfonas, tambores, dançando e recitando versos religiosos.

Em entrevista realizada com um dos mais idosos ex-integrantes do grupo de reisado, ele contou que iniciou no grupo nos anos 1990, quando fazia parte do Grupo de Jovens Estrelas do Amanhã, grupo pertencente à igreja católica da comunidade. O entrevistado informou ainda que, no final da apresentação, eles arrecadaram alimentos e dinheiro para doar uma parte aos necessitados e a outra realizar uma festa em comemoração ao dia dos Santos Reis.

Sobre doações recebidas, ele afirma: “Às vezes algumas pessoas ofereciam frango, dinheiro, alimentos não perecíveis, mas cantávamos sem intenção de receber, as pessoas, num gesto de retribuição e gratidão, nos ofereciam algo”. Perguntamos se ele teria alguma apresentação especial feita pelo grupo que ficou marcante na memória, ele respondeu:

Sim, em Anísio Santiago, na fazenda, onde ele pagou o transporte para tocar a noite toda lá. E também quando nós ganhamos a 1ª vez o concurso de melhor reisado, e foi 3 vezes que ganhamos (Entrevistado 1, 2022).

De acordo com o Entrevistado 2, de 58 anos de idade, compreende-se que essa tradição foi herdada pelos seus antepassados e herdada de pais para filhos. Segundo ele, era por incentivo dos pais, eles não recebiam ajuda para realizar o reisado, tinham que arcar com as próprias despesas com viagens, instrumentos, entre outros.

Folião há mais de 20 anos na comunidade, personagem importante no reisado de Matrona até os dias atuais, o Entrevistado 3, também com 58 anos de idade, tem muita história para contar sobre a sua experiência ao longo dos anos, onde já fez várias apresentações nas Folias de Reis. Ele conta que aprendeu vendo um grupo apresentar na casa do seu pai, todos os anos no mês de junho, nas fogueiras de Santo Antônio. Segundo ele:

Eu ia trabalhar na roça e ficava com aquilo na cabeça, falava um verso hoje, outro amanhã, parava com a enxada um poquim e pensava como é que canta. Aí eu comecei cantar assim, aí depois fui cantar com um grupo da Santa Cruz, e aí foi incentivando mais, arrumando uns companheiro, aí eu aprendi. O que eu sei, eu mesmo que aprendi sozinho... (Entrevistado 3, 2022).

Muitas tradições de nossos antepassados ainda são preservadas, como alimentação, artesanato e as festas religiosas tradicionais que mobilizam a comunidade e fazem parte da memória, como a Festa Junina que acontece em junho e a Festa do Sagrado Coração de Jesus no mês de julho. É uma tradição religiosa que perpassa por décadas na comunidade.

No ano de 1950, o padroeiro da cidade passou a ser o Sagrado Coração de Jesus. Atualmente a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus tem um conselho composto por 06 integrantes. Esse grupo é responsável por organizar a programação que acontece nos dias da festa, que pode ser feito o tríduo, e nesse tríduo pode ter missas, celebrações eucarísticas, entre outros. Sobre a formação dessa comissão, um conselheiro ressaltou em entrevista que:

Essa comissão de festas é organizada de acordo com aquilo que será feito. Então a partir do momento que são definidas as metas, o que vai ser feito, define-se os seus objetivos, que é o que cada um irá fazer. Então é algo que varia muito de acordo com o que se vai celebrar naquele ano, se tríduo, se novena, se festa pós missa, se não, depende muito do contexto daquilo que vai ser celebrado, no contexto daquilo que vai ser feito para se definir papéis da equipe que estará à frente organizando o evento (Entrevistado 4, 2022).

Segundo Brandão (1986), a melhor maneira de se compreender a cultura popular é através de estudos sobre a religião, pois é ali que ela

aparece viva e multiforme, existindo em um estado constante de luta por sobrevivência e autonomia. Por isso é importante compreendermos a importância da Festa do Sagrado Coração para a comunidade, por seu valor histórico, religioso e cultural. As entrevistas feitas com alguns dos organizadores dessa festa poderão ajudar a esclarecer alguns pontos, como seu objetivo, como iniciou, entre outros.

Segundo uma das coordenadoras da festa há mais de 20 anos, no princípio, a festa iniciava no mês de maio, que tem como título Nossa Senhora de Fátima, e estava vinculada ao apostolado da oração, que por tradição incluía o Sagrado Coração de Jesus. De acordo com ela, as pessoas que iniciaram essa tradição foram pessoas de gerações anteriores que faziam parte do seu ciclo familiar e de amizades.

De acordo com a Entrevistada 5, a festa há uns 20 anos atrás era mais difícil de ser organizada, ela lembra que era realizada no mercado que fica na praça da comunidade, faziam um leilão que era muito famoso. Não tinham a tecnologia que tem hoje, tinham muita dificuldade até pra fazer as coisas, pra trazer e vender na festa era difícil, naquela época um dos organizadores era senhor Quezim. Eles faziam biscoito fofão, era um biscoito que ninguém conhecia, só tinha uma pessoa que fazia: a mãe do senhor Quezim. Para ela o objetivo da festa é primeiro a devoção, o sentido religioso, e segundo arrecadar dinheiro nas barraquinhas para ajudar a manter a igreja.

Com base nas entrevistas feitas, pode-se constatar que a Festa do Sagrado Coração de Jesus passou por mudanças. Primeiramente era considerada “mundana”, ou seja, não tinha como centro uma festa religiosa voltada a devoção ao Sagrado Coração de Jesus. Essa transformação se deu principalmente pelas trocas de párocos da paróquia, mudando a forma como era feita a festa, visto que esses párocos é que são responsáveis pela organização geral da festa. Atualmente, com a tecnologia e com a juventude atuante, que possui facilidade com as ferramentas tecnológicas, a estrutura acabou se adaptando aos novos tempos, sem perder a essência daquilo que é a tradição católica (como o levantamento do mastro, a

alvorada, entre outros elementos que foram preservados, apesar de ter perdido o caráter popular da festa).

A venda de bebida alcoólica não é permitida, não acontece mais o bingo que atraía muita gente, o que acarretou em uma diminuição nos ganhos financeiros para a manutenção da Igreja. Por fim, destacam-se as mudanças ocorridas no número de dias de festa. Antes se dava por 9 noites de leilão e muita festa, hoje acontece por apenas 3 dias. As entrevistas mostraram que a Festa do Sagrado Coração de Jesus representa um momento importante para a comunidade, pois proporciona aos membros que frequentam momentos de diversão, fé, religiosidade, confraternização e convivência, reforçando assim sua identidade.

Com relação ao Reisado, em entrevistas realizadas com pessoas que fazem ou fizeram parte do grupo de foliões, percebe-se uma mudança em questão ao número de participação de pessoas e no motivo dessa realização. Antigamente o movimento era liderado pelo grupo de jovens Estrela do Amanhã (pastoral de jovens católica da comunidade) que eram bastante atuantes, hoje passou a ser liderada pelo senhor Izauro, tendo total descentralização da Igreja Católica, se caracterizando como um movimento cultural da comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as atividades desenvolvidas ao longo da pesquisa contribuíram para a reflexão acerca da importância da preservação e do fortalecimento da história e da cultura local, tendo em vista a diversidade cultural. A criação de uma página no Instagram e um site contribuiu porque permanecerá preservando e divulgando a cultura e a tradição da comunidade, registrando sua história, em específico o Reisado e a Festa do Sagrado Coração de Jesus.

Ao longo da pesquisa, ficou perceptível que a prática do Reisado e da Festa do Sagrado Coração de Jesus são tradições importantes para a comunidade, pois elas têm uma mobilização coletiva, contribui para

reforçar laços de sociabilidade, de convivência, e, além disso, cria uma identidade comunitária de confraternização. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2013), a Educação Quilombola deve promover e valorizar os saberes, as tradições de conhecimentos e aprendizagens construídos no fazer quilombola. Nesse sentido, esta pesquisa promove a valorização dos saberes e das tradições, e o devido poder que emana da comunidade quilombola Nova Matrona.

Assim consideramos que essas duas tradições pesquisadas colaboram para fortalecer o sentimento de pertencimento, para afirmar essa identidade enquanto quilombolas e o sentimento de pertencimento a um grupo que se expressa em rituais religiosos e culturais. O conhecimento obtido e construído através de visitas técnicas, entrevistas e fontes bibliográficas mostra que as transformações culturais ocorridas ao longo dos anos não cessam por aqui, elas estão em constante transformação. De igual modo, o estudo desse objeto de investigação também não se cessa por aqui. Ao contrário, além de contribuir para o registro da história da nossa comunidade, que este trabalho possa ser um incentivo para que as gerações futuras almejem dar continuidade, lutando para a preservação da nossa história.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática «História e Cultura Afro-Brasileira», e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 2003.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, 2012.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília, 2013.

NEVES, M. A. C. *A Folia de Reis e Identidade: um estudo na comunidade quilombola Agreste no Norte de Minas Gerais*. 2016. 204 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, L. F. de.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia de colonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, 2010.

RIBEIRO, N. B. *Os povos indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo/FFLCH, São Paulo, 2008.

LITERATURA COMO MECANISMO DE COMBATE AO RACISMO: ESCRITORES PRETOS LIDOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA COMO FORMA DE LUTA E RESISTÊNCIA

Diovana kethelem Farias Moreira¹, Erick da Silva Vilas Boas Neves¹, Evelyn Fernanda Martins de Souza¹, Evilyn Anacleto Jandre¹, Gisely Lopes Pieper¹, Isadora Mota Costa¹, Karen Fernandes da Costa¹, Kawany Maria Cynara Barros Oliveira¹, Maria Luiza Fragoso Neves¹, Mariana Santos Silva¹, Matthäus Klemz Schuhmacher¹, Natália Fraga de Oliveira², Nailton Domingos Cabral³, Luciana Mara dos Santos⁴

1 INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Floriano Witt, fundada em 1963, está localizada na zona rural da cidade de Resplendor/MG. Atende estudantes plurais, com pautas e necessidades variadas. Os estudantes são oriundos de pequenos sítios, assentamentos rurais e distritos do município de Resplendor:

1 Escola Estadual Floriano Witt (Resplendor/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Floriano Witt, natalia.fraga@educacao.mg.gov.br.

3 Coorientador, Escola Estadual Floriano Witt.

4 Tutor, Escola Estadual Tomé Portes del-Rei, luciana.ms@educacao.mg.gov.br.

Campo Alegre, Nicolândia, Calixto e assentamentos rurais. A comunidade escolar é muito diversa, por isso o combate ao racismo dentro da escola é uma pauta muito relevante e necessária.

Lourenzi e Wizniewsky (2018) destacam a importância da educação no campo, na formação de novos sujeitos, por meio da construção de comunidades escolares rurais que visem uma maior integração social e econômica, dos saberes culturais e sociais. Por isso, a implantação do Nupeaas (Núcleo de Pesquisa de Estudos Africanos Afro-brasileiros e Diáspora) foi riquíssima para o processo de integração de tais saberes dos novos sujeitos do campo no combate às práticas racistas.

Araújo (2021) conceitua sucintamente o racismo estrutural. Segundo o autor, tal termo é utilizado para se referir ao comportamento de determinadas sociedades que privilegiam um grupo racial em relação a outros. Araújo (2021) traz o exemplo das estruturas sociais brasileiras que privilegiam as pessoas brancas em detrimento das pessoas pretas e indígenas.

Nesse sentido, para manter o *status quo* da sociedade brasileira moldada no racismo estrutural é muito viável que ocorra o desmonte e a precarização da educação pública básica, principalmente a educação pública no campo. Na resistência ao desmonte da educação pública no campo, algumas pequenas medidas tomadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, como a possibilidade da realização da Iniciação Científica na Educação Básica, abriram caminhos para o desenvolvimento de uma pesquisa científica na área de ciências humanas (disciplinas de História e Arte) com os estudantes do ensino médio.

A presente pesquisa possui como objetivo realizar o resgate dos escritores brasileiros pretos que não são lidos na educação básica ou, até mesmo, negligenciados pelo epistemicídio contemporâneo. Assim, foram selecionados uma série de livros para que os pesquisadores tivessem contato e realizassem leitura crítica. O primeiro livro lido pelos pesquisadores foi *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, como forma de iniciar a discussão da desconstrução dos cânones da literatura brasileira e dialogar com outros autores que foram lidos na sequência.

A escolha do livro escrito por Carolina Maria de Jesus teve o intuito de dar início a proposta da pesquisa na escola visando o combate ao racismo estrutural existente no currículo escolar que silencia as escritoras e escritores pretos brasileiros. A leitura coletiva do livro trouxe em primeiro plano a reflexão a respeito da trajetória difícil da vida da escritora e da importância da leitura e da escrita como possibilidade de mobilidade social. Além de evidenciar, sobretudo, diálogos das Ciências Humanas, como é o caso do conceito de *habitus*, trabalhado frequentemente (mesmo que inconscientemente) pela autora no livro e no imaginário social e histórico para a construção dos estereótipos do povo urbano, preto e em risco de vulnerabilidade social.

Após as reflexões, a tomada de decisão coletiva foi produzir um questionário étnico-racial para coletar as entrevistas e as biografias de pessoas pretas da escola e das comunidades em que os estudantes estão inseridos, e produzir diários de leituras dos escritores pretos brasileiros.

O privilégio da E. E. Floriano Witt contar com a presença do Nupeaas foi poder desenvolver além das leituras coletivas, outras atividades, como releituras estéticas de algumas obras de Abdias Nascimento, práticas visuais livres que contemplaram o tema de pesquisa, e gravação de *podcast*. Os *podcasts* são resultados das leituras coletivas do livro *Quarto de Despejo* e do conto “*Pai contra mãe*”, de Machado de Assis. Além da produção de materiais que foram escritos para serem apresentados na Feira Mineira de Ciências.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa começou a ser desenvolvida de forma ainda remota no ano de 2021. As primeiras reuniões foram realizadas com muitas dificuldades por parte do grupo de pesquisa devido às oscilações na conexão de internet. Os estudantes residem em sítios no interior do município de Resplendor onde a conectividade é oscilante, e o núcleo não conseguiu realizar a compra da internet devido aos orçamentos apresentados pelas empresas serem muito superiores ao valor disponibilizado para o projeto.

O caminho encontrado para sanar o desafio de conectividade foi o aproveitamento do transporte escolar às sextas-feiras no contra-turno na própria escola. O núcleo não possui sala própria, sendo assim, as reuniões foram realizadas no pátio da escola nas mesas e cadeiras que são destinadas à merenda escolar. As dificuldades enfrentadas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa deixaram ainda mais em evidência a urgente necessidade de uma educação tecnológica inclusiva e pública de qualidade.

A proposta do Novo Ensino Médio acerca do protagonismo e maior autonomia dos estudantes vai ao encontro do Projeto de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB). Uma vez que os estudantes, ao aprenderem a desenvolver pesquisa científica, se tornam cidadãos mais críticos e autônomos na produção de conhecimento.

Tendo em vista que o núcleo de pesquisa implantado na E. E. Floriano Witt produz conhecimento na área de humanidades, foram desenvolvidas leituras de autores pretos dos seguintes escritores: Michele Villaça Lino, Raquel Almeida, Machado de Assis, Mário de Andrade, Lima Barreto, Alessandro Buzo, Jorge Cleber, Cruz e Souza, Mel Duarte, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, e Cruz e Souza.

As leituras foram sistematizadas em cadernos e materiais para produção de um diário de leitura pelos pesquisadores a partir de suas análises, percepções e debates. A produção do diário de leitura seguiu a orientação de uma ficha de leitura pré-elaborada pelo núcleo de pesquisa com os seguintes direcionamentos: visão geral da obra indicada, cenário que se desenvolve a trama, características dos personagens, conflito, tema, conclusão e o que mais gostou no livro.

O Nupeaas contou com um acervo exclusivo para as leituras realizadas pelos alunos-pesquisadores, adquirido pela verba do edital do programa. Tais livros adquiridos para a pesquisa são de escritores pretos brasileiros. Outra ação desenvolvida foi baixar livros em pdf no site *Domínio público* como forma de valorização da plataforma e incentivo à leitura digital. Assim, os estudantes pesquisadores tiveram

a autonomia para pesquisar, conhecer e escolher os gêneros literários que melhor lhe agradassem para a produção dos seus diários de leitura.

Para os estudantes que não possuem grandes habilidades com a escrita, a professora orientadora direcionou a atividade de produção de desenhos: releitura de obras de Abdias Nascimento e práticas visuais livres que expressem a cultura afro e as perspectivas da estética da arte.

Para dar suporte à pesquisa, foi desenvolvido um questionário étnico-racial que foi inicialmente aplicado na turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos) da escola e, mais adiante, o questionário foi ajustado e aplicado entre os estudantes, professores, técnicos e direção da escola. Após a coleta de dados na comunidade escolar, cada estudante-pesquisador ficou responsável por aplicar os questionários a outras pessoas da sua comunidade, inserindo uma pequena biografia do participante. Ao todo foram entrevistadas 86 pessoas na comunidade escolar e próximas aos alunos-pesquisadores participantes do Nupeaas.

3 RESULTADOS

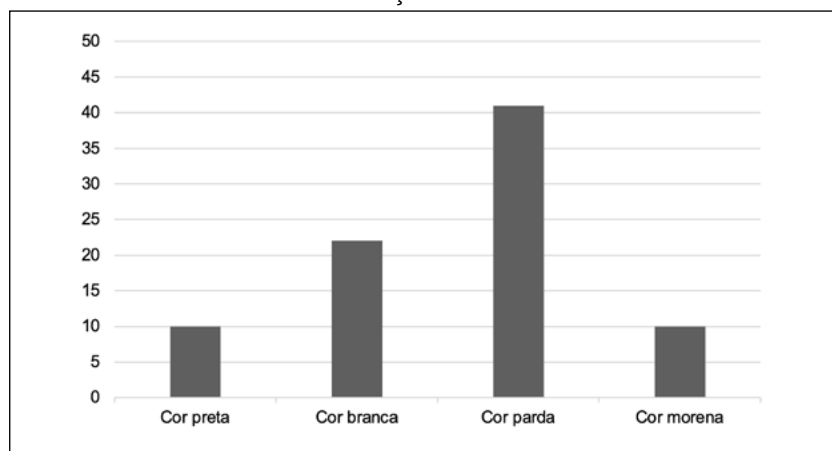
A presença do Nupeaas na E. E. Floriano Witt contribuiu para a reflexão acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, uma vez que observamos a dificuldade de leitura, escrita e criticidade dos estudantes, despertando a necessidade de se realizar intervenções pedagógicas.

A principal metodologia de pesquisa utilizada pelos alunos-pesquisadores foi o questionário de entrevista. Os entrevistados não ficaram à vontade para responder às questões, por isso muitas respostas que poderiam ser mais desenvolvidas foram contempladas com apenas “sim” ou “não”, outras respostas foram deixadas em branco, o que demonstra certa dificuldade de expressar dos participantes da pesquisa. Por meio dos formulários, identificou-se um pequeno grupo de escritores pretos que são conhecidos pelos estudantes e professores da escola, destacamos Machado de Assis como muito conhecido, mas pouco lido.

Em seguida, a escritora Carolina Maria de Jesus aparece citada entre os escritores pretos conhecidos pela comunidade escolar. Muitos devido à disciplina Projeto de Vida, já que a professora responsável, após ter contato direto com o núcleo de pesquisa da escola, adotou a leitura coletiva do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* em várias de suas aulas. Segundo ela, os estudantes sentiam empatia com a história de luta e vida da escritora, e conseguiram tecer comentários muito ricos a respeito de diversos temas discutidos no livro de Carolina Maria de Jesus.

O Gráfico 1 traz um segundo ponto destacado a partir da leitura dos questionários aplicados na escola, que diz respeito à autodeclaração racial dos participantes da pesquisa. Dessa forma, pudemos dividir a partir da autodeclaração dos participantes em quatro grupos de cor de pele: preta, branca, parda e morena.

Gráfico 1: Autodeclaração racial dos entrevistados



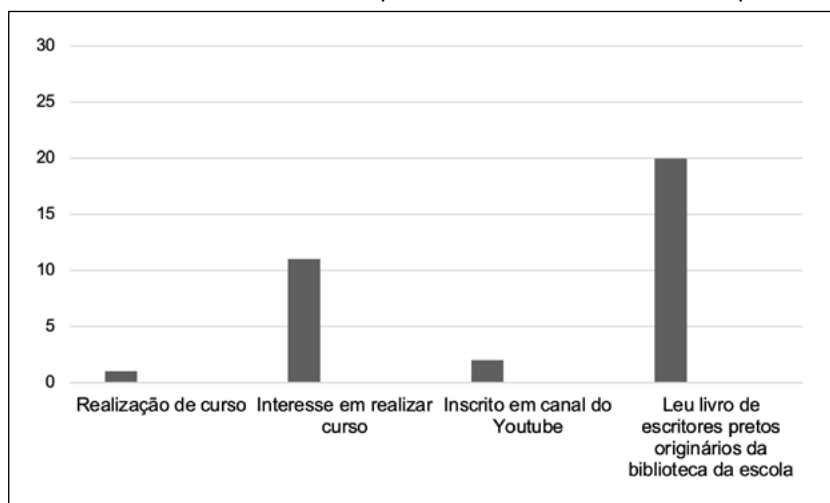
Fonte: Elaborado pelos autores.

Vale ressaltar que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as categorias oficiais para classificação de cor de pele/raça no Brasil são: amarela, branca, indígena, parda e preta.

A partir de uma leitura mais crítica dos resultados do gráfico, chamam a atenção os resultados da autodeclaração das pessoas de cor parda

e cor morena. Weschenfelder e Silva (2018) problematizam as posições sociais construídas para raça\cor e como elas se relacionam com o processo de subjetividade dos sujeitos negros no Brasil. Atualmente há um deslocamento do uso do termo pardo para o uso e a reflexão de negritude. Por isso é importante a observação do grau de escolaridade dos entrevistados, o interesse nas redes sociais, canais do *Youtube* e em cursos de formação que desenvolvem o tema do racismo e do seu combate, como apontam os resultados do Gráfico 2.

Gráfico 2: Interesse na literatura preta e no debate racial contemporâneo



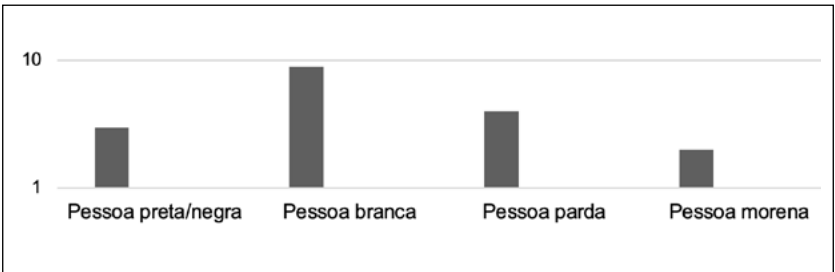
Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da análise do Gráfico 2, percebeu-se que o interesse da comunidade escolar pela leitura de escritores pretos é muito pequeno, pois apenas 20 entrevistados afirmaram terem lido livros oriundos da biblioteca da escola. Seguindo a mesma linha, no que diz respeito ao pouco interesse, nos deparamos com apenas um entrevistado que afirmou ter feito curso para conhecer mais acerca da cultura afro-brasileira. Doze entrevistados afirmaram ter interesse na realização de cursos para aprender a respeito da cultura afro-brasileira e dois entrevistados afirmaram ser inscritos em canais do *YouTube* e seguirem perfis em redes sociais que

abordam temáticas raciais e escritores pretos. Pelos resultados, ficou perceptível que desenvolver a pesquisa na escola foi muito importante para iniciar a democratização da leitura preta e aprofundar o debate acerca dos temas relacionados a esse acervo bibliográfico.

O último dado destacado no relato de experiência diz respeito ao epistemicídio sofrido pelos afrodescendentes no Brasil. Garighan (2021) argumenta que o termo epistemicídio foi formulado pelo estudioso Boaventura de Sousa Santos para definir os processos de ocultação e invisibilização das contribuições da cultura africana na cultura ocidental, que é fruto de uma sociedade fundamentada no colonialismo europeu. O que demonstra que as populações pretas sofreram não apenas a violência física, mas também cultural, que os fez afastar-se das suas culturas antepassadas forçadamente.

Gráfico 3: Entrevistados que sabem a história dos seus antepassados



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dessa forma, os resultados analisados na pesquisa apontam para uma grande fragilidade no conhecimento escolar, no que diz respeito ao incentivo e práticas de leituras de livros escritos por pessoas pretas. Os membros da comunidade escolar Floriano Witt, antes da implantação do Núcleo de Pesquisa de Estudos Africanos Afro-brasileiros e Diáspora (Nupeaas), não buscavam por mídias que estão debatendo as causas raciais contemporâneas. O núcleo de pesquisa na escola contribuiu para a mobilização de professores, como o de Arte e Projeto de Vida, para dialogar mais diretamente com as causas raciais.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A evolução dos estudos étnico-raciais, de certa forma, está moldando nossa sociedade, com mudanças significativas na produção econômica, na cultura e nos modos de ver. Postulando novas versões dos espectros sociais, ela traz à tona a necessidade de uma ressignificação das caracterizações do conhecimento contemporâneo.

Assim o Nupeas abriu a discussão para dois conceitos sociais ligados às perspectivas étnico-raciais: o conceito de *habitus*, atribuído ao sociólogo Pierre Bourdieu; e o de epistemicídio, introduzido nas pesquisas do sociólogo Boaventura de Sousa Santos.

O *habitus* é “o conjunto de ‘disposições para agir’ que os indivíduos interiorizam a partir da vivência no mundo social [...] é um esquema inconsciente para a apreensão da realidade e para a prática” (Miguel, 2001, p. 107). Já o epistemicídio, ousado dizer, é fruto dessas perspectivas escancaradas pelas vivências sociais e suas estruturas determinantes provenientes do *habitus* cultural. Tais conceitos são importantes para a Iniciação Científica na educação básica.

Em um mundo de constante diversidade, onde ocorre um apagão da cultura preta, a literatura invisibilizada força, em gritos, a urgência de compreender as reais forças motoras da história educacional brasileira que, mesmo na sociedade do conhecimento, ainda permanece com o racismo correndo sobre suas vias morais e pedagógicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que ter o Nupeas foi muito importante para diagnosticar lacunas na formação educacional oferecida aos estudantes até o momento, no que se refere ao debate de questões inerentes à própria comunidade escolar, como o preconceito, o racismo, a falta de cultura do estudo relacionado ao tema africanidades.

Essas questões levaram à baixa motivação dos estudantes com a leitura; grande dificuldade de escrita e domínio das mídias digitais; grandes dificuldades para reunir todo grupo, pois muitos estudantes trabalham fora, ajudam os pais em casa ou nas atividades rurais; dificuldade no transporte escolar (ônibus quebrado, motorista doente ou excesso de chuvas). Desafios inerentes a muitas comunidades escolares rurais, inclusive em todo Brasil.

Um ponto importante identificado na escola foi a forte corrente defensora da tese de racismo reverso, não somente entre os estudantes, mas entre professores e técnicos. Por isso, foi importante trazer textos, além dos livros de ficção, que discutem a questão do racismo na sociedade brasileira. Uma metodologia que muito auxiliou na construção do debate antirracista foram pequenos vídeos de professores especialistas explicando porque não devemos trabalhar com o conceito de racismo reverso.

Desse modo consideramos que, apesar dos desafios impostos pelo período pandêmico, a natureza do tema de estudo, que se constitui como envolto a polêmicas no Brasil, a falta de conhecimento de grande parte da comunidade escolar acerca dos referenciais teóricos que debatem essa temática, a dificuldade de compreender essas problemáticas a partir de referenciais literários e da área de humanas, a pesquisa foi muito profícua, porque oportunizou abrir caminho para entender melhor as relações, desconstruir preconceitos de natureza pessoal e até em relação à literatura sobre esse tema. A pesquisa oportunizou voltarmos para nossa própria realidade, para nos conhecermos melhor e pensar novas construções.

No entanto acreditamos que o debate não se encerra por aqui, ainda precisamos manter um trabalho organizado que envolva mais professores para promover rodas de conversas, leituras e eventos para conscientização antirracista. Os doze meses de funcionamento do Nupeaas, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos professores e estudantes de uma escola no campo, foi o início da transformação, da conscientização e do conhecimento.

Por fim consideramos que o estudo da literatura de autores pretos e que tratam da temática relacionada a esse grupo étnico é um poderoso

mecanismo que se demonstrou eficaz e capaz de promover a leitura, o debate, a reflexão, a mudança de postura, o combate ao racismo, e a conscientização dos agentes envolvidos e leitores desse riquíssimo acervo literário.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. N. Literatura e racismo estrutural: proposta de um trabalho na escola com o livro *Minha vida de menina*. Seminário Docentes. *Anais* [...]. Ceará, 2021.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cor ou raça*. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 18 out. 2024.

GARIGHAN, G. Epistemicídio e o apagamento estrutural do conhecimento africano. *Jornal da Universidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2021.

LOURENZI, L. WIZNIEWSKY, C. R. F. A contribuição da educação no campo na formação de sujeitos sociais no município de Vista Gaúcha/RS. Seminário Internacional e Fórum de Educação no Campo. *Anais* [...]. Pelotas, 2018.

MIGUEL, L. F. Bourdieu e a política. *Vitrais: Textos de Política*, n. 1, Brasília, 2001.

WESCHENFELDER, V. I.; DA SILVA, M. L. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. *Análise Social*, Lisboa, v. 2. n. 227, 2018.

O BATUQUE NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA: HERANÇA AFRODESCENDENTE, VALORIZAR PARA NUNCA ESQUECER

Sara Regina Rodrigues de Castro¹, Andressa Batista De Abreu¹, Ângela De Oliveira Neto¹, Elaine Cardoso de Oliveira¹, Jamilly Barbosa de Jesus¹, Joan Felipe Fernandes de Souza Oliveira¹, Luziane Rodrigues de Oliveira¹, Meury Keith Rodrigues de Oliveira¹, João Paulo Alckmin¹, Sandra Candida da Silva², Rodrigo Ribeiro de Carvalho³

1 INTRODUÇÃO

A comunidade Brejo dos Crioulos, um importante remanescente de quilombo do Norte do estado de Minas Gerais, está localizada às margens do Ribeirão Arapuim. Essa comunidade é formada por diversos núcleos populacionais, a saber: Araruba, Cabaceiros, Caxambu, Conrado, Serra D'água e Furado Seco. O território de Brejo dos Crioulos é vasto e estende-se pelos municípios de São João da Ponte e Varzelândia.

1 Escola Estadual Deusania de Brito Sales (Varzelândia/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Deusania de Brito Sales, sandra.candida.silva@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora, rodrigo.ribeiro.carvalho@educacao.mg.gov.br.

Conforme relatam moradores, pesquisas historiográficas e sociológicas, a região passou a ser habitada por escravos fugitivos desde meados do século XVIII. Atualmente, como demonstra a Cedefes (2010), vivem aproximadamente mais de três mil pessoas no território de Brejo dos Crioulos. Que se encontra fragmentado devido à ocupação de fazendas na região.

No campo cultural, o batuque constitui-se a maior expressão da cultura dos crioulos, realizado com o toque de caixas e acompanhado por danças. Inclusive a comunidade já é certificada pela Fundação Cultural Palmares desde 2004. Segundo entrevista realizada com os moradores, o batuque esteve sempre presente em todas as festas do mês de agosto, na comunidade de Furado Seco, e janeiro, na Comunidade de Caxambu I, ambas em Brejo dos Crioulos. Segundo eles, formava-se um círculo grande em frente à igreja e ali várias pessoas dançavam e cantavam. Porém, com o tempo, a cultura foi se acabando, porque o pessoal mais velho não tinha tanta energia para dançar, e os mais jovens não tinham interesse.

Nossa pesquisa possui como objetivo conhecer e valorizar essa dança cultural nas comunidades quilombolas. Foram realizadas visitas de campo em algumas das comunidades em busca de mais informações e coleta de dados sobre a história do surgimento da dança na região. Os dados coletados permitiram o entendimento de que uma parceria entre a unidade de ensino e a comunidade quilombola pode levar a conscientização e manter viva a cultura batuqueira. O principal objetivo da pesquisa é fazer com que jovens, adolescentes e crianças não se esqueçam o quão importante é o batuque para a cultura local e possam ser guardiões desse patrimônio cultural imaterial tão rico e significativo para as comunidades tradicionais locais e todas as demais do nosso país.

O Núcleo de Pesquisa focou investigar a origem do batuque nas comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos, pois essa arte era praticada pelos ancestrais. De acordo com Candaten (2019), o batuque é uma dança afro-brasileira surgida no Rio Grande do Sul, em meados do século XIX; foi trazida pelos povos antepassados e manteve raízes profundas nas regiões quilombolas, chamando à atenção do público e fazendo parte da cultura.

De acordo com as entrevistas realizadas com moradores, o batuque é repleto de belezas, movimentos e músicas transmitidas pelos instrumentos (agogô, bateria, chocalho, cuíca, ganzá, boca) e forte marcação nos quadris, sapateados, palmas, cantos de animações e rimas com repetições, formado por rodas de pessoas caracterizadas com saias rodadas e bordadas. Sempre mantém as ordens para que as pessoas entendam melhor a dança, e, além disso, busca cada vez mais a evolução do batuque sem desfazer dos passos antigos.

Escolhemos o batuque como objeto de investigação nesta pesquisa não somente pela sua importância, mas por ele fazer parte de nossas raízes, nossos avós, pais e outros integrantes do núcleo familiar, vivem e fazem parte dessa prática cultural, mas não a repassaram.

Segundo as entrevistadas 1, 2, 3 e 4, senhoras idosas e moradoras de comunidades no território de Brejo dos Crioulos, o batuque é uma dança de roda muito importante, na qual se divertiram e interagiram durante os festejos comunitários que aconteciam. Relatam que atualmente já não é mais como antigamente. Os grupos foram desfeitos e poucas pessoas participam. Elas sabem quem dança, como dança, como ensinar e como é constituído. Porém a nova geração não tem interesse e a dança está sendo esquecida. A falta de interesse dos jovens vem causando impactos negativos para comunidade em geral. Eis a preocupação de ir à busca das razões pelas quais o batuque está desaparecendo.

O projeto de Iniciação Científica trouxe muito enriquecimento e conhecimentos para a equipe de pesquisadores. Despertou o lado cientista, que não sabíamos que tínhamos. Com o auxílio das pesquisas, tivemos o privilégio de ouvir as histórias e os relatos vividos por cada um dos entrevistados com os quais a pesquisa adquiriu vida. Com esses conhecimentos, podemos de alguma forma não deixar que o batuque acabe. A honra de fazer parte dessa missão grandiosa será levada para sempre em nossa trajetória. Não fomos escolhidos por acaso, fomos escolhidos porque, assim como existem os que não se interessam pela dança, também não se interessaram pelo projeto. Abraçamos os trabalhos, e a pesquisa

nos abraçou; e assim pudemos mostrar para as pessoas o real significado do batuque e sua importância. Aliás, nenhuma cultura poderá ser esquecida. Afinal, cultura é arte, é vida, e juntas constroem a História.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa iniciou-se em sala de aula, onde ocorriam reuniões semanalmente para decidir o que seria feito e qual era a melhor forma. Na primeira semana dialogou-se sobre o projeto e esclarecemos algumas dúvidas. No segundo encontro, começamos a fazer pesquisas pelo celular, uma vez que os *notebooks* ainda não estavam disponíveis.

O primeiro passo foi conhecer estudos sobre a origem do batuque, quem o trouxe para o Brasil, quando foi criado. Logo em seguida, decidiu-se as perguntas que seriam direcionadas às entrevistadas na roda de conversa. Foi acordado a cor das blusas que seriam usadas em todo o processo dos trabalhos para nos identificar como grupo. Meses se passaram e, em reunião com pais dos alunos envolvidos, o diretor da escola e a orientadora fizeram a entrega dos *notebooks* e das blusas.

A próxima etapa da pesquisa foi discutir quem seriam os entrevistados e por onde começar. Escolhemos 4 pessoas de comunidades diferentes, pessoas que entendem e conhecem sobre o batuque e sobre a cultura. Foram 4 mulheres quilombolas, crioulas, parteiras e guerreiras das nossas comunidades.

A primeira entrevistada foi uma grande líder da comunidade, exercendo essa atividade há muitos anos, herdando a liderança da família. A Entrevistada 1 é uma senhora de 84 anos de grande respeito em toda a região, também conhecida como a maior batuqueira de todo o território.

A Entrevistada 2 é idosa e, ao chegarmos na casa, cumprimentamos a todos (filhos, netos e genro), pedimos permissão a sua filha para entrevistarmos a senhora. Ela explicou os problemas de saúde de sua mãe e pediu para termos paciência. A senhora aceitou ser entrevistada e concordou em ser fotografada e gravada. A entrevistada possui 84 anos, mora na

comunidade de Caxambu; nascida e criada na comunidade, define o batuque como uma dança da cultura onde se expressa a liberdade e a alegria dos povos quilombolas. Os instrumentos necessários são pandeiro, caixa e triângulo. Ela conheceu o batuque pelos "troncos mais velhos" (pessoas mais velhas); desde criança sempre esteve presente nas rodas de batuque e sempre gostou muito da dança, aprendeu a tocar alguns instrumentos.

A família da senhora entrevistada teve o batuque sempre presente em seu meio. Ela disse também que está sempre tentando passar a cultura para seus filhos e netos, mas que fazem pouco caso (não demonstram interesse). Para ela, os jovens de hoje não têm interesse no batuque e muito menos na cultura, segundo ela, poucos têm esse interesse e força de vontade. Disse que os jovens não se interessam pelo batuque. De fato, comprovamos quando entrevistamos uma jovem, moradora da comunidade Araruba que estava ali no momento do diálogo: “- Eu aceito ser quilombola, porém não tenho interesse porque acho que é coisa de pessoas mais velhas. Acho legal esse resgate pois, logo as novas gerações não saberão a origem dessa dança e sua importância para a comunidade crioula. Por isso, foi uma iniciativa bacana da Escola Deusania em valorizar e resgatar essa cultura”. Agradecemos sua contribuição e finalizamos a entrevista com uma roda de batuque onde a senhora entrevistada bateu a caixa e cantou lindamente.

A entrevistada de nº 03 foi com uma das parteiras da região, já fez vários partos dentro da sua comunidade. Esta senhora, possui 79 anos, nascida e criada na comunidade de Araruba. Para ela, “o batuque é uma dança da cultura quilombola, que traz alegria para quem dança”. Para dançar o batuque é mais apropriado que as mulheres usem saias rodadas e coloridas. Dona Justina nos mostrou uma saia que ela dançava e que tem a muito tempo. Cantou a letra tocando o tambor, instrumento usado para dar som e ritmo ao batuque, além disso, nos ensinou os passos.

Foi um momento muito interessante e enriquecedor. Disse ela que os jovens da atualidade não têm muito interesse no batuque e sim nos forró. Finalizamos a entrevista agradecendo e batucando.

A entrevistada de nº 04 é nascida e criada na comunidade de Araruba, 76 anos de idade. Apaixonada desde criança pelo batuque. Disse que sua mãe e suas irmãs eram da nação batuqueira, e isso despertou interesse dela sobre o batuque. Nos ensinou também várias canções. Destacamos: “Ou leva eu mãe d’água ou leva eu pra peroba” se repete várias vezes esse trecho ao som de caixa e pandeiro.

Ela também “tinha” como exemplo sua tia. Segundo a entrevistada, o pessoal da comunidade era sempre convidado para apresentar o batuque em vários lugares. São João da Ponte, Montes Claros e outros. Disse também, que os jovens de hoje só querem saber de funk e forró.

E a cultura? perguntamos. “*Muitos nem conhecem a cultura e nem têm o interesse de conhecer*”, disse ela. Com todas essas informações coletadas, pretendemos visitar escolas e comunidades com o intuito de repassar a importância do batuque para a cultura do Brejo dos Crioulos, e que não podemos deixar uma dança tão representativa ser esquecida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através dessas entrevistas, compreendemos o amor dessas pessoas pelo Batuque, e a importância de manter essa dança viva na cultura da comunidade. Elas sabem o que é o batuque e sua representação em suas vidas. Na fala das entrevistadas fica evidente que elas não querem ver o batuque ser esquecido. Pensando nessas pessoas, nós do projeto Iniciação Científica vamos com toda a nossa voz, nossos saberes, nossas tradições e nosso conhecimento científico trabalhar para que o batuque não morra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o desenvolvimento da pesquisa proporcionou muitos e valiosos aprendizados, entretanto a busca e o prazer de aprender foi o principal para o nosso Núcleo de Pesquisa. Muitos foram os desafios enfrentados, sobretudo o deslocamento para realizar visitas,

entrevistas e reuniões da equipe. As estradas não ajudaram, estavam em condições precárias. Houve momentos em que pensamos em desistir. Entretanto, entendemos que realizar uma pesquisa geralmente é desafiador. Por isso continuamos, pois o amor pela cultura falou mais alto que todas essas barreiras.

Acreditamos que a equipe aprendeu a valorizar a cultura quilombola, o batuque, e, a partir desse trabalho, seremos capazes de repassar as informações adquiridas. Houve um membro da equipe que aprendeu a batucar, ele nunca tinha presenciado uma roda de batuque; se tivéssemos mais tempo, iríamos aprender a bater a caixa também.

Este projeto trouxe um rico aprendizado, que levaremos para a vida, vimos que o batuque é muito importante para o povo quilombola e através dele podemos manter a cultura viva; ampliar, despertar na juventude o gosto, o prazer e sobretudo o interesse pelas rodas batuqueiras.

Em cada entrevista, e no olhar de cada um dos integrantes do Núcleo de pesquisa, ficou evidente a tristeza pela juventude pertencente a comunidade quilombola não desejar aprender essa arte que é tão importante na manutenção da cultura e das tradições da sociedade. Entretanto consideramos que somente a partir de iniciativas como esta, que levou o grupo de pesquisadores a se encantar com a pesquisa, a cultura, a história quilombola e a eternizaram por meio desta pesquisa, é possível o caminho para que se possa levar ao entendimento das novas gerações acerca da importância e do valor dessas tradições, que de fato são sua própria história.

Fico triste em ver que essa juventude, que é de hoje, está deixando o batuque morrer por falta de interesse pela própria cultura. É uma arte que escapam pelos dedos, e logo, no futuro próximo, não saberão o que o batuque significou para nossa nação (Joan Felipe Fernandes de Souza Oliveira, aluno-pesquisador do 2º ano do ensino médio).

Nos entristece ver a forma que os jovens falam do batuque, nos entristece ver o desinteresse dos jovens pelo batuque. É algo muito difícil, você tentar fazer com que um amigo ou amiga enxergue o porquê de o batuque ser tão importante, e eles não veem e nem tem interesse, porque não dá para mudar a opinião das pessoas, não dá para mudar o gosto das pessoas. E eu acho que, por mais que a gente tente, será

muito difícil passar isso para os jovens. Mas acredito que as crianças movem nossa esperança, e devemos ir a fundo para não deixar a cultura morrer, pois as crianças de hoje em dia são nosso futuro. Eu acredito nisso (Sara Regina Rodrigues de Castro, aluna pesquisadora do 3º II do ensino médio).

Desse modo, consideramos que esta pesquisa é mais um de muitos outros futuros embriões que nascerão para não permitir a extinção dessa grandiosa tradição, o batuque que há de tocar em muitos corações, rodas e linhas da história.

REFERÊNCIAS

CANDATEN, J, S. Entre tambores e batidas segue o Batuque em Passo Fundo, *Arquivo histórico regional*, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019. Disponível em: <https://www.upf.br/ahr/memorias-do-ahr/2019/entre-tambores-e-batidas-segue-o-batuque-em-passo-fundo>. Acesso em: 14 out. 2024.

CEDEFES. *Projetos realizados*. 2010. Disponível em: https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-127/#:~:text=Vivem%20no%20local%2C%20aproximadamente%2C%203.000,mais%20comuns%20entre%20os%20moradores. Acesso em: 18 out. 2024.

ARTES MANUAIS QUILOMBOLAS: RECONHECENDO RAÍZES AFRODESCENDENTES NA COMUNIDADE ESCOLAR

Guilherme Araújo Vital¹, Keroly Batista Andrade¹, Maria Eduarda Lopes Marques da Silva¹, Maria Eduarda Soares Cunha Silva¹, Maria Eduarda Oliveira Silva¹, Vitória Emanueli Martins Araújo¹, Elaine Cristina de Miranda Freire², Tatiana da Silva Falcão Costa³

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata-se de uma análise dos aspectos mais relevantes do artesanato quilombola e suas implicações artístico-históricas na construção da identidade e da memória da comunidade escolar da qual fazemos parte, e a qual se encontra conectada a Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena.

O Núcleo, formado pela professora de arte e estudantes do ensino médio da escola supracitada, construiu em conjunto este texto,

1 Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena (São Gotardo/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena, elaine.cristina.freire@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Batista de Oliveira, tatiana.falcao@educacao.mg.gov.br.

a fim de registrar o trabalho de pesquisa composto pela análise, pelos estudos, pelas visitas e pelos debates acerca das estruturas que compõem o artesanato quilombola enquanto discurso formativo de uma identidade que aponta para o reconhecimento e a identificação de raízes pretas em nossa cultura hodierna.

Direcionando o olhar ao passado, nos propomos a compreender as heranças quilombolas da nossa comunidade escolar, entendendo o presente e lançando luzes para o futuro, no sentido de conscientizar sobre a relevância de se manter viva essa cultura. A sociedade brasileira atual foi construída a partir da união de forças e, sobretudo, do sacrifício de várias etnias e povos. As histórias da África e da América se cruzam no episódio da escravidão que durou séculos e foi marcado tanto por derramamento de sangue quanto pelo projeto de esquecimento das culturas dos povos escravizados.

Todavia, a arte insiste em sobreviver, apesar das fortes investidas do sistema cultural que se encontra, por vezes, curvado ao mercado financeiro, isso é, valorizando apenas aquilo que pode ser monetizado.

A relação entre a arte e o artesanato refletem diretamente essa discrepância entre aquilo que tem “valor” para a sociedade e o que não tem. De acordo com Frade (2006, p. 42), há sempre o risco de “o artesanato perder sua relação com a arte e, pouco a pouco, começar a ser entendido como coisa à parte”. Por isso, uma das principais preocupações desta pesquisa de Investigação Científica foi analisar os limites entre essas duas nomenclaturas e perceber de que maneira isso afeta a produção artística de uma circunscrição específica de espaço e tempo, seja ela qual for. De toda forma, nos parece claro que tanto o artista quanto o artesão estão em busca de uma determinada ação: se expressar. Essa nossa afirmação encontra respaldo na seguinte passagem de Danto:

[...] uma obra de arte é um objeto apropriadamente chamado de expressão porque sua causa é um sentimento ou emoção particular de quem a realizou e que ela efetivamente expressa. Segundo essa concepção, uma ação e uma obra de arte se distinguem por suas respectivas ordens de causas mentais e, além disso, pela diferença entre corresponder a uma intenção e exprimir um sentimento. A teoria certamente terá dificuldades para diferenciar obras de arte do caso

paradigmático de coisas que expressam sentimentos sem ser obras de arte – lágrimas, sorrisos, caretas, por exemplo (Danto, 2005).

Dessa maneira, esta pesquisa se justifica pela necessidade de oportunizar à sociedade conhecimentos que demonstram a relevância da preservação da arte de um povo, que perfaz um bem representativo da história desse grupo social. Essa arte guarda, em si, tanto a perspectiva emancipatória do empreendedorismo cultural quanto os valores simbólicos de um bem que representa a história daquele grupo social.

2 DESENVOLVIMENTO

As atividades de pesquisa iniciaram com a apresentação e a explicação pelo professor orientador à comunidade escolar sobre a proposta do Programa de Iniciação Científica da Educação Básica. No primeiro momento, os esclarecimentos foram prestados ao corpo docente e em outro momento posterior com o corpo discente e toda a comunidade escolar. Onde o desenvolvimento aconteceu na comunidade quilombola da Pontinha, em Paraopeba/MG.

Após a compreensão da relevância da participação da escola com um projeto de pesquisa próprio, a proposta foi autorizada por unanimidade. A aprovação do projeto de pesquisa foi recebida com grande entusiasmo, empolgação e envolvimento de todos. Mesmo sendo um período de ensino remoto emergencial, devido a pandemia de Covid-19, com todas as dificuldades tácitas e conhecidas por todos os agentes educativos, se descortinou um universo de possibilidades que poderiam auxiliar no desenvolvimento do projeto, sobretudo pela utilização de novas metodologias de ensino (e relacionamento) que o período pandêmico nos impôs ou oportunizou.

Antes mesmo da aprovação do projeto de pesquisa, já se percebia um “espírito de esperança” que ultrapassa os limites do distanciamento social pelo desejo da iniciação no mundo da ciência e da pesquisa. Mesmo com certa demora na disponibilização do curso Metodologias Científicas

na Prática, a professora orientadora oportunizou auxílio e colaboração de colegas de sala de aula, que possuíam uma experiência mais significativa com a produção científica, métodos e pontos norteadores, para nos direcionar em relação à forma a ser dada ao materializar o conhecimento.

Essa foi a contrapartida positiva que todo aspecto negativo apresenta: a união e a colaboração dos profissionais da educação da escola, objetivando que a participação do projeto de seus estudantes acontecesse da melhor forma possível. As orientações e os direcionamentos da professora orientadora proporcionaram o amadurecimento pessoal e acadêmico dos alunos-pesquisadores, na medida em que nos tornamos proativos no processo. Então, nós, alunos da equipe de pesquisa, começamos, de imediato, a nos debruçar sobre o conteúdo de nossa proposta. A união de todos configurou-se como um facilitador e assim o início das atividades com o grupo de estudantes selecionados aconteceu.

Podemos afirmar que em nosso trabalho utilizamos uma metodologia qualitativa, pois enquadra-se dentro de questões sociais e subjetivas. Reconhecer o valor cultural, a história individual e coletiva, e tudo mais que está por trás de cada peça do artesanato. Reconhecer através dos materiais, como madeira, palha de milho, fibra de bananeira e piaçava, um resgate do patrimônio imaterial da comunidade. Herança cultural que abre um horizonte imenso para nós.

Após essas reflexões, que para nós verbalizam sentimentos e sensações extremamente importantes, no que se refere à nossa constituição como seres humanos construtores de um mundo melhor; passamos a apresentação de nossos resultados, a começar pelo histórico de ações que culminaram no relato ora apresentado.

No ano de 2021, começou o processo de seleção dos estudantes levando-se em consideração a proximidade com o objeto da pesquisa (artes manuais quilombolas) e a participação e o interesse com as atividades do PET (Programa de Educação Tutorada) do componente curricular Artes. No último semestre de 2021, 11 estudantes de ensino médio foram selecionados para a participação no projeto de Iniciação Científica.

Todavia, o final do ano letivo e a retomada gradual do ensino presencial apresentou desafios para nossa mobilização; com o final do ano escolar, as atividades foram marcadas para a primeira hora do ano subsequente.

O ano letivo de 2022 iniciou-se totalmente presencial, e as atividades de desenvolvimento do projeto de Iniciação Científica iniciaram tão logo houve contato conosco. Através da elaboração de um calendário, norteado pelo planejamento geral do PIC (Programa de Iniciação Científica), foram estabelecidas e marcadas reuniões semanais para esclarecimento e desenvolvimento de questões referente ao que é a Iniciação Científica. A isso atrelou-se o tema das artes manuais sob o prisma dos povos quilombolas.

As primeiras reuniões foram marcadas por profundas dúvidas por parte dos estudantes, quanto à dificuldade de relacionar “artes manuais quilombolas” e “produção científica”. A ideia que a equipe possuía era que a produção científica era algo totalmente teórico e, à primeira vista, isso se opunha totalmente ao trabalho artesanal que concebíamos como algo prático.

A compreensão de todo o saber e conhecimento que está por trás do artesanato quilombola da comunidade da Pontinha foi algo encantador que, por si, descortinou um leque de possibilidades que carregamos para a vida. Saber que a teoria cria vida na prática e que, inerente de toda prática, pulsa uma teoria, foi importantíssimo para a nossa formação e para que tomássemos consciência, a partir de então, da relevância do aprendizado ministrado pela escola, de sua importância. Portanto, gostaríamos de compartilhar com nossos leitores a importância do teor dessas reuniões iniciais, reservadas ao lançamento de luzes a respeito de possíveis anfibologias naturais na mentalidade de jovens pesquisadores científicos.

Nós estávamos restritos a limitações mentais das quais sequer nos dávamos conta. Foi imensamente esclarecedor esse início dos trabalhos. Diríamos que a importância da mudança de mentalidade foi de igual ou maior relevância que o conteúdo que figurou como objeto de pesquisa, na medida em que jamais seremos os mesmos após termos sido dados à luz. A partir da proposta, nossas cabeças se encheram de dúvidas. Foram essas

dúvidas as molas propulsoras que impulsionaram a busca e a construção realizada juntos à nossa professora orientadora. Dessa forma, o conhecimento foi não apenas construído, mas também consolidado.

Além disso, esses pontos de dúvidas foram essenciais para o desenvolvimento da escrita do projeto e para o direcionamento do trabalho de pesquisa. As reuniões eram realizadas de maneira presencial ou online (devido a demanda) todas as sextas-feiras, dia escolhido propositalmente para que houvesse troca de experiências e percepções das provocações científicas durante a semana escolar. Esses momentos foram riquíssimos. A cada troca sentíamos crescer. Cada questionamento suscitava outros tantos. Por fim, estávamos, literalmente, prontos para pesquisar, posto estarmos munidos daquilo que impulsiona qualquer pesquisa: a curiosidade de saber.

Fazemos, aqui, uma digressão para ressaltar o que muitas vezes vivemos em sala de aula e que sentimos que nos anestesia: a falta de vontade/curiosidade em saber sobre o que nos está sendo repassado. Nós o fazemos no intuito de aproveitar a oportunidade para deixar uma sugestão, ou de até mesmo fazer um pedido, o de que nossos professores nos instiguem sobre o que estudaremos antes de nos apresentar o conhecimento já pronto e fechado; o de que nos provoquem à busca do saber antes de nos entregá-lo pronto.

Pesquisar é aprender muito mais que ouvir/ler. Nunca antes daremos tamanha importância a peças de artesanato. De agora em diante, jamais deixaremos de lançar um olhar crítico ao que quer que seja. Estamos cientes de que tudo em torno de nós é visto a partir de um olhar culturalmente construído. Se o olhar é cultural, então ele é subjetivo, ele é construído/constituído, não é absoluto, mas sim relativo e, como tal, ou merece ser preservado, como o objeto de nossa pesquisa, ou precisa ser desconstruído e repensado como tantos são os valores que hoje desrespeitam o humano de todos nós.

Durante as reuniões, houve um interessante processo de esclarecimento de conceitos, além da preparação para as visitas técnicas (das

quais falaremos a posteriori). Termos, como “artesanato”, “vida”, “arte”, “negritude”, “herança”, “quilombo”, “cultura”, “infraestrutura”, “renda”, “relação”, história”, “memória”, “temporalidade”, “afetividade”, entre outros, passaram do campo das ideias puramente teóricas e serviram como apoio para a observação e a captação de dados na prática com a realização das visitas técnicas.

Esses encontros semanais serviram então como uma grande preparação para o contato com o acontecer das artes manuais quilombolas. A utilização dos recursos de pesquisa e multimídia oferecidos pela escola foram de grande valia para esse processo anterior de pesquisa e estudo, ainda que com certas limitações de infraestrutura, uma realidade infelizmente quase que comum na maioria das escolas da rede pública da educação básica. Limitações essas que ultrapassamos e cremos que essa é também a finalidade da proposta: melhorar a si mesmos como pessoas críticas, produtoras de conhecimento e não apenas consumidoras, além de nos tornarmos proativos o suficiente para interferirmos na realidade a nossa volta, contribuindo para melhorar nosso entorno.

No segundo semestre do ano letivo de 2022, demos início às visitas técnicas à comunidade quilombola da Pontinha, em Paraopeba/MG, como modo de observação e confronto de conceitos e ideias previamente estudados e pesquisados a respeito de artes manuais e artesanato desenvolvido pela comunidade. Quando mencionamos confronto de conceitos, o fazemos pensando por um lado no que era preconcebido por nós, a saber: a ideia de que peças e artesanato existiam por si só, imersas num valor absoluto restrito e material; e, por outro, nas diferenças culturais existentes entre nós e os artesãos quilombolas, que também trabalham com artesanato de pintura de pano de prato e retalhos na confecção de tapetes e colchas. Em outras palavras, ao utilizar o termo “confronto” nos referimos à comparação de universos sociais distintos. O caminho do conceito para a prática, por vezes, pode apresentar divergências que fazem parte do processo do desenvolvimento da ciência como modo de aprimoramento.

Cinco visitas foram realizadas ao todo. Durante essas visitas, nós, previamente preparados, orientados e acompanhados, realizamos reuniões com coleta de dados e preenchimento de relatórios parciais, levando-se em conta, além dos aspectos técnicos exigidos pela escrita científica, também a proximidade e a troca de experiência com os artesãos locais. Quando mencionamos troca de experiências, nos referimos a experiências de vida que compartilhamos através de diálogos, conversas e interações. Assim, fomos mergulhando nessa cultura que não conhecíamos, e nos apropriando de todo o universo desse outro que existe por trás de cada peça de artesanato. Como é imenso o significado dessas peças, e quanto de história e de valores vigoram ali!

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar da dificuldade de abertura da comunidade quilombola escolhida para a pesquisa *in loco*, o desenvolvimento da pesquisa e seus benefícios para aqueles envolvidos foram evidentes. Foi possível entender e compreender a resistência da comunidade quilombola escolhida em se abrir para falar de seus métodos (manuais, históricos e memoriais) devido à grande exploração cultural que ainda prevalece em tal lugar, fruto de uma escravidão que, infelizmente, perpassa os anos, e de um racismo estrutural que coloca pessoas pretas como simples objeto de exploração.

Ficou claro para os envolvidos diretamente na Iniciação Científica que esse tipo de exploração é também, e sobretudo, cultural, quando acontece uma expropriação das técnicas daquela população originárias que resulta num outro tipo de exploração: financeira. Dessa maneira, o objeto de estudo que tínhamos inicialmente se descortinou como uma janela para a análise de outros problemas estruturais que chamamos de “exploração cultural”. Analisar o processo de trabalho artístico e as técnicas usadas por comunidades quilombolas na produção do seu artesanato apontou para uma observação das raízes do preconceito e, ao mesmo tempo, para o interesse financeiro de pessoas brancas a respeito das artes manuais quilombolas.

Acompanhar a feitura dos artesanatos de herança afro-brasileira é também remontar a memória afetiva de povos originários que constroem a nossa comunidade escolar nos dias de hoje. Cabe aqui o testemunho de que fomos, a princípio, recebidos com reservas, por uma desconfiança, plenamente compreensível.

Durante anos, o povo preto foi subjugado. Num momento cultural em que o empoderamento é trabalhado, os artesãos não se permitem mais explorar. Não foi tranquilamente que conseguimos sua confiança para realizar nosso trabalho, e damos razão a eles. A vivência do preconceito é parte viva da história dos quilombolas. Todas as peças, cada uma delas, pode ser interpretada e é uma materialização da história de um povo e da cultura com a qual dialogamos no decorrer deste trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a troca de experiências vividas entre os pesquisadores do Núcleo de Pesquisa da Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena e a população quilombola ocorreu como uma via de mão dupla para o conhecimento: enquanto jovens estudantes da Iniciação Científica, pudemos aprofundar e entender elementos presentes na cultura quilombola, a partir de um olhar dos quilombolas de hoje sobre as próprias raízes.

Eles foram capazes de compreender a cultura da qual nós fazemos parte. Nesse diálogo que se travou durante o trabalho de pesquisa, tanto nós quanto eles desconstruímos e reelaboramos os valores, não somente nossos, mas também e principalmente em relação ao nosso “outro”. Certamente, a partir de agora, olharemos mais criticamente e com mais generosidade para o diverso.

Os artesãos reforçam seu valor ao se darem conta de que o produto artístico de suas atividades é objeto de estudo científico. Nós ampliamos nossos horizontes ao percebermos que o conhecimento acadêmico vai muito além daquilo que nos é apresentado em livros didáticos.

Essas duas visões do mesmo objeto contribuem tanto para a preservação de culturas originárias quanto ao fomento do desenvolvimento científico das ciências humanas e da linguagem; na medida em que descortinam caminhos de aprimoramento do processo de aprendizado e combate de todas as formas de preconceito, silenciamento ou aniquilação de expressões culturais que sofrem de exploração e expropriação de sua essência.

Consideramos ainda que esta pesquisa é apenas o estopim de toda uma postura de vida como pesquisadores, que passa a ser adotada por nós daqui por diante. O ser humano está em constante evolução e desenvolvimento. Nós podemos e devemos participar ativamente desse processo. Mais que isso: não foram só os quilombolas que se empoderaram, como povo preto digno e merecedor de valorização, respeito e admiração. Nós, alunos da escola pública de Minas Gerais também o somos. Nós realizamos este trabalho! Por trás dessas páginas, da mesma forma que por trás de cada peça de artesanato quilombola, subjazem histórias de enfrentamento, de desafios e de superação.

Além da trilha, em relação às culturas afrodescendentes que merecem toda dedicação e gama de estudos e pesquisas que possam lhes restituir a posição de dignidade e respeito junto a quaisquer outra cultura que lhes é de direito, está o caminho aberto ao estudante de escola pública, que lida com um leque de dificuldades que fazem parte de sua formação e capacitação, na medida em que lhes servem de ferramentas para enfrentamento das adversidades da vida. As duas trilhas merecem que sobre elas se debrucem trabalhos futuros toda a sorte de estudantes. Assim, certamente, construiremos uma sociedade saudável para todos nós.

REFERÊNCIAS

DANTO, A. *A transfiguração do lugar-comum*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

FRADE, I. A pedagogia do artesanato. *Textos escolhidos de Cultura e Arte Populares*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-9, 2006.

PARTE 3

ORIGENS PRETAS: REFLEXÕES
SOBRE IDENTIDADE E
AUTORRESPEITO COMO
PASSAPORTE NA LUTA PARA
A DEMOCRACIA RACIAL



SOU QUILOMBOLA? VIVO MINHAS TRADIÇÕES, JUVENTUDE, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO

Mirela Pereira de Souza¹, Matheus Alves de Oliveira¹, Ana Clara Dos Reis¹, Roniery Rodrigues Mota¹, Ana Maria Correa Borges¹, Amanda Carlos da Silva¹, Cristielly Pereira da Silva¹, Maria Eduarda Santos¹, Maysa Souza Rocha¹, Gilberto Pereira Souza², Adriana Dilon Ferreira³

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte do princípio de que a comunidade local se encontra na dualidade de conviver com os impactos ou as interferências do desenvolvimento advindo da sociedade contemporânea, na cultura da informação e do capitalismo cognitivo em seu território e ao mesmo tempo faz-se urgente a necessidade de manter e preservar a cultura e a tradição. Nesse sentido, os impactos da globalização são considerados para observar o processo de transformação ocasionado nas tradições culturais da população quilombola local.

Partindo da premissa de que existe uma forte influência das mídias digitais no território quilombola em estudo, foram levantados dois

1 Escola Estadual Monsenhor Florisval Montalvão (Januária/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Monsenhor Florisval Montalvão, gilberto.pereira.souza@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Fernando Lobo, adriana.dilon@educacao.mg.gov.br.

problemas de pesquisa: Como essas populações tradicionais mantêm viva a sua cultura perante o imperativo poder da sociedade digital? De que modo os jovens das comunidades quilombolas convivem com a dualidade da sociedade contemporânea sem perder a sua raiz ou essência cultural?

Todos esses questionamentos se fazem necessários para que se possa buscar soluções passíveis de serem implementadas com o intuito de preservar esse patrimônio imaterial, que foram passados de geração a geração até os dias atuais pelas populações quilombolas.

Atualmente, as comunidades quilombolas no Brasil são múltiplas e variadas, e se encontram distribuídas em todo o território nacional. Por ser um espaço de trocas e de compartilhamento de conteúdo simbólico-afetivos, assim como por apresentar uma relação ao contexto social, cultural e político específico, a cultura quilombola enfatiza as particularidades dos sujeitos que a constituem.

É uma instância que preserva elementos culturais carregados de um passado histórico e social e que propicia um posicionamento subjetivo do sujeito ao reconhecer-se nesse passado. A identificação de pertencimento do indivíduo diante dos valores e dos conteúdos inerentes à realidade histórico-cultural própria desse contexto incide em sua identidade e possibilita que ele se reconheça enquanto sujeito quilombola, pertencente a um todo maior, à cultura quilombola (Furtado; Pedrosa; Alves, 2014).

Além disso, preservar a memória local, a cultura oral dos antigos e a vida pacata e misteriosa do sujeito são fatores extremamente relevantes, tendo em vista que esses traços podem se perder no tempo e na memória coletiva se não forem preservados. Em meio a todo esse arsenal cultural, muitas comunidades sofrem atualmente a influência do consumo gerado pelo capitalismo, que teve o fenômeno da globalização como resposta e consequência.

A presente pesquisa visa compreender como o processo de globalização influencia e afeta a comunidade quilombola no distrito do Riacho da Cruz no aspecto de sua identidade cultural. Em específico, pretendemos analisar a cultura quilombola relacionando-a ao contexto digital

contemporâneo; conhecer as raízes culturais de um povo, no sentido de afirmação da mesma; e, por fim, identificar o legado cultural para conhecer os desafios da cultura local para novas gerações.

1.1 Breve histórico sobre a comunidade quilombola de Riacho da Cruz

Segundo informações dos moradores, a comunidade de Riacho da Cruz começou a ser povoada entre os anos de 1885 e 1900. Enquanto o estado da Bahia se via numa crise climática onde a seca assolava o estado, corria a notícia de terras devolutas no distrito de Levinópolis, que faz parte do município de Januária, no Norte do estado de Minas Gerais, um lugar próximo ao sul da Bahia e cortado por um riacho de abundantes águas e terras férteis.

Segundo informações colhidas, os moradores mais antigos foram os Caluzeiros. O senhor Veríssimo Ferreira da Silva conta que a família Caluzeiros é oriunda da Bahia e, assim como as demais comunidades remanescentes de quilombo da região, surgiu através dos processos migratórios, fugas da escravidão, saindo da província baiana, descendo pelo rio e se fixando no sertão Norte mineiro. Ele conta ainda que a comunidade foi formada a partir de um negrinho que fugia da escravidão na Bahia e se escondera debaixo dos vestidos de uma senhora no Porto, em uma embarcação que aportou na região.

O pai da Calu (Carolina) veio corrido da Bahia e se escondeu embaixo da saia de uma senhora fugindo dos jagunços, e, quando não o acharam, eles pegaram a embarcação e foram embora. A velha disse para ele procurar seu destino porque ele estava livre. Então ele veio para o brejinho (Mocambo) e assim começou a juntar negro nesse lugar (Entrevistado 1).

A palavra ‘mocambo’ ou ‘mucambo’ são nomes de procedência africana. O vocábulo quer dizer o mesmo que no tupi, ‘maloca’, isto é, ajuntamento, pequeno arraial. No Mocambo havia um quilombo de

negros fugidos aldeados no fim do século 18. Os moradores mais antigos da comunidade de Levinópolis contam que viviam negros escravos na comunidade e que lá existia uma senzala e um tronco onde os escravos eram castigados.

Conta-se que o coronel Henrique Gonçalves Lima residiu lá no Mocambo e que recebeu um dote com 1600 escravos do seu sogro, pai de sua esposa Clotilde Martins Álvaro, mas o coronel os alforriou imediatamente. Quando os escravos foram alforriados, muitos continuaram na fazenda trabalhando para o coronel Henrique Lima, mas alguns também foram residir em outras comunidades próximas, vindo daí a ideia de que os primeiros habitantes da comunidade do Riacho da Cruz eram descendentes desses escravos.

Figura 1: Foto das ruínas da antiga casa do coronel Henrique Gonçalves Lima



Fonte: Acervo dos autores.

Segundo alguns moradores da comunidade do Riacho da Cruz, o nome Caluzeiros é oriundo de uma jovem chamada Carolina (Calu), que era filha de Maximiliano Lopes. A Calu se casou com um senhor chamado Veríssimo Ferreira, descendente dos primeiros habitantes da comunidade

e descendente de pessoas escravizadas que moravam no Mocambo, por isso ela não permaneceu com o sobrenome Lopes, e sim Ferreira, por conta do seu marido Veríssimo.

Ao entrevistar uma senhora moradora, cuja idade é de 100 anos, neta da velha Calu, percebe-se que devido à idade avançada não se lembra da história da constituição da comunidade, relatando apenas alguns trechos sobre como era a sua infância e a vivência nessa comunidade.

Vivia como Deus quer, comecei trabalhar muito nova, trabalhava bastante plantando roça. O meu pai me levava para a lavoura para plantar mamonas, algodão, feijão, cana-de-açúcar. Criava também gado, galinha, porcos, entre outros. Eu nasci e cresci aqui, e nunca sai daqui, sou da família Caluzeiros, eles foram a primeira família a chegar aqui e depois foi chegando as outras famílias (Entrevistada 2).

Entrevistamos também um senhor morador da comunidade que tem 68 anos, nasceu e cresceu nessa comunidade e faz parte da família Caluzeiros. Perguntamos se ele sabia por que sua família levava esse nome Caluzeiros, e ele nos contou que foi por causa de sua bisavó Carolina que, segundo ele, veio da Bahia e residia próximo à Igreja Católica. Ele falou ainda que a família Caluzeiros comprou a fazenda de Joana Nunes e que era um terreno muito extenso que foi repartido entre os cinco irmãos.

A comunidade era muito rica em peixes, plantação de horta, criações de animais, hoje é muito difícil viver apenas disso, devido à seca e falta de interesse dos jovens. Eu trabalhei em São Paulo de pedreiro, servente de pedreiro, mas aqui na comunidade eu trabalhava para o meu avô como vaqueiro. Aqui se plantava muito arroz, feijão, milho e mandioca (Entrevistado 3).

Ele complementou dizendo que a velha Carolina era uma mulher muito lutadora, tinha descendência da Bahia e que tinha muita fé em Deus. Existia até um local onde havia um altar com várias imagens de santos, e as pessoas das comunidades próximas vinham para cumprir promessas nesse altar, porém com a chegada de outras religiões houve a destruição desse local.

Figura 2: Alunos pesquisadores realizando entrevista com morador da comunidade



Fonte: Acervo dos autores.

Perguntado sobre as tradições dessa comunidade, um entrevistado nos relatou algumas, principalmente a Festa de Santo Reis:

O Reis dos Caluzeiros iniciou-se com o velho Elói Ferreira. Tudo começou como uma brincadeira de criança, ele reunia os colegas e iam cantar o Reis nas casas próximas, e então a partir daí foram aumentando as pessoas e assim tornou-se uma tradição até hoje. Os foliões saíam todo dia 25 de dezembro e passava de casa em casa, e eram vários dias tocando o Reis, até que uns quatro dias antes da festa paravam para preparar no dia 6 de janeiro, que era uma festividade muito grande, com muita comida, música e dança. Hoje nos apresentamos muito em eventos em Januária, nas escolas, porém há poucas pessoas para continuar a tradição porque muitos morreram, outros não tem mais saúde para participar. Há pouco tempo atrás que os jovens começaram a se interessar para prosseguir nessa tradição. Eu sempre toquei sanfona, mas já estou cansado, na idade, e preciso passar esse ofício para outros, toco além dos Reis também o São Gonçalo. As festas aqui eram muitas, havia as festas de São João, São Pedro, São Sebastião entre outras (Entrevistado 4).

Entrevistamos também outro morador, um senhor de 80 anos, que faz parte da família Gombê, uma das mais antigas da comunidade.

Minha família é conhecida como a família Gombê, ela veio parar aqui com muitas dificuldades, vinda da Bahia. Aqui brincávamos de bodoque, pião, fazíamos arapucas, entre outras brincadeiras. A pessoa mais velha da minha família é o senhor Serafim, que era o meu bisavô. Aquele tempo era muito sofrido, plantávamos feijão, milho, mamona, algodão, mandioca e a cana-de-açúcar. Aqui predominava a religião católica e depois veio chegando as outras. Acho que aqui ter sido ser declarado quilombola foi uma coisa muito boa, pois aqui realmente o predomínio é de descendentes de escravos, minha família, por exemplo, e o fato de ser quilombola vai trazendo muito benefícios para toda a comunidade. Sou da família dos Gombê, e minha esposa é da família Moreno, mas somos primos, os nossos pais eram irmãos apenas por parte de pai (Entrevistado 5).

O último entrevistado foi outro senhor que nos contou que seu avô veio para a comunidade em 1906, tendo antes residido na comunidade de Levinópolis, e após isso comprou uma propriedade em Riacho da Cruz. Segundo o entrevistado, sua família vivia da roça, sempre trabalharam com lavoura. Ao ser questionado sobre a história da comunidade, o entrevistado respondeu:

Os primeiros moradores da comunidade foi a família Caluzeiros, e logo depois foram chegando outras famílias. Com o tempo, o Riacho da Cruz progrediu bastante, por que antes tinha pouca gente, a vida era muito difícil, mas com muita persistência e trabalho a comunidade foi progredindo e agora é um dos melhores distritos de Januária. Aqui a escola era particular e apenas as pessoas que podiam pagar estudavam, escola pública não tinha, e só veio aqui por volta de 1930, lá nos Caluzeiros, onde eu estudei por dois anos, mas a escola não durou muito tempo, por que a professora foi embora, e assim fechou a escola. Mas depois de alguns anos, reabriu novamente. As pessoas moravam aqui em casa comuns, bem simples, casa enchidas com barro. Algumas casas tinham um reboque mais fino e tinham umas raras casas que eram melhores, por exemplo, a casa da velha Calu, que tinha água encanada e também reboco nas paredes (Entrevistado 6).

O senhor identificado como Entrevistado 6 não soube informar se os primeiros habitantes eram descendentes de escravos, o que ele conta é que a família Caluzeiros é oriunda da Bahia, mas não tem certeza se eram mesmo descendentes dos escravos. Ele diz ainda que a comunidade era chamada de Murici e depois, com a emancipação política, se tornou Riacho da Cruz, devido a um riacho que passava pela comunidade

e que tem origem na Cruz dos Araújo, uma comunidade pertencente à cidade de Cônego Marinho. Ao ser questionado sobre as festas existentes na comunidade, o entrevistado falou que havia muito forró, matinês (que eram feitas nas casas dos moradores) e havia também as festas de São Gonçalo, Santo Reis, São Sebastião e São João.

2 DESENVOLVIMENTO

A proposta metodológica adotada para o desenvolvimento desta pesquisa foi o estudo de caso, para que se possa investigar o papel da globalização na cultura da comunidade quilombola. O modelo de pesquisa adotado foi o da pesquisa explicativa, que tem como intuito a identificação dos fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de um fenômeno (Gil, 1999).

O método utilizado para a pesquisa foi o qualitativo que, segundo Godoy (1995), é aquele que envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos conforme o ponto de vista dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

O início da pesquisa deu-se por meio de seleção do referencial teórico para fundamentação e suporte bibliográfico, bem como captação de elementos já estudados na área de ação. As fontes utilizadas para coleta de dados foram fontes orais. O público selecionado para as entrevistas foram seis turmas do ensino médio da Escola Estadual Monsenhor Florisval Montalvão, da comunidade quilombola do Riacho da Cruz. O instrumento de coleta foram questionários de pesquisa de opinião, no intuito de captar os efeitos da globalização sobre as comunidades quilombolas. Foram aplicados 158 questionários. Posteriormente foi feita tabulação, análise dos dados e produção do relatório final sobre o estudo de caso.

A pesquisa de opinião foi aplicada através do formulário *Google Forms*, recurso tecnológico advindo da globalização e existente no

contexto da juventude quilombola, levando-se em conta as condições reais de vivência do grupo a ser pesquisado, caracterizado por ser uma comunidade quilombola exposta a ação dos efeitos da globalização em suas tradições culturais remanescentes.

Moura (2006) apresenta uma conceituação abrangente e atual de quilombo:

A comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada. Valoriza tradições culturais de antepassados (religiosas ou não) e as recria no presente. Possui história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência ética (Moura, 2006, p. 38).

Desse modo, percebe-se que a modernidade tem influenciado a dinâmica social das comunidades remanescentes de Quilombos, que globalização faz parte da vida cotidiana dos povos, e que se faz necessário estar acompanhando o mundo globalizado sem perder o aspecto cultural e a identidade.

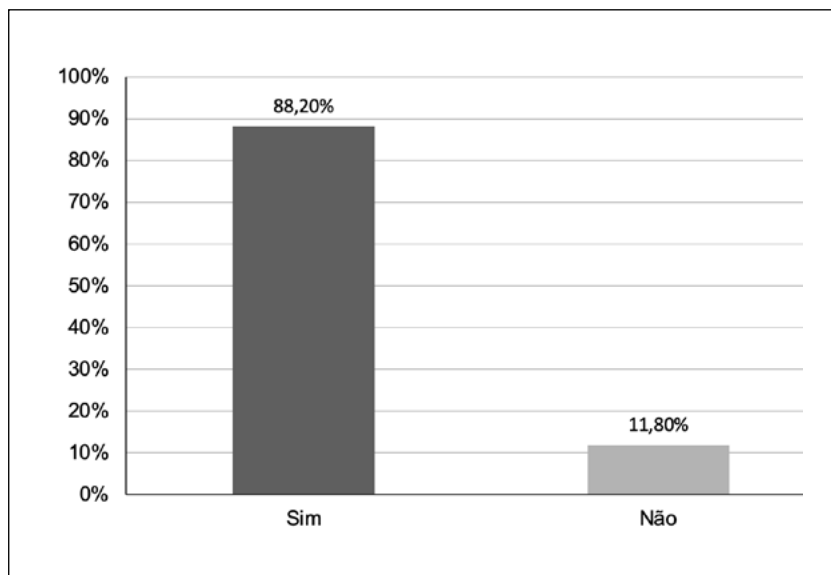
3 RESULTADOS

Por meio dos questionários, foram coletados dados qualitativos e quantitativos sobre a referida comunidade quilombola do Riacho da Cruz, da sua formação histórico escravocrata até o presente momento, na vivência dos costumes quilombolas em interface com os valores contemporâneos da era da globalização com os respectivos desafios. O questionário de opinião foi enviado para 158 alunos do ensino médio da referida escola em forma de *QRcode* e *link* com livre acesso para respondê-lo. A receptividade para responder foi de mediana para boa, com mais de 100 respostas.

A pesquisa de opinião trouxe elementos qualitativos para leitura e entendimento do contexto histórico investigado. A construção deste relato de experiência passa pela descrição dos dados recolhidos na pesquisa bibliográfica e de opinião, contemplando as ponderações feitas pelo grupo de pesquisadores.

Ficou constatado que na maioria das respostas os jovens consideraram importante a pesquisa para o reconhecimento da identidade quilombola e reconhecem que através dela será possível aprofundar a vivência das tradições recebidas das gerações antepassadas.

Gráfico 1: Você se considera quilombola?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como pode ser observado no Gráfico 1, quando se perguntou sobre a identidade quilombola, 88,2% afirmaram de forma direta serem pertencentes à comunidade de origem quilombola e que essa pertença influi na formação da sua identidade, relatando ainda que possuem orgulho de estarem inseridos em uma comunidade quilombola. No entanto, mencionaram que não possuem a consciência de experienciar o gosto de manter as tradições que preservam a forma de viver da comunidade herdada dos ancestrais que ali deixaram o legado.

Em se tratando das tradições econômicas e cotidianas quilombolas preservadas, a maioria, por meio de uma pesquisa realizada, respondeu que produz farinha de mandioca e prepara feijoada no meio de convivência familiar.

Outro dado recolhido foi que 32% dos jovens consultados não reconhecem as tradições quilombolas e não se sentem pertencentes à comunidade. Ainda abordando acerca da preservação das tradições quilombolas, notou-se que muitos perderam a vivência dos cultos afrodescendentes, relatando sentir vergonha de participar dos eventos. Ainda assim, mencionaram a existência de pontos de resistência cultural afro que promovem permanência de convivência e compartilhamento dessas tradições.

A dança do Lundu, São Gonçalo, Reis dos Cacetes e Santos Reis são expressões da cultura quilombola ainda presente no contexto atual da comunidade, porém sendo experimentadas de forma ocasional ou dentro de projetos elaborados pela E. E. Monsenhor Florisval Montalvão.

A participação em tradições religiosas de matriz africana não ultrapassou 10% das respostas. Isso fez confirmar o dado da pesquisa de opinião quando respondem afirmativamente que as igrejas cristãs com suas doutrinas contribuíram para o afastamento da vivência da cultura quilombola.

Dos jovens consultados, 60,8% reconhecem serem importantes as tradições quilombolas para sua formação de identidade pertencente a uma comunidade quilombola. O mesmo grupo que foi consultado afirma que há um incentivo aos jovens negros que vivem na comunidade quilombola do meio rural a assumirem valores díspares das tradições herdadas. Sendo a causa elencada a forte influência da cultura digital do mundo contemporâneo, caracterizada pela globalização.

A pesquisa de opinião trouxe o dado que os jovens do grupo pesquisado dizem ser possível resgatar o apreço pela cultura quilombola nesse contexto de cultura digital globalizante. Também opinaram em afirmar que tradições religiosas cristãs foram apresentadas como as grandes responsáveis e que catolicismo, evangélicos e outras contribuíram para a perda da vivência das tradições religiosas quilombolas.

Quando se perguntou se seria importante haver na escola uma educação voltada para os valores quilombolas, 96% são favoráveis em ter esse ensino que valoriza a cultura quilombola, pois reconhecem essa necessidade de aprendizagem voltada para suas raízes identitárias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi para o núcleo de pesquisa uma oportunidade para aprofundarmos nossos olhares sobre como as tecnologias influenciam a cultura quilombola de Riacho da Cruz, bem como observarmos as tradições preservadas na nossa comunidade, apesar de estarmos vivendo na sociedade da informação.

Um aspecto muito relevante identificado no desenvolvimento da pesquisa foi diagnosticar que de fato carregamos em nosso modo de vida as tradições remanescentes dos nossos antepassados que aqui plantaram seus sonhos e raízes, bem como resistiram a muitos para que hoje possamos ter acesso a essa rica cultura quilombola. Foi impactante observar as profundas transformações pelas quais as comunidades quilombolas têm passado, muitas inclusive contra a sua vontade ou sem a consciência devida do processo, que quase sempre ocorre de maneira atropelada, sobretudo pela influência tecnológica midiática.

Outro aspecto perceptível nos dados analisados foi a indiferença do grupo pesquisado, alunos do ensino médio, em relação à cultura quilombola, o autorreconhecimento como tal e a desvalorização dessa cultura. Isso acontece, muitas vezes, por desconhecerem o real valor histórico que a memória cultural tem, a relevância das comunidades negras e a necessidade de preservação de tradições, práticas religiosas, técnicas e outras expressões culturais, que foram herdadas dos antepassados.

O problema encontrado foi o quanto os jovens da comunidade Riacho da Cruz, os quais se incluem esse núcleo de pesquisadores, conhecem, aceitam e vivem a cultura quilombola; no momento que estão inseridos na vivência constante com os novos meios de comunicação ou mídias sociais, que trazem novos valores para o seu convívio. Essa dinâmica foi observada através da pesquisa de opinião aplicada ao grupo de estudantes da nossa escola.

Observou-se também que trazemos valores de existência quilombola adquiridos no convívio social familiar, mas mesclados ao estilo

de vida contemporâneo marcadamente caracterizado pela cultura digital da era da informação. É perceptível que se tem conhecimento do pertencimento à uma comunidade quilombola reconhecida pela Fundação Palmares, entretanto as tradições e os costumes dos antepassados estão se perdendo ante ao ritmo da vida moderna e das opções feitas aos novos estilos de vida adquiridos.

Foi identificada a permanência e a resistência das práticas culturais afro na comunidade quilombola através dos costumes populares preservados pelos moradores mais antigos ou idosos. Expressões essas evidenciadas através da dança do lundu, capoeira, Santos Reis e São Gonçalo, manifestadas por vários grupos da comunidade. No que se refere à culinária, algumas comidas típicas estão no cotidiano da comunidade, como o cuscuz, a prática da feijoada compartilhada nos grupos familiares e/ou comunidade, e a produção da farinha de mandioca.

A perda do dialeto quilombola como expressão da preservação da identidade de um povo é perceptível, quando afirmaram no grupo de amostragem que a grande maioria não fala ou não tem conhecimento de algum termo linguístico de ascendência africana no linguajar cotidiano da família e da própria escola. No dia a dia, a linguagem adotada pelos jovens pertencentes à comunidade quilombola é o coloquial, profundamente influenciado pela linguagem da internet ou da cultura digital.

As tradições religiosas de matriz africana são praticamente inexistentes no cotidiano da comunidade, pois os jovens participam na comunidade de tradições cristãs através do catolicismo, pentecostalismo e outros. Muitos até consideram alguns ritos de matriz africana alheios à cultura atual, chegando a se afastar por considerá-los ruins. Ante essa atitude, fica evidente o ofuscamento das tradições quilombolas perpetrados de forma não consciente pelas tradições cristãs presentes na comunidade.

Conforme as respostas colhidas através da pesquisa de opinião, os jovens consideram ser quilombola um fator importante para a formação da identidade e assumem pertencerem a uma comunidade quilombola. Realidade essa que abre lastro para a escola fomentar uma

educação quilombola ou elaborar projetos para a valorização da cultura quilombola no ambiente escolar e no próprio seio da comunidade, no intuito de preservar as tradições ainda existentes e promover a vivência da cultura quilombola junto à cultura moderna.

Assim sendo, consideramos que a presente pesquisa atendeu aos objetivos e respondeu aos problemas propostos, uma vez que demonstrou por meio do referencial teórico adotado e da metodologia aplicada, os principais aspectos históricos que demonstraram como muitos dos elementos da história, da cultura, da identidade e da tradição da comunidade quilombola Riacho da Cruz ainda resistem às interferências de um mundo globalizado naquilo que de fato mantém e lhe proporciona identidade quilombola. Entretanto, ficou notadamente perceptível que os mantenedores e os guardiões dessas tradições se encontram restritos às pessoas mais idosas, uma vez que os jovens além do desconhecimento, não demonstram desejo de buscar conhecimento dos elementos referentes à cultura quilombola. Os jovens demonstram saber que são quilombolas, porém não vivem de maneira plena sua cultura e tradição, sobretudo com vistas a preservá-la. Consideramos ainda que possuem plena certeza de que o modo de vida proposto pela globalização através das novas mídias digitais tem contribuído para interferências e mudanças na cultura, porém não possuem conhecimento de alternativas para não permitir que a cultura digital produza impactos negativos na comunidade quilombola.

Por fim, afirmamos que o tema ora investigado não se esgotou com essa pesquisa, mas abre novos caminhos para pesquisas futuras, sobretudo no que se refere aos impactos proporcionados no modo de vida das comunidades quilombolas no Brasil. Afinal, até que ponto podemos impedir os jovens quilombolas de acessar tecnologias ofertadas para todos os demais segmentos sociais sob a justificativa de fechá-los em suas tradições para assim preservá-las? Ou o caminho será fazer uso dessas ferramentas tecnológicas como recursos para manter, preservar e divulgar essas tradições, para que todas as pessoas possam conhecer, contribuir para sua preservação enquanto patrimônio pertencente a toda a sociedade brasileira?

Assim sendo, consideramos que o único caminho viável e seguro é aquele que respeita a todos os povos em suas singularidades e diversidades, ofertando-lhes condições de utilizarem a cultura digital como ferramenta facilitadora para que vivam da melhor maneira a sua identidade quilombola.

REFERÊNCIAS

FURTADO, M. B.; PEDROSA, R. L. S.; ALVES, C. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. *Revista Psicologia & Sociedade*, Brasília, v. 26, n. 1, 2014.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995.

MOURA, G. Quilombos contemporâneos no Brasil. In: CHAVES, R.; SECCO, C.; MACÊDO, T. *Brasil África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo: Editora UNESP, p. 327-362, 2006.

NEGRITUDES: UMA REFLEXÃO PLURAL NA SOCIEDADE CHAPADENSE

Rafaella Mameluk Silva¹, Ligia de Oliveira Santos¹, Viviane Lisboa dos Santos¹, Letícia Carneiro Rodrigues¹, Murilo Gomes Oliveira¹, Davi Pereira Gaia¹, Victor Gabriel Gonçalves dos Santos¹, Cibele Rodrigues Corrêa¹, Ellane Rudnei Leite Silva², Daniela Barbosa de Oliveira³

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como ponto de partida as constatações expostas pela pesquisadora Djamila Ribeiro (2019a, 2019b) a respeito dos incômodos engendrados pela presença de pessoas negras em algumas esferas sociais, ainda que esta mesma população seja majoritária em nosso país.

Tendo em vista que a comunidade em que está inserida a Escola Estadual Moacir Cândido, no município de Chapada Gaúcha/MG, não está alheia a essas estruturas de opressão e preconceito de raça, buscamos ter como horizonte de nossa pesquisa possibilitar condições para que alunos e comunidade escolar pudessem reconhecer e questionar os entraves que

1 Escola Estadual Moacir Cândido (Chapada Gaúcha/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Moacir Cândido, ellane.silva@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Clorindo Durnier, daniela.barbosa.oliveira@educacao.mg.gov.br.

inibem a visibilidade da população negra, bem como oportunizar o desenvolvimento de uma consciência para o combate ao racismo.

Para Djamila Ribeiro (2008b), a falta de reflexão sobre o tema constitui uma das bases para a perpetuação do sistema de discriminação racial. Daí a necessidade de abordar o tema no interior da escola. Nesse sentido, as etapas da pesquisa estiveram intimamente relacionadas com o processo de identificação, legitimação e acolhimento das vidas negras e suas experiências no contexto chapadense, com vistas a conhecer e combater o racismo cultural, patologia social que foi explorada e discutida nos encontros do núcleo de pesquisa.

A Escola Estadual Moacir Cândido está localizada em uma comunidade composta por uma gigantesca diversidade no que tange às características sociais, econômicas e raciais, basta observar que o município composto por aproximados 13 mil habitantes é formado por mais de 80% da sua população por pessoas oriundas de outros estados brasileiros, tais como: Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Goiás, Piauí, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e todas as demais regiões de Minas Gerais (Chapada Gaúcha, 2022).

Quando se observa essa diversidade regional, é possível que se perceba um aglomerado diverso de tradições que variam nas questões econômicas, sociais, culturais, religiosas e principalmente raciais. Nesse sentido, a E. E. Moacir Cândido, sendo a escola com maior número de estudantes atendidos no município, convive diariamente com diferenças perceptíveis no olhar, no agir e nas exposições pedagógicas apresentadas no fazer educacional do dia a dia.

Frente ao exposto, observa-se que a população negra enfrenta certa timidez ao se autodeclarar, desde o momento da inscrição na matrícula escolar, quando se é perguntado sobre a sua cor/raça, nas rodas de conversas, jogos escolares e apresentações dos trabalhos escolares, daí a necessidade de criar condições para o empoderamento dessa população.

Se pensarmos a sociedade de maneira interseccional, como propõe a pesquisadora Angela Davis (2016), além do recorte de raça, existem

ainda os atravessamentos de gênero e classe social, que colocam a mulher negra como a figura mais atingida pelo racismo que estrutura a sociedade. Assim, apoiar a figura feminina nessas ações, para se reconhecer enquanto mulher negra, identificando as suas fortalezas, foi também uma das práticas desenvolvidas ao longo da efetivação de nosso projeto de pesquisa.

Vale acrescentar que este trabalho de pesquisa, desenvolvido junto ao Núcleo de Iniciação Científica na Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, se insere em um movimento reflexivo e sociológico contemporâneo mais amplo, de questionamento das estruturas que sustentam os múltiplos preconceitos latentes e explícitos em nossa sociedade. Assumindo, desse modo, uma postura antirracista e dialógica, no sentido de contribuir para a desconstrução das opressões de raça, e todas as outras que estão a elas associadas, e promover um ambiente escolar mais consciente, capaz de perpetuar os conhecimentos para além dos muros da escola.

Sob esse prisma, o projeto objetiva oportunizar aos estudantes do ensino médio, por meio da Iniciação Científica, estudos e reflexões que promovam o reconhecimento e autorreconhecimento da população negra no contexto social local. Pretende-se que seja dada visibilidade às atitudes que condicionam a consciência no combate ao racismo.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao considerar que todo conhecimento se faz perante uma busca incessante do saber, a metodologia se molda ao caráter qualitativo desta pesquisa, a qual busca causar impacto social direto (através das reflexões empreendidas pelos estudantes) e indireto (por intermédio da rede de pessoas em contato com esses estudantes).

Assim, foram utilizados momentos de escuta, leitura e análise da questão racial permeada pelas teorias existentes e pesquisas etnometodológicas. De acordo com os pesquisadores Marcelo Bispo e Arilda Godoy (2014), a pesquisa de caráter etnometodológico faz referência

à “metodologia de todo dia”, ou seja, às efetivas práticas situadas. Eles apontam que;

[...] a base da etnometodologia está nas atividades práticas pelas quais os atores produzem e reconhecem as circunstâncias em que estão inseridos, devido ao sentido que as práticas têm para eles. Assim, o principal objetivo da etnometodologia é investigar os procedimentos que as pessoas utilizam para desenvolver as diferentes operações que realizam em sua vida cotidiana (Bispo; Godoy, 2014, p. 113).

Desse modo, partindo da prática reflexiva, tais feitos realizados têm o propósito de incitar o conhecimento apropriado do mundo no qual estamos inseridos, de modo a propor outras ações que permitam o desdobramento em cadeia do que se estudou. Isso acontece com o intuito de que os estudantes compreendam como as pessoas constroem e reconstroem o seu contexto social, ao associarem, durante o estudo, a teoria e a ação de forma cooperativa e participativa.

Inicialmente foi apresentado aos estudantes envolvidos o tema a ser pesquisado e evidenciadas as biografias de estudiosos e pesquisadores, com o objetivo de fazê-los compreender a relevância do tema. Nesse âmbito, foram discutidos os livros *Torto Arado* (romance escrito pelo autor baiano Itamar Vieira Júnior, que dialoga sobre trabalho escravo contemporâneo em uma fazenda, localizada no sertão da Chapada Diamantina, bem como sobre a genealogia dos fatores que baseiam esse contexto e a sua ligação com o colonialismo, o racismo e a segregação) e *O perigo de uma história única* (no qual a autora Chimamanda Ngozi Adichie, ativista de origem nigeriana, salienta a importância do conhecimento e apreensão de diversas narrativas na compreensão da história de um povo). De acordo com a escritora:

A história única cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é que eles são mentiras, mas que eles são incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. A consequência de uma história única é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade, ela faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como nós somos semelhantes (Adichie, 2019, p. 14).

Sob esse viés, a obra é edificante no entendimento da pluralidade inerente às culturas e vidas humanas, particularmente na esfera que abrange negritudes e historiografia africana. A leitura e a reflexão contribuíram, portanto, para o entendimento contextualizado de uma problemática, por vezes, negligenciada pelos calendários e rotinas escolares, mas que, nem por isso, deixa de impactar fortemente a vivência de toda uma comunidade organicamente plural.

Posteriormente a equipe de estudantes envolvidos na pesquisa científica desenvolveram momentos de reflexão com base na supracitada pesquisa etnometodológica, enfatizando como as pessoas constroem e reconstróem o seu contexto social, buscando ainda entender como a população negra do seu entorno se comporta a partir das suas ações cotidianas e da interação com os outros, de modo a ressignificar o entendimento do mundo social. Nesse momento, os alunos-pesquisadores precisaram se aprofundar na literatura que deu ensejo à pesquisa posta em prática, uma vez que, conforme afirma Djamila Ribeiro:

O apagamento da produção e dos saberes negros e anticoloniais contribui significativamente para a pobreza do debate público, seja na academia, na mídia ou em palanques políticos. Se somos a maioria da população, nossas elaborações devem ser lidas, debatidas e citadas (Ribeiro, 2019b, p. 64).

Nessa conjuntura, houve discussões nos grupos de leitura mencionados e o compartilhamento das impressões e impactos experienciados por cada estudante. Além disso, aconteceu um momento de escuta e reflexão a partir dos ensinamentos, experiências e diálogos desenvolvidos na live “Discriminação racial: origem e consequências do racismo”. Os estudantes ressaltaram o quão edificantes, particularmente, foram as palavras da doutora em Literatura, pela Universidade de Brasília (UnB), Andreia Pereira da Silva.

A pesquisadora advertiu acerca da relevância da atuação contra o racismo, e não apenas a simples declaração como “não racista”. Mencionou a luta constante e diária contra esse óbice. Ressaltou que o

racismo é um sistema de opressão da branquitude para com as pessoas que foram consideradas inferiorizadas, no caso os negros, entre outras ideias significativas e indispensáveis. Deve-se pontuar que esses pensamentos, adquiridos com os diálogos, as leituras e as discussões construtivas, foram profundamente marcantes para os pesquisadores envolvidos, os quais relataram impactar não só a sua visão de mundo, mas também as daqueles que os rodeiam.

Ainda convém lembrar a palestra fornecida aos alunos do 1º ano do ensino médio tempo integral trouxe diversos saberes e aprendizados acerca de questões raciais e de negritudes que impactaram diretamente outros jovens da sociedade chapadense. Nota-se a importância de iniciativas como essa, haja vista a perceptível necessidade de mobilização social com a temática discutida, frequentemente minimizada ou invisibilizada no contexto local.

Similarmente, um momento de exposição de ideias e debates construtivos foi empreendido pelos alunos-pesquisadores, pela professora orientadora, pelo diretor da instituição e pelos professores dos anos iniciais da escola na qual está sendo conduzida a pesquisa. Esse esforço foi efetuado em virtude da noção de que o sistema de opressão racial tem raízes profundas, que remontam desde o início da educação básica, que coincide com o começo do processo de socialização e internalização de preconceitos de muitos indivíduos.

3 RESULTADOS

A pesquisa resultou em uma série de implicações diretas (na mentalidade dos próprios pesquisadores, dos alunos do 1º ano do ensino médio com tempo integral e dos professores dos anos iniciais) e indiretas (na mentalidade das pessoas que convivem e dialogam com os indivíduos diretamente envolvidos com a pesquisa). Os pesquisadores tiveram espaço para compartilhar as suas vivências, as suas impressões acerca do material estudado, bem como para construir saberes de forma cooperativa e profícua.

Desde a aceitação da própria cor/etnia até o entendimento mais apropriado sobre o racismo no Brasil. A pesquisa certamente contribuiu para que a luta diária de pessoas, como a da pesquisadora Djamila Ribeiro (ponto de partida e objeto de reflexão ao longo da pesquisa), fosse reconhecida, discutida e afirmada, de modo que a sua voz fosse efetivamente ouvida. Para a autora, essa “luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la” (Ribeiro, 2019a, p. 65).

Assim, o projeto de Iniciação Científica ampliou os horizontes intelectuais dos estudantes, de forma que eles conhecessem autores e pensadores negros com contribuições acadêmicas notáveis e ideias de grande estima para a sua edificação enquanto cidadãos brasileiros. Foi neste sentido que o projeto de pesquisa posto em prática na Escola Estadual Moacir Cândido, mais do que uma simples intervenção pedagógica, foi capaz de produzir informações a respeito dos limites do conhecimento pré-existente naquela instituição sobre as questões abordadas e que, a despeito da falta de discussões sistematizadas (e também em virtude dela), vinham causando impactos negativos nas relações sociais cotidianas, sobretudo, no que se refere ao preconceito de raça e ao autorreconhecimento das origens étnicas dos sujeitos, bem como de sua valorização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os pesquisadores compreenderam contextos e experiências de vidas plurais e inseridas no âmbito das negritudes, tais apreensões sendo responsáveis por aumentar a sua empatia e capacidade de discutir de modo assertivo e bem-posicionado acerca das temáticas abordadas. Esses conhecimentos certamente serão imprescindíveis em momentos futuros quando forem debatidas questões raciais no âmbito acadêmico, profissional ou pessoal da trajetória, tanto dos alunos-pesquisadores, motor principal que deu vida a esta pesquisa, quanto de toda a equipe que esteve envolvida na preparação e na execução deste projeto.

Além disso, a implantação do núcleo de pesquisa "lançou luz" sobre a questão racial na escola, fazendo com que tal temática tenha sido mais frequentemente lembrada, discutida e, portanto, legitimada pela porção da sociedade chapadense que compreende os alunos da Escola Estadual Moacir Cândido. Esses estudantes passaram a reconhecer e conhecer melhor sobre negritudes a partir de uma reflexão plural nesse ambiente.

Ademais, os pesquisadores poderão levar deste projeto um conhecimento mais aprofundado acerca das questões raciais, bem como uma óptica mais ajustada à realidade da sociedade brasileira, pois aconteceu o desnudamento de preconceitos e noções inadequadas no que tange às negritudes. Assim, é constatável que os indivíduos, bem como a rede de pessoas que convivem com eles, tiveram uma série de ensinamentos relevantes que puderam fazê-los se tornar pessoas mais conscientes, empáticas e instruídas, em relação a quem eram antes de vivenciar o projeto e seus efeitos.

Por fim, é significativo destacar que a Iniciação Científica quebrou paradigmas para os estudantes e todos os envolvidos no processo da pesquisa, visto que a pesquisa e o envolvimento com essa esfera da Academia pareciam muito distantes de sua conjuntura enquanto alunos de uma escola da rede pública de ensino. Conhecer a literatura, traçar objetivos, levantar dados, refletir e analisar as realidades verificadas, mensurar impactos sociais e, finalmente, produzir conhecimento de maneira dialógica e coletiva, foram etapas importantes do método científico que pautaram todo o processo de pesquisa e refletiram no crescimento de cada um dos membros da equipe, hoje verdadeiros pesquisadores.

Assim sendo, consideramos que esta pesquisa atingiu o objetivo proposto e respondeu a seu problema, uma vez que proporcionou estudo, investigação, debates, trocas, diálogos, análises de questões inerentes ao tema proposto. Consideramos também que essa pesquisa abriu caminhos para novas investigações e discussões acerca de tão relevante e necessário debate.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BISPO, M. de S.; GODOY, A. S. Etnometodologia: Uma proposta para a pesquisa em estudos organizacionais. *Revista de Administração da UNIMEP*, Piracicaba, v. 12, n. 2, 2014.

CHAPADA GAÚCHA. *Dados do Município*, 2022. Disponível em: <https://www.chapadagaucha.mg.gov.br/#/município/histórico/1/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

JUNIOR, I. V. *Torto Arado*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.

RIBEIRO, D. *Lugar de Fala*. São Paulo: Jandaíra, 2019a.

RIBEIRO, D. *Pequeno Manual antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

VOZES DE MENINAS NEGRAS: PERSPECTIVAS, REPRESENTATIVIDADE E LUTAS

Ana P. Américo¹, Andrêsa H. de Lima¹, Daniela Valente¹, Eduardo S. Brandão¹, Gabrielly A. Zeferino¹, Iris R. Ribeiro¹, Juanny S. Silva¹, Lahra H. D. Fernandes¹, Lúcia H. M. Gualberto¹, Luiz Ricardo da Silva¹, Manuela de S. Quintiliano¹, Mayra V. da Silva¹, Rejane O. Eles¹, Taywany Xuron R. Lima¹, Lúcia Helena Maciel Gualberto², Daniela França Chagas Batista Valente³

1 INTRODUÇÃO

O presente texto propõe apresentar o relato de experiência sobre o projeto de pesquisa desenvolvido na educação básica na Escola Estadual Cinira Carvalho, Sul de Minas Gerais. Realizado no período de outubro de 2021 a dezembro de 2022, o projeto de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), com o tema *Vozes das meninas negras: perspectivas, representatividade e lutas*, teve como objetivos pesquisar e problematizar a representatividade das mulheres negras brasileiras ao longo da história; propor discussões sobre as vozes silenciadas dessas mulheres; e

1 Escola Estadual Cinira Carvalho (Lavras/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Cinira Carvalho, lucia.gualberto@educacao.mg.gov.br.

3 Tutor, Escola Estadual Raul Soares, daniela.valente@educacao.mg.gov.br.

apresentar suas lutas na sociedade brasileira. O projeto contou com a participação de 12 estudantes da educação básica do ensino fundamental e médio da escola, mesmo local em que participaram de reuniões semanais para discutirem sobre os temas propostos.

Desde 2018, a Escola Estadual Cinira Carvalho está desenvolvendo pesquisas com atenção para uma educação antirracista, ao participar do Núcleo de Pesquisas e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora – Nupeaas, que também atendeu a um edital da Secretaria de Educação de Minas Gerais. Assim, foi possível analisar resultados de um estudo do projeto executado na escola naquele ano (2018) que tratava das questões étnico-raciais, com o objetivo de resgatar a identidade afro-brasileira, aspecto muito discutido no âmbito escolar diante da dificuldade de auto-declaração percebida pelas docentes no momento de inscrição para processos seletivos nas universidades.

Naquele momento, foi realizado com as/os estudantes do ensino médio uma pesquisa de amostragem, inspirada no questionário utilizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com as opções preto, pardo, branco, indígena ou amarelo para a autodeclaração. Os estudantes ainda apresentaram a necessidade da discussão sobre a participação de mulheres nas universidades e a promoção de uma educação antirracista. Dessa maneira, educadoras perceberam que na escola em questão, estudantes em sua maioria meninas não se autodeclararam pardas ou pretas. As pesquisadoras pensaram na necessidade de ampliação das problematizações entrelaçando as questões raciais, antirracismo e gênero.

Em atenção para a Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, buscamos dialogar com a proposta do ensino de História, e Cultura Afro-Brasileira e Africana para explorar e divulgar a cultura negra brasileira, assim como assegurado na lei, mais especificamente a cultura afrodescendente, com a possibilidade de revelar as vozes silenciadas das meninas negras dessa escola que não permitem que se sintam representadas em sua cor, sua cultura e sua raça. Assim, este documento

trará o relato das experiências de alunas e alunos que participaram deste projeto e as conclusões possíveis através do conhecimento de tais relatos.

Pensar com atenção para a problematização da representação de povos africanos torna-se pertinente diante da necessidade da busca de desvelamento de lutas e enfrentamentos da população negra sem a produção de uma verdade absoluta. Entre idas e vindas, refletimos a construção de modos de pesquisa que repensam a rigidez de metodologias engessadas e sem abertura para novas possibilidades de reflexão. Caldeira e Paraíso (2012) propõem:

Afastamos daquilo que é rígido, das essências, das convicções, dos universais, da tarefa de prescrever e de todos os conceitos e pensamentos que não nos ajudam a construir imagens de pensamentos potentes para interrogar e descrever-analisar nosso objeto. Aproximamo-nos daqueles pensamentos que nos movem, colocam em xeque nossas verdades e nos auxiliam a encontrar caminhos para responder nossas interrogações (Meyer; Paraíso, 2012, p. 18).

A partir das lições das autoras, construímos a pesquisar a partir da metodologia apresentada.

2 METODOLOGIA

Buscamos problematizar a discussão do ensino de História, e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com atenção ao entendimento da História, compreendida aqui não como uma sucessão de fatos, mas sim como feito do exercício de pensar rupturas e descontinuidades para potencializar discursos antes silenciados ou que outros pesquisadores deixaram escapar.

Esta investigação está amparada por um referencial teórico que começa apresentando uma pesquisa bibliográfica com pesquisadores que nos alertam sobre a importância da História da África na busca do entendimento da sociedade brasileira. O referencial foi dividido em três partes: a primeira, a *População Negra na História do Brasil*, se inicia com um balanço bibliográfico sobre como a população negra é apresentada em nossas escolas e a necessidade de repensar o negro como figura central na construção do país.

A segunda parte, *A Lei 10.639/03 e o Ensino de História, e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, apresentou uma análise documental e bibliográfica de percursos possíveis para esse repensar da participação da população negra na edificação da nação. Finalmente a terceira parte, *a Análise das reflexões de pesquisadoras negras brasileiras e africanas*, possibilitou com uma pesquisa bibliográfica problematizar e refletir sobre o que ainda podemos revisar sobre o ensino de História e História da África em nossas escolas.

2.1 População Negra na História do Brasil

Considerando parte da documentação, é preciso cuidado com a visão universal que até aqui impõe uma visão eurocêntrica do mundo. Henrique Cunha Jr nos alerta sobre essa imposição:

As ideias de ocidente e cultura ocidental são utilizadas como parte da denominação cultural. No trato dado ao universal, desaparecem as especificidades, ficam as categorias gerais, que são as da cultura greco-romana, judaico cristã. Essas culturas fundamentam o eurocentrismo. E desconhecem como relevantes as expressões de africanos e afrodescendentes (Cunha Jr, 2005, p. 254).

O cuidado com a não generalização deve ser observado nas aulas e nos materiais utilizados, como continua Cunha Jr (2005, p. 254) sobre a “colocação de africanos no campo exótico, do precário, do incompleto porque professores partem de um imenso desconhecimento sobre África”.

Amauri Mendes (2005, p. 41) ressalta ainda sobre a dificuldade e o bloqueio ao aprender História diante da apresentação do continente africano arraigado de preconceitos:

Aprender história é um exercício por vezes difícil, onde contracenam o real e o imaginário. O bloqueio à imaginação é o exato oposto do que fazer para conceber e vivenciar a cultura de consciência negra na escola. Não se pode, contudo, esperar que se desintegram os sentidos instituídos – a naturalização dos preconceitos arraigados no imaginário social e que transversalizam os conteúdos e procedimentos didáticos – apenas pela vontade e clarividência dos “puros de coração” (Mendes, 2005, p. 41).

Estudantes compartilham em sala do imaginário, presente em nosso país, sobre a inferioridade de culturas e sociedades do continente africano. Diante desse desafio, precisamos reconhecer a relevância de estudar a História da África para conquistarmos sucesso ao repensarmos a escrita de planejamentos e projetos de pesquisa. Discutir com estudantes a História da África e de africanos exige de professoras/es a disponibilidade para análise e busca de referencial que questione a imposição de leituras eurocêntricas e por isso promoverá também o combate ao racismo. O professor Anderson Ribeiro Oliva (2007, p. 7) reflete o exercício cotidiano:

[...] na abordagem da História em nossos bancos escolares defendemos que uma das primeiras iniciativas que devem ser adotadas para o ensino da História africana refere-se justamente à tentativa de identificação das representações imaginárias que os estudantes carregam sobre o continente e suas populações (Oliva, 2007).

Na história nacional há um exame supérfluo acerca dos negros e sua participação na trajetória brasileira, pois o que é costumeiramente retratado diz respeito à escravidão e seu fim. Dessa forma, o negro perde visibilidade histórica e passa a ser visto como sujeito de pouca participação na construção do país. Entende-se, assim, o abandono histórico do negro, porque a história brasileira é descrita por meio do olhar de quem domina: o sujeito branco e europeu. Quando não se permite que a história de um povo tenha visibilidade, há o impedimento de que as próximas gerações reconheçam suas origens, sua etnia e sua nação.

Sem uma memória positiva, sem conhecer figuras de destaque do seu povo, às conquistas importantes no campo das artes, das ciências, as crianças negras têm muita dificuldade em formar uma imagem positiva de seus iguais. Consequentemente, não formam uma imagem positiva sobre o grupo negro e acabaram por reproduzir o preconceito em casa (Bento, 2004, p. 45).

Não era raro que o negro fosse retratado como inferior mentalmente, sem capacidade política e social. A elite brasileira construiu uma imagem negra bastante atrelada à inferioridade quando comparada aos brancos. Além disso, relações e comparações entre negros e animais, como macacos, eram

frequentes entre os séculos XIX e XX. Muitos jornais e revistas faziam essa animalização, buscando representar o negro como irracional e submisso.

É um corpo cuja representação está associada ao que há de mais caricato, como se ele existisse justamente para demonstrar o contrário do humano. O corpo negro amedronta, porque a ele foi atribuída uma noção de força que se sobrepõe ao intelecto. Esse mesmo corpo provoca risos, porque sua leitura está vinculada a comparações que o animalizam (Inocêncio, 2006, p. 186).

Ao representar o corpo negro, há sempre algumas místicas que indicam certa anormalidade. Os traços do rosto, o caminhar e a cor da pele são retratados como se o negro fosse uma aberração. Além disso, ao associar negros a animais há a indicação de domesticação.

2.2 A Lei 10.639/03 e o Ensino de História, e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Com a aprovação da Lei 10.639/03, foi alterada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da presença da temática História, e Cultura Afro-brasileira e Africana. Essa legislação é considerada um marco, pois movimentou estudantes, escolas e universidades que pararam, diante de situação ainda não pensada, ao perceberem que as licenciaturas não se dedicavam ao ensino e à pesquisa do continente africano.

Será um ótimo começo o estudo da produção intelectual de pesquisadores que tencionam e movimentam o ensino de História da África anteriormente negligenciado e silenciado. Para uma reflexão assertiva com estudantes, torna-se interessante uma aproximação com as novas perspectivas epistemológicas de matrizes africanas. O professor Julvan Moreira de Oliveira (2013, p. 42) aponta nomes de alguns pensadores africanos e afrodescentes ainda desconhecidos que valerá a pena o investimento para a pesquisa:

Amadou Hampâté Bá, Booker Taliaferro Washington, William Edward Burghardt Du Bois, Léopold Sedar Senghor, Paulin Hountondji, Hallen, Boubou Hama, Oumar Ba, Joseph Ki-Zerbo, Cleik Anta Diop, Adu Boahen,

Kwane Anthony Appiah, Wande Abimbola, Kabengele Munanga, Severino Elias Ngoenha, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, Deoscóredes Maximiliano dos Santos (mestre Didi), Emanuel Araújo, Abdias Nascimento, Lélia Gonzales, Conceição Evaristo, Valter Roberto Silvério e tantos outros (Oliveira, 2013, p. 42).

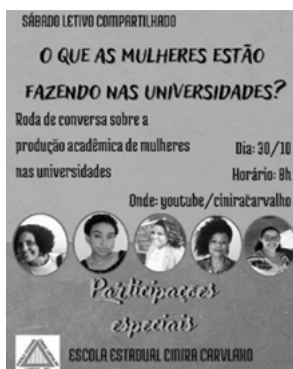
Busca-se, então, abandonar o pensamento racista e etnocêntrico, desalienando o ensino e o aprendizado. Inicialmente, há uma tentativa de explicar que a identificação negra não é limitada a características físicas, é, além disso, uma escolha política.

2.3 Análise das reflexões de pesquisadoras negras brasileiras e africanas

Depois da seleção da equipe de estudantes para a composição do projeto de Iniciação Científica, vislumbrou-se a necessidade de envolvimento de toda a escola e comunidade com um convite para a participação em uma roda de conversa com o intuito de apresentar a pertinência da pesquisa.

A roda de conversa foi realizada em um sábado letivo e movimentou participantes da nossa escola e de outras escolas no entorno, universidades e coletivos, instigando estudantes para a reflexão e a construção de uma educação antirracista no cotidiano escolar.

Figura 1: Cartaz de roda de conversa



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na roda de conversa, professoras pesquisadoras apresentaram pesquisas realizadas e em andamento. Compartilharam desafios e enfrentamentos vivenciados como pesquisadoras que tratam de questões raciais, identidades. As temáticas tratadas foram: educação de negras e negros, letramento racial, pesquisas em escolas públicas, autodeclaração e cotas raciais, literatura e escritas de mulheres negras.

Animadas/os com o burburinho da roda de conversa, iniciamos os trabalhos na semana seguinte com a leitura do livro *Pequeno Manual Antirracista*, de Djamila Ribeiro. Cada estudante ficou responsável por ler e fazer o resumo de um capítulo do livro para em uma posterior reunião, em que iríamos compartilhar com os demais participantes. Assim, os estudantes puderam conhecer a obra da autora e levantar alguns pontos para discussões em grupo, selecionar dados para pesquisa e propor ações em nossa escola. Orientadas/os pela leitura de Djamila Ribeiro, refletimos: “A ação antirracista é urgente e se dá nas atitudes cotidianas” (Ribeiro, 2019). Com Djamila Ribeiro, seguimos repensando: “A noção de que o racismo é um sistema de opressão que nega direitos e não um simples ato voluntário individual que vem se solidificando nos últimos anos” (Ribeiro, 2019).

De acordo com esses estudos, pode-se perceber a apropriação do conhecimento dos estudantes a partir da leitura. No início foi perguntado se houve algum desafio nesse processo, e os estudantes relataram que o livro possui uma escrita de fácil compreensão, o que permite que diferentes pessoas possam se apropriar do que está escrito sem grandes dificuldades. Dos relatos, os mais recorrentes estão relacionados à taxa de mortalidade das pessoas negras no Brasil e a questão do racismo estrutural.

O Atlas da Violência de 2018, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelou que a população negra está mais exposta à violência no Brasil. Os negros representam 55,8% da população brasileira e são 71,5% das pessoas assassinadas. Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de indivíduos não negros (brancos, amarelos e indígenas) diminuiu 6,8%, enquanto no mesmo período a taxa de homicídios da população negra aumentou 23,1%. Segundo dados da Anistia Internacional, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil, o que evidencia que está em curso o genocídio da população negra, sobretudo jovens (Ribeiro, 2019, p. 45).

Além disso, alguns estudantes disseram que se identificaram com situações descritas no livro. Como exemplo, temos diversos colegas no ambiente escolar que se dizem não racistas, mas o que não compreendem é que a questão mais importante é o posicionamento em relação ao racismo que não é concreto. Ribeiro ainda acrescenta: “O que está em questão não é um posicionamento moral, individual, mas um problema estrutural. A questão é: o que você está fazendo ativamente para combater o racismo?” (Ribeiro, 2019, p. 8).

Entende-se que as pessoas admitem haver realmente racismo no Brasil, mas dificilmente alguém se assumiria em tal posição. A primeira reação de uma grande maioria é negar a possibilidade de ser racista, justificando alguns comportamentos cotidianos, como cita a mesma autora “Claro que não, afinal tenho amigos negros”, “Como eu seria racista, se empreguei uma pessoa negra?”, “Racista, eu, que nunca xinguei uma pessoa negra?” (Ribeiro, 2019, p. 37). Quando se consegue perceber o racismo como algo arraigado em nossa sociedade, entende-se que essas respostas são infundadas e sem efeito. Fomos criados em uma sociedade racista. Esta é uma batalha que não se deve esmorecer e sim torná-la cada dia mais intensa e constante.

O racismo escolar é um fator importante no agravamento da problemática enfrentada, principalmente entre as meninas negras. Segundo Ribeiro, “O mundo apresentado na escola era o dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido”. Ela ainda acrescenta: “Eu reparava que minhas colegas brancas não precisavam pensar o lugar social da branquitude, pois eram vistas como normais: a errada era eu” (Ribeiro, 2019). Tendo como modelo central a sociedade “branca”, as meninas negras se sentiam fora do padrão estereotipado imposto pela sociedade brasileira europeizada. Nesse contexto, muitas meninas negras se neutralizam para não sofrerem ainda mais com a violência do racismo à sua volta. Seus cabelos principalmente eram motivo de grande parte desse ambiente opressor. Eram duramente amarrados para não expressar seu volume.

A pesquisadora Grada Kilomba (2019, p. 121) nos fala da invasão do corpo negro: “Eu realmente odiava quando as pessoas tocavam meu cabelo. Eu me sentia como um cachorro sendo acariciado... como um cachorro sendo tocado. Eu não sou um cachorro, sou uma pessoa”. Assim, é possível compreender que é necessário que se fale muito mais a respeito de todos os aspectos estruturais que enfatizam o racismo entre todos nós. “A diferença é utilizada como uma marca para a invasão. Ser tocada, assim como ser interrogada, é uma experiência de invasão, uma violação” (Kilomba, 2019, p. 121)

Entre as meninas negras e brancas é muito comum ouvirmos a frase “nossa, como seu cabelo é bom!”, enquanto a menina branca responde: “É nada! Não consigo fazer o penteado que gosto”. Nesse diálogo, é possível perceber que a menina negra acredita fielmente que o cabelo da menina branca seria o ideal, enquanto a menina branca com seu cabelo fino e sem volume gostaria de poder modificá-lo e não consegue. Por essa razão, o empoderamento feminino é importante para vencermos a luta contra a neutralidade entre raça, etnia, cor e gênero. Precisa-se de políticas públicas que façam valer o direito de espaço em todos os diversos ambientes sociais, inclusive o escolar. É importante que valorizem e sejam disponibilizados acervos de leituras para todos os níveis de aprendizagem, materiais de personalidades históricas para conhecimento dos estudantes. Trazer o conhecimento, bem como a grande influência cultural que muitas personalidades negras trouxeram para o nosso país, desde tratamentos para doenças letais até mesmo a construção de naves que ultrapassaram a atmosfera e conquistaram o espaço.

Seguimos com a pesquisa explorando as orientações da pesquisadora nigeriana, referência nos estudos de África, Chimamanda Ngozi Adichie, que nos alerta sobre quão “impressionáveis e vulneráveis somos, face a uma história, principalmente quando somos crianças. [...] É assim que se cria uma única história. Mostre um povo uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão...” (Adichie, 2019).

2.4 Visitando Museus

Visitamos três museus localizados na cidade de Belo Horizonte/MG: Museu de Artes e Ofícios, Memorial Minas Gerais Vale e MM Gerdau - Museu das Minas e do Metal. Os estudantes trouxeram relatos bem otimistas dessas visitas.

Nos três espaços escolhemos roteiros que tratam de Africanidades, e dividimos com as coordenações dos museus nosso interesse pela produção e luta de mulheres negras. No Museu das Minas e do Metal, a orientação foi muito atenta e compartilhou conosco o trabalho sobre “Mulheres Sensacionais”, principalmente as cientistas negras.

Um relato marcante sobre essas visitas foi terem visto no Museu de Artes e Ofícios uma balança que era utilizada para pesagem dos escravizados, para que pudessem ser vendidos. Percebeu-se nessa visita o quanto a população negra sofreu na época da escravidão e puderam relacionar com as dificuldades dos dias atuais, visto que temos reflexos desse período ainda hoje, ficando em evidência as raízes da construção do racismo estrutural em nosso país.

3 RESULTADOS

A construção de um pensamento antirracista pode movimentar a sociedade e unir as lutas que repensam todas as formas de segregação e separação de corpos. Docentes repensam as lutas que deveriam ser travadas num entrelaçar de resistências. A professora Nilma Lino Gomes (2017) nos convida a repensar as fronteiras que nos impedem de construir comunicação e cumplicidade:

A arrogância construída dentro do próprio campo progressista que consegue estabelecer hierarquias entre as lutas sociais, considerando umas mais válidas do que as outras. Dela decorre o medo de que a diversidade de movimentos, grupos progressistas e suas demandas desarticule os objetivos considerados maiores pelos poderes hegemônicos do próprio campo da esquerda. Esse tipo de postura só nos leva ao desperdício da experiência democrática e provoca ainda mais divisões (Gomes, 2017, p. 124).

Buscando a fluidez das fronteiras e inspiradas na atuação diferenciada em um Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial, todas essas interlocuções, nos vários espaços que escolhemos atuar, objetivam estranhar o que é considerado normal e provocar pensamentos, tensionar o cotidiano e exercer a positividade do poder (Foucault, 1977). Se, onde há poder, há possibilidade de resistências conforme Foucault, este é o nosso exercício: provocar, criar fissuras, tentar instalar outras práticas.

Com atenção às orientações da professora Nilma Lino Gomes (2017):

É importante compreender que as fronteiras entre os diversos movimentos sociais e ações emancipatórias não precisam ser necessariamente barreiras ou zonas de conflito. Elas podem ser pontos de contato, livre-trânsito entre os diferentes movimentos sociais, com capacidade interna e externa de mobilização, vigilância epistemológica e resistência democrática (Gomes, 2017, p. 140).

A união das lutas pode ampliar nossa capacidade de indignação para a movimentação em várias frentes que justifiquem nossas ações e promovam ampla discussão sobre temáticas silenciadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convocamos todas e todos para esse navegar, que pode fazer emergir pedagogias que fazem tensionar movimentos sociais, movimento negro e subjetividades desestabilizadoras. Consideramos que o aumento de estudos sobre temáticas negras mostra uma geração de pesquisadoras/es comprometidas/os e que tiveram a coragem de abordar os seus temas de pesquisa e de abrir campos de investigação em universidades que ainda negavam a presença de negras/os insurgentes como pesquisadoras/es negras/os brasileiras/os.

Esse avançar pode ser em meio à cumplicidade de lutas que nos apresentarão novos horizontes para a reflexão de novas emancipações. Além disso, pode possibilitar o empoderamento de jovens negras/

os, o reconhecimento nas diferentes esferas sociais enquanto seres que são, múltiplos e singulares, e que diariamente estão construindo suas subjetividades imersas na conjuntura social. Essas e esses jovens (re) existem todos os dias.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENTO, M. A. S. *Cidadania em preto e branco*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

BRASIL. *Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. D.O.U. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

CUNHA JR, H. Nós, afrodescendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, G. (org.). *História da educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 249-276.

GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

INOCÊNCIO, N. O. Corpo negro na cultura visual brasileira. *Educação Africanidades Brasil*, v.1, Brasília: CEAD, 2006.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MEYER, Dagmar Estermann, PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann, PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 15-22.

OLIVA, A. R. O espelho africano em pedaços: diálogos entre as representações da África no imaginário escolar e os livros didáticos de História, um estudo de caso no Recôncavo Baiano. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, Recôncavo da Bahia*, v. 1. 2007.

OLIVEIRA, J. M. de. Perspectivas epistemológicas de matrizes africanas e educação. In: OLIVEIRA, J. M. de (org). *Interfaces das Africanidades em Educação nas Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 41-63.

PARÁISO, A. CALDEIRA, M. C. da S. (org). *Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. 368 p.

RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

IDENTIDADE AFRO CULTURAL: MEMÓRIA, CORPOREIDADE E ANCESTRALIDADE NO BAIRRO DO CONGONHAL, NO MUNICÍPIO DE CAMBUQUIRA

Ana Júlia Amorim de Moraes¹, Caroline de Souza Matias¹, Eduarda Freitas Silva¹, Emanoelly Rosário Oliveira da Costa¹, Filipe Gabriel Rodrigues Pereira¹, Gabriel Valim Silva¹, Noemy Luz Novato¹, Thiago Madureira da Costa¹, Vittoria Meyssa Maestrello¹, Viviane da Silva Custódio¹, Saymon Pereira Orenge², Fernando Venâncio da Costa³

1 INTRODUÇÃO

Aborda-se nesta pesquisa a questão da memória, da corporeidade e da ancestralidade no bairro do Congonhal, no Município de Cambuquira, no estado de Minas Gerais. O Congonhal é uma comunidade que popularmente é identificada como remanescente de quilombolas e que mantém vínculos, mesmo que escassos, com a memória afetiva e coletiva de seus antepassados.

1 Escola Estadual Clóvis Salgado (Três Corações/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Clóvis Salgado, saymon.orenga@educacao.mg.gov.br

3 Tutor, Escola Estadual João Ribeiro da Silva, fernando.venancio@educacao.mg.gov.br

A presente pesquisa pretendeu evidenciar fatos contidos na memória popular e dar luz aos mais variados contextos que cercam a vida da comunidade e permeiam a memória do povo cambuquirense. Inspiraram-se à busca desses entendimentos, as mesmas ânsias que inspiraram os legisladores quando da criação da Lei 10.639/2003, que busca dar respostas àqueles que nunca tiveram lugar na escrita histórica, num esforço para diminuir “o silêncio dos intelectuais sobre as artes negras e a falta de matérias [...], ainda reflexo direto da forma preconceituosa como eram tratadas as tradições não europeias e não cristãs no Brasil” (Felinto, 2012, p. 9).

Esta pesquisa foi incentivada pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, através dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, já nos idos de 2021. Além disso, a educação mineira busca promover conhecimento acerca do mundo acadêmico com alunos do ensino fundamental e médio, acarretando experiências inovadoras aos alunos da rede pública de ensino. Após a compreensão das propostas, foi feita a inscrição do projeto de pesquisa, que foi aprovado e teve duração de 14 meses.

2 DESENVOLVIMENTO

Apesar da origem afrodescendente do bairro, levantamos a hipótese de que esse aspecto é pouco conhecido e discutido pela população local. Trata-se de uma lacuna, aliás, observada em todo o país. Conforme Passos e Santos (2018), a cultura africana ainda é pouco discutida no contexto educacional do país.

Analizando o contexto educacional na contemporaneidade também atestam que o currículo reverbera e persiste, pois, os conhecimentos são hegemonicamente de base eurocêntrica, contribuindo para o tratamento desigual na escolarização da população negra ao não levar em conta as histórias e culturas afro-brasileiras e africanas (Passos; Santos 2018, p. 3).

Barbosa (2019) entende que a EJA é uma oportunidade para se trabalhar as questões de inclusão social e o processo histórico da população

negra, que ainda é a classe mais afetada pelo colonialismo materializado que nega os saberes e os fazeres das produções afro-brasileiras. A esse respeito é relevante “[...] uma pedagogia que potencialize os aprendizados da nossa ancestralidade africana, algo que não vemos muito acontecer” (Petit, 2015, p. 108). Portanto, vemos na EJA, mas também na Educação Básica regular, uma oportunidade de desenvolvimento da temática.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é muito importante que a escola, como todos nós cidadãos, e em todas as esferas, lute por uma sociedade que seja igualitária. Nesse sentido,

[a] escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, à registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, à conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (Brasil, 2004, p. 15).

Percebe-se que a cidade de Cambuquira, mesmo tendo sua história iniciada com os negros, ainda vive episódios de racismo e discriminação. Percebe-se esses fatos devido à forma de tratamento interpessoal e também nas relações sociais na escola e nos locais públicos, tais como jogos, festas populares, brincadeiras e jogos infantis nas comunidades religiosas.

2.1 Breve história da cidade de Cambuquira

A origem da cidade foi no atual Largo de São Francisco, onde existia uma fazenda, a Boa Vista, deixada de herança, para os escravos, pelas irmãs Ana, Joana e Francisca da Silva Goulart na primeira metade do século XIX. A descoberta de fontes de água mineral na propriedade atraiu muitas pessoas em busca de propriedades terapêuticas da água e, em 1861, a Câmara Municipal de Campanha efetuou a desapropriação das terras, considerando-as de utilidade pública. O local foi liberado para visitação, o que estimulou o desenvolvimento do povoado nos arredores.

Em 1872, fundou-se o Arraial de Cambuquira, erigido em Distrito pertencente à Campanha. Em 1894, foi inaugurada a estrada de ferro, levando progresso e expandindo a população. Cambuquira foi decretada Município pelo Decreto nº 2.528, no dia 12 de maio de 1909, tendo como primeiro prefeito Raul de Noronha Sá. Nas décadas seguintes, o turismo na cidade desenvolveu-se em ritmo intenso, levando-a ao título oficial de estância hidromineral em 1970 (Cambuquira, site oficial)⁴.

2.2 Breve história do bairro Congonhal

Acerca do bairro do Congonhal, pouco se sabe das origens da povoação local. O que se sabe é que os negros ali instalados eram oriundos das fazendas da região, onde foram escravizados e explorada sua mão de obra. Há notícias de que o cemitério que havia na região, e a igreja presente até hoje no local, era do período dos escravos onde atualmente é conhecido como bairro das Congonhas. Hodiernamente, a localidade fora dividida em duas, com uma comunidade à esquerda, chamada de Congonhas, e outra localidade, à direita, chamada Congonhal. As duas comunidades mantêm laços afetivos e históricos, além de manter tradições e vínculos com sua origem.

2.3 Metodologia e análises

Os primeiros passos para pesquisar a comunidade de Cambuquira foram as buscas por fundamentos bibliográficos e a realização de entrevistas com representantes da população local. De outubro de 2021 a maio de 2022, ocorreu o processo de coleta de dados por meio de entrevistas e alguns registros encontrados. Os alunos-pesquisadores foram divididos em equipes, alguns alunos ficaram responsáveis pelas entrevistas que

⁴ Disponível em: <https://cambuquira.mg.gov.br/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

foram gravadas, outros alunos realizaram a transcrição dessas entrevistas. Outra equipe ficou responsável pela pesquisa e coleta de registros no livro de *Tombo da Paróquia de São Sebastião*, em Cambuquira, e nos livros *Casos, Causos e Acasos de Cambuquira* e *Um dedo de Prosa sobre Cambuquira*, da escritora Sueli Lindalva Fonseca de Vilhena, publicados respectivamente nos anos 2007 e 2012.

O processo de entrar em contato com os entrevistados, de alguma forma, ajudou a enriquecer o trabalho, com o conhecimento sobre a localidade, os moradores mais velhos ou ex-moradores da comunidade. Ao longo de cada entrevista realizada, a cada bate-papo, e tempo dedicado a ler os livros, encantou-nos a busca pela história do bairro do Congonhal. Descobriram-se fatos interessantes que puseram luz em alguns pontos desconhecidos da história do município, bem como da comunidade. Nesse ínterim, foram entrevistados pelos alunos 06 senhores e senhoras escolhidos aleatoriamente, que receberão nomes fictícios.

Com a coletas de dados, a partir das entrevistas, constatou-se que o bairro do Congonhal é um lugar aconchegante e tranquilo para viver, na visão dos moradores, como relatado pelo senhor José Mateus:

É muito importante, porque aqui no Congonhal é onde eu criei minha família, tive meu trabalho até agora, no momento estou parado, aposentei com 53 anos pelo meu serviço, depois ainda trabalhei até 68 anos, agora trabalho apenas pra mim mesmo, mas aqui é muito importante para mim, sou muito aconchegado aqui, eu tenho tudo aqui.

A partir dos relatos, pode-se perceber ainda que o bairro do Congonhal teve origem antes da cidade de Cambuquira, e sua origem provavelmente é quilombola, como relatado pelo senhor André Figueira:

Pelo que a gente ouve e já ouviu falar que lá já foi um quilombo, alguma coisa assim, mas não tem nada explicado o que foi lá, né! Mas a comunidade que é muito unida e que faz parte mesmo dessa união, existente entre essas comunidades chamada quilombolas, né!

Segundo Carvalho (2014), Congonhas, de onde deriva o nome Congonhal, é uma palavra tupi; na Geografia define-se: “Congonha, corr.

Congói, o que sustenta ou alimenta; é a herba-matte, variedade (*Ilex congonha*)” (Sampaio, 1995, p. 198 *apud* Carvalho, 2014). “*Ochnaceas Luxemburgiaglaziioviana*, espécie ornamental dos campos de Minas Gerais: pode ser tomada a infusão das folhas como erva-mate, e por isso chamada de mate do campo” (Gregório 1980, p. 601 *apud* Carvalho, 2014).

O nome do bairro Congonhal, em alguns relatos, é trazido de uma árvore utilizada como remédio e tem o nome de “Congonhas”, como o entrevistado Edson Vasconcelos diz em seu relato: “*Que na casa da minha Mãe tinha uma árvore chamada Congonhas, que era usada como remédio e de onde originou o nome Congonhal*”.

Observou-se, de uma forma geral nas entrevistas, que o bairro do Congonhal por muito tempo foi uma comunidade preterida e só a partir de alguns anos passou por uma estruturação para que a comunidade tivesse uma melhor condição para amenizar algumas dificuldades por lá encontradas. A senhora Claudete Mariano relata as dificuldades sofridas pelos moradores:

Os moradores do Congonhal enfrentam algumas dificuldades sim, porque tem uma distância considerável da cidade até lá, e eles precisam se locomover pra trabalhar, pra ir a médicos, passeios e outras coisas. Uma dificuldade pra eles porque quando chove às vezes não tem passagem, às vezes. Eles precisam trabalhar, não tem como vir ou outros eventos. Eles precisam também de médicos, assim, acredito eu, 24 horas lá para atender as pessoas quando passam mal, aquelas situações de urgência que existem. Não tem médico, aí eles têm que vir na cidade, e infelizmente eu tenho até na minha família mesmo caso de pessoas que passaram mal e infelizmente chegaram a óbito. E às vezes a gente fica se perguntando: será que se tivesse tido um socorro ali imediato poderia ter salvado a vida dele? Então médicos, eles precisam de ambulância 24 horas, eles precisam de lazer, mas lazer precisa de comércio em geral, por exemplo, acesso a supermercado, padaria, essas coisas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, nota-se que Cambuquira precisa fomentar discussões sobre as raízes afrodescendentes que possui, Precisa ainda combater, através do desenvolvimento de ensino-aprendizagem cultural, todas as questões que envolvem o preconceito racial e o desconhecimento

sobre a sua ancestralidade. Recomenda-se trabalhar a lei onde se fala do ensino da História da África e História Indígena, sendo que em Cambuquira nunca houve um movimento nesse sentido.

Trabalhar a questão da África e sua relação com nosso país, nosso estado e nossa cidade é urgente, porque o município foi construído através de uma miscigenação sociocultural, assim como o Brasil. É importante conscientizar as pessoas sobre a relevância dos negros na história e seus movimentos, um exemplo são as Congadas no município. Muitas vezes, a Congada é vista só como festa, onde as pessoas vão para se divertir, sem conhecer a história e a representatividade do evento.

Outro exemplo que pode ser citado é a ocorrência de religiões de matrizes africanas (Candomblé, Umbanda), que têm representação expressiva em Cambuquira. Contudo, os praticantes ainda parecem ter receio de dizer que são adeptos ou trabalham com candomblé ou umbanda..

Aprendemos com esta pesquisa, ainda, a nos comunicar melhor com as pessoas, pois certas dificuldades eram presentes antes da pesquisa. Verificou-se fatos que aconteceram no passado da cidade que não eram de conhecimento difundido, como a Congada de Cambuquira, que a comunidade tem a ideia de que ela se originou no Congonhal, mas lá não é realizada mais. O movimento mais forte no Congonhal, hodiernamente, tem sido a romaria a Nossa Senhora Aparecida, que acontece todos os anos no dia 12 de outubro, saindo de Cambuquira para o bairro do Congonhal.

Importante ressaltar que não existe uma história do povo brasileiro e uma história dos povos afro-brasileiros. Na verdade, trata-se de uma única história, de um único povo que em seu seio possui a grandiosidade de suas singularidades étnicas e culturais. Desse modo, é de extrema urgência que o que já se encontra posto em nossas legislações, nos diversos níveis e segmentos, faça-se de fato em cada espaço, para que haja o desenvolvimento de uma identidade coletiva nacional que seja capaz de conhecer, reconhecer, respeitar e valorizar as peculiaridades de cada etnia que constitui um só povo. O povo

brasileiro. Para que nenhum povo tenha medo, receio ou vergonha de verbalizar e praticar suas tradições.

Desse modo, consideramos que o debate acerca desse tema está muito distante de ser esgotado, e que novas pesquisas são necessárias para se aprofundar e levar ao reconhecimento da identidade da comunidade Congonhal como remanescente de quilombo. Por ora, consideramos que o propósito da pesquisa foi alcançado ao levantar as reflexões que suscitaram esse tema tão importante e caro para a que a história da comunidade seja de fato conhecida, como de fato ela foi, e é.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. S. A educação de Jovens e Adultos na perspectiva da formação humana: desafios no contexto das relações flexíveis de trabalho. *Revista Ibero-Americana de Estudos e Educação*, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 63-76, 2019.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

CARVALHO, F. de A. *Entre a Palavra e o Chão: Memória Toponímica da Estrada Real*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014.

FELINTO, R. *Culturas Africanas e Afro-Brasileiras em Sala de Aula: saberes para professores fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

PASSOS, J. C.; SANTOS, C. S. A educação das relações étnico-raciais na EJA: entre as potencialidades e os desafios da prática pedagógica. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 34, p. 1-28, 2018.

PETIT, S. H. *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e professores – contribuições do legado africano para a implementação da Lei 10.639/03*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SAMPAIO, T. *O Tupi na Geografia Nacional*. Salvador: Fundação Gonçalo Moniz, 4. ed., 1955.

NEGRITUDE, IDENTIDADE E CULTURA: DA NEGAÇÃO INDIVIDUAL À CONSCIÊNCIA COLETIVA

Gabriel de Souza Teodoro¹, Maria Vitória Alves Reis¹, Nataliane Martins Gomes da Silva¹, José Irineu Alves Pereira¹, Marcela de Fátima Amorim¹, Gabrielly Ferreira Dias¹, Glenda Evellyn de Souza¹, Isabelle Coelho Nascimento¹, Rosemeire Cândida Dias¹, Albert dos Reis Ceia², Fernando Venâncio da Costa³

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem origem na observação de que a Escola Estadual João Xavier da Costa (situada à Rua Felipe Dias, nº 01, Engenho da Serra, na zona urbana do município de Manhuaçu, do estado de Minas Gerais, CEP 36.902-392), no Censo Escolar de 2019, possuía, até aquele momento, 615 alunos matriculados distribuídos do ensino fundamental I até o ensino médio. Desses 615 alunos, a autodeclaração de cor/raça foi de 9% preta (+/- 56 alunos, 3 alunos por turma). O confronto desses dados com o conhecimento sobre o cotidiano escolar e sobre a

1 Escola Estadual João Xavier da Costa (Manhuaçu/MG).

2 Orientador, Escola Estadual João Xavier da Costa, albet.ceia@educacao.com.br

3 Tutor, Escola Estadual João Ribeiro da Silva, fernando.venancio@educacao.mg.gov.br

comunidade escolar atraiu a atenção para o baixo número de pessoas que se autodeclararam pretos.

Essa constatação apoia na observação da realidade e nas reflexões coletivas e discussões do corpo docente e pedagógico, a partir das quais se identificou que em situações de conflito e desrespeito, inúmeros alunos negam não só a negritude, mas também o pertencimento coletivo, evidenciando a negação da identidade e a busca por um afastamento em relação à imagem negativa que se construiu no imaginário social em torno do “ser negro”. Cabe ressaltar que a autodeclaração de cor/raça, é livre, mas essa liberdade somente se manifesta a partir da apropriação consciente que não só permeia, mas que atravessa a construção história das identidades, principalmente da população negra.

Sobre isso, Munanga (2015) afirma que,

Se o processo de construção da identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e “outros”, não creio que o grau dessa consciência seja idêntico entre todos os negros, considerando que todos vivem em contextos socioculturais diferenciados (Munanga, 2015, p. 02).

O mesmo autor nos alerta, no entanto, que a resposta para a pergunta, “Afinal, quem é negro?”, não pode ser dada com base em um único critério racial, mas recobre uma realidade muito mais densa, englobando “fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político ideológicos e raciais” (Munanga, 2015, p. 15). Corroborando com Munanga (2015), Menezes (2014) aponta que,

Pensar em identidade, ou identidades, significa refletir sobre os laços intra e extra grupos, o processo de definição de pertencimento e diferença, a produção simbólica e material de fronteiras. Dessa forma, as ciências sociais apresentam a noção de identidade, assim como o processo de identificação, como um dos grandes focos de análise e debate (Menezes, 2014, 69).

Nesse sentido, nosso estudo é relevante na medida em que busca identificar e discutir, no contexto da E. E. João Xavier da Costa, quais são

os marcadores identitários presentes e ausentes nos momentos em que um indivíduo se autodeclara negro ou pardo. Essa identificação e discussão têm o potencial não só de emancipação da comunidade escolar em relação à negritude, mas também o potencial de transpor os muros da escola, alcançando toda a comunidade escolar, a partir da concepção de escola como elemento de transformação da sociedade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho teve como objetivo geral discutir os marcadores identitários presentes na autodeclaração de cor/raça do censo escolar, a fim de compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes em relação à “identidade negra”, de forma a adotar políticas afirmativas em relação a esse grupo social.

2.1 Público-Alvo

O Projeto pretendeu alcançar toda a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários e entorno). Para isso, mobilizamos uma concepção de escola baseada na representação de Saviani (2021):

Considerando-se que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, cabe entender a educação como um instrumento de luta. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação. A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: um momento negativo que consiste na crítica da concepção dominante; e um momento positivo que significa: trabalhar o senso comum de modo que se extraia o seu núcleo válido (o bom senso) e lhe dê a expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada [e justa] aos interesses populares (Saviani, 2021).

Dessa forma, a escola não é uma ilha da sociedade, não é uma parte isolada da comunidade, mas é parte integrante e atuante na comunidade, acolhendo sua diversidade, suas demandas, suas contradições, discutindo-as, problematizando-as e contextualizando-as,

devolvendo-as à sociedade na forma de um saber elaborado, não disponível fora dela. Esse saber tampouco é isolado ou neutro, mas é contextualizado e situado politicamente a partir de uma visão de mundo melhor e mais justa para todos.

O desenvolvimento desta pesquisa passou por grandes dificuldades para ser realizado, haja vista a necessidade de substituição de pesquisadores por mais de uma vez, seja pelo abandono escolar ou pela necessidade dos alunos de trabalharem nos horários em que não estão na escola. Foram realizadas, inicialmente, reuniões através de um grupo no *WhatsApp* e, mais tarde, a marcação de horários variados, com pequenas parcelas do grupo, no próprio ambiente escolar, utilizando-se de horários vagos e do contraturno.

A partir de fevereiro, foram ministradas aulas sobre metodologia científica, pois percebemos esse conhecimento como fundamental para que pudéssemos desenvolver a pesquisa cientes dos princípios sob os quais deveríamos trabalhar. O programa utilizado como base foi o da disciplina de Metodologia Científica, da Universidade Estadual da Paraíba, cuja carga horária total prevista é de 60 horas e cujo conteúdo divide-se em: conhecimento e saber; conhecimento científico e outros tipos de conhecimento; principais abordagens metodológicas; contextualização da ciência contemporânea; documentação científica; tipos de trabalhos acadêmico-científico; tipos de pesquisa e aplicações práticas. Utilizando esse modelo, selecionamos textos sobre o tema e os adaptamos para a melhor compreensão dos pesquisadores.

Nessas aulas, foram apresentados os elementos teóricos e conceituais de metodologia científica, de modo a possibilitar a construção de um exercício do fazer científico, nos levando a compreensão da existência de saberes diversos, cuja interpretação e interação geram produções simbólicas que buscam explicar racionalmente a realidade. Buscamos trazer a compreensão de que o processo de elaboração do saber científico é racional, metódico, sistemático e suscetível à verificação, não havendo produção científica sem o uso do método científico.

Ao longo do ano, também buscou-se conscientizar os alunos da importância da leitura crítica, bem como a conscientização da necessidade de selecionar o material bibliográfico a fim de ampliar os conhecimentos, prática necessária à realização da pesquisa. Dessa forma, ao longo dos meses, selecionamos autores que abordam o tema da micro-história, da negritude, da territorialidade, da invisibilidade social e do racismo estrutural, a fim de fundamentar os conceitos que guiaram a elaboração deste trabalho. Nesse período, os encontros do grupo foram usados para analisar as obras e selecionar textos relevantes para fundamentar nossa pesquisa. Também foram apresentados vídeos sobre os temas acima mencionados, a fim de reforçar e facilitar a absorção dos conceitos estudados.

Os conceitos de história vista de baixo e micro-história foram escolhidos como embasamento teórico da pesquisa, tanto devido à formação do orientador quanto aos conceitos buscarem dar visibilidade à massa populacional invisibilizada, possibilitando a exploração das estruturas sociais e experiências nas quais as minorias inserem.

Utilizamos dos encontros, posteriormente, para delimitarmos o objeto de estudo e determinar o fato a ser investigado. Assim, estabelecemos a Negritude como tal; sendo o autorreconhecimento fenômeno manifesto desse fato. O sujeito sobre o qual ele se manifesta é o bairro Engenho da Serra. O tema estabelecido com base nesses elementos foi a Consciência da Negritude no Bairro Engenho da Serra.

Osório (2003) destaca que, no Brasil, a discriminação racial está relacionada com a presença de traços e marcas aparentes. Portanto, para formar a classificação de negros, é comum que seja somada a população preta à população parda para a formação de um grupo. Ainda, segundo o autor, a agregação de pretos e pardos em designação como negros se justificam estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos, e, teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por esses grupos, serem da mesma natureza. “Ou seja, é pela sua parcela preta que os pardos são discriminados” (Osório, 2003, p. 24).

Iniciamos o estudo do nosso sujeito pela busca de estabelecer a história do bairro, seus limites e sua população. A pesquisa, produzida por alunos da própria escola, no ano de 2017, buscou dados secundários junto a fontes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Casa da Cultura da cidade de Manhuaçu, a Prefeitura Municipal, o Posto de Saúde do bairro e o SAAE. É importante pontuar que a utilização de pesquisa anteriormente produzida pela própria escola reforçou nos alunos a percepção de que, na ciência, um novo conhecimento é sempre desenvolvido com base em estudos anteriormente produzidos.

A utilização dessa pesquisa deveu-se à constatação de que a situação da discrepância que os dados oficiais sobre o bairro Engenho da Serra apresentam não se alteraram, com base na consulta às fontes anteriormente citadas, uma vez que a prefeitura municipal nunca estabeleceu as regiões administrativas e o bairreamento com seus respectivos limites oficiais, tornando o IBGE incapaz de estimar a população específica do bairro. A mesma dificuldade se apresentou em relação aos dados obtidos no SAAE e no posto de saúde do bairro, uma vez que, enquanto o primeiro estabelece um total de 391 economias existentes no bairro, sendo esse o número oficial de residências e estabelecimentos comerciais que utilizam o fornecimento público de água, o segundo registra um total de 1203 famílias atendidas pelo serviço de saúde local.

Dessa forma, na pesquisa realizada pelos estudantes em 2017, conforme recomendação do escritório regional do IBGE, foi realizada uma contagem residencial do bairro, a fim de estabelecer números confiáveis para o propósito da pesquisa. Também foi possível estabelecer os limites do bairro através da identificação dos endereços de correspondência limítrofes identificados como Engenho da Serra. Complementamos essas informações com depoimentos de antigos moradores e demais membros da comunidade. Durante a pesquisa de campo, o número de residências ocupadas, contabilizado no bairro do Engenho da Serra, chegou a um total de 1155 moradias, divididas por 9 ruas.

Seguindo o método da Amostragem Aleatória Estratificada (A.A.E.), para fins de pesquisa, o bairro foi dividido em quatro setores, cuja amostragem, arredondada para cima, foi de 116 casas. Ou seja: 30 casas do primeiro setor, 29 casas do segundo setor, 21 casas do terceiro setor e 36 casas do quarto setor. Em cada casa foram colhidas informações sobre raça, escolaridade, renda e moradia por meio de questionário padrão de Censo Demográfico, fornecido pelo IBGE.

Ao estudarmos o relatório, tomamos ciência da constatação feita por seus antecessores de que as condições socioeconômicas parecem influenciar a autoclassificação. Visto que, pessoas com diferentes níveis econômicos, mas características raciais semelhantes, se autoclassificam de forma distinta em uma associação de branquitude e negritude com o status econômico.

A fim de averiguar o reflexo de tal situação na escola, e identificar as perspectivas dos alunos sobre o assunto, desenvolvemos atividades com outros alunos, nos quais foram discutidos os conceitos previamente estudados, tais como identidade e negritude. Buscamos trazer a apresentação dos alunos que participavam de aulas de capoeira para que pudessem falar sobre a atividade e suas origens.

Peças de teatro e fantoches também foram realizadas, as histórias traziam conceitos da cultura negra e da vida em comunidade, bem como de relações raciais. Chamou a atenção nessa atividade a representação de uma versão do mito da Medusa, na qual a personagem título foi interpretada por duas alunas, sendo uma branca, antes de sofrer a violência da qual derivou sua posterior maldição, e outra negra, quando se torna estigmatizada e relegada ao ostracismo. A interpretação foi baseada na origem da palavra ‘denegrir’, do latim “tornar escuro”, associando-a à questão racial. Dessa forma, a visão apresentada é a de que, embora a condição da mulher na sociedade, em geral, seja de fragilidade, as condições às quais uma grande parcela da mulher negra é submetida é ainda mais complicada, devido ao preconceito racial e às condições econômicas. Assim, Medusa, ao ser destituída de seus privilégios, igualou-se a uma mulher negra e pobre.

Trabalhamos ainda a produção de tiras de quadrinhos sobre o tema, em que os estudantes apresentaram a percepção pessoal sobre as vivências, de modo que pudessem ser analisadas pelos pesquisadores e comparadas com a bibliografia estudada e os dados fornecidos pela pesquisa documental. Muitos desses trabalhos referiam-se a sonhos relacionados a esportes e situações de conflito com identidade, costumes, comportamentos e roupas. Interessante observar a reprodução de termos pejorativos e de injúria racial entre os próprios estudantes negros, reforçando a ideia de racismo estrutural. Chamou a atenção a postura de um aluno negro que disse não querer fazer uma história sobre personagens negros porque não gosta de desenhar favelas.

Ocorreram ainda palestras sobre representantes da comunidade, de origem negra, cuja formação deu-se na própria escola e que se destacam em suas áreas de atuação, de modo a refletir sobre as dificuldades, as realizações e a afirmação de sua identidade, bem como estimular os alunos em geral a seguir seus exemplos. Destacamos a participação de Leidiane Vila Real, cuja carreira como jogadora de futebol e contratação pelo Flamengo chamou bastante atenção, avivando as fantasias de sucesso através dos esportes; e de Thay Ruan Oliveira, que deu uma palestra sobre desenvolvimento de jogos eletrônicos que nos impressionou ao programar um jogo na nossa frente. O Comendador Fabrício Santos, convidado a participar de uma dessas palestras, apontou para a característica de baixa autoestima desses estudantes em relação a sua classe social e etnia, que os leva a duvidar de suas capacidades.

No dia 25 de outubro, viajamos à cidade de Ouro Preto, onde entramos em contato com as minas de ouro. Nessa ocasião, conhecemos as condições de trabalho às quais os escravizados eram submetidos nos 300 anos de vigência do trabalho escravo no Brasil. Nessa visita, tomamos consciência de como as condições de vida dos africanos e seus descendentes no Brasil eram difíceis, e refletimos sobre os reflexos que tal situação legou à população negra brasileira até os dias de hoje, ajudando a concretizar as ideias discutidas durante a realização da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados aos quais tivemos acesso durante a realização da pesquisa foram os seguintes: 54,84% dos entrevistados se declaram como pardos, 16,13% se identificam como pretos, o mesmo número de pessoas que se declara como branca. Um total de 12,90% se identifica como amarelos. Uma vez que o grupo negro é constituído pela somatória de pretos e pardos, temos um total de 70,93% da população do bairro pertencente a esse grupo. O número supera a média nacional de 54%.

Sobre a relação entre escolaridade e raça, temos que 20% dos declarados brancos fizeram curso superior, o que reflete a média nacional que, para os brancos é de 22,2%. Nenhum dos indivíduos que se declarou negro ou amarelo atingiu esse nível de escolaridade. 50% dos brancos fizeram o ensino médio. Já entre os que se declaram pretos, 20% não chegaram a frequentar a escola ou creche. 60% foram até o fundamental I e 20% até o fundamental II. Nenhum dos entrevistados que se declarou preto chegou ao ensino médio. 23,53% dos pardos só frequentaram o ensino elementar/creche. 23,53% estudaram até o ensino fundamental I. 23,53% até o fundamental II e 29,41% cursaram o ensino médio. Daqueles que se declaram amarelos, 25% concluíram o fundamental I, 50% o fundamental II e 25% o ensino médio. Esses dados apontam para a relação entre desigualdade racial e escolaridade.

Com relação à habitação, 100% dos brancos entrevistados possuem moradias próprias, enquanto 60% dos pardos pagam aluguel. Dentre os entrevistados que se declaram pretos, 100% pagam aluguel. Observou-se que 29.03% dos entrevistados têm de 1 a 2 filhos, 45.16% têm de 3 a 5 filhos, 19.35% de 6 a 8 filhos e 3.23% 9 ou mais. Do total de filhos dos entrevistados do bairro, 18.18% são filhos de brancos, 54.54% são pardos, 18.18% são pretos e 9.10% são filhos de amarelos. Os brancos tiveram de 0 a 4 filhos por família, os pardos de 0 a 9 filhos por família, os pretos de 0 a 3 filhos por família e os amarelos de 0 a 6 filhos por família.

23.81% recebem bolsa família, sendo que 80% são pardos e 20% pretos. Esses dados, aliados ao fato de que a totalidade dos entrevistados

que declararam receber menos de um salário-mínimo e meio são pretos e pardos, além de que 80% do comércio do bairro encontra-se nas mãos de proprietários que se declaram brancos, demonstra uma grande desigualdade econômica entre as raças, dentro da comunidade

Em relação aos resultados, concluímos que as condições socioeconômicas parecem influenciar a autoclassificação das pessoas como brancas, negras ou pardas, uma vez que pessoas com diferentes níveis econômicos, mas características raciais semelhantes, se autoclassificam de forma distinta.

Representações artísticas ajudam tanto a explorar e expor os traumas sociais coletivos e particulares como também a trazer esses traumas para a discussão, facilitando o processo de compreensão e cura. Também destacamos que a conscientização sobre a história das relações raciais, assim como a presença de exemplos positivos de identificação racial, entrando em contato com figuras bem-sucedidas socialmente e de destaque para além da comunidade na qual estamos inseridos, ajuda a fortalecer a autoestima e a afirmação do próprio valor da negritude como um motivo de orgulho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa participação neste projeto de Iniciação Científica foi muito enriquecedora para todos os envolvidos, ajudando a ampliar a nossa visão de mundo não somente sobre o tema abordado, mas também, de modo geral, acentuando nosso pensamento crítico, bem como melhorando nossa participação nas atividades escolares.

Destacamos que, em reuniões de professores realizadas durante o ano letivo, foram feitas considerações sobre a melhoras dos alunos-pesquisadores na execução de pesquisas e apresentações, nas variadas disciplinas. A experiência reforçou a adoção de ações para desenvolver o protagonismo estudantil, levando-nos a participar de forma mais consciente e efetiva do processo de aprendizado.

REFERÊNCIAS

MENEZES, V. Identidade e processos de identificação: um apanhado teórico. *Revista Intratextos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2014.

MUNANGA, K. *Negritude-usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

OSÓRIO, R. G. *O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE*. Brasília, 2003. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2958/1/TD_996.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 19. ed. [S. l.]: Autores Associados, 2021.

PORTO AGRÁRIO: LEVANTAMENTO HISTÓRICO E CULTURAL PARA CONSOLIDAÇÃO COMO COMUNIDADE QUILOMBOLA

Elineia Francisca Alves¹, Emanuely Teixeira dos Santos¹, Eugenio Batista Alves Junior¹, Deyson Gustavo dos Santos Silva¹, Eunice Pereira de Moraes¹, Gleison Victor da Silva¹, Grazielle Alves Pereira¹, Jader Evangelista dos Santos¹, Maria Eduarda Ozorio de Souza¹, Renan Gabriel Souza Santos¹, Sulaine Ozorio dos Santos¹, Sara Nogueira Reis¹, Jacimara Cruz Gusmão², Karen Katiúcia Oliveira Leite³

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa da Iniciação Científica, da Escola Estadual Manoel Fernandes da Silva, localizada no distrito de Porto Agrário, da cidade de Juvenília/MG, cujo objeto de investigação é trazer à tona sua história e cultura, compreendendo a comunidade como remanescente quilombola.

1 Escola Estadual Manoel Fernandes da Silva (Juvenília/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Manoel Fernandes da Silva, jacimara.gusmao@educacao.mg.gov.br

3 Tutor, Escola Estadual Maria Batista Cavalcanti, karen.leite@educacao.mg.gov.br

Para o levantamento da história de Porto Agrário, utilizou-se o recurso de entrevistas com a população local, que contribuiu elucidando fatos que abordam, com orgulho, desde a origem da comunidade até os dias atuais. Assim, acreditamos que, após a leitura das linhas que se seguem, os leitores possam conhecer e entender o contexto cultural e social dessa pequena comunidade localizada ao Norte de Minas Gerais.

A presente pesquisa possui como propósito resgatar a memória cultural da comunidade de Porto Agrário e destacar suas origens, conferir visibilidade e reconhecimento para a comunidade quilombola. Durante o processo de realização deste estudo, os pesquisadores desenvolveram diversas habilidades, tanto de investigação científica quanto de leitura crítica e analítica, tão necessárias para possibilitar a compreensão de todo o contexto que formou a comunidade local, desde sua origem, passando pela sua longa trajetória, até o entendimento do que caracteriza e possibilita o reconhecimento como agrupamento quilombola com garantia de direitos e valorização social, sobretudo por meio de políticas públicas específicas para povos tradicionais.

Para obter informações, foram feitas entrevistas com os habitantes mais velhos e políticos (buscando subsídios de apoio na prefeitura). Houve também um grande envolvimento da população nesse percurso, onde realizou-se trabalhos de campo com o objetivo de encontrar algo que comprovasse as origens da localidade como quilombo. Com o apoio da escola, da igreja católica e da prefeitura, analisamos Porto Agrário e comparamos com uma comunidade quilombola já reconhecida.

Após dialogarmos com a população e colhermos relatos da comunidade por meio de entrevistas (gravadas pelos alunos-pesquisadores), compreendeu-se os diversos aspectos que caracterizam a cultura da população de Porto Agrário. A partir desses diálogos com moradores mais velhos, encontramos as origens das manifestações culturais e captamos o entusiasmo dos moradores ao relatarem as manifestações vividas em sua juventude, estimulados pelas entrevistas em rememorar os acontecimentos.

Este trabalho se inicia com a história de Porto Agrário e, em seguida, apresenta uma jornada de encontro com a cultura, exibindo fotos que capturamos durante nossa imersão na história, por meio das pessoas da comunidade que viveram aqueles momentos fundamentais para a comunidade. Em busca de uma definição mais detalhada sobre a origem quilombola (para que fiquem esclarecidas as origens em Porto Agrário), descobrimos uma política sobre esse tema em nível nacional. Identificamos que há muitas condições sobre a definição de uma comunidade como quilombola. Segundo José Maurício Arruti:

O quilombo sempre foi um tema que atingiu o imaginário político brasileiro. A sua primeira definição se dá no campo das legislações colonial e imperial. As normas legais buscavam abarcar, sob um mesmo instrumento regressivo, o maior número de agrupamentos da população negros, por isto consideravam o quilombo de forma explicitamente indefinida (Arruti, 2006).

Os quilombos, como sabemos hoje em dia, são considerados de grande riqueza cultural, tendo grande repercussão nacional. Quando reconhecidos, recebem ajuda por parte dos governantes. Mas é interessante relatar que nem sempre foi assim, os quilombos já sofreram grandes preconceitos.

Ao final da jornada pela leitura, os leitores poderão contemplar e reconhecer a união da comunidade refletida na alegria das festividades, pois o objetivo de caminharmos juntos é a convivência harmoniosa, o respeito mútuo, a educação transmitida e a valorização dos moradores e da cultura, que são a base da comunidade.

2 DESENVOLVIMENTO

A comunidade de Porto Agrário pertence à cidade de Juvenília/MG, localização privilegiada à margem de dois rios, Carinhonha e São Francisco, no Norte de Minas, divisa com o estado da Bahia. Porto Agrário, distrito de Juvenília, é uma localidade rica em aspectos hídricos e em

cultura, a comunidade possui atualmente aproximadamente 289 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Figura 1: Comunidade de Porto Agrário



Fonte: arquivo pessoal.

A comunidade de Porto Agrário, conforme esclarecido em entrevistas, possui sua origem por volta do ano 1970, quando os primeiros moradores vieram trabalhar em fazendas. Com a doação de terras pelo senhor João Agrário, a comunidade foi se desenvolvendo. O território é caracterizado geograficamente pela vegetação típica de Caatinga, com difícil acesso, pois suas estradas não permitem a circulação de transportes.

Economicamente as principais atividades desenvolvidas pela comunidade sempre foram agricultura e pesca. Socialmente essa comunidade é caracterizada por pessoas pretas, em sua maioria, conforme a classificação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), um dos aspectos que ressalta o seu perfil quilombola.

Segundo os moradores antigos, a localidade foi fundada em 1º de maio de 1970. Com bastante entusiasmo e orgulho, contam sobre os costumes aprendidos, como as danças (samba de reis, caboclo, rodas, langa, reis de boi, oficinas de farinha, tapioca, fubá, dos quais se fazem beiju de lenço, bolo, biscoito, pamonha etc). É importante ressaltar que

as danças eram praticadas todos os anos, principalmente nos festejos dos padroeiros da localidade, São Pedro e São Francisco. Na culinária, além dos alimentos, como os peixes, a mandioca e seus derivados, fazem parte também o pequi e muitos outros frutos, como umbu, caju, manga; além de angu, pamonha, cuscuz, bolo de milho e abóbora.

A pesca é uma das principais atividades econômicas do passado e do presente. A agricultura também é uma atividade econômica muito praticada nas vazantes das margens do Rio São Francisco, devido ao não acesso às grandes fazendas que cercam essa pequena localidade. Por essas vazantes ou ilhas serem pequenas, a agricultura desenvolvida é a de subsistência. Todas as atividades aqui praticadas são de forma artesanal, principalmente a pesca, onde as pessoas confeccionam as próprias ferramentas de pesca, como redes, tarrafas, coufe, chucho e barcos.

No que se refere à metodologia empregada, a pesquisa desenvolveu-se por entrevistas e gravações com os moradores da comunidade. Os procedimentos incluíram a coleta e a análise de dados que são revelados neste trabalho nos resultados, permitindo conhecer a realidade da comunidade de Porto Agrário. Inicialmente, realizou-se visita no espaço da comunidade para conhecer de maneira mais aprofundada o território do objeto de estudo. É importante ressaltar que também foram estudadas as noções básicas de pesquisa científica, orientados pela nossa professora, que esclareceu dúvidas e discutiu questões relacionadas ao tema.

Para o avanço no desenvolvimento da pesquisa, realizou-se entrevistas com a comunidade para obter informações relevantes sobre o tema. No momento que conversamos com moradores, percebeu-se que eles têm grande satisfação em contar a história do lugar, orgulhosos com tudo aquilo que aprenderam com seus familiares, principalmente valorizando as práticas de trabalho para sobrevivência, sem esquecer da alegria vivenciada em conjunto e de forma simples. A Entrevistada 1 conta:

Eu fico tão feliz quando alguém vem na minha casa saber das histórias daqui, porque é bonito contar o que nós sabe, e eu não tenho vergonha de nada disso, eu lembro alguns anos atrás, aqui na frente de casa, de baixo do pé de coqueiro, juntava aquele tanto de gente

pra nós contá causos, assim das roças, eu das pescarias, de tudo que nós fazia. E falando de roça, eu sempre gostei de plantar a minha, e quando colhia, dividia com os vizinhos, porque a fartura era grande, hoje que é mais difícil, quase não chove mais pra gente plantar, e eu também que já tou veia né? Mais gosto muito de caridade, gosto que o povo meu vive feliz, porque eu sei que todo mundo aqui me ajuda também se eu precisar.

Apesar de não saberem que seus costumes podem ser tomados como patrimônio cultural do Brasil, esses humildes moradores, nas suas mais simples formas de viver, demonstram que é possível ser feliz, mesmo longe da modernidade. Pois, para eles, viver bem não é ter conforto, e sim uma vida digna, com trabalho, companheirismo e honestidade.

Após compilar as informações, procedeu-se à análise dos dados coletados com o objetivo de apresentar as descobertas reveladas gentilmente pelos moradores da comunidade ao nosso núcleo de pesquisa. Após muito planejamento e estruturação dos diversos processos ao longo da pesquisa, apresentaremos a partir de agora os resultados alcançados.

3 RESULTADOS

A comunidade de Porto Agrário surgiu com a chegada de pessoas de vários locais, que vinham em busca de emprego. Aos poucos, tornou-se oficialmente um distrito. A Entrevistada 2 endossa que:

Foi seu João Agrário quem fez a doação de uma parte das terras em 1970 para o senhor Manoel da Onça e Valter Sapateiro, este filho dos primeiros moradores de Porto Agrário. Foi por isso que o local recebeu o nome de Porto Agrário, e depois foram chegando outras pessoas. Não havia vendedor, quem quisesse comprar algo tinha que ir à Malhada ou Carinhanha. Não tinha escola, luz elétrica era de candeeiro ou vela. Hoje, Porto Agrário mudou muito, pois tem posto de saúde, que não havia antes; as pessoas já concluíram seus estudos; e Porto Agrário tem caixa com água tratada.

Como pode ser observado na fala da Entrevistada 2, fica perceptível que a chegada dos primeiros moradores na localidade remonta há um bom tempo atrás, pois a doação de terras para os filhos dos primeiros

moradores só ocorreu em 1970, ou seja, já havia passado gerações desde a chegada dos primeiros habitantes. Esse dado revelado demonstra uma das características de formação de comunidades tradicionais quilombolas que em regra, pelas razões as quais os fizeram, se instalam em terras alheias e somente após muitos anos ocorre a formalização de cessão de terras e reconhecimento como comunidade quilombola.

Outro dado importante revelado em entrevista foi a descrição das condições estruturais da comunidade. A entrevistada revela que não havia infraestrutura básica na localidade, como comércios, escolas, energia e outros. Outro importante fator de caracterização da ausência de políticas públicas para comunidades tradicionais, sobretudo das regiões interioranas. A entrevistada chega a citar as melhorias básicas que em sua visão são significativas melhoras, como posto de saúde, caixa d'água e escola onde todos podem se formar. Na fala, onde essas melhorias são apresentadas, ficou claro que se trata de benfeitorias recentes. Ou seja, chegou de modo tardio em comparação a outras comunidades e regiões.

Com base nessas informações, iniciou-se a pesquisa realizando uma interlocução com a comunidade por meio das entrevistas. Nós, como equipe de pesquisa, colhemos informações com vários colaboradores, que nos auxiliaram com orientações e direcionamentos em relação à cultura local, norteando pessoas que poderiam contribuir com seus relatos, aconselhando-nos a procurar os responsáveis pelas manifestações, pois poderiam fornecer explicações mais detalhadas.

Foram realizadas no total 8 (oito) entrevistas. Para realização, a equipe foi dividida em grupos para conversar com os moradores da comunidade de Porto Agrário. As informações obtidas por meio das entrevistas revelaram que, no passado, o local era uma fazenda do senhor João Agrário, habitada apenas por dois moradores, um idoso chamado Manoel da Onça e outro chamado Sabino. Os entrevistados relataram as dificuldades que enfrentavam devido à escassez de moradores na região. É relevante destacar que essa comunidade surgiu a partir da doação dessas terras pelo proprietário João Agrário à prefeitura de

Montalvânia, para a construção de um Porto, posteriormente transformado em Vila Agrária.

O Entrevistado 5, assegurou que *"A vida aqui era difícil, mas nunca passei fome"*. Apesar das dificuldades cotidianas, notamos que são pessoas que têm um grande apreço pelo local onde moram. Os moradores apresentaram à nossa equipe uma oficina de produção de farinha, mostrando-se muito emocionados e orgulhosos. Um dos entrevistados exibiu sua oficina, onde muitos moradores se reuniam para trabalhar.

A subsistência dos moradores dependia do trabalho na roça, cultivando milho, mandioca, feijão, entre outros, além da pesca. Eles se sentem orgulhosos por serem fundadores da comunidade e por terem criado seus filhos em um lugar que consideram tranquilo para se viver. Os narradores compartilharam ainda informações sobre a alimentação, baseada em produtos frescos e saudáveis colhidos em suas próprias hortas nos quintais. Lembraram também dos fartos pratos que alimentam toda a família. Um dos pratos mais citados foi o cuscuz, feito com milho ralado; seguido da pamonha, feita a partir do milho plantado; e do bolo de arroz triturado no pilão, hoje substituído por produtos industrializados. O feijão era colhido na própria terra e tinha um sabor mais gostoso. O beiju era feito com mandioca ralada e tostado no local.

Enfatizaram ainda a importância da comunidade como um lugar de pertencimento, onde se sentiam muito bem para sobreviver. Os meios de transporte eram embarcações que navegavam pelo Rio São Francisco, levando os moradores para Carinhanha/BA, Malhada/BA e Manga/MG para realizarem exames, compras ou ir à farmácia, atividades que a comunidade não dispunha naquela época.

Destacamos um trecho da entrevista em que o morador afirma: *"Hoje temos água encanada, luz, internet, comércios, restaurantes, nossa comunidade é muito melhor"*. Apesar da modernidade ter chegado, os moradores continuam suas atividades de plantações e pesca. Como exposto acima, e já apresentado em foto panorâmica da comunidade, Porto Agrário localiza-se às margens do Rio São Francisco, onde é

realizado diversas atividades típicas de comunidades rurais e tradicionais, como a agricultura familiar.

Outro elemento destacado é a relação afetiva com o rio que, além de ser a base do sustento familiar, também é o mais viável “caminho”. Por meio de suas águas transporta-se pessoas e histórias para localidades mais estruturadas, e que no passado lhes acudiam nas situações mais desafiadoras, como cuidar da saúde.

Figura 2: Grupo de Capoeira na quadra da localidade



Fonte: arquivo pessoal.

Entre as práticas culturais de matriz africana existentes na comunidade, a Capoeira é um dos destaques. Como é sabido, a capoeira é uma mistura de dança e luta, praticada com acompanhamento de instrumentos, como berimbau e tambores, que trazem em seu som e cantos toda a ancestralidade cultural afro-brasileira. Outro forte elemento para caracterização da comunidade de Porto Agrário como quilombola.

Além da Capoeira em si, a Figura 2 traz uma oportunidade ímpar de apresentação étnica dos moradores da comunidade. Notadamente, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística padroniza, podemos

observar que as pessoas presentes na fotografia podem ser identificadas como pretas e pardas. Outro elemento crucial que corrobora para a caracterização de uma comunidade quilombola. Segundo Santos e Doula,

A essência quilombola da atualidade não está apenas nas raízes históricas [...], ela se concebe a partir de um projeto de autodefinição, de uma articulação cultural de comunidades negras que, de alguma forma, se aglomeraram e preservam relações identitárias com a cultura afro-brasileira (Santos; Doula, 2008, p. 72).

A conquista da identidade faz reconhecer as culturas trazidas de outros lugares tão apreciadas e praticadas pelos moradores da comunidade. Esses movimentos atraem diversas pessoas para assistirem e apreciarem as manifestações culturais dos filhos da nossa comunidade.

A realização da quadrilha, dança popular em comemoração ao São João, é outra tradição que reúne pessoas da comunidade, incentivando a formação de pares para dançar. A apresentação ocorre em um local público, e todos os moradores se fazem presentes para apreciar o evento.

Outras manifestações, comemoradas e cultuadas pela comunidade são: (a) Forró: dançado no arrasta-pé, típico das comemorações da nossa comunidade, é muito apreciado por todos os moradores. (b) Samba de roda: as pessoas sambam e cantam, animando a comunidade, cada um à sua maneira, indo para o centro e fazendo sua dança de samba. (c) Carnaval: também são feitas manifestações de carnaval na comunidade, com muita música e careta. (d) Reis de caixa: dançados pelos moradores que vão de casa em casa alegrando a comunidade com muita dança e músicas. (e) Esporte: importante destacar que a cultura esportiva é muito forte na nossa comunidade. Existe inclusive uma escolinha coordenada pelo professor Denilson, formado em Educação Física, que ajuda no desenvolvimento dos jovens na prática do esporte. (f) Benzedeira: o poder das orações e a fé das pessoas salvaram vidas. Crianças ou adultos acometidos por moléstias como «engasgado» ou «quebranto» eram curados através do benzimento.

Todas essas manifestações culturais citadas demonstram que, em sua maioria, o que mais prevalece são as manifestações que possuem forte

ligação com a cultura tradicional dos ancestrais. Até mesmo o samba de roda e o carnaval são no Brasil fortes expressões culturais afro que, por se tratarem de um patrimônio imaterial não são estáticos, sofrem transformações como elementos vivos, que acompanham as mudanças das gerações. Entretanto, conhecê-las e preservá-las faz parte da responsabilidade de todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, nota-se as novas incorporações na cultura local, como o forró, que atualmente é um patrimônio de todo o país.

Nas entrevistas, conhecemos ainda histórias das moradoras que andavam às margens do rio relatando a lenda do Compadre d'água. Segundo os moradores, ele rondava a comunidade fazendo suas peripécias com ondas gigantes no rio, carregando roupas e fazendo as embarcações balançarem. Uma espécie de mito ou fabula regional.

Músicas de cantigas de roda à luz do luar reuniam as pessoas, que cantavam até o amanhecer. Uma das moradoras cantou um trecho para a nossa equipe: *“Rodo, rodo piranha, torna rodar piranha, dá um remelexo no corpo, dá uma umbigada nas outras piranhas”*, com uma voz singela, humilde e emocionante, deixando também os pesquisadores tocados.

Assim, percebemos que esses relatos despertaram memórias nos ouvintes, narradores e leitores, memórias guardadas no baú do coração, empoeirado pelo tempo, marcado por infinitas experiências e cotidianos. São bagagens que são transmitidas pela sabedoria de quem já viveu muito e aprendeu muito, e que agora, através desta pesquisa, puderam voltar ao tempo, comparando e entrelaçando passado e presente.

Em suma, diante do valioso percurso trilhado nesta pesquisa, os jovens pesquisadores começaram a se reconhecer como parte integrante dessas histórias tão belas que constituem a comunidade de Porto Agrário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este relato, destacamos a importância dessa pesquisa em dar voz e visibilidade à nossa comunidade Porto Agrário, permitindo que sua história, tradições e contribuições sejam conhecidas,

reconhecidas, valorizadas, respeitadas e preservada à medida que também se avança.

Ao documentar e compartilhar os relatos dos moradores, estamos preservando a cultura local e oportunizando acesso a conhecimentos que são fundamentais para entender quem somos e de onde viemos. Além disso, a pesquisa possibilitou um maior entendimento das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldam nossa comunidade. Isso não apenas fortalece o senso de identidade entre os moradores, mas também promove um diálogo mais inclusivo e empático dentro e fora de nossa localidade.

Ao destacar as contribuições dos moradores e suas experiências cotidianas, a pesquisa também certamente poderá inspirar iniciativas de desenvolvimento local, políticas públicas mais alinhadas às necessidades da comunidade e um maior envolvimento dos próprios moradores na construção de um futuro comunitário mais justo e próspero.

Em resumo, essa pesquisa não apenas iluminou as histórias individuais e coletivas da comunidade, mas também fortaleceu nosso senso de pertencimento e nos capacitou a construir um futuro baseado no respeito à nossa rica herança cultural e nas aspirações de todos os que aqui vivem.

Por fim, é relevante considerar a reflexão proposta por Sasaki (2007) quando ele diz, «Nada sobre nós, sem nós». Essa afirmação é crucial, pois, ao falarmos sobre nossa comunidade, é essencial convidar aqueles que a compõem para que, empoderados em seus próprios lugares de fala, possam relatar os fatos com a propriedade de quem os viveu. Isso representa uma forma de inclusão que emociona tanto a nós, pesquisadores, quanto os participantes da pesquisa.

Os relatos de nossa comunidade aqui apresentados contribuíram e continuam contribuindo para o crescimento dos moradores, transmitindo conhecimento de geração a geração. São histórias bonitas que ensinam e dão sentido à vida dos moradores, pois, para nos reconhecermos, é essencial conhecer a história, que não é única, mas construída pelo coletivo.

Ressaltamos, ademais que este trabalho, por si só, não abrange toda a nossa comunidade, sendo apenas uma síntese inicial para

compreender esse povo valente e resiliente, que todos os dias se dedica às suas atividades, esperando por dias melhores. Desse modo, consideramos que todo o exposto demonstra que a comunidade Porto Agrário não somente é ou se caracteriza como uma comunidade quilombola, mas que em toda a sua essência, e por tudo que foi apresentado, constitui-se efetivamente uma comunidade remanescente de quilombo. Nem o tempo, com suas inovações, fora capaz de apagar essa chama de africanidade que, sobretudo a partir deste estudo, se manterá viva e de maneira muito consciente em nossas memórias e ações, para que de fato sejamos reconhecidos como de fato somos: quilombolas.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru/SP: EDUSC, 2006.

SANTOS, A.; DOULA, S. M. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. *Revista Extensão Rural*, v. 15, n. 16, 2008.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós sem nós: da integração à inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, v. 10, n. 57, 2007.

AFRICANIDADES: IDENTIDADES E VALORES NA COMUNIDADE DE LINHARES PARA O COMBATE AO RACISMO E À DISCRIMINAÇÃO SOCIAL

Daniela Cardoso Serrano¹, Davi Eduardo Dias Alves¹, Eduardo Lacerda da Costa¹, Geovana da Silva Melato¹, Hector Cassiel de Oliveira da Silva¹, Luiz Felipe de Jesus dos Santos¹, Marcela de Araujo Ferreira¹, João Vitor da Silva¹, Thalya Estephane Rios Silva¹, Rafael Eduardo Silva Martins¹, Vitória de Paula Andrade Goliath¹, Wesley Cristiano Marcos Felisberto¹, Flávio Furtado de Castro², Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos³

1 INTRODUÇÃO

Este relato de experiência pretende apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida pelos alunos da Escola Dilermando Costa Cruz. Ao mesmo tempo que busca tecer um diálogo entre as diversas atividades desenvolvidas na instituição com o objetivo de mapear essas ações o que, em um primeiro momento, permitiu avaliarmos o grau de conhecimento dos estudantes sobre o tema “Africanidades”.

1 Escola Estadual Dilermando Costa Cruz (Juiz de Fora/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Dilermando Costa Cruz, flavio.furtado@educacao.mg.gov.br

3 Tutor, Escola Estadual Gabriela Ribeiro Andrada, luan.santo@educacao.mg.gov.br

Acredita-se que com o aumento de informações e conhecimentos dos alunos sobre os temas propostos na investigação foi possível uma maior conscientização. As reflexões e as descobertas geradas pelas ações escolares certamente poderão gerar novos posicionamentos sobre a questão do racismo e do preconceito no cotidiano escolar.

Isso posto, para desenvolver as ideias, em um primeiro momento apresentaremos uma breve justificativa sobre a escolha desse objeto de investigação, os objetivos da pesquisa e os métodos utilizados para análises e resultados. Em seguida, mostraremos as atividades de extensão que foram realizadas durante a pesquisa e quais foram os resultados.

As atividades desenvolvidas foram: levantamento bibliográfico sobre o tema disponível na biblioteca da escola; práticas dos professores de Matemática através dos jogos africanos, como a Mancala; manifestações afro-brasileiras apresentadas pelos alunos do núcleo de pesquisa aos outros estudantes; e análises do questionário avaliativo sobre o tema proposto. Por último, apresentaremos os resultados da pesquisa e as possibilidades para que as atividades desenvolvidas na escola possam ser estendidas a todas as turmas.

2 DESENVOLVIMENTO

A relevância do projeto de pesquisa se justifica pelo fato da instituição ser localizada no centro do bairro Linhares, na cidade de Juiz de Fora. Por ser uma instituição de ensino de destaque no bairro, é responsável por boa parte do desenvolvimento cultural, social e de vida dos membros da comunidade. Assim como em outras instituições de ensino da cidade, a escola também enfrenta problemas sociais ligados a preconceito, racismo e discriminação. Problemas relacionados à falta de conhecimento por parte dos estudantes sobre os valores culturais ligados a africanidades, e trabalhos desenvolvidos dentro da escola em relação a esse tema, nos motivou a realizar a presente pesquisa.

De acordo com a pedagoga Aline Tadeu Lopes, na escola a história afro-brasileira e africana, tradicionalmente, é retratada com o foco

implícito de submissão, exploração, desvalorização do negro, levando o aluno a absorver aspectos negativos sobre sua etnia, contribuindo para baixa autoestima, não aceitação e não reconhecimento de sua origem, traços, história e batalha por mudanças na sociedade.

As desigualdades socioeconômicas, preconceito e discriminação de pessoas negras estão presentes na sociedade brasileira, prejudicando a sua formação de maneira mais justa e inclusiva, englobando o âmbito escolar (Lopes, 2022).

Por esse motivo, o núcleo de pesquisa composto por estudantes da escola Estadual Dilermando desenvolveu este trabalho; com o objetivo de identificar e mostrar as diversas ações pedagógicas que proporcionam a discussão do tema na escola. Ao mesmo tempo, auxiliando nas diversas atividades desenvolvidas no âmbito escolar com relação ao tema “Africanidade”, uma vez que tais atividades contribuem não só para o aprendizado e o conhecimento dos educandos, mas também para a conscientização das questões sociais ligadas a contribuição do negro na história da cidade e do bairro.

A escolha do tema se deve, pois, tanto à história do desenvolvimento do bairro Linhares quanto à formação da cidade de Juiz de Fora, que recebeu contribuição do contingente negro principalmente durante o auge cafeeiro (1896-1930) na região (Bastos, 1987; Batista, 2006).

Até metade do século XVIII, os sudaneses eram ligeiramente maioria. Os bandos dominaram o período seguinte, prevalecendo 84%. No que se refere aos óbitos, os bandos compareciam com 71% e os sudaneses com 28,1%. Caracterizou-se em Minas Gerais, através da subdivisão de suas origens étnicas: Congos, Angolas, Benguelas, Moçambiques, Daometanos, Quietos, Ibadan, Iobus, Fulas, Uaças, Borneus e Tapas (Batista, 2006, p. 32).

A pesquisa teve como ideia principal aproveitar as ações pedagógicas que proporcionaram a discussão do tema na escola, envolvendo os alunos com base em referências positivas através da história e da cultura, possibilitando, também, o trabalho interdisciplinar.

Buscando atender a um dos objetivos da pesquisa, que foi fazer um mapeamento das ações desenvolvidas na escola sobre o tema “Africanidades”, foi realizado um levantamento de livros temáticos disponíveis na biblioteca. Também foi analisado pelos estudantes do núcleo de pesquisa o uso dos jogos africanos como a Mancala, realizados pelos professores de Matemática da instituição nas turmas do 2º ano do ensino médio e 8º ano do ensino fundamental.

De acordo com Lei 10.639/2003, quando o ensino da cultura afro-brasileira e africana passa a acontecer não somente nas aulas de História, mas também se torna mais presente nas reflexões cotidianas, esta cultura passa a fazer parte da formação de nosso povo, contribuindo nas situações de aprendizagem e enriquecendo nosso currículo.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e tem por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluri-étnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática (Brasil, 2004, p. 1).

Outra ação realizada pelos membros dessa pesquisa foi a análise da apresentação aos estudantes das diversas manifestações culturais africanas no Brasil, manifestações culturais, como a dança, a música, a culinária, os símbolos e as religiões.

Como o objetivo e o foco principal proposto na pesquisa era mapear as diversas ações desenvolvidas na escola, como método de análise da pesquisa foi aplicado dois questionários aos estudantes, um antes dessas ações e outro após o contato dos estudantes com as ações pedagógicas desenvolvidas na escola. O questionário teve como finalidade analisar o grau de conhecimento dos estudantes relativo ao tema proposto na pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para se chegar aos resultados dessa investigação, os estudantes do núcleo de pesquisa analisaram as várias ações desenvolvidas na escola com relação a esse tema. No primeiro momento, pudemos constatar, através da historiografia regional, que a história dos negros se faz presente na formação da cidade e dos bairros de Juiz de Fora, no qual fica localizada a Escola Estadual Dilermando Cruz.

Em uma das literaturas analisadas (Batista, 2006) destacamos as várias profissões em que os negros se fizeram presentes no desenvolvimento de Juiz de Fora, entre essas profissões encontradas na pesquisa, destaca-se:

Diverso; construtor, serralador, marceneiro, negro de ganho, pedreiro, oleiro, padeiro, criada doméstica, capanga, costureira, alfaiate, barbeiro, sapateiro, quitandeiro, vendedor ambulante, caixeiro, fiandeira, tecelão, raizeiro, boticário, dentista, parteiras negros com conhecimento técnicos empregados na área da pecuária, apoio a mineração, siderurgia, cestaria, cerâmica, profissões mecânicas (Batista, 2006, p. 40).

Ao observarmos a variedade de profissões realizadas por escravizados, vemos a necessidade de futuros debates sobre a valorização da cultura afro-brasileira como estratégia para mitigar preconceitos, discriminação, atos racistas, através de uma conscientização dos outros estudantes, podendo chegar a seus familiares.

A presente pesquisa também avaliou os resultados da quantidade de livros sobre a temática disponíveis na biblioteca da escola. De acordo com levantamento feito pelos integrantes desse núcleo de pesquisa e apresentado aos demais estudantes da escola posteriormente, foram encontradas 15 (quinze) obras que tratam do assunto, especificamente. Foram encontradas ainda diversas obras com temas ligados à História Geral que abordam a contribuição da população negra para o desenvolvimento da cidade, principalmente livros com autores da cidade de Juiz de Fora, como: Jair Lessa, Paulino de Oliveira, Mônica Ribeiro de Oliveira, Wilson de Lima Bastos.

Vale destacar que, após o levantamento dos livros e da apresentação dessas obras aos alunos da escola, muitos estudantes relataram que não tinham conhecimento de que existem tais obras disponíveis na biblioteca. Podemos salientar também que, após o contato dos estudantes com os livros, houve vários alunos interessados em ler algum livro, principalmente com questões ligadas à religiosidade africana. De acordo com mapeamento das ações desenvolvidas na escola sobre o tema proposto, analisamos ainda os jogos africanos desenvolvidos pelos professores de Matemática da instituição.

De acordo com a docente Luciana Cordeiro Dias Divino (mestra em Educação de Matemática pela UFJF), o fato de conciliar os jogos africanos e a Matemática foi importante; pois os estudantes tiveram ao mesmo tempo uma aproximação da História e do cotidiano desse povo e, simultaneamente, foi possível trabalhar o raciocínio lógico matemático. Dessa forma, e a partir da Lei 10.639/2003, professores passam a fazer uso de estratégias de ensino-aprendizagem trazidas da cultura africana.

No ensino da Matemática, muito se tem estudado acerca do uso de jogos para o desenvolvimento das habilidades. Segundo Grando,

É necessário ao professor, que utiliza os jogos em suas práticas escolarizadas, tomar consciência dos vários aspectos sociais, morais, corporais, afetivos, éticos e cognitivos, que estão trabalhando, mesmo quando sua intervenção é mínima (Grando, 2000, p. 1).

Neste sentido, a presente ação se desenvolveu da seguinte forma. A atividade foi iniciada com apresentação das regras básicas. A turma foi dividida em grupos de quatro estudantes. De cada grupo, dois jogavam, os outros assistiam, depois trocavam. Houve atenção às regras, interação, perguntas e conversas entre os alunos sobre o jogo. Durante as jogadas, foram inseridas outras regras, de situações que só apareciam no decorrer do jogo. A turma participou, observou, fez comentários, criou estratégias.

Ao final da atividade, foi elaborado um exercício reescrevendo as regras, de modo que a linguagem facilitasse o entendimento do jogador iniciante. Foi possível refletir em um segundo momento sobre o cotidiano

dos povos africanos, intercalando a experiência com os jogos e o passo histórico dos povos africanos.

Continuando com o processo de observação, o núcleo de pesquisa também investigou as atividades do professor de Matemática das turmas do 8º ano do ensino fundamental, Jorge Luís Amaro Penna (Licenciatura Plena em Matemática, pela Universidade Estácio de Sá; Mestrado PROFMAT, em andamento, pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG). Durante as análises, o docente nos relatou que nas turmas, através da atividade, foi visto que se desenvolveu, em boa parte dos alunos, a concentração, o raciocínio lógico, o uso de estratégias e a memória.

No início, ocorreram dificuldades para o trabalho com a atividade. Porém, com o intuito do desafio em ter que vencer o jogo, os alunos viram que precisavam ter mais atenção (concentração e memorização) e averiguar qual a melhor estratégia para que pudesse tirar proveito e conseguir de forma mais provável a vitória na partida (uso de estratégias e raciocínio lógico).

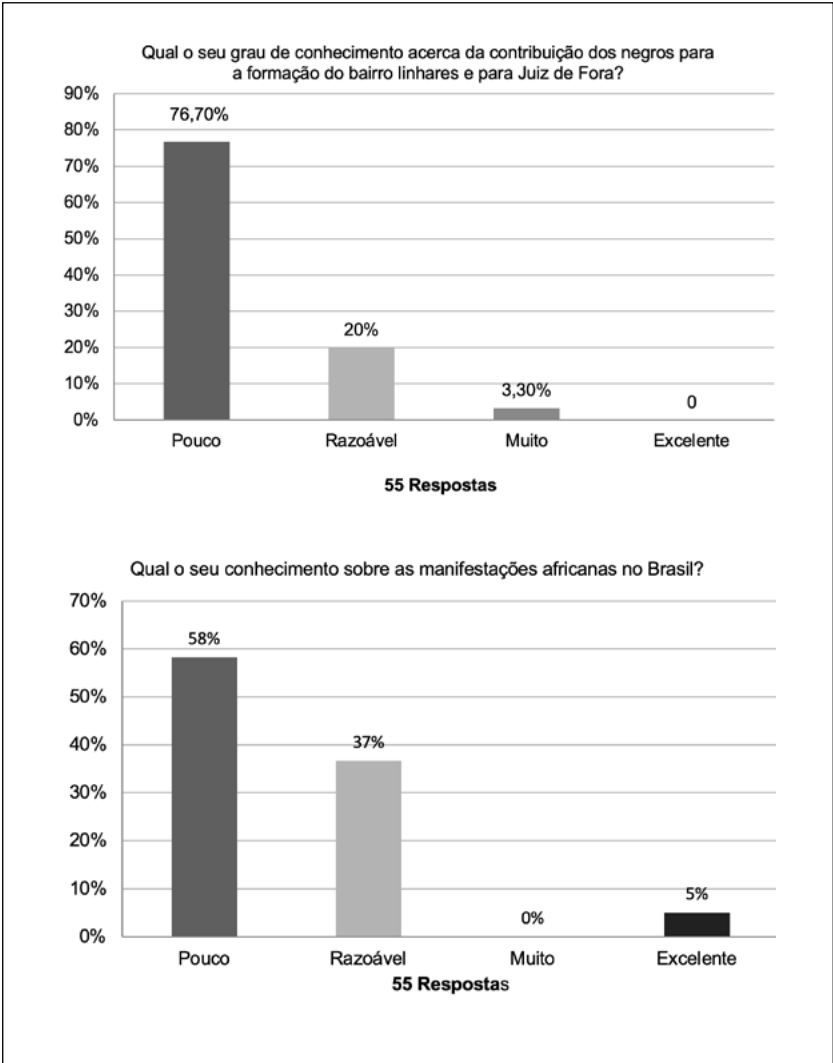
Todavia, antes da atividade ser realizada, os estudantes tiveram que pesquisar sobre as origens e as características dos jogos africanos, intercalando também outras áreas de conhecimento sobre o tema proposto, como História, Geografia, Sociologia e cotidiano dos povos africanos.

Após a atividade, ficou claro que a participação dos alunos em sala de aula foi melhor, por terem conseguido aprimorar a concentração, a memorização e o contato com as manifestações ligadas à cultura africana. Dessa forma, percebemos que os estudantes conseguiram ter mais facilidade no ensino aprendizagem da disciplina Matemática e, ao mesmo tempo, valorizar a cultura africana presente nos país e no nosso cotidiano.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi escolhido como metodologia para tentar descobrir o grau de conhecimento dos estudantes da escola dois questionários avaliativos. Primeiramente foi aplicado um questionário contendo 12 perguntas com temas variados sobre a cultura negra para as turmas dos 1º anos do ensino médio, no dia 10/05/2022, no qual 55 estudantes responderam. De acordo com o resultado analisado,

todas as 12 perguntas respondidas ficaram abaixo de 50%, comprovando que o grau de conhecimento dos alunos era bastante baixo sobre temas ligados a africanidades e a contribuição dos negros para o desenvolvimento de Juiz de Fora.

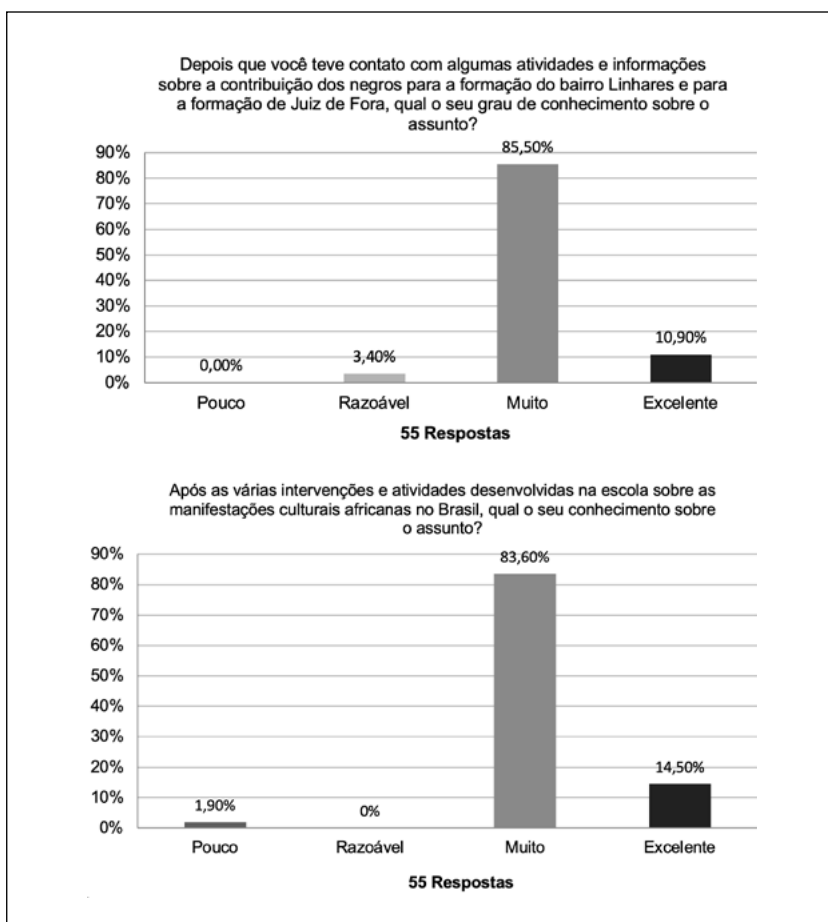
Gráficos 1 e 2: Resultados do primeiro questionário aplicado aos alunos antes das ações desenvolvidas na escola sobre o tema africanidade.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em contrapartida, num segundo momento, a partir das respostas das 12 perguntas aplicadas novamente a 55 estudantes das turmas do 1º ano do ensino médio, após o contato dos estudantes com as diversas atividades desenvolvidas na escola envolvendo as manifestações culturais africanas no Brasil e com informações aos alunos sobre a contribuição do contingente negro para a formação da cidade, consta-se que o grau de conhecimento sobre o assunto aumentou consideravelmente.

Gráficos 3 e 4: Resultado do segundo questionário aplicado aos alunos (depois das ações desenvolvidas na escola sobre o tema “Africanidade”)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa foi relevante pois ficou comprovado, através do segundo questionário aplicado no dia 09/08/2022, que houve mais de 60% de aumento do nível de conhecimento sobre o assunto. Portanto, através da comparação dos questionários, ficou evidente que todas as ações desenvolvidas na escola desenvolveram a conscientização dos dissidentes sobre a contribuição do contingente negro para a cidade e para a formação do bairro Linhares. Acredita-se que, quanto maior o grau de conhecimento sobre o assunto, maiores podem ser as reflexões, no sentido de valorizar a cultura negra através de várias atividades desenvolvidas pela escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que durante todo o processo de pesquisa foram vários os aprendizados adquiridos pelos integrantes do Núcleo de Pesquisa. O principal deles foi ter contato com o método científico. Trabalhar com Iniciação Científica no ensino médio foi importante, pois os integrantes desse núcleo de pesquisa tiveram contato com a forma correta de investigação científica, as normas da ABNT, termos e metodologias que nos trouxeram um novo olhar sobre a importância dos pesquisadores dentro da sociedade.

Um fator positivo durante os trabalhos foi o apoio financeiro para compra de matérias como os *Notebooks*, camisas, papéis e custeio de transporte. Todavia, foram vários os desafios da pesquisa: a falta de experiência, a falta de conhecimento das normas e conceitos metodológicos. Contudo, esses desafios foram sanados com as orientações do professor orientador e do tutor através dos encontros realizados durante todo o processo de pesquisa. Vale ressaltar que outro desafio, talvez o pior deles, foi desenvolver a pesquisa durante a pandemia de Covid-19. Uma vez que os encontros não podiam ser presenciais, e a escola permaneceu fechada, problema que foi resolvido com os encontros virtuais através do Google Meet, ou via *WhatsApp*.

O núcleo de pesquisa aprendeu muito sobre as manifestações culturais africanas no Brasil e as contribuições do contingente negro

para a cidade de Juiz de Fora. Tema no qual até então os integrantes dessa pesquisa, assim como os outros alunos da escola, não tinham muito conhecimento. Consideramos, portanto, que essa pesquisa é de grande relevância, pois conseguiu atingir seus objetivos de identificar e desenvolver ações escolares sobre o tema, bem como responder ao problema proposto na pesquisa, ou seja, avaliar o grau de conhecimento dos estudantes sobre o tema “Africanidades”.

Através do resultado da pesquisa, foi possível comprovar que todas as ações relativas ao tema, se bem trabalhadas na instituição, podem contribuir não só para aumentar o grau de conhecimento sobre o tema; podendo ainda abrir novas reflexões para a valorização da cultura, da identidade, estimulando novos debates sobre o assunto.

Como desfechos dessa investigação e das várias ações desenvolvidas, podemos destacar o fortalecimento da identidade e dos valores da cultura afro, que levou ao aumento da conscientização de se conhecer a história da comunidade negra que se faz presente. Com conscientização através dos resultados da pesquisa, outras questões sociais, como a falta de conhecimento e valorização da cultura africana na escola e na comunidade, poderão diminuir, como foi comprovado neste trabalho.

Ressalta-se ainda que, com o resultado da pesquisa, ficou evidenciado que as diversas ações escolares ligadas ao tema “Africanidades” causam impactos positivos. Através dessa comprovação, propomos que todas as ações desenvolvidas na escola que foram avaliadas pela pesquisa sejam desenvolvidas em todas as turmas da escola durante o ano letivo, com o envolvimento de outros professores de diversas áreas do conhecimento.

O resultado da pesquisa nos faz acreditar que, com maior conhecimento sobre a contribuição dos negros no desenvolvimento da cidade e das diversas manifestações africanas, maiores serão os debates e as reflexões sobre temas ligados ao preconceito, ao racismo e à discriminação social na escola, e talvez no bairro, já que a escola e os estudantes são partes importantes desse processo dentro da comunidade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, R. de C. S. F. *O Negro: trabalho, sobrevivência e conquista*. Juiz de Fora/MG: Funalfa, 2006.

BASTOS, W. de L. *História econômica de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Instituto histórico e geográfico de Juiz de Fora, 1987.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

BRASIL. *Lei n.10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática; História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2003.

GRANDO, R. C. *O Conhecimento Matemático e o Uso de Jogos em Sala de Aula*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2000.

LOPES, A. T. *Projeto africanidades-Mãe África e suas riquezas*. Ppd.net, 2022. Disponível em: <http://www.ppd.net.br>. Acesso em: 05 de maio. de 2022.

ORIGENS APAGADAS: CONHECENDO ALGUMAS DAS ETNIAS AFRICANAS QUE COMPUSERAM A POPULAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA

Amanda Lagares de Souza¹, Camilly Alvernaz Pereira¹, Clarice Belizário Rita Pereira¹, Demétrio da Silva Alves¹, Eduarda Schitini Cabral¹, Emily Donadio Lugati¹, Emily de Souza Dias¹, Janáina Pessoa da Silva¹, Laura Valadão Riz¹, Maria Paula Silva Oliveira¹, Sarah Gomes Ferreira¹, Thalia Tolentino da Silva¹, Tiago Alexandre Pongiluppi de Souza², Luciana Mara dos Santos³

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou aprofundar acerca das etnias africanas que compuseram os plantéis de escravizados da Zona da Mata mineira, macrorregião onde o município de Caiana está inserido. Dessa forma pretendemos reunir elementos para fortalecer as identidades afrodescendentes da região, a partir do elemento histórico.

Para tanto, realizamos uma extensa pesquisa bibliográfica levantando as principais áreas de proveniência dos africanos escravizados da Zona

1 Escola Estadual Prefeito Jayme Toledo (Caiana/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Prefeito Jayme Toledo, tiago.pongiluppi@educacao.mg.gov.br

3 Tutor, Escola Estadual Gabriela Ribeiro Andrada, luan.santo@educacao.mg.gov.br

da Mata mineira, principalmente durante meados do século XIX. A partir da determinação dessas áreas, pesquisamos sobre algumas das etnias africanas presentes na cultura afro-brasileira advindas de alguns dos locais estudados.

A escolha desse tema se deu pensando na necessidade de uma afirmação das identidades afro-brasileiras, considerando que a região é carente de informações e estudos sobre o tema escolhido. Encontramos muitas dificuldades com os registros dos escravizados no Brasil provenientes da África. No que diz respeito às origens étnicas dos plantéis da Zona da Mata mineira, como salienta Pinheiro:

É fato que a população africana da Zona da Mata mineira cresceu ao longo das primeiras décadas do século XIX, então, torna-se fundamental sabermos as principais regiões de origem dos africanos desta região... Embora a maioria dos registros acerca dos africanos inventariados tenha as regiões de procedência, não necessariamente tais informações indicam sua verdadeira identidade étnica. Frequentemente, os traficantes registravam os ditos conforme a região do porto onde foram embarcados (Pinheiro, 2007, p. 53).

Assim sendo, optamos por orientar nossa pesquisa sobre as etnias a partir dos portos de origem dos africanos escravizados. Como são diversas etnias, selecionamos algumas que embarcaram nos portos situados nas regiões que mais forneceram escravizados para o Brasil: Costa da Mina, durante o século XVIII; e durante o século XIX, a África Central Atlântica. Sendo esses os locais que mais contém informações e artigos disponíveis.

A pesquisa foi desenvolvida principalmente em consulta a artigos científicos e teses disponibilizadas na internet. Após construirmos um arcabouço teórico básico, diferenciando, por exemplo, raça de etnia, como esclarece Santos (2010), que nos permitiu uma visão mais ampla sobre as dinâmicas do tráfico no atlântico Sul de escravizados, durante os séculos XVIII e XIX.

Também foram realizadas algumas entrevistas com moradores afrodescendentes mais antigos do município de Caiana para observar se ainda há traços identitários ou culturais de algumas das etnias que compuseram os plantéis de escravizados da Zona da Mata mineira no nosso município, sendo esse nosso principal objetivo nesta pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi realizada a partir de encontros presenciais na biblioteca, único espaço disponível na escola, que muitas vezes foi dividido com outras atividades. Ao todo, contamos com 12 estudantes participantes, tendo esse grupo sido alterado no decorrer da pesquisa, conforme a necessidade. A pesquisa bibliográfica foi iniciada na prática no início de 2022, após os encontros iniciais realizados em 2021 para nos aprofundarmos na proposta do projeto e estudamos modelos de artigos científicos, para conhecimento da formatação e das normas da ABNT.

Em um segundo momento, fizemos algumas leituras de artigos e livros, a fim de constituirmos um arcabouço teórico mínimo para iniciarmos a pesquisa propriamente dita, buscando informações sobre a formação dos plantéis de escravizados na região. A partir da pesquisa bibliográfica, decidimos basear nosso recorte regional na Zona da Mata mineira, haja visto que encontramos poucas e esparsas informações sobre as origens étnicas dos plantéis da região.

Pinheiro (2007) comenta que aproximadamente 90% dos plantéis de escravizados da Zona da Mata mineira foram provenientes dos portos da chamada África Central Atlântica, por isso decidimos pesquisar sobre algumas etnias provenientes dos mesmos portos. Pesquisamos também sobre algumas etnias vindas da chamada Costa da Mina, ainda que representem uma porcentagem pequena das etnias. De forma sucinta, esses foram os procedimentos adotados para chegarmos aos resultados da nossa pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A ocupação da região onde se situa Caiana

Para compreendermos como se deu a dinâmica na formação dos plantéis de escravizados na nossa região, primeiramente teve-se que analisar um pouco da ocupação da Zona da Mata mineira, macrorregião onde está inserido o município de Caiana. Nesse sentido, nos esclarece Andrade:

Os sertões da Zona da Mata mineira, até meados do século XVIII, foram considerados pela coroa portuguesa, área proibida do povoamento e da exploração econômica. A partir deste momento, por força de interesses particulares, políticos e econômicos, a região será ocupada à revelia da lei e fortuitamente (Andrade, 2011, p. 17).

Após esse período, houve um grande desenvolvimento de atividades ligadas ao extrativismo na região, principalmente relacionadas a extração de madeira e produtos do sertão. Durante meados do século XVIII, houve também conflito com os indígenas que habitavam o local e a tentativa de demarcar suas terras:

Com a intenção de demarcar as terras destinadas aos índios, houve a distribuição de ferramentas à população que se aventurava pela região, o envio de um vigário paroquial, além da criação de presídios em alguns pontos da Província de Minas Gerais. Tal ação fazia parte da política dos capitães-gerais da capitania de Minas Gerais, a partir de Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768) [...] “No governo de Luiz Diogo Lobo da Silva, inicia-se a política de ocupação local, com a construção dos presídios de Arrepiados e Cuité, e aldeamentos para os índios Pueris. É também estabelecido o Presídio e Freguesia do Pomba” (Andrade *apud* Espíndola, 2005, p. 51-52), ao qual São Paulo do Muriaé pertencia, antes de seu desmembramento administrativo para São João Batista do Presídio (Andrade, 2011, p. 23).

Já durante o século XIX, com o declínio da mineração na província de Minas Gerais, se altera e acresce a dinâmica da ocupação da Zona da Mata mineira, que passa a ser mais intensa, ocorrendo os surgimentos de diversos municípios:

Entre os anos de 1851 e 1880, as novas vilas crescem em número de quarenta e dois, chegando a um total geral de noventa e quatro emancipações. Em meio a este crescimento, encontravam São Januário do Ubá (1853), Leopoldina (1854) e São Paulo do Muriaé (1855). No circuito de várias construções territoriais novas subdivisões e novos municípios seriam criados. [...] de São Paulo do Muriaé (Muriaé) descendem Santa Luzia do Carangola (Carangola) São Manoel (os surgimentos), Glória (Miradouro) e Patrocínio do Muriaé [...] De Santa Luzia do Carangola, cresce um ramo que oriunda em Nossa Senhora dos Tombos do Carangola (Tombos) - que deriva em Pedra Dourada -, Curato de Divino do Espírito Santo (Divino), Espera Feliz - que desmembra em Caiana e Caparaó -, Faria Lemos e São Francisco do Glória. Do município do Glória (Miradouro) emancipa Babilônia (Vieiras) (Andrade, 2011, p. 43-57).

A partir da descrição citada, no período em que focamos nossas pesquisas (século XIX), o atual município de Caiana fazia parte da antiga São Paulo de Muriaé (atual Muriaé), desmembrando-se em 1878 em Santa Luzia de Carangola, para somente em 1962 se desmembrar no que constitui o atual município de Caiana. Devido às dificuldades em encontrar fontes específicas sobre o povoamento da região, no que diz respeito às origens das populações escravizadas, optamos por focar nossa pesquisa nas principais etnias que compuseram os plantéis da Zona da Mata mineira.

Dessa forma chegamos a um novo problema para obter informações sobre as etnias africanas das quais as populações negras da nossa região são provenientes. Como vimos anteriormente, Pinheiro comenta, em sua análise sobre a composição dos plantéis de escravizados da Zona da Mata, que:

Embora a maioria dos registros acerca dos africanos inventariados tenha as regiões de procedência, não necessariamente tais informações indicam sua verdadeira identidade étnica. Frequentemente, os traficantes registravam os ditos conforme a região do porto onde foram embarcados. Deste modo, trabalharemos aqui com a ideia de área de procedência e não de etnia (Pinheiro, 2007, p. 53).

Essa tendência, análoga ao quadro geral do tráfico atlântico como um todo, se consolidou por todo o tempo que funcionou o tráfico de escravizados. Vale destacar que todos os escravizados provenientes da costa do Congo Norte eram chamados, ao desembarcar aqui no Brasil, de cabindas, que era o principal porto da região. Esse fato dificulta muito especificar a composição étnica desses grupos e amplia muito o leque de possibilidades e etnias a serem estudadas, mas vale destacar que alguns senhores no Brasil viam os escravizados provenientes do Congo como “alguns dos melhores escravos devido a sua habilidade na agricultura, em artes e ofícios, além dos afazeres domésticos” (Pinheiro, 2007, p. 58).

3.2 Algumas etnias africanas pesquisadas

Entre as etnias provenientes do Congo, destacamos os Bongo, que vieram para a nossa região trazendo consigo seus aspectos culturais e religiosos. Segundo Bengui:

Os Bongo são um grupo étnico bantu que vive numa larga faixa ao longo da Costa Atlântica da África, desde o Sul do Gabão até às províncias angolanas do Zaire (M'banza Congo), Uíge, passando pela República do Congo, pelo enclave de Cabinda e pela República Democrática do Congo (Bengui, 2019, p. 15-16).

Sobre a língua e a antiga organização política dos Bongo, conseguimos encontrar os seguintes elementos:

Os Bongo, cuja língua é o quicongo, ocupavam o vale do rio Congo em meados do século XIII e formaram o reino do Kongo, que até a chegada dos portugueses, no final do século XV, era forte e unificado. Sua capital era M'banza Kongo e ficava na atual província angolana do Zaire... no decorrer da guerra de independência de Angola, muitos refugiaram-se para o então Zaire, deslocamento que contribuiu consideravelmente para a diminuição da população bongo no território angolano. Após a independência de Angola, em 1975, muitos dos angolanos que se encontravam no Congo, todos exilados festejaram a vitória da paz. Alguns regressaram ao país, mas outros preferiram permanecer no estrangeiro (Bengui, 2019, p. 16).

Considerando os aspectos referentes à inserção dos Bongo no tráfico atlântico, podemos destacar:

Os primeiros contatos estabelecidos entre os portugueses e as populações que habitavam a costa da Guiné, na primeira metade do século XV - marcados pelos desconhecimentos e pela inaptidão dos primeiros em lidar com os homens e mulheres que viviam naquela região, foram essenciais para que, menos de um século depois, os lusitanos estabelecessem relações comerciais e diplomáticas com os diferentes povos encontrados ao longo da costa atlântica da África. Como relata Zurrara na sua crônica dos feitos da Guiné, os primeiros navegadores que chegaram na costa Africana não hesitaram em praticar o sequestro de pessoas e torná-las cativas, levando-as para o reino português, onde era, na maioria das vezes, vendidas (Oliveira, 2013, p. 35).

É importante ressaltar que a escravidão já existia na África, porém com características diversas da escravidão praticada no Atlântico:

Os Europeus, embora tenham sido responsáveis por levar novos elementos para comércio de escravizados na África, não foram os responsáveis por levar aqueles povos a escravidão e o trato de cativos, essas práticas já existiram naquelas sociedades. A principal novidade foi que a partir das relações comerciais e diplomáticas que os portugueses passaram a estabelecer com os povos centro-africanos, estes tiveram uma nova rotina onde se operam fluxos econômicos, culturais e sociais. Assim, o Atlântico não significou apenas catástrofes sociais e degradação a África, como também representou um espaço privilegiado da agência africana [...] A região do *pumbo* era um importante centro comercial onde se mercadejava humanos. Entretanto, o comércio de cativos não era realizado via atlântico, e a escravidão não constituía um modo de produção sendo está de tipo doméstico (Oliveira, 2013, p. 36).

Os escravizados provenientes de Angola se concentravam no atual território da Angola central e compreendiam também um enorme número de etnias. Eles eram bem-vistos por seus senhores por possuírem habilidades para trabalhos mecânicos e especializados. Entre eles, vamos destacar um pouco mais sobre a etnia dos Ovimbundos. Os Ovimbundos falam o idioma chamado Umbundo. Segundo as estimativas, há aproximadamente 5 milhões de habitantes, que são do tronco genealógico dos povos bantu.

A região de proveniência dos Ovimbundos era abundante em rios e lagos, o que permite que tenha uma boa produção agropecuária e pesca. Sua fauna e flora são fascinantes e diversificadas: tem capim, plantas medicinais, savanas e vários animais que fazem parte da economia e, principalmente do seu imaginário, ou seja, expressam e representam a literatura em Umbundo (Fernandes; Ntongo, 2002).

A literatura oral ovimbundu é repleta de gêneros de maior extensão (contos, lendas, mitos) e de menor extensão (adivinhas, adágios, canções, orações, provérbios), e tudo é conservado pelos anciãos, chefes de família, homens, mulheres e crianças. Há canções entoadas por mulheres quando moem milho nas pedras para produzirem farinha, elas cantam

juntas, tematizando o amor e o trabalho. Para os Ovimbundos, não existe melhor método de ajudar as pessoas em novos conhecimentos seja nos costumes, seja nas tradições, seja nas crenças. Há um provérbio ovimbundu que expressa bem essa visão: “Os brancos escrevem livros, nós escrevemos no peito” (Malibu, 2005 *apud* José, 2016, p. 188).

A região central da África se destaca por ter abundância em rios e riachos, o que facilita para a economia da região, por isso eles vivem da agricultura, da caça e da pesca. Vale ressaltar a facilidade na comunicação com as regiões das savanas, o que possibilita ótimas trocas naturais. Os principais cereais cultivados eram o sorgo vermelho, dentre os tubérculos predominam os inhames africanos, enquanto a bananeira e a cana de açúcar eram cultivadas principalmente na floresta, entre os legumes consumiam feijões e amendoim; e as indispensáveis proteínas coleta de lagartas e larvas. Animais domésticos como: galinhas, cabras, e cães também eram criados na região. Eles também usam suas técnicas infalíveis de artesanato como meio de economia.

Sobre as crenças, os agricultores de toda a região acreditam na feitiçaria, e os rituais de fecundidade dirigidos pelo senhor da terra, também acreditam na importância dos ancestrais e tem respeito pelos adivinhos e curandeiros (Muhacha, 2022). A alimentação é a base de pirão (farinha de milho), feijão frade, folhas de mandioqueira, folhas de pepino, folhas de batata doce, carne de caça, entre outros. Logo de manhã comem pirão, batata doce ou canjica, à tarde ou à noite comem fruta e bebem quissangua (bebida típica).

O povo Ovimbundu aprecia muito a música acompanhada de dança, pois através disso que se manifesta todos os sentimentos, de tristeza e de alegria. O dançarino é uma figura pública, por isso ele tem um lugar como referência na sociedade. Seja homem, seja mulher, eles podem dançar em público em ocasiões como entronização, iniciação da puberdade, na morte de um rei, entre outras. Entre as danças, destacamos a olundongo, considerada como a dança dos mais velhos (pode ser feita para uma entronização, na morte de alguém, despedidas, soberanos dentre outros) (Muhacha, 2022).

Destacamos também a etnia Iorubá que, apesar de ter vindo de uma região que forneceu menos escravizados para a região da Zona da Mata mineira durante o século XIX, a Costa da Mina por outro lado é uma etnia que influenciou muito a cultura brasileira. Sobre a Costa da Mina, podemos destacar:

Um porto conhecido como Costa da Mina, foi um dos portos que mais movimentou o comércio escravocrata entre os séculos XVII e XIX; transportando mais de 380 mil escravos, sendo o local com maior fluxo de saída; principalmente entre 1701 e 1720, no total foram traficados mais de 167.400 escravos, em quase 2 décadas. Esses escravos eram deixados na região, onde hoje conhecemos como Bahia; mais especificamente; em Salvador. Alguns dos escravos desembarcavam também no Rio de Janeiro (Brito, 2019, p. 51-60).

Abaixo vamos apontar alguns aspectos desse povo tão importante na formação da cultura brasileira. Oliva nos esclarece alguns pontos sobre a questão político territorial dos Iorubás:

Os Iorubás nunca chegaram a construir um império centralizado no qual uma cidade dominava politicamente as outras. Os Iorubás eram habitantes de aldeias que se estendiam das florestas às savanas. Eles acreditavam ter uma origem comum, mas não eram pertencentes a um único povo [...] Apesar dos vários subgrupos Iorubás compartilharem uma mesma língua e padrões culturais em comum, eles nunca, pelo menos até um período recente, formaram uma unidade política, quase sempre se dividindo em numerosos reinos independentes. É certo também que o uso do nome 'Iorubá', para se referir ao conjunto do grupo, desenvolveu-se recentemente, em um período que não antecede em muito ao século XIX. Originalmente, o nome servia apenas como referência a um reino Iorubá, o de Oyo. Em tempos mais remotos os próprios povos que falavam o Iorubá não utilizavam esse nome para se chamar uns aos outros. Eles, contudo, acreditavam em uma origem em comum, vindo da cidade Iorubá de *Ile Ife* (Law, 1973 *apud* Oliva, 2005, p. 153-154).

Sobre as crenças dos Iorubás, eles acreditavam nos Orixás. Um dos deuses que eles acreditavam, era Exu, o deus mais injustiçado dos Iorubás. Os Iorubás creem que ele é o mensageiro de todos os outros, sem ele nada se pode fazer, ele é o guardião dos templos, casas e cidades. O mito sobre ele mais disseminado é um relato onde ele possuía uma fome incontrolável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi de suma importância, pois permitiu a equipe, além de ter uma noção básica sobre como é realizada e como é escrita uma pesquisa acadêmica, aprender mais sobre a formação cultural de nossa região, destacando a importância do legado étnico africano para a construção de uma identidade afro-brasileira local, enaltecendo a cultura negra.

Encontramos muitos desafios, desde não termos um espaço adequado para reuniões na escola, como a dificuldade em acessar os recursos financeiros; primeiro pela demora no repasse da SEE-MG (Secretaria de Estado de Educação) depois por problemas burocráticos com o caixa escolar da escola. Essa dificuldade comprometeu todo o nosso cronograma, haja visto que não conseguimos obter os livros planejados nem realizar todas as aulas de campo previstas.

Os *notebooks* dos alunos-pesquisadores também demoraram muito a chegar, fato que comprometeu seriamente o andamento da pesquisa, pois a maioria dos estudantes não dispõe de computadores nem internet em casa. Ainda assim, finalizamos a pesquisa da melhor forma possível, com os recursos que estavam disponíveis para nós.

Ao visitar o Museu Municipal de Carangola vimos que há um vasto acervo sobre os escravizados da região, porém a falta de uma catalogação nos arquivos e a recente mudança de espaço do museu, devido às fortes chuvas e inundações pela qual o antigo espaço passou, não tornou possível aprofundar a nossa pesquisa no acervo disponível no museu, ficando essa etapa para um próximo projeto.

Quanto à pesquisa teórica, consultando artigos e teses na internet, tivemos dificuldade em encontrar informações em português sobre as etnias a serem pesquisadas. A pesquisa sobre os locais de proveniência dos plantéis de escravizados que compuseram a nossa região também nos apresentou muitas dificuldades devido à falta de registros. Também encontramos obstáculos em obter informações sobre o município de

Caiana durante o século XIX, que antes de ser emancipado fazia parte de Santa Luzia de Carangola. Para lidar com essas dificuldades, consultamos alguns pesquisadores da região em conversa presencial, como o professor Randolpho Radsack e teses sobre a região.

Considerando a nossa pesquisa, podemos destacar a forte presença das etnias provenientes da África Atlântica Central na composição da população de nossa região e as origens do município de Caiana, que em um primeiro momento fez parte de São Paulo de Muriaé e depois de Santa Luzia de Carangola. Como já ressaltado acima, futuras pesquisas podem se aprofundar no acervo histórico presente no Museu Municipal de Carangola. A pesquisa sobre as etnias e os portos de proveniência dos plantéis de escravizados da região também carece de aprofundamento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. F. S. de. *Os sertões de São Paulo do Muriaé*. Terra, riqueza e família. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

BRITO, R. da C. e. *Bahia, Costa da Mina e Minas Gerais: tráfico negreiro e laços culturais (1693-1763)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2019.

FERNANDES, J.; NTONDO, Z. *Angola: Povos e línguas*. Luanda: Editorial Nzila, 2002.

KÖCHE, J. C. *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 34. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

MUHACHA, M. Os Ovimbundu: Origem, economia, sociedade, política e religião. *Sopra Educação*. 2022. Disponível em: <https://sopra-educacao.com/2021/01/19/os-ovimbundu-origem-economia-sociedade-politica-e-religiao/>. Acesso em: 17 out. 2022.

OLIVA, A. R. A invenção dos iorubás na África Ocidental: reflexões e apontamentos acerca do papel da tradição oral na construção da identidade étnica. *Estudos Afro-Asiáticos*, [s. l.], v. 27, n. 1-3, p. 141-79, 2005.

OLIVEIRA, R. G. *(Des) naturalizando os «nossos naturais»: poder político e escravização no Kongo, á época de Afonso I Mwemba Nzinga*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRS, Porto Alegre, 2013.

PINHEIRO, F. W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RETALHOS DA HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DE NINHEIRA

Alberto Leal Santos¹, Ana Caroline Dias Souza¹, Carlos Eduardo Jesus do Val¹, Crislene Lima Rocha¹, Donizete Alves Almeida¹, Ellen Mirian Rodrigues da Rocha¹, Henrique dos Santos Dutra¹, Janice de Jesus Lima¹, João Paulo dos Santos¹, Larissa Santana Santos¹, Monique Santana Santos¹, Raissa Rodrigues da Silva¹, Déborah Silva Costa², Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos³

1 INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência é resultado de pesquisas orais e documentais feitas com o intuito de identificar como ocorreu a formação social, política e econômica da população de Ninheira. Conforme dados da Prefeitura Municipal de Ninheira, encontra-se localizada na mesorregião do Norte de Minas e microrregião de Salinas. Compõe com outros municípios da região o Alto Rio Pardo.

Este estudo é proveniente de inquietações sobre o surgimento da cidade e os povos que ali habitavam, tendo em vista, que há relatos de indígenas e negros escravizados em algumas comunidades rurais do município. Para o desenvolvimento deste estudo, foram desenvolvidas

1 Escola Estadual Professor Marcionilo Pereira Dutra (Ninheira/MG).

2 Orientador, Escola Estadual Professor Marcionilo Pereira Dutra, deborah.silva.costa@educacao.mg.gov.br

3 Tutor, Escola Estadual Gabriela Ribeiro Andrada, luan.santo@educacao.mg.gov.br

entrevistas com moradores locais e de cidades vizinha para identificação dos laços de parentesco com ancestrais negros ou indígenas, e como essas relações são vistas desde a sua constituição até a atualidade.

A oralidade dá visibilidade a sujeitos e histórias até então não conhecidas, esquecidas, “a história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores” (Thompson, 1992, p. 18). A partir daí, surge a possibilidade de relacioná-la com a vida das pessoas, compreendendo o que a vivência dos seus ancestrais traz para suas vidas. “A história oral não é necessariamente um instrumento de mudanças; isso depende do espírito com que seja utilizada. Mas pode ser um meio de transformar o conteúdo e a realidade da história” (Thompson, 1992, p. 22).

É importante buscar identificar, dentro da formação de um povo, a sua ancestralidade, para que esse povo possa conhecer, reconhecer e valorizar sua história.

A identidade, no plano do vivido, vincula-se ao conhecido-reconhecido. A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ou de formas de apropriação do espaço que ela suscita, [...] Significa para quem aí mora “olhar a paisagem e saber tudo de cor” porque diz respeito à vida e seu sentido (Carlos, 1996, p. 67).

A construção de lugar refere-se ao que foi vivido e as relações ali estabelecidas, vai muito além do que se observa na atualidade, daí a importância da escuta atenta e da valorização dos saberes populares, provenientes de sua história de vida.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Procedimentos metodológicos

Durante o período crítico da pandemia, surgiu a possibilidade de inscrição de projeto em Iniciação Científica com alunos. A proposta foi que um grupo, de no máximo 12(doze) alunos, com um professor, escrevesse um projeto de pesquisa para ser desenvolvido. A proposta foi feita aos

estudantes que, a partir do consenso, desejaram desenvolver uma pesquisa que pudesse responder ao seguinte problema: Qual a origem da formação política e social da população de Ninheira? Ela se baseia nos povos indígenas, portugueses ou africanos escravizados? Esse questionamento partiu da falta de informações sobre a história da cidade; da qual conheciam, até aquele momento, apenas o significado ou origem do nome.

A pesquisa iniciou com um estudo sobre tipos de questionários, a escolha e a montagem de perguntas que atendessem às necessidades da pesquisa. O questionário foi desenvolvido por meio de entrevistas orais, logo após a permissão dos entrevistados para utilização de suas respostas. Entre tantos questionamentos, foi perguntado aos moradores locais sobre a existência de indígenas e seus descendentes na região, bem como negros escravizados.

Além das entrevistas orais, foram analisados documentos de arquivo pessoal do senhor Paulo Avelino Rocha, morador de São João do Paraíso, e arquivo paroquial da Igreja Católica São João Batista, também em São João do Paraíso (tendo em vista que as igrejas possuem livro de tombo, onde estão registrados os acontecimentos históricos significativos e os procedimentos administrativos de maior relevância nas paróquias).

Ao longo do processo de pesquisa, foi realizada a digitação das entrevistas e feita a análise, buscando informações comuns, para que, a partir daí, surgissem também novos nomes para entrevistas.

As reuniões para o consolidado das informações ocorreram sempre na Escola Estadual Professor Marcionílio Pereira Dutra, onde os pesquisadores estudavam, para utilizar o laboratório de informática e pensar nos próximos passos. Para que cada pesquisador relatasse sua experiência, foram realizados artigos individuais para servir como fonte de pesquisa aos demais alunos na escola; e outro coletivo para apresentação durante seminário e preparação para apresentar à comunidade escolar.

Ninheira fica situada na mesorregião do Norte do estado de Minas Gerais, e microrregião de Salinas. Por muito tempo ficou sob os domínios de São João do Paraíso. Quando os primeiros moradores construíram casas, começou a surgir também as primeiras feiras, dando origem a algo

que mais tarde se tornaria a cidade de Ninheira. Atualmente possui cerca de 9.815 habitantes (IBGE, 2012).

O nome por si só é bastante sugestivo, como disse Geralda Chaves, em conversa com o núcleo de pesquisa em 24/08/22: “*o nome é maravilhoso, nos remete a vida, nascimento, continuidade...*” O que sem dúvida foi uma visão extremamente gratificante, poética e visionária. O nome da cidade é proveniente de uma árvore com ninhos que fica na praça da feira.

Diante do que é exposto sobre a cidade, não se sabe ao certo que povos ali existiam, principalmente na zona rural, que era pouco explorada e continha a população total da região de Ninheira antes de seu desenvolvimento urbano.

2.2 Um pouco da história de Ninheira sob a ótica do seu povo

Durante o trabalho de pesquisa, foi realizado contatos com os arquivos públicos municipais das cidades de Ninheira, São João do Paraíso e Condeúba/BA, para levantamento de propriedades na região que indicassem a posse das terras a coronéis, bem como a propriedade de animais e negros escravizados.

Na primeira cidade, não havia arquivo público municipal que datasse um período mais distante. Partindo para São João do Paraíso, foi feito contato com representante da igreja católica, para que pudessemos examinar os livros tombo, mas, foi constatado que os mais antigos haviam sido retirados e não se sabe para onde foram. “Antigamente, pelos idos dos anos 1750, até idos dos anos 1810, as escrituras, rolamentos, inventários e outros atos eram celebrados e autenticados pelos padres” (Rocha, 2018, p. 9). “Em nossa região, o primeiro juiz de Grão Mogol baixou portaria determinando que as escrituras fossem feitas pelos padres que assumissem a paróquia, até ser instalado cartório naquela vila” (Rocha, 2018, p. 11).

Partimos então para os arquivos pessoais do senhor Paulo Avelino Rocha, que trabalhou por muito tempo organizando documentos de

propriedades em Ninheira e São João do Paraíso, mas ele também havia perdido muitos documentos, inclusive originais, por ter emprestado, e não conseguiu obter de volta.

Durante entrevista com a senhora Lia de Adriano, ela informa que Ninheira e São João pertenciam à comarca de Condeúba/BA, e que os documentos deveriam estar por lá. Mas, os documentos que estavam no fórum da cidade foram encaminhados para Salvador, e alguns estão em um setor terceirizado que, de acordo a atendente, não constava os documentos que procurávamos, e não soube dizer também para qual arquivo público os demais documentos haviam sido enviados.

Paralelo às buscas por documentos escritos, as entrevistas orais foram sendo realizadas. O primeiro entrevistado foi um senhor de 83 anos, morador da fazenda Lagoa da Fazenda. O entrevistado falou sobre uma fazenda enorme, pertencente a Alfredo, e atualmente a Jacaré, onde muitos trabalhavam, inclusive ele próprio, recebendo “mixaria” ou “mantimentos”.

Perguntado sobre negros cativos na região, ele diz não ter conhecimento, mas relata o que ouvia de sua avó e sua mãe:

Havia um cativo, e o povo que era cativo não ganhavam nada, mal-mal a comida. Trabalhava para os fazendeiros a troco da comida e mais nada. O pai de Demar, Ângelo Dutra tinha muito povo em cativo. O coronel Paulo, que era pai de doutor Osório, era cheio desse povo cativo. As fazendas dele era só tocada com esse povo. E esse povo não ganhava nada, só mesmo a comida e um lugarzinho para dormir; trabalhava de graça. E depois que esse povo foi sumindo, foi acabando, e esses escravos também foi fugindo quando estavam tomando conhecimento. A fazenda de doutor Osório é lá em Lagoa Bonita, que era do coronel Paulo, e a fazenda de Ângelo Dutra é onde hoje é de Demar (Entrevistado 1).

O entrevistado comenta que chegou a conhecer o coronel Paulo e a “velha», mulher dele:

Ele era um bicho bem rico, cheio das riquezas. Meu pai e meus tios trabalhavam pra ele. Diz eles, que ele era bem rico, mais não jogava os pés em ninguém. A mulher dele que era muito ruim e não gostava de pobres, mas ele não. Meu pai e meus tios trabalhava lá, mas não era cativos. Trabalhava para os dois, o coronel Paulo e o Ângelo Dutra. Só conheço esse coronel, e o Ângelo que era major, que é tudo da mesma

família. Acho que um deles é da região da Bahia, que é o pai de Demar, Ângelo Dutra, e o outro não sei da onde que ele é, se é daqui ou de um lugar para o lado da Lapa (Entrevistado 1)

Conta ainda que alguns filhos desses fazendeiros expulsaram os negros de suas terras, após herdarem os terrenos:

Os filhos foi aborrecendo e foi jogando aquele povo pra fora, fugiram tudo...eu tenho conhecimento de um que ficou, mas já morreu, chamava Selvino, do povo de Maria Senhora, pai de margarida. Ele era um desses criado por lá, tinha mais gente, véi Zuino, pai de Ângela, era um que foi criado em cativoiro, pintava mais gente por aí que era desse povo, do cativoiro, mas não queria que ninguém falasse que era criado em cativoiro, não gostavam que falavam que trabalhava lá, era um povo muito judiado, eles dormia de tudo quanto é jeito. Esse chefe deles pegava uma taça e todo dia tomavam uma pisa, colocava em rebanho e batia. Comia na hora que eles quisessem (o patrão), trabalhava de dia e de noite (...) forçava fazer tudo quanto é coisa (Entrevistado 1).

Quanto à possibilidade de existência de indígenas na região, ele conta episódios sobre sua família:

A minha vó era índia, a vó dela foi pega quando criança na roça pelos cachorros. O bisavô da minha vó ia pra roça e chegavam lá os índios estavam na roça, pegando coisas, pegando cana e banana verde, aí correram, mas a menininha não aguentou correr, os cachorros foi e pegou e segurou a menininha, o véi foi lá e pegou a menininha trouxe e criou, aí a menininha ficou moça e casou, era bisavô da minha mãe, mas são tudo de uma raça de índio. Aqui era cheio de índio tudo da mata, "mata braba", isso foi aberto, pois os véi saía pra abrir isso aqui, eles foram descobrindo aí eles abriram e foram embora para as matas braba (Entrevistado 01).

Conta que seus pais e seus tios caçavam índios, nesse caso, cita a "região da Bandeira". Bandeira é um município mineiro situado no Vale do Jequitinhonha, onde ainda hoje vivem grupos indígenas. O Juscelino, citado por ele, é o ex-presidente Juscelino Kubitschek:

Para aqueles lado da Bandeira, tudo era mata, meu pai mesmo saía daqui com meus tios e ia pra lá, trabalhava naquela fazenda pra caçar índio, pegava os índios para a mulher de Juscelino, por que a avó dela era uma índia e era dessa mesma aldeia, eram 62 índios que tinham nessa região que eram da família dela, aí ela mandou pegar todos,

não deixou nenhum, comprou fazenda e amansou, colocou onde elas bem queriam [A mulher de Juscelino e a avó dela] meu pai ajudou pegar esses índios tudo. Aí eles pegavam aquele trilho deles [o pai e as pessoas que procuravam os índios] [...] Quando eles embebedavam, virava de frente pro mato e de costas pro fogo, aí colocava uma ruma de flecha lá num canto lá fora deles e, quando eles tavam roncando, eles de longe escutava [O seu pai e os outros homens] e o chefe falava: “Tá na hora de encostar e pegar”. Tinha um que já era próprio pra pegar as flechas e saía pra fora enquanto os outros caras pulavam nas pernas dos índios. Aí meu pai falava que era mesmo que mexer com bicho, era coice, mordida e danava até que pegava tudo. A mulher que mandava pegar os índios pegava eles pra tirar da mata e criar, mas eles não reconheciam ela (...). Eles não tinham uma aldeia fixa, eles estavam sempre saindo [...] Os índios dessa nossa região eu acho que ninguém conseguiu pegar, mas tinha muito índio por aqui, só que aí foi abrindo as matas, e eles foi fugindo (Entrevistado 01).

Geralda Chaves, pedagoga, especialista em políticas públicas de raças e etnias, muito conhecida por seu trabalho junto aos povos indígenas do vale do Mucuri e Jequitinhonha, em entrevista concedida para o núcleo de pesquisa, em uma de suas falas, confirma o que disse o entrevistado: “O vale do Jequitinhonha e Mucuri era mata Atlântica, existia muitos indígenas nômades, como o povo Maxakali, com seu território, aldeias, cultura, religião, mas gostam de andar, pois aqui era selva”.

Outro entrevistado de 67 anos, natural de Lagoa da Fazenda, comenta:

Aqui tinha bastante negro, inclusive eu tenho um filho que é negro, o povo dizia que tinha índios (...) Oraciano Dutra era pai de Demar vereador, o pai dele tinha escravos (...) não cheguei a conhecer nenhum escravo, mas meu pai falava sobre eles. Hoje as pessoa tem vergonha de falar, antigamente era sofrido, dormíamos no chão, a cobertinha era a saia da minha mãe, eu tô falando o português claro, hoje nós come bem, tem tudo, mas antigamente. Hoje a vida é outra, nós trabalhava para os outros, nós não tinha terras, o pagamento era um prato de comida, era quase escravidão (Entrevistado 2).

A maior parte dos entrevistados falaram com mais propriedade sobre o povo negro escravizado que viveu nas terras ninheirenses. Conseguiram apontar fazendas, pessoas, coronéis, forma de vida, entre tantos outros fatores, como um outro entrevistado e morador da localidade que fala da casa onde viveu por muito tempo com seu pai. Antiga fazenda Sucesso, atualmente Olhos d’água:

Essas pedronas [mostrando a estrutura da casa] aqui, trazia nas costas marrada num varão, tinha gente do Pastinho, Lava pés... Os escravos vinham de fora, essa fazenda pertencia a Manoel Carlos, não sei de onde ele veio, não é do meu tempo... aqui tinha as casas deles, eles não fugiam [mostra lugar onde ficavam as casas dos escravos], tinha segurança... nesse tempo eles falam assim: Coronel fulano, Coronel cicrano... eles que comandavam, não tinha polícia, né? Não tinha nada... a lei era eles que fazia, então eles tinha os capanga que olhava eles, né?... Quando tinha os tronco ali [mostra lugar] era assim: tinha uns negócio assim, era um lá, outro aqui aí, numa altura assim, eles tinha uma travona bem larga assim, tinha um corte assim e essas trava era dentro. Uma levantava e a outra era fixa embaixo, tinha o lugar onde a pessoa ponhava os pescoço e os braço assim, né? Ficava presa assim, né [simula com gestos] (Entrevistado 3).

O Sr. Paulo Rocha, escritor e conhecedor das histórias do povo de Ninheira e região, nos confirmou que a Família Dutra possuía fazenda com negros cativos, mas quando perguntado sobre os indígenas, se realmente viviam ali, ele não soube se expressar claramente, confirmou sim, que havia indígenas na região, porém não soube dar certeza do lugar onde habitavam e a presença deles na região:

Em meu livro eu cito diversas histórias relacionadas à Ninheira, mesmo com o foco maior em São João... Se acompanhei o início de Ninheira? Conheci, e digo mais, conheci as primeiras quitandas, vendas, casas e pessoas. Posso confirmar a todos vocês que haviam sim negros cativos na região, a família de Demar era uma que possuía fazendas com vários deles... Agora confirmar para vocês sobre os índios, eu não sei se posso, por que já não lembro bem de ter visto algum, mas eu sei que havia nas regiões, inclusive bastante do povo Ninheirense é descendente deles e não sabe.

Durante o período de desenvolvimento da pesquisa, 11 (onze) pessoas foram entrevistadas, as quais não podemos denominá-las por ser um público vulnerável e apontar fatos delicados sobre a história local. Muitos deles foram indicados para o grupo de pesquisa por serem moradores antigos da comunidade, que sempre contavam histórias sobre esses povos pesquisados; outros, por serem descendentes de famílias detentoras de grandes extensões de terra na região, sendo alguns com indicações de ancestrais que pertenciam a famílias de coronéis ou descendentes de negros escravizados e descendentes de indígenas.

3 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Como pode ser identificado no decorrer dos relatos dos entrevistados, as pessoas costumam se lembrar mais do povo negro escravizado do que do povo indígena, pois desse último praticamente não se encontra descendente, ou alguém que tenha disponibilidade para falar. “Há também, dificuldade em obter literaturas que tratam sobre indígenas do Norte de Minas Gerais” (Matos; Alvarez, 2000, p. 24).

As informações mais concisas referem-se ao povo negro escravizado, embora os indígenas tenham sido citados e tidos também como habitantes da região. O povo indígena era conhecedor das matas, não permanecia em localidades povoadas, onde as matas estavam sendo abertas. Aqueles que permaneceram e se opuseram foram mortos. “Região de colonização tardia, Minas Gerais foi palco de um violento processo de invasão dos territórios indígenas e aniquilamento das populações que ali viviam”, “Existem poucas informações sobre os vários grupos que povoaram o atual território mineiro. A descoberta do ouro em Minas deslocou populações indígenas dessa região para atividades escravistas” (Matos; Alvarez, 2000, p. 11).

A pesquisa responde à pergunta sobre os primeiros povoadores e a possibilidade real de parte desse povo ser descendente, embora muitas pessoas não tenham conhecimento da sua história, sua ancestralidade. A busca por pessoas a serem entrevistadas foi interessante, à medida que procurávamos, algumas pessoas foram sendo indicadas pela população que já conhecia nosso objeto de pesquisa. No entanto, alguns entrevistados tiveram medo de dizer aquilo que sabiam e conheciam, por medo de se indispor, por conhecerem as pessoas e elas ficarem chateadas, caso fossem citadas. Outro fato interessante ocorrido foi a dificuldade em conseguir entrevistas com alguns descendentes diretos dos coronéis ou apenas conhecer a residência deles, fazendas antigas na comunidade. Em todas as tentativas, houve uma resposta negativa, ficando, portanto, essa lacuna.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todo o exposto, consideramos que o trabalho de Iniciação Científica da Escola Estadual Professor Marcionilo Pereira Dutra, obteve resultados satisfatórios. Tivemos total apoio da direção da instituição que, desde a escrita do projeto, contribuiu com informações, providenciou transporte para o deslocamento até os entrevistados (na cidade não havia como realizar cotações, pois, não havia empresas de transporte), lanches, uso do espaço escolar para reuniões com alunos, digitação de entrevistas no laboratório de informática, entre tantas outras situações.

A comunidade escolar favoreceu bastante o desenvolvimento da pesquisa, lembrando nomes de pessoas a serem entrevistadas, entrando em contato com algumas delas ou identificando o contato: número de telefone, parente, endereço. O grupo de alunos se manteve coeso até o processo de encerramento, com presença constante nas reuniões de escrita, momentos de entrevista e conversa, buscando sempre identificar pessoas e situações que favorecessem o desenvolvimento da pesquisa.

A experiência e o empenho dos alunos no desenvolvimento do projeto foram extremamente gratificantes, tanto pelo avanço no processo de como produzir conhecimento científico quanto por conhecer e reconhecer sua própria história. Satisfação que pode ser observada nos depoimentos a seguir:

Com o fim do projeto, eu queria comentar que me sinto muito grato de ter participado de todas as explorações, entrevistas, e de ter aprendido coisas que nunca nem passava pela minha cabeça. Acredito que um dos focos principais do projeto tenha sido mostrar o quanto as pessoas não sabem ou não desejam saber de sua ancestralidade, que é bastante rica por sinal. Espero que mais a frente esse projeto possa inspirar novas pesquisas, e que futuramente possa servir de guia para novos projetos. Quero agradecer a minha orientadora, Déborah, por ter convidado a mim e a meus colegas para o projeto e por nos proporcionar tal aprendizado e, claro, conhecimento de nossas origens. Agradeço aos meus colegas e à escola (Henrique Dutra, aluno).

Foi um privilégio fazer parte desse projeto. Fico muito feliz de ir a todas as entrevistas e aprender coisas que nunca imaginei que ia acontecer. A ancestralidade é rica (Alberto Leal, aluno).

Acredito que a pesquisa deveria continuar, para aprofundar mais e deixar mais concreto o trabalho, pois tem lugares que a gente não conseguiu ir, igual os casarões e em algumas fazendas, e nesses lugares poderia ter algo a mais que poderíamos implantar na pesquisa, nós poderíamos ir atrás de novos documentos. Acho que ficou faltando algo a mais. Um agradecimento a todos do grupo, e a nossa orientadora, Déborah Silva Costa. Foi uma experiência muito boa mesmo, descobrimos o passado da nossa cidade Ninheira, essa pesquisa ajudou a conhecer mais a nossa cidade (Carlos Eduardo, aluno).

Nosso conhecimento aumentou muito no decorrer desse projeto, e hoje, finalizando, posso falar que essa experiência foi incrível (Raíssa, aluna).

A fala da aluna Raíssa num dado momento, nos fez lembrar a Lei 10.639, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

As entrevistas e as pesquisas feitas nos tiraram muitas dúvidas e curiosidades. Descobrimos coisas muito importantes, do início até o que é hoje na cidade e região. Notamos que, mesmo com o passar do tempo, algumas coisas continuam iguais, como o preconceito racial e a discriminação social (Raíssa, aluna).

Com tudo isso, podemos perceber o quanto é importante investir no ensino e na pesquisa, oferecendo sempre a possibilidade de estudo e construção do conhecimento pelos alunos.

Em relação ao objeto de estudo da presente pesquisa, consideramos que apesar das diversas tentativas adotadas para conseguir as fontes documentais oficiais juntos aos arquivos e órgãos públicos, não conseguimos acessar essas fontes por diversas razões, entre elas, sumiço de documentos, falta de informações acerca de paradeiros de documentos e inexistência de documentos nos órgãos oficiais da região onde esses documentos deveriam estar.

Entretanto, recorrendo às fontes orais, pudemos traçar um importante esboço acerca do objeto investigado. Os entrevistados deixaram claro a presença das etnias de descendência africana e indígena. No entanto, o levantamento dos detalhes acerca desse processo de ocupação esbarrou-se no temor de moradores a represálias. O que nos leva a considerar a forma

opressora pela qual esse processo de ocupação se deu. Por outro lado, quando o acesso às pessoas descendentes dos coronéis foi negado, também nos sugere que essa recusa é, de certa forma, uma expressão do que foi feito por esse grupo de poderosos da época, não houve apenas atos gloriosos, os quais são naturalmente expostos e incutidos na memória “coletiva” local.

Assim sendo, consideramos que o processo de formação de Ninheiras ocorreu a partir da atuação de três forças que estão representadas pelos grupos dos coronéis, povos africanos e seus descendentes, e povos indígenas. Nesse processo, a opressão dos poderosos levou além da extinção da presença indígena na região, também a subjugação de grande parte da história local.

Desse modo, consideramos que outra grande contribuição desta pesquisa foi o grande conhecimento, sobretudo, metodológico proporcionado aos alunos-pesquisadores, onde puderam experimentar os caminhos da pesquisa e aprender que até o não acesso às possibilidades de se contar a história como fato é, de fato, também história: do esquecimento, da negação, da opressão.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. *et al.* *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ninheira/panorama>. Acesso em: 16 out. 2024.

MATOS, K. G.; ÁLVARES, M. M. Os Povos Indígenas de Minas Gerais. *In*: MATOS, K. G.; REZENDE, Z. M. (org.). *Lições de Minas: Escola Indígena: Índios de Minas Gerais recriam a sua educação*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2000.

ROCHA, P. A. *Minha Cidade, Minha Terra*. Memórias de Paulo Avelino Rocha. Vitória da Conquista: Edições do autor, 2018.

THOMPSON, P. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

*Este volume integra a Coleção ICEB lançada em 2025 pela Editora da
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).*

*O texto foi composto em Source Sans Pro, de Paul D. Hunt, e as aberturas de capítulo
em Leitura Sans, de Dino dos Santos. O projeto gráfico se inspira no universo escolar,
utilizando linhas pautadas, verticais, horizontais e quadriculadas, que foram
combinadas e transformadas em diversas padronagens, aplicadas a cada volume.*

*Para mais informações sobre outros títulos da Editora Unimontes,
visite www.editora.unimontes.br.*